

ISSN 0102-5465

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

Número 41
janeiro/junho 2010



Número 41
janeiro/junho 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

BAHIA

INSTITUTO DE LINGUAGENS

INSTITUTO DE LINGUAGENS

INSTITUTO DE LINGUAGENS

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

O Curso oferece de forma integrada a formação em Linguística e Literatura, visando a qualificação dos alunos para atuação em áreas de pesquisa e ensino, bem como a produção de trabalhos acadêmicos de alto nível.

Coordenador do Curso: Prof. Dr. [Nome] [Instituição]
Instituição: [Instituição]
Endereço: [Endereço]
Telefone: [Telefone]
E-mail: [E-mail]

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

REITOR

Naomar de Almeida Filho

INSTITUTO DE LETRAS

DIRETORA

Antônia Torreão Herrera

VICE-DIRETORA

Elizabeth Ramos

O Corpo Editorial da revista *Estudos Linguísticos e Literários* interfere apenas nos aspectos técnicos de formatação dos artigos. A matéria veiculada nos artigos é da estrita responsabilidade dos autores.

Estudos Linguísticos e Literários, n.41, Salvador, Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, janeiro-junho 2010, 330 p. 15x23cm.

ISSN 2176-4794

¹ Letras - Periódicos I. Mestrado em Letras, Universidade Federal da Bahia.

CDU 8 (05)

SUMÁRIO

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



Número 41

janeiro/junho 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

COORDENADORES DO PPGL

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA
Célia Marques Telles

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA
Sérgio Barbosa Cerqueda

EDITORA

Suzana Alice Marcelino Cardoso

CO-EDITORA

Lígia Guimarães Telles

CONSELHO EDITORIAL

Célia Marques Telles (UFBA/PPGLinC)

Celina de Araújo Scheinowitz (UFBA/UEFS)

Décio Torres Cruz (UFBA/PPGLitC)

Evelina Hoisel (UFBA/PPGLitC)

Ilza Maria de Oliveira Ribeiro (UFBA/PPGLinC)

Jacques Salah (UFBA)

Lizir Arcanjo Alves (UCSal)

Maria Helena Mira Mateus (Univ. de Lisboa)

Maria Teresa Abelha Alves (UEFS)

Myriam de Castro Lima Fraga (FCJA)

Norma Lopes (UNEB/FJA)

Regina Zilberman (UFRGS)

Rita Olivieri-Godet (Univ. de Rennes II)

Rosa Virgínia Mattos Oliveira e Silva (UFBA/PPGLinC)

Serafina Maria de Souza Pondé (UFBA/PPGLL)

Sílvia Rita Magalhães de Olinda (UEFS)

Vanderci de Andrade Aguilera (UEL)

APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Hélida Silva Magalhães

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO

Editora e Gráfica Vento Leste



INSTITUTO DE LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
Rua Barão de Jeremoabo, 147
Campus de Ondina, CEP 40170-115, Salvador, Bahia, Brasil
Telefones (71) 3283-6781, Fax: (71) 3283-6208
E-mail: ppletba@ufba.br; estudos@ufba.br

SUMÁRIO

- APRESENTAÇÃO 7
- SOCIO Y GEOLINGÜÍSTICA: NUEVA ALIANZA EN LOS ESTUDIOS SOBRE EL USO LINGÜÍSTICO 13
- SOCIO AND GEOLINGUISTICS: NEW ALLIANCE FOR THE STUDY OF LANGUAGE USE
Adolfo Elizaincín
- QUANDO DIALECTOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA SE ENCONTRAM 29
- WHEN DIALECTOLOGY AND SOCIOLINGUISTICS ARE PUT TOGETHER
Dinah Callou
- UM PONTO DE INTERSEÇÃO PARA A DIALECTOLOGIA E A LEXICOGRAFIA: A PROPOSIÇÃO DE ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO DIALETAL BRASILEIRO COM BASE NOS DADOS DO ALiB 49
- A POINT OF INTERSECTION FOR DIALECTOLOGY AND LEXICOGRAPHY: THE PROPOSAL OF DEVELOPMENT OF A BRAZILIAN DIALECTAL DICTIONARY
Américo Venâncio Lopes Machado Filho
- ESTUDOS DE DIALECTOLOGIA EM MINAS GERAIS: BREVE HISTÓRICO 71
- DIALECTOLOGIC STUDIES IN MINAS GERAIS: A BRIEF HISTORY
Ana Paula Rocha e Jânia M. Ramos
- VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA E SENSO COMUM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES 87
- LINGUISTIC VARIATION AND COMMON SENSE: SOME CONSIDERATIONS
Célia Marques Telles
- ATLAS LINGÜÍSTICO DE SERGIPE 121
- HISTÓRIA, METODOLOGIA E ABORDAGEM DIALECTOMÉTRICA
LINGUISTIC ATLAS OF SERGIPE: HISTORY, METHODOLOGY AND DIALECTOMETRIC APPROACH
João Saramago e Suzana Alice Marcelino Cardoso

UMA PERSPECTIVA GEO-SOCIOLINGUÍSTICA PARA A ANÁLISE DO STATUS DA VARIÁVEL <S> EM CONTEXTO PÓS-VOCÁLICO NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ 169

A GEOLINGUISTIC PERSPECTIVE FOR THE ANALYSIS OF THE STATUS OF THE VARIABLE <S> IN A POSTVOCALIC CONTEXT IN THE NORTHEAST OF PARÁ

Abdelhak Razky

O <S> EM CODA SILÁBICA EM CAPITAIS BRASILEIRAS: DADOS DO PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB) 189

<S> IN SYLLABIC CODA IN BRAZILIAN CAPITAL CITIES: DATA FROM PROJETO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB)

Jacyra Andrade Mota, Cláudia Santos de Jesus e Grace Kelly Souza Evangelista

A GEOLINGUÍSTICA NO RIO DE JANEIRO: AS VOGAIS MÉDIAS PRETÔNICAS 229

GEOLINGUISTICS IN RIO DE JANEIRO: THE MIDDLE PRETONIC VOWELS

Silvia Figueiredo Brandão

VOCABULÁRIO DA ÁREA SEMÂNTICA DO CAVALO NA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO COM DADOS GEOLINGUÍSTICOS 259

VOCABULARY OF HORSE SEMANTIC AREA IN BRAZILIAN MIDWEST REGION: A STUDY WITH GEOLINGUISTIC DATA

Aparecida Negri Isquerdo e Marigilda Antônio Cuba

DE ONDE VIERAM E POR ONDE ANDAM AS NOSSAS LIBÉLULAS E JACINTAS? UM ESTUDO DA ETIMOLOGIA POPULAR COM BASE EM DADOS DO ATLAS LINGUÍSTICO DO BRASIL (ALiB). 291

WHERE DID THEY COME FROM AND WHERE ARE THE DRAGONFLIES AND JACINTAS? A STUDY OF FOLK ETYMOLOGY BASED ON DATA FROM THE LINGUISTIC ATLAS OF BRAZIL (ALiB).

Vanderci de Andrade Aguilera

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO DIALETO MINEIRO: UM ESTUDO DOS FALARES DE SÃO JOÃO DA PONTE E DE ARCEBURGO 311

SUBJECT INDETERMINATION IN THE DIALECT OF MINAS GERAIS: A STUDY OF THE WAYS OF SPEAKING IN SÃO JOÃO DA PONTE AND ARCEBURGO

Sueli Maria Coelho e Gisele Carvalho Araújo Caixeta

APRESENTAÇÃO

Em 1986, ano em que se comemorou o centenário de nascimento de Antenor Nascentes, lexicólogo, etimólogo, filólogo e dialectólogo dos mais eminentes do nosso país, a revista *Estudos linguísticos e Literários* o homenageou com o número 5 (dezembro, 1996). Naquele momento, foram artigos voltados tanto para a Dialectologia rural quanto para a Dialectologia urbana, que reuniram a colaboração de estudiosos nesse campo, alguns dos quais, afortunadamente, comparecem a este número.

Estava, então, o nosso Programa de Pós-Graduação iniciando o caminho editorial e vivia a revista a sua primeira década. Hoje, uma “senhora madura”, “uma balzaquiana” pois já passou dos 30 anos de produção continuada, *Estudos linguísticos e Literários* retorna ao tema Dialectologia/Geolinguística, trazendo-o como foco do seu número 41/2010 e reunindo pesquisadores de grande significação para o desenvolvimento dos estudos dialetais no Brasil e fora do país. Assim, ao lado dos brasileiros, figuram dois proeminentes nomes da Dialectologia de Portugal e do Sul da América Latina, respectivamente, João Saramago e Adolfo Elizaincín.

De caráter mais geral e com posicionamento teórico e/ou histórico figuram cinco trabalhos: *Socio y geolinguística: nueva alianza en los estudios sobre el uso lingüístico*, de Adolfo Elizaincín (Universidad de la República y Academia Nacional de Letras, Montevideo), *Quando Dialectologia e Sociolinguística se encontram*, de Dinah Callou (Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq), *Um ponto de interseção para a Dialectologia e a Lexicografia: a proposição de elaboração de um dicionário dialetal brasileiro com base nos dados do ALiB*, de Américo Venâncio Lopes Machado Fi-

lho (Universidade Federal da Bahia), *Estudos de dialetologia em Minas Gerais: breve histórico*, de Ana Paula Rocha (Universidade Federal de Ouro Preto/CNPq) e Jânia Martins Ramos (Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq) e *Variação linguística e senso comum: algumas considerações* de Célia Marques Telles (Universidade Federal da Bahia/CNPq).

Em *Socio y geolingüística: nueva alianza en los estudios sobre el uso lingüístico*, Adolfo Elizaincín apresenta uma reflexão sobre o estágio atual da Geolinguística e trata das interfaces que apresenta com outras disciplinas, como a Sociolinguística, a Pragmática e a Geografia Humana.

Dinah Callou trata, em *Quando Dialetologia e Sociolinguística se encontram*, desses dois campos de pesquisa, considerando o desenvolvimento da investigação sobre variação e mudança, na fala popular e culta, no Brasil, analisa fenômenos morfossintáticos conjugando as perspectivas dialetológica e sociolinguística considerados em tempo real de curta duração.

O terceiro artigo, de Américo Venâncio Lopes Machado Filho, *Um ponto de interseção para a Dialectologia e a Lexicografia: a proposição de elaboração de um dicionário dialetal brasileiro com base nos dados do ALiB*, discorre sobre as bases metodológicas gerais de elaboração do Projeto Dicionário Dialetal Brasileiro (DDB), trabalho de caráter interinstitucional, que pressupõe a congregação de uma equipe de especialistas, tanto no domínio da dialectologia, quanto no domínio da lexicografia e das ciências da inflexão.

O quarto artigo deste grupo, *Estudos de dialetologia em Minas Gerais: breve histórico*, de Ana Paula Rocha e Jânia M. Ramos, trata particularmente das pesquisas desenvolvidas na Universidade Federal de Juiz de Fora e na Universidade Federal de Minas Gerais.

Completa este grupo o artigo de Célia Marques Telles, *Varição linguística e senso comum: algumas considerações*, trazendo considerações sobre a percepção que tem o falante da variação da língua e imprimindo uma perspectiva histórica ao enfoque ao apresentar depoimentos de Cícero, Quintiliano, Santo Agostinho, dentre outros, e chegando aos nossos gramáticos quinhentistas.

O segundo grupo de artigos focaliza aspectos da metodologia de elaboração de atlas linguísticos e cartografia de dados e analisa resultados de natureza fonética, semântico-lexical e morfológica.

Sobre cartografia de resultados escrevem João Saramago (Universidade de Lisboa) e Suzana Cardoso (Universidade Federal da Bahia/CNPq), em *Atlas Linguístico de Sergipe: história, metodologia e abordagem dialectométrica*. Focaliza o texto o *Atlas Linguístico de Sergipe — ALS* (FERREIRA et al., 1987), e o *Atlas Linguístico de Sergipe-II — ALS-II* (CARDOSO, 2005), trazendo resultados do conjunto de dados documentados entre 1966/1967. Apresentam os autores um breve perfil histórico da região a que se reportam esses atlas e a descrição pormenorizada da metodologia seguida na sua elaboração, a que se segue a análise dialectométrica possibilitada pelos resultados alcançados.

De referência à análise de dados, os estudos apresentados voltam-se para três campos: fonético, semântico-lexical e morfossintático.

No campo dos estudos fonéticos estão os artigos de Abdelhak Razky (Universidade Federal do Pará), *Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do status da variável <s> em contexto pós-vocálico no Nordeste do Estado do Pará*, de Jacyra Andrade Mota (Universidade Federal da Bahia /CNPq), Cláudia Santos de Jesus (Bolsista AT/Universidade Federal da Bahia/CNPq) e Grace Kelly Souza Evangelista (Bolsista IC/Universidade Federal da

Bahia/CNPq), *O <s> em coda silábica em capitais brasileiras: dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, e de Silvia Figueiredo Brandão (Universidade Federal do Rio de Janeiro/CNPq), *A Geolinguística no Rio de Janeiro: as vogais médias pretônicas*.

Abdelhak Razky, em *Uma perspectiva geo-sociolinguística para a análise do status da variável <s> em contexto pós-vocálico no Nordeste do Estado do Pará*, analisa a variação do /s/ posvocálico no Nordeste do Estado do Pará, demonstrando que o Estado do Pará, apesar de ter uma tendência à palatalização do /s/, sobretudo nas regiões Noroeste, Norte e Nordeste, apresenta alguns espaços geográficos do próprio Nordeste do Estado (como é o caso de Bragança) onde se registra o favorecimento das variantes alveolares.

Em *O <s> em coda silábica em capitais brasileiras: dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, as autoras Mota, Jesus e Evangelista tratam da variação entre as consoantes fricativas coronais, anteriores ou alveolares e não-anteriores ou palatais em coda silábica, a partir da análise de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em 25 capitais brasileiras, assinalando que as variáveis sociais analisadas forneceram pistas para uma análise mais aprofundada das capitais brasileiras, de modo a verificar-se o caráter mais ou menos estigmatizado das variantes palatais, ou a progressão de mudança em direção às alveolares.

Em *A Geolinguística no Rio de Janeiro: as vogais médias pretônicas*, Silvia Brandão, após um breve histórico sobre o desenvolvimento da Geolinguística no Rio de Janeiro, apresenta os critérios que nortearam a elaboração do *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (MicroAFERJ)* e do *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFEBG)* e, com base nos resultados neles registrados, descreve o comportamento das vogais médias orais em posição pretônica na fala dos 96 informantes representativos dos seus dezesseis pontos de inquérito.

Os estudos semântico-lexicais estão contemplados com dois artigos: *Vocabulário da área semântica do cavalo na região centro-oeste: um estudo com dados geolinguísticos*, de Aparecida Negri Isquerdo (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/CNPq) e Marigilda Antônio Cuba (Universidade de Cuiabá), e *De onde vieram e por onde andam as nossas libélulas e jacintas? um estudo da etimologia popular com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, de Vanderci de Andrade Aguilera (Universidade Estadual de Londrina/CNPq).

No artigo *Vocabulário da área semântica do cavalo na região centro-oeste: um estudo com dados geolinguísticos*, as autoras analisam o vocabulário relativo à área semântica do cavalo registrado em dois atlas linguísticos de dois estados da região Centro-Oeste, o *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (ALMS)* e o *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso (ALMESEMT)*, e estudam as variantes mapeadas do ponto de vista diatópico e léxico-semântico, buscando verificar a questão da distribuição espacial do vocabulário registrado, sobretudo, na área de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a questão da manutenção e/ou disseminação de termos relacionados à área semântica do cavalo.

Motivada pela pluralidade de denominações populares para a libélula, Vanderci Aguilera, em *De onde vieram e por onde andam as nossas libélulas e jacintas? um estudo da etimologia popular com base em dados do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB)*, com base em corpus constituído das respostas coletadas pelo Projeto ALiB, junto a 200 informantes, naturais de 25 capitais brasileiras, apresenta a distribuição diatópica das variantes lexicais registradas; discute a distribuição das variantes segundo as variáveis sociais sexo, faixa etária, nível de escolaridade e ponto linguístico e verifica a formação das palavras e a lexicalização de cada uma delas.

Este número se fecha com um estudo no campo morfosintático, *A indeterminação do sujeito no dialeto mineiro: um estudo dos falares de São João da Ponte e de Arceburgo*, de Sueli Maria Coelho (Universidade Federal de Minas Gerais) e Gisele Carvalho Araújo Caixeta (Centro Universitário de Patos de Minas), no qual as autoras analisam a indeterminação do sujeito nos falares dos moradores das cidades mineiras de São João da Ponte e de Arceburgo, tendo observado que as formas inovadoras estão se sobrepondo às tradicionais.

Ao trazer como foco deste número os estudos dialetais, *Estudos Linguísticos e Literários* oferece a seus leitores um conjunto de trabalhos que, voltados para a variação do português, apresentam análises sob diferenciados ângulos e oferecem uma visão pluridimensional dos estudos geolinguísticos.

Salvador (Bahia), junho de 2010.

Suzana Alice Marcelino Cardoso
Jacyrá Andrade Mota

SOCIO Y GEOLINGÜÍSTICA: NUEVA ALIANZA EN LOS ESTUDIOS SOBRE EL USO LINGÜÍSTICO

SOCIO AND GEOLINGUISTICS: NEW ALLIANCE FOR THE STUDY OF LANGUAGE USE

Adolfo Elizaincín

Universidad de la República y
Academia Nacional de Letras, Montevideo

RESUMO: Este trabalho deverá ser visto como uma reflexão geral sobre as relações entre a geografia linguística (hoje geolinguística), a dialectologia e a sociolinguística. Segundo o já famoso arcabouço teórico de Eugenio Coseriu, apresentam-se algumas reflexões acerca da importância do tempo para consideração do uso da língua. O tempo deve ser considerado, de uma forma abrangente, o agente mais importante para o entendimento, usos e funções da linguagem. Assim, a mudança linguística não é apenas o principal aspecto da linguística histórica, mas da linguística geral. Dentro deste arcabouço conceitual, introduzem-se algumas considerações sobre o contato linguístico, a fim de que seja apresentado o modelo geral aqui proposto para a mudança linguística: Contato (Co) → Variação (V) → Mudança (Ca). Fornecem-se exemplos do português e espanhol. Finalmente apresentam-se algumas considerações sobre o ADDU (*Atlas Diatópico y Diastrático del Uruguay*).

Palavras-chave: Teoria. Sociolinguística. Geolinguística. Dialectologia. Contato linguístico. Mudança linguística. Linguística histórica.

ABSTRACT: This paper should be read as a general reflection on the relationships between linguistic geography (perhaps today geolinguistics), dialectology, and sociolinguistics. Following the well known Eugenio Coseriu's theoretical framework some thoughts on the utmost relevance of time for the consideration of language use is offered. Time must be considered the most relevant agent for understanding, on a comprehensive basis, uses and functions of language. So, language change is not only the main topic of historical linguistics but of general linguistics as well. Within this conceptual frame, some considerations on language contact are introduced, in order to present the general model for language change we propose: Contact (Co) → Variation (V) → Change (Ca). Portuguese and Spanish examples are offered. Finally, some considerations on the ADDU (*Atlas diatópico y diastrático del Uruguay*) are offered.

Keywords: Theory. Sociolinguistics. Geolinguistics. Dialectology. Language contact. Language change. Historical linguistics.

Las páginas que siguen pretenden ser una reflexión sobre el status actual de la geolingüística en relación a algunos de sus emprendimientos más notorios (fundamentalmente, en América hispano y lusohablante) y, sobre todo, a las conexiones que establece con otras disciplinas, o interdisciplinas, como la sociolingüística, fundamentalmente, pero también la pragmalingüística y hasta la geografía humana.

Parece ser una característica de esta época la redefinición y el replanteamiento de algunas disciplinas, no como exclusiva consecuencia de un lógico y natural cambio (avance?) de los presupuestos teóricos subyacentes, sino también por la reformulación de sus postulados básicos como resultado del surgimiento de otra (u otras) disciplina(s) aledaña(s) que, de una manera u otra tocan temas similares, o plantean preguntas compartidas, o echan mano a técnicas de investigación parecidas, o...

Como consecuencia de ello y, también, parcialmente, por el impacto (y sucesivo reacomodo de todas las disciplinas) de la lingüística transformacional y, un poco más tarde, de la lingüística cognitiva, más los espectaculares avances de las corrientes funcionalistas que afectaron al núcleo duro de la teoría lingüística, la geolingüística debió también ser reformulada, so pena de quedar relegada a un pintoresco y a veces hasta turístico reflejo, en el papel y, más precisamente, en los mapas, de las peculiaridades lingüísticas de los espacios geográficos.

La primera pregunta que quizás aparezca en la mente del lector interesado tiene que ver con la posible relación entre la actual geolingüística y la más antigua geografía lingüística. Se tratará, acaso, de un simple cambio de nombre? La respuesta es sí y no. Si vemos a la geografía lingüística como un antecedente de la actual geolingüística estaremos en lo cierto. Muchos de los presupuestos metodológicos y técnicos ya fueron planteados en los orígenes de la disciplina, los años finales del s. XIX y los comienzos

del s. XX. Si, por el contrario, observamos los actuales estudios geolingüísticos en toda su compleja diversidad, lo que incluye sus relacionamientos con las interdisciplinas antes nombradas, debemos convenir en que estamos frente a un nuevo objeto que justifica un acercamiento teórico y metodológico diferente.

Por otra parte, es también interesante, en cuanto al status epistemológico de ambas (geografía lingüística y geolingüística) observar sus relaciones con la Dialectología, ciencia de la variación espacial de las lenguas. No estamos, entonces, frente a lo mismo? No se tratará, de alguna manera, de una simple variación en el nombre de las disciplinas, resultante, a su vez, de tradiciones lingüísticas diferentes? No es el caso, a todas luces.

La dialectología es la ciencia de la variación (Coseriu, 1955, 1982), mejor aun, de la variación diatópica. Se ocupa de una de las dimensiones de la variación, dimensiones que caracterizan a la lengua histórica, entendida, nuevamente según Coseriu, como opuesta a lengua funcional. Es el lugar en que se manifiesta la arquitectura de las lenguas, como concepto opuesto a estructura de las mismas. Pues entonces, si se ocupa de un objeto por naturaleza variable (la lengua histórica) en una de sus posibilidades de variación, aquella en la que el espacio incide como agente de la variación, no es posible ni confundirla con otras disciplinas lingüísticas que se ocupan de la lengua funcional, como la gramática, o la fonología (que describen un estado de lengua ideal, sincrónico, sintópico, sinstrático, sinfásico) ni pretender que técnicas y métodos propios de las disciplinas que estudian la lengua funcional puedan aplicarse a ella.

Por esta razón, hoy se puede con relativa facilidad contestar "no" a la pregunta de Uriel Weinreich que dio título a su célebre artículo: "es posible una dialectología estructural?" Por esta razón, ha perdido interés entre los lingüistas el concepto de "diasistema" complejo constructo teórico (que hoy puede usarse quizás metafó-

ricamente) que intentó lo que entiendo imposible: mostrar con técnica y concepto de "estructura" lo que en rigor no lo era o, o por lo menos, no lo era en su definición tradicional heredada de las corrientes estructuralistas.

Un eco de esta confusión resurge con el planteamiento de William Labov de las reglas variables, artificio metodológico creado para dar cuenta, nuevamente, de la variación, pero con técnicas propias de la descripción transformacional de las lenguas a través de reglas determinadas. Pero si bien la semejanza entre ambos conceptos – diasistema, reglas variables – es evidente, salta inmediatamente que la diferencia teórica de trasfondo es de tal magnitud que inmediatamente debemos decir que la propuesta de Labov es más adecuada a la realidad del funcionamiento lingüístico de la sociedad. Porque la teoría sociolingüística de Labov es radicalmente variacionista no distingue entre enfoques metodológicos que enfatizan la variación de la lengua y enfoques que no lo hacen.

Pues bien, sea desde el punto de vista coseriano, sea desde el punto de vista laboviano (dos teorías que tienen mucho más que ver entre sí de lo que normalmente nos suponemos) la dialectología (sin adjetivos, o la "urbana" como la pensó Labov) es la disciplina más general que se ocupa de la variación, notoriamente la diatópica en Coseriu, no diatópica pero sí diastrática y diafásica, fundamentalmente, en Labov.

Y la geografía lingüística, hoy geolingüística, no es disciplina que epistemológicamente tenga el status de ella: se trata de un método posible (recomendable) para capturar la variación a través de su sofisticada batería de técnicas de recolección de los datos, ordenamiento y representación cartográfica (metáfora del espacio) de los mismos. De esos datos, cuidadosamente presentados por el geolingüista se sirve privilegiadamente la dialectología, aunque pueda usar también otro tipo de fuentes.

Hoy, con la unión casi íntima de la geolingüística y la sociolingüística (a lo que hay que añadir la lingüística histórica) el ordenado esquema anterior, y los límites y alcances de cada disciplina (o actividad científica) empiezan a desdibujarse. Ello es consecuencia del frenético desarrollo de muchas ramas de la lingüística en los últimos decenios del siglo pasado, las que privilegian en forma notoria la visión del lengua en uso, en la cotidianeidad, en el ámbito más cercano del diálogo y la interacción, etc.

Desde este punto de vista, además, tampoco tienen el mismo status epistemológico la geolingüística y la sociolingüística, ya que ésta es una disciplina autónoma en todos sus aspectos y características, con su teoría desarrollada y desplegada en varias direcciones, con sus objetos precisos y delimitados de estudio, con sus técnicas y métodos de recolección, ordenación e interpretación de datos. No existe en este caso la dualidad ya advertida geolingüística-dialectología en la que, como afirmé antes, la primera parte del binomio lleva toda la carga de la parte metodológica de la recolección de los materiales y la segunda la parte de la interpretación. Quiero decir, cuando el lingüista caracteriza dialectos, los describe, los compara, los establece de alguna manera, no está haciendo geolingüística, sino dialectología, aunque su fuente primaria de datos provenga, precisamente, de la geolingüística. El lingüista, a su vez, que establece, determina, describe e interpreta las variedades sociales de una lengua, correlacionándolas con las distintas variables que ha considerado pertinentes y operantes, recoge sus datos y los organiza dentro de la propia sociolingüística. Cuando hace esto, y luego, cuando interpreta, no se aparta de ella.

Aun reconociendo esta desigualdad "epistemológica" digámoslo así, ambas, la geo- y la sociolingüística presentaban fuertes posibilidades de que sus cauces confluyeran en algún momento ya que la concepción general del lenguaje que ambas sustentan es, en el fondo, la misma, a saber, el lenguaje es un objeto móvil por definición, altamente sensible a la acción e influencia de factores

externos que imponen modificaciones lingüísticas de mayor o menor relevancia o aceptación por parte de la comunidad usuaria de ese lenguaje.

Por otra parte, ambas se ocupan del espacio, en definitiva: el geográfico en un caso, el social en otro. Y por sobre todo ello, ambas se involucran naturalmente con el problema más complejo, objeto de todas las preocupaciones (directa o indirectamente) de todos los lingüistas, del tipo que sean, que existen y han existido en este mundo: el problema del tiempo, lo que hace a la cuestión insoslayable y omnipresente del cambio lingüístico. En rigor, la cuestión del cambio es, a mi entender, no solo el objeto natural de la lingüística histórica, sino también el objeto privilegiado de la lingüística sin más.

La temporalidad y el lenguaje, los cambios y las lenguas: he ahí el meollo del asunto. Y esta caracterización de lo sustantivo en la temática de la lingüística no es una cuestión específica de ella; por el contrario es asunto que involucra a todas o buena parte de las disciplinas científicas. Quiero decir que los objetos creados por ellas están también sometidos al tiempo y, en consecuencia, admiten una visión diacrónica. Sin duda, la Biología, también la Física; por cierto todas las ciencias sociales y las humanidades. Solo puede considerarse fuera de ese grupo a la Matemática, atemporal y única.

La unión de la consideración diacrónica de las lenguas en relación con diferentes variables sociales, como la edad del usuario, ha sido uno de los grandes hallazgos de la sociolingüística, lo que le permitió teorizar y mostrar detalles del cambio lingüístico. En este sentido, la alianza promovida por Weinreich Labov y Herzog (1968) entre lingüística histórica, sociolingüística y dialectología es un hito fundamental en la historia de la disciplina. A partir de ahí, la tendencia de todos quienes cultivaban estas disciplinas en forma separada e independiente fue la de integrar y no separar,

en el convencimiento de que la alianza de las disciplinas fortalecería el objeto de estudio. Y así lo fue, efectivamente.

La sociolingüística es, en sí, un tipo de lingüística histórica dado que el cambio lingüístico no está fuera de sus preocupaciones, antes lo contrario, es su objeto privilegiado. Por otra parte, la Dialectología, basándose en datos geolingüísticos, tampoco excluyó de sus intereses las consecuencias diacrónicas que resultaban evidentes del estudio de los mapas lingüísticos y, sobre todo, de lo que surgía como resultado del estudio detallado de las fronteras lingüísticas que podían distinguirse en un territorio, las así llamadas isoglosas.

Como puede verse la relación de las disciplinas es evidente de por sí. Y la consideración de todo fenómeno lingüístico interesante se vuelve más atrayente aun si la consideración se hace de manera conjunta y no aislada.

En ese sentido, he propuesto hace un tiempo (Elizaincín, 2007, 2008) visualizar los fenómenos lingüísticos sometidos a la presión del tiempo y el espacio con un esquema que incluye, además, el problema, en principio geolingüístico (pero no solo), del contacto lingüístico.

Como se sabe, aun cuando hay signos de que los temas que se estudian bajo el nombre de "contactos" parecen buscar su independencia disciplinaria para crear una especie de "Contactología", lo cierto es que parece más razonable ubicar toda esta profusa actividad de investigación y producción de conocimiento bajo el ancho paraguas de la sociolingüística considerándolos, además, como una zona limítrofe entre ésta y la Criollística (aun cuando no todas las situaciones de contacto puedan ubicarse bajo el rótulo de "criollos")

La propuesta de esquema consiste en visualizar los tres grandes conceptos inevitables de CONTACTO, VARIACIÓN, y CAMBIO en una integración armoniosa que demuestre cómo se interrelacionan y cómo interactúan:

CONTACTO(Co) → VARIACIÓN (V) → CAMBIO(Ca)

El esquema sugiere que todo fenómeno de cambio se inicia en una situación de contacto el que, antes de llegar al estadio de cambio pasa por una etapa de variación

El CONTACTO es la categoría más general, el motor inevitable de todo fenómeno posterior. Se trata no solo del mero contacto lingüístico sino del contacto cultural en general, complejo proceso de adaptaciones, acomodaciones, rechazos y nivelaciones que se activa cuando dos comunidades entran en contacto por las razones que sean.

El contacto lingüístico, una parte del contacto cultural, no se limita al contacto entre dos (o más) lenguas históricas diferentes ya que se debe incluir dentro del concepto también el contacto entre variedades diferentes de una misma lengua y también (lo que es parcialmente lo mismo) entre tradiciones lingüísticas diferentes de una misma lengua.

Así, dentro del diasistema que es una lengua histórica, el español, por ejemplo, pueden considerarse como tradiciones diferentes la realización de la forma verbal, con o sin -s, de la segunda persona singular del pretérito simple (o indefinido):

cantaste, cantastes.

En portugués, por ejemplo, pueden verse como tradiciones diferentes la realización del pronombre personal de primera plural de dos formas diferentes:

nós, a gente.

Tanto esp. *cantaste* y *cantastes*, como port. *nós* y *a gente* están en variación actual como consecuencia del contacto. No es del todo desacertado pensar que esta variación que puede observarse hoy anuncia un cambio futuro en el que la suerte de las

formas variantes dependerá de muchos factores que la sociolingüística debe encargarse de dilucidar.

De alguna manera, el esquema $Co \rightarrow V \rightarrow Ca$ sugiere que todo cambio está producido por el contacto. (Winford, 2005) El conocimiento actual sobre la materia parece confirmar este aserto. Aun aquellos cambios más específicamente "lingüísticos" es decir, los que pueden explicarse internamente, dentro del sistema, como podrían ser, por ejemplo, los cambios fonéticos ("leyes fonéticas") y la analogía de los neogramáticos y las gramaticalizaciones de la actual lingüística histórica de base cognitiva y funcional, admiten ser vistos desde este punto de vista, pues siempre, en el proceso de desarrollo de dichos cambios, puede distinguirse una etapa de disputa entre variedades equivalentes, tiempo en el que las mismas se llenan de connotaciones sociolingüísticas de prestigio, por ejemplo.

Como por otra parte, si se observa una comunidad que ha sufrido el contacto y, como consecuencia, aparece una nueva tradición para expresar lo mismo, veremos que la variación se dará entre la vieja tradición, propia de la comunidad en cuestión, y la nueva. Así, el contacto y la variación no son más que etapas del largo (a veces no tanto) proceso del cambio lingüístico, y de la correspondiente y obligatoria readecuación de formas y funciones (Elizaincín, 2006) estadio en el cual viejas formas vaciadas total o parcialmente de sus funciones anteriores se "rellenan" con nuevas funciones o, visto desde otro ángulo, las nuevas funciones emergentes buscan las formas que las expresarán.

Como el triunfo final de un cambio lingüístico supone una consideración no solo de los hablantes que incorporan el cambio, sino también de la locación de dichos hablantes en una perspectiva geográfica, la técnica heurística de la geolingüística es de especial interés en el tratamiento de estos fenómenos que, insisto, no pueden sino ser tratados en forma global, desde la perspectiva de las disciplinas que aquí estoy mencionando y a las que refiero como imprescindibles

para comprender los procesos de cambio en general.

Quisiera mencionar un caso interesante en el que se puede aplicar el esquema $Co \rightarrow V \rightarrow Ca$, a saber, la suerte de la forma esp. y port. *capricho* (para más detalles v. Elizaincín, 1995).

Se trata de un caso especialmente relevante, porque involucra diferentes niveles lingüísticos dado el carácter de fenómeno de contacto entre dos lenguas semejantes pero no idénticas.

En portugués, todas las formas derivadas de *capricho*, a saber, el adjetivo *caprichoso*, el verbo *caprichar*, el adverbio *caprichosamente*, refieren a un estado, cualidad, forma de acción, o modalidad de hacer en el que se enfatiza o subraya la intención o voluntad de alguien por realizar una tarea de la forma más perfecta posible:

Pode caprichar um cafezinho para mim?

es secuencia bien formada que puede ser interpretada sin más por cualquier hablante de portugués y que no muestra, además, ningún tipo de marcación.

Una secuencia como esta, usando el verbo correspondiente en español (*encapricharse*) es un juego de palabras sin sentido posible en esta lengua. Y ello porque la familia de palabras en cuestión *capricho*, *encapricharse*, *caprichoso*, *caprichosamente* (a nivel fonético, <ch> representa una africada sorda en esta lengua, a diferencia de lo que sucede en portugués, donde se trata de una fricativa sorda) refiere a una forma irracional de actuar de alguien, con obcecación, sin atender sugerencias ni consejos. Es por ello usual, pero no exclusiva, para referirse a conductas infantiles. En todo caso es un tratamiento peyorativo, a diferencia del portugués que es meliorativo en relación con la conducta aludida.

Cuando, como consecuencia del contacto español/portugués, por ejemplo en la zona fronteriza entre Brasil y Uruguay (pero seguramente no solo ahí), entran en contacto prolongado hablantes

que usan *capricho* y derivados según la semántica portuguesa con hablantes que hacen uso de esas formas según la semántica española, seguramente habrá consecuencias previsibles en sus hablas.

Lo primero que se puede constatar es que existe una etapa de variación en una zona geográfica determinada. O sea, coexisten hablantes que hacen uso de una semántica, y hablantes que hacen uso de otra. Visto el proceso que se desencadena desde el ángulo del español (y es en esa posición en que me ubico), la tradición "española" es la antigua, la "portuguesa" es la nueva. Pero el sistema, presionado por el contacto, no puede admitir una forma que cumpla (que "signifique") dos funciones tan diametralmente opuestas. No es posible referir a una conducta como censurable y encomiable simultáneamente. Algo debe cambiar para contrarrestar y equilibrar el desfase que ha surgido entre las funciones y las formas. Y es así como paulatinamente la forma española vaciándose de su viejo contenido comienza a incumplir la función que venía desempeñando desde hace tiempo, para pasar a cumplir la nueva, es decir a referir como *caprichoso* (con fonética española) a una persona hábil y experiente en su trabajo.

Esto ha sucedido en amplias zonas del NW del Uruguay, zona de contacto y bilingüismo español/portugués, lo que está documentado en las encuestas realizadas para el ADDU, *Atlas diatópico y diastrático del Uruguay* (Thun; Elizaincín, 2000).

Como puede verse, el esquema antes aludido se aplica perfectamente. Podría decirse que el cambio se ha cumplido ya para algunos hablantes del español y, en consecuencia, está activo en algunas zonas geográficas de las ocupadas por dicha lengua. De ahí a que se transforme en un cambio de TODO el español, hay, por cierto, un paso considerable y no tiene sentido ni razón especular con que ello suceda en algún momento. Pero no por ello ha dejado de cumplirse un cambio.

Una integración de todas estas líneas de pensamiento e in-

vestigación empírica a las que me he referido hasta ahora, se concretó en los dos volúmenes que, hasta el momento, han aparecido del *Atlas diatópico y diastrático del Uruguay* (ADDU) (Thun; Elizaincín, 2000). Algunas de sus características más notorias hacen diferente este emprendimiento de investigación del resto de los atlas lingüísticos que existían hasta ese momento.

En primer lugar se trata de un atlas que integra la dimensión social a la dimensión geográfica, o sea que procura encontrar las relaciones entre la diastratía y la diatopía, a la vez que propone una forma original de cartografiar variables de tipo sociolingüístico como la edad, el nivel sociocultural, y el sexo. Ello se desprende fácilmente del examen de las diferentes series de mapas que muestran la distribución geográfica y social (en el sentido de las variables antes expuestas) de un fenómeno determinado¹. De manera que un fenómeno estudiado es visualizado a través de una serie de mapas que van desde un nivel inicial de aparición del fenómeno en algún lugar, nivel sociocultural, edad o sexo hasta su completa representación compleja con todas las variables actuando conjuntamente. La información cartográfica se completa con gráficos, esquemas y textos que explican, desde otro ángulo, el fenómeno estudiado.

En segundo lugar, se trata de un atlas bilingüe ya que intenta captar no solo las variables sociolingüísticas arriba referidas, sino que se adentra en el complejo fenómeno del contacto español/portugués en la zona. La técnica de detección de hablantes uruguayos nativos de portugués o de español, y la consecuente aplicación a esas personas de entrevistas en portugués o en español, respectivamente, asegura una mejor recolección y posterior representación de los datos.

¹ En los dos volúmenes publicados del ADDU, solo se representan cartográficamente fenómenos fónicos del español y del portugués en contacto en la frontera Uruguay/Brasil.

En tercer lugar, se trata de un atlas "relacional" pues se parte de la base teórica de que el hablante es consciente (sobre todo en zonas bilingües) de la pertenencia de su habla a una u otra de las variedades disponibles en la zona, en este caso, el español y el portugués. Lejos de la afirmación tradicional, surgida del estructuralismo lingüístico, de que los dialectos, o variedades, solo pueden ser distinguidas después de la intervención del lingüista que establece límites y ámbitos de uso, aquí se le da un protagonismo relevante al usuario de la lengua quien siempre está pronto para distinguir su habla del habla "de los otros".

Esta cuestión, que también surge de la sociolingüística (que capta esta conciencia de uso a través de los tests de reacción subjetiva) se recoge en el ADDU por medio de la técnica de la "referencia sugerida" que consiste en indagar, en el momento de la entrevista, si la respuesta que el informante ha dado no tiene otra posibilidad. En caso de que el informante no conteste, después de un breve lapso, a esta interrogante planteada, se le ofrecen otras soluciones en la "otra" variedad y se recoge su aceptación, rechazo, o duda. De esta manera, el complejo entramado de usos bilingües surge de la propia respuesta del usuario, lo que luego es representado cuantitativamente en el mapa correspondiente.

He traído a colación el caso del ADDU pues ha sido uno de los intentos más notorios, que yo sepa, de integración de varias corrientes teóricas, y en consecuencia, de varias disciplinas lingüísticas, en el estudio del uso concreto y real del lenguaje por parte de sus usuarios, protagonistas indiscutibles de la creación de espacios y de la administración de la temporalidad de los cambios en situaciones específicas.

Lamentablemente, por diferentes tipos de razones que no es del caso detallar aquí, la publicación de los restantes volúmenes está demorada. Cuando culmine creo que estaremos ante un modelo integrador que bien valdrá la pena tomar en cuenta.

Referências

- COSERIU, E. La geografía lingüística. *Revista de la Facultad de Humanidades y Ciencias*, 14. 1955. p. 29-69.
- COSERIU, E. *Sentido y tareas de la dialectología*. México DF: UNAM, 1982.
- ELIZAINCÍN, A. Sobre la semántica del léxico bilingüe: el caso del esp. port. *caprichoso*. In: HOINKES, Ulrich (Hrsg.) *Panorama der lexikalischen Semantik. Thematische Festschrift aus Anlass des 60. Geburtstags von Horst Geckeler*. Tübingen: Gunter Narr, 1955. p. 169-174.
- ELIZAINCÍN, A. Funciones, causas, fines: una nueva visión de los estudios históricos sobre el lenguaje. In: SEDANO, Mercedes; BOLÍVAR, Adriana; SHIRO, Martha (comps.), *Haciendo Lingüística. Homenaje a Paola Bentivoglio*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2006. p. 749-764.
- ELIZAINCÍN, A. Ocho precisiones sobre el contacto lingüístico. *Lingüística*, 19, p. 117-132. (versión portuguesa – levemente diferente – Oito considerações sobre o contato lingüístico. In: ESPIGA, Jorge; ELIZAINCÍN, Adolfo (orgs.), *Español y portugués: um (velho) Novo Mundo de fronteiras e contatos*, Pelotas: Educat, 2008. p. 405-424).
- ELIZAINCÍN, A. Gramáticas em contato e em conflito: português e espanhol em América In: MATZENAUER, Carmen Lúcia Barreto; MIRANDA, Ana Ruth Moresco; FINGER, Ingrid; AMARAL, Luís Isaias Centeno do (orgs.). *Estudos da Linguagem. VII Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul*. Pelotas: Educat. p. 181-194 (también en HORA, Dermeval da; LUCENA, Rubens Marques de (orgs.), *Política lingüística na América Latina*, João Pessoa: Idéia, 2008, p. 105-114).

THUN, H.; ELIZAINCÍN, A. *Atlas diatópico y diastrático del Uruguay* (2 vols.). Kiel: Westensee Verlag, 2000.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. Empirical Foundations for a Theory of Language Change. In: LEHMANN, W. P.; MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for Historical Linguistics. A Symposium*. Austin & London: University of Texas Press, 1968. p. 95-188.

WINFORD, D. Contact Induced Changes. Classification and Processes. *Diachronica*: XXII, 2, 2005. p. 373-427.

Submetido em: 10/03/2009

Accito em: 18/11/2009

QUANDO DIALETOLOGIA E SOCIOLINGÜÍSTICA SE ENCONTRAM

WHEN DIALECTOLOGY AND SOCIOLINGUISTICS ARE PUT TOGETHER

Dinah Callou
(UFRJ/CNPq)

RESUMO: A interface Dialetoлогия-Sociolinguística. Uma visão geral dos dois campos de pesquisa. Origem e desenvolvimento das pesquisas sobre variação e mudança, na fala popular e culta, no Brasil. Análise de fenômenos morfossintáticos conjugando as perspectivas dialetológica e sociolinguística: um estudo em tempo real de curta duração.

Palavras-chave: Dialetoлогия. Sociolinguística. Variação e mudança. Tempo real. Fala popular. Fala culta. Fenômenos morfossintáticos.

ABSTRACT: The interplay of Dialectology and Sociolinguistics. A general overview of both research fields. Origin and development of variation and change research, in non-standard and standard dialect, in Brazil. Morphosyntactic phenomena are analyzed under dialectological and sociolinguistic perspectives for a real time study.

Keywords: Dialectology. Sociolinguistics. Variation and change. Real time. Non-standard and standard dialect. Morphosyntactic phenomena.

Introdução

No *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (2004 — s.v. *dialeto* e *sociolinguística*), registram-se as seguintes definições para os dois termos: *estudo sistemático dos dialetos feito a partir do levantamento de traços regionais de uma língua, através de pesquisa de campo [...]* e *ramo da lingüística que estuda as relações entre língua e sociedade [...]* estudo do comportamento lingüístico dos membros de uma comunidade [...]. O primeiro foi usado pela primeira vez em 1882, ao que parece, e, o segundo, em 1939, o que permite concluir que os estudos dialetológicos precederam os estudos sociolinguísticos, no sentido estrito.

A Dialectologia tradicional, em que se insere a metodologia cartográfica, teve origem no método histórico-comparativo e dá ênfase à relação entre língua e meio social. No Brasil, nasceu, por assim dizer, com o *Dialeto Caipira* de Amadeu Amaral, em 1920, já que antes disso só havia trabalhos esparsos, em geral, glossários regionais. Embora, desde o primeiro momento, a Dialectologia tenha chamado a atenção para a variação linguística — com maior ênfase na variação geográfica e na fala popular — não aliava as técnicas tradicionais de estudo do dialeto ao estabelecimento e quantificação de variáveis. Os dialetólogos tradicionais estavam mais interessados em estudar a fala de pequenas áreas rurais, em particular, a fala dos informantes mais idosos, não-alfabetizados, que possuísem, por assim dizer, uma linguagem mais pura, sem interferências internas e/ou externas. Com a utilização do método da Geografia Linguística, torna-se possível traçar um quadro da diferenciação vocabular e fonética — raramente, da morfossintática — em mapas que registrem a variação interna dos diversos falares ou dialetos.

A variedade dialetal brasileira, embora identificada e, até, em certas circunstâncias, reproduzida, não foi, durante muito tempo, investigada de modo sistemático e comparativo. Em 1953, Antenor Nascentes chamava a atenção para a afirmação de Serafim

da Silva Neto de que a divisão do nosso país em áreas linguísticas esbarrava diante de uma grande dificuldade: a falta de determinação das chamadas "isoglossas", isto é, de linhas demarcadoras de fenômenos linguísticos que singularizariam os dialetos. Em um país de vasta extensão territorial, história de ocupação complexa e diferenciada, não é simples delimitar áreas dialetais, pois não há uma coincidência de áreas nem uma distribuição homogênea dos fenômenos pelas áreas, nem tampouco, do ponto de vista sincrônico, evidências inequívocas que expliquem a ocorrência das variantes.

Até os anos 70, duas tendências prevaleceram: a confecção de atlas regionais, visando sobretudo a diferenciação vocabular e fonética, e estudos descritivos da fala coloquial, de cunho estruturalista, que se limitaram, quase que exclusivamente, à fonologia do Rio de Janeiro. Pesquisas monográficas são raras. Pode-se afirmar que o *Atlas Prévio dos Falares Baianos* de Rossi *et alii* (1963) marca o início da pesquisa dialetológica, propriamente dita, resultante de pesquisa de campo. É o primeiro trabalho que emprega de forma sistemática uma metodologia científica e a ele se seguiram outros: o *Esboço de um Atlas lingüístico de Minas Gerais*, *Atlas lingüístico de Sergipe I* —, mais recentemente, o *II* —, *Atlas lingüístico da Paraíba*, o *Atlas lingüístico do Paraná*, para citar apenas alguns.

A elaboração de um *Atlas lingüístico do Brasil* (ALiB), tarefa cogitada há mais de cinquenta anos¹, foi sendo adiada, entre outras razões, pela extensão territorial do país, pela assimetria da densidade demográfica e por falta de recursos humanos e financeiros, não obstante os esforços de Antenor Nascentes, Serafim da

¹ O Decreto 30643, de 20 de março de 1952, definia como uma das finalidades da Comissão de Filologia da casa de Rui Barbosa a elaboração do Atlas lingüístico do Brasil.

Silva Neto, Celso Cunha, Nelson Rossi. Só agora se torna uma realidade, a partir da iniciativa de Cardoso (2005), da UFBA, e de muitos outros pesquisadores de várias Universidades brasileiras.

O objetivo de um Atlas é oferecer "um retrato do Brasil", isto é, dar conta da diversidade existente, ou melhor, da dialeção do português, a fim de, quem sabe, confirmar ou infirmar a tese (TEYSSIER, 1982) de que as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que sócio-culturais e as diferenças nas maneiras de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto, que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural, originários de duas regiões distantes uma da outra.

Os Atlas linguísticos modernos acrescentaram uma dimensão vertical — social — à geográfica — horizontal — e as pesquisas dialetológicas passaram a observar toda e qualquer variação de natureza sócio-cultural, ciente de que mesmo no dialeto rural mais isolado há elementos de diferenciação. Ao levar em conta fatores linguísticos e extralinguísticos determinantes da dinâmica linguística, ultrapassa-se a fase de investigação puramente descritiva.

Da Dialetoлогия à Sociolinguística

Não se pode negar que o conhecimento sobre a realidade linguística brasileira teve início no âmbito da Dialetoлогия e atingiu o ápice com a Sociolinguística, mais especificamente, com a sociolinguística variacionista laboviana e os sofisticados métodos de análise estatística, um modelo de análise seguido em centenas de estudos na área. O livro clássico de Labov sobre a linguagem de Nova York (1966), um ano após a publicação de *Aspects* de Chomsky (1965), veio a constituir um marco no campo de estudo da variação linguística e na aproximação das duas disciplinas. O autor, representante máximo da sociolinguística variacionista atual, era visto, àquela época, como dialetólogo, tendo recebido críticas por parte de formalistas que faziam restrição ao uso de dados

não-intuitivos em qualquer análise linguística. A segunda edição do livro é de 2006 e nela o autor faz um retrospecto e uma avaliação de quarenta anos de pesquisa sociolinguística.

A interseção dos enfoques dialetológico e sociolinguístico deve-se também ao fato de (i) ter crescido, a partir da década de 60, o interesse pela descrição da linguagem urbana e (ii) ter sido necessário pensar em criar nova metodologia para o estudo das línguas românicas, conforme defenderam, desde cedo, Rona (1958) e Diego Catalán (1964). Os métodos da dialetologia tradicional rural sofrem uma adaptação, a fim de possibilitar o levantamento da linguagem de grandes centros urbanos, mais diversificados, em princípio, vindo, conseqüentemente, a dialetologia urbana a confundir-se com a sociolinguística.

O ponto de partida de qualquer descrição dialetal era o idioleto, visto como internamente inconsistente pelo fato de um único falante ser capaz de realizar, por exemplo, o vocábulo *falar* ora com um *-r* na coda silábica (*falar*), ora sem o *-r*. Esta aparente inconsistência é desfeita a partir do momento em que a noção tradicional de “variação livre” é substituída depois pela de “variação condicionada”, graças ao aprimoramento dos métodos de análise. Na verdade, a depender de idade, gênero, classe social e contexto situacional, por exemplo, o falante fará uso de uma ou outra variante, não sendo, portanto, uma variação “livre”, inconsistente, mas sim determinada por fatores extralinguísticos e intralinguísticos, de forma predizível, mesmo no nível do idioleto. A partir de novas metodologias, inclusive de medida quantitativa de dados linguísticos, torna-se possível correlacionar fatos linguísticos a fatos sócio-culturais e obter, assim, um quadro mais nítido da diferenciação dialetal.

Se é verdade, de um lado, que aspectos sociais sempre foram levados em conta, de uma forma ou de outra, em estudos anteriores, de outro, é também verdade que só ao final da década de 60, com a sociolinguística quantitativa laboviana — com origem nos

Empirical Foundations for a theory of language change (1968) — passou-se a estabelecer uma correlação entre todos esses fatores. Complementarmente, a metodologia quantitativa, ao fazer uso de programas computacionais, possibilitou ao analista lidar com um número infinitamente maior de dados e vislumbrar não só a variação estável, mas também mudanças em curso, através da análise distribucional-quantitativa de variáveis.

A Sociolinguística, como se deduz da definição, ramo da linguística que se preocupa com a língua como fenômeno social e cultural, nasceu, de certa forma, portanto, dentro da Dialetologia. São, assim, Dialetologia e Sociolinguística duas perspectivas de observação e análise da língua que não se opõem, mas sim se encontram e se complementam. O desenvolvimento do famoso *Projeto de estudo da norma lingüística urbana culta* (Projeto NURC), que teve início no final da década de 60 e início da de 70, é prova cabal desse fato. Este Projeto surge a partir da nova orientação dos estudos dialetológicos para os países do chamado Novo Mundo e da concepção de uma Dialetologia urbana e/ou Sociolinguística, sob a inspiração do *Proyecto de Estudio Coordinado de la Norma Lingüística Culta de las Principales Ciudades de Iberoamérica y de la Península Ibérica*. Em relatório solicitado pela Comissão de Linguística Iberoamericana do PILEI, em 1968, o Professor Nelson Rossi, da UFBA, afirmava a conveniência em se estender o projeto ao Brasil, em virtude de serem tão evidentes e tão relevantes os pontos comuns à problemática do espanhol nas Américas e do português no Brasil.

O objetivo do Projeto era o estudo da chamada norma culta, definida como a fala de pessoas com curso universitário completo, em cinco capitais brasileiras, não apenas em uma, como para o espanhol — Porto Alegre (POA), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (SSA) e Recife (RE) — cobrindo uma área, não-continua, de extensão considerável. Essas cidades proporcionariam uma amostra relativa a uma população urbana concentrada

em quatro cidades fundadas no século XVI e uma — Porto Alegre — no século XVIII, distribuídas por nossa extensão territorial mais densamente povoada, correspondendo, *grosso modo*, às regiões geográficas do Sul (POA), Sudeste (SP e RJ) e Nordeste (SSA e RE)², cf. Mapa 1. Buscava-se comprovar a pluralidade de normas e responder a questões, tais como: como se fala hoje em determinadas comunidades, que variações há, sejam elas sociais, regionais, combinatórias ou distribucionais.

Mapa 1



² Encontra-se hoje disponível no país uma documentação sonora de mais de 1500 horas de registros magnetofônicos, capaz de fornecer dados sobre a língua falada, em diferentes modos de interação, e sobre as diferenças culturais de cada região.

Assim, nessa perspectiva de estudo, reuniu-se uma amostra sonora que documenta a fala culta, média, habitual, sem entrar aqui na questão da ambiguidade do termo “norma”, que gerou certa incompreensão por parte de linguistas que confundiram observação de normas, objetivamente comprovadas no uso oral, com estabelecimento de normas subjetivas e abstratas.

O acervo do Projeto NURC referente à cidade do Rio de Janeiro está hoje disponível *on-line* (www.lettras.ufrj.br/nurc-rj), digitalizado parcialmente, e constitui o maior banco de dados de oralidade urbana culta do país, referência nacional para estudos da variante culta da língua portuguesa. Trata-se de entrevistas gravadas nas décadas de 70 e complementadas na década de 90 do século XX, com o intuito de analisar a mudança linguística.

Com esse projeto, juntou-se o regional ao social, o rural ao urbano e aprendeu-se a conviver com a diversidade, não só linguística, mas também teórico-metodológica.

Combinando as duas perspectivas

Alguns pesquisadores tiveram a oportunidade, rara, de reunir, na sua trajetória acadêmica, uma primeira experiência dialetológica e, a seguir, uma sociolinguística. Entre esses, o autor se inclui.

No intuito de evidenciar como se somam as duas experiências, as duas perspectivas, parte-se de dois estudos. O primeiro toma por base duas amostras de fala popular, uma constituída na década de 60 — com a finalidade de elaborar uma monografia dialetal (ISENSEE, 1964) — e outra, na década de 90, quase 30 anos depois, por Alan Baxter (1992), com finalidade diversa. Ambas na localidade de Mato Grosso (BA). O primeiro *corpus* consiste não só de respostas monovocabulares, tendo em vista o interesse predominante, na época, por aspectos fonéticos e lexicais, mas tam-

bém de elocuições espontâneas de alguns informantes. O segundo apresenta textos mais amplos de conversas. O confronto de duas amostras de fala popular, de duas décadas distintas, permite observar possíveis mudanças no português brasileiro, em tempo real de curta duração, à semelhança do que vinha sendo proposto pela sociolinguística variacionista laboviana (LABOV, 1994).

A localidade de Mato Grosso faz parte do Distrito de Rio de Contas, do Município de Rio de Contas/BA, e está situada na zona da Chapada Diamantina, entre 13 /14°S de latitude e 42° / 43° W de longitude, numa altitude de 1450, ligada por 18 quilômetros de estrada vicinal, escarpada, à sede do município, à que se tinha acesso, na década de 60, por animal (burro de carga), em cerca de três horas de viagem, e, atualmente, por transporte rodoviário.



Mapa de acesso ao Município de Rio de Contas.

A localidade de Mato Grosso, fundada por garimpeiros, na última década do século XVII, apresenta uma população oscilan-

te: da década de 50 para a de 60 diminui e de 1990 em diante aumenta, provavelmente em função das condições regulares atuais de mobilidade: pelo censo de 1950, 550 habitantes, pelo de 1960, apenas 355 habitantes, pelo de 1991, 730, e, pela contagem do IBGE de 1996, 843.

A fisionomia da localidade sofreu modificações radicais, não só no aspecto físico, mas também educacional: a metade da população é hoje considerada alfabetizada. Em 1960, era muito isolada, não havia energia nem meios de comunicação; em 1964, a família de estrato social mais alto possuía dois rádios de pilha, mas os contatos externos eram esporádicos. Em 1992, quando foi realizada nova incursão, já havia maior contato com o mundo exterior, através de rádio e televisão, e melhores condições de vida: energia, canalização de água, instalações sanitárias, escola, estrada vicinal. A mudança de fisionomia da cidade coincide com a mudança do rural para o urbano. A “civilidade”, referida por um locutor, pode ser traduzida por “urbanidade”, uma forma de mostrar a alteração de comportamento dos habitantes, ao defrontar com hábitos urbanos.

A feição conservadora do local, apontada por Harris (1956), chamou atenção desde o primeiro momento, assim como a vitalidade de alguns traços característicos do português europeu. Os habitantes têm uma ideia muito vaga do passado do lugar — *anos atrás ali havia grandes chácaras de café* — e alguns aludem à sua ascendência portuguesa pura. A população, em 1964, era quase toda analfabeta, com predominância de indivíduos de cor branca e olhos claros, mestiçagem quase nula. De hábitos rígidos, as mulheres, as mais idosas principalmente, traziam sempre um pano à cabeça, que lhes cobria, ao sair, parte do rosto.

No primeiro estudo, analisa-se a fala de quatro informantes, dois homens e duas mulheres, do *corpus* da década de 60, e quatro

informantes, dois homens e duas mulheres, do *corpus* da década de 90, totalizando oito inquéritos³.

O segundo estudo toma por base a fala culta de dois grandes centros urbanos do Brasil, nas décadas de 70 e 90, na observação da trajetória de quatro processos linguísticos: o uso variável de *ter* e *haver* em estruturas existenciais (Callou; Avelar, 2000), como nos exemplos (1) e (1'); a substituição do futuro morfológico simples pelo futuro perifrástico, como nos exemplos (2) e (2'); o uso variável de *nós/a gente* — exemplos (3) e (3') —, e ainda a substituição do modo *subjuntivo* pelo indicativo, como nos exemplos (4), (4'), (5) e (5').

- (1) Há muitos livros na mesa
- (1') *Tem* muitos livros na mesa
- (2) Ela *cantará* na festa
- (2') Ela *vai cantar* na festa
- (3) *Nós* nos divertimos muito
- (3') *A gente* se divertiu muito
- (4) Talvez eu *vá* à festa
- (4') Talvez eu *vou* à festa
- (5) Embora o argentino *viva* dizendo que ... está na miséria
- (5') Embora o argentino *vive* dizendo que ... está na miséria

Nossa hipótese é a de que os padrões de distribuição dos fenômenos poderiam ser explicados pela sócio-história das comunidades, suas características demográficas e o poder identificador do dialeto. Alia-se, assim, o caráter social ao regional, e toma-se por base, neste caso, a fala culta, utilizando amostras do Projeto NURC,

³ Apenas um dos informantes do sexo masculino foi recontactado. Todos os outros foram entrevistados pela primeira vez na década de 90 e pertencem à mesma faixa etária — 70 a 85 anos — não permitindo, portanto, uma análise em tempo aparente, nos moldes de Labov (1994).

do Rio de Janeiro e de Salvador⁴. A cidade de Salvador apresentava, na década de 70, uma população alfabetizada estimada em 64% e só nos últimos 30 anos, graças à constante migração interna e externa, duplicou sua população residente (de um milhão para dois milhões de habitantes) e quase triplicou a população migrante. Ao mesmo tempo, o índice da população alfabetizada chega a 70%. Por outro lado, a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país, por quase 200 anos (de 1763 a 1960), considerada centro irradiador de cultura, já era a segunda maior cidade brasileira com mais de quatro milhões de habitantes àquela época (o primeiro conjunto de dados foi gravado entre 1971 e 1978), com uma população alfabetizada de mais de três milhões, equivalente a 77% dos habitantes, percentual bastante significativo no cenário nacional. Além disso, o fluxo de migrantes já tinha diminuído, ao contrário do que ocorreu nas cidades do Nordeste.

Além disso, é necessário lembrar que houve uma mudança no quadro percentual da população urbana e rural, mudança essa que não ocorreu ao mesmo tempo em todo o país. O fenômeno teve início na Região Sudeste, na década de 50, e somente atingiu as outras regiões — e não da mesma forma — na década de 70.

As duas análises

O primeiro estudo

A amostra é constituída não só por dados levantados para uma pesquisa dialetológica (na década de 60) mas também para o debate sobre crioulização prévia da língua portuguesa (na década

⁴ A escolha das cidades não é aleatória. Deve-se, em primeiro lugar, ao fato de existirem nas duas cidades *corpora* comparáveis de duas décadas distintas, para uma análise de tendência, e, em segundo, de corresponderem à experiência como pesquisador do autor, em dois momentos da vida acadêmica.

de 90). No confronto de uma mesma localidade (Mato Grosso/BA), no decurso de 30 anos, tomam-se por base dois aspectos que parecem confirmar ter havido uma mudança linguística — paralela à mudança sócio-cultural-econômica: a questão morfológica do gênero e o uso/apagamento de preposições, aspectos sempre invocados na discussão sobre as origens estruturais do português brasileiro.

Em defesa da hipótese de criouliização, Lucchesi (1998), ao analisar a fala de Helvécia (Bahia), uma comunidade rural afro-brasileira, destaca um caso de reestruturação original da gramática, que corresponderia a um processo de “transmissão lingüística irregular”. Trata-se, no dizer do autor, da complementação dos verbos transitivos diretos e indiretos que, naquele dialeto, admitem a ordem: *objeto indireto sem preposição + objeto direto*. A existência desse tipo de construção, presente em crioulos portugueses na África, mas que não é atestada em nenhum estágio pretérito da evolução do português, é predominante entre os falantes mais idosos da localidade, na década de 60 e ainda registrada na década de 90.

O fato de haver dados comparáveis (exemplos 1 a 4) poderia servir de argumento contra a hipótese de “transmissão lingüística irregular”, uma vez que na localidade de Mato Grosso (Bahia) não houve contato com negros: sua população, tanto na década de 60, quanto na década de 90, é predominantemente branca.

- (1) [...] se eu **dou** o *sinhor* marerriaçõ (década de 60)
- (2) **dava** esses os purgante (década de 60)
- (3) pra dar **ocê** pra comer (década de 60)
- (4) mandando dizer **ela** assim (década de 90)
- (5) passei a mão em ... e **dei ele** (década de 90)

A flutuação de gênero, que normalmente se dá em casos de transmissão irregular, apresentava na localidade percentual por volta de 10%, com alternâncias que vão de encontro, algumas ve-

zes, ao que gramaticalmente se acha estratificado. Nos dialetos populares, essa flutuação não costuma ocorrer, estando presente apenas em falares ditos crioulos. Sequências registradas na década de 60, entretanto, tais como *o hortelã-pimenta* (conhece *ele*), *o bronquite* (*meu bronquite - tenho ele*; depois *do bronquite*), *labuto* [*meu — é esse*], eu vim de lá *pequeno* (indagada a informante sobre o lugar de onde viera), *esse daqui é a mulher dele*; não ... não ... *só desses lacraio* (lacraia, escorpião) permitem supor que em locais isolados essa oscilação seja possível no português popular, não sendo necessariamente resultante de contato com populações africanas. Nos dados da década de 90, a flutuação de gênero já quase desapareceu, talvez como resultado da escolarização e ausência de isolamento.

O segundo estudo

Os resultados da análise variacionista do uso de *ter-existencial* e do *futuro perifrástico* revelam diferenciação por faixa etária, sendo quase categórico, nos jovens. Ambos os processos apresentam os mesmos condicionamentos estruturais e extralingüísticos nas duas cidades, mas evoluem de forma distinta. Em Salvador, no que tange ao uso do *ter-existencial*, a implementação foi mais rápida (74% já na década de 70 e 86% na década de 90), enquanto, no Rio de Janeiro, a frequência de uso não ultrapassa 63% nos anos 70 e chega a 76% nos anos 90. Esses percentuais indicam que a frequência de uso no Rio de Janeiro, na década de 90, é equivalente à frequência de uso em Salvador na década de 70 (Tabela 1).

Em relação ao futuro perifrástico, Salvador apresenta uso mais restrito da forma de futuro perifrástico, na década de 70, que o Rio de Janeiro — que já se encontrava em estágio mais avançado — mas evidencia aumento de índice percentual significativo, de uma década para a outra: 65% a 99% (Tabela 1). No

Rio de Janeiro, pode-se dizer que há relativa estabilidade, 89% a 95%, confirmando a hipótese de que um processo em estágio mais avançado de mudança progride mais lentamente em suas etapas finais.

Tabela 1 – Frequência de uso nas duas cidades, nas duas décadas

Fenômeno	SSA		RJ	
	70	90	70	90
Ter-existencial	74%	86%	63%	76%
Futuro perifrástico	65%	99%	89%	95%

Dados retirados de Martins; Callou, 2002, e de Moreira, 2006.

Outros processos em curso no português brasileiro, como os da substituição do pronome *nós* por *a gente* e das formas do modo subjuntivo pelas do indicativo, vêm mostrando também comportamentos diferenciados, em sua origem, mas semelhantes nas frequências de uso, a partir da década de 90 do século XX.

Na década de 70, a frequência de uso de *a gente*, em lugar de *nós*, no Rio de Janeiro e em Salvador (Tabela 2) é praticamente idêntica: apenas cinco pontos percentuais. A implementação da regra, da década de 70 para a de 90, é acelerada, talvez porque, entre os jovens, já na década de 70, a frequência atingisse 85% em Salvador e 67% no Rio de Janeiro.

No que se refere ao uso do subjuntivo, observando a distribuição pelas cidades e pelas décadas, levando em conta apenas as completivas, é possível concluir que Salvador e Rio de Janeiro seguem caminhos opostos. Enquanto, em Salvador, o uso do subjuntivo se reduz à metade, no Rio de Janeiro, aumenta quatro pontos percentuais (Tabela 2).

Tabela 2 – Frequência de uso nas duas cidades, nas duas décadas

Fenômeno	SSA		RJ	
	70	90	70	90
A gente/nós	37%	78%	42%	75%
Subjuntivo/indicativo em completivas	16%	8%	9%	13%

Dados retirados de Lopes, 1993, e de Callou; Almeida, 2008.

Para concluir

Estes estudos demonstram que é possível combinar perspectivas distintas de análise e também que é necessário considerar uma gama de fatores linguísticos e extralinguísticos na busca de explicações para a variação e mudança de fenômenos morfossintáticos. Nas duas análises empreendidas, fica nítida a importância da demografia histórica para mostrar a trajetória da língua não só numa mesma localidade, mas também em comunidades distintas de fala.

Referências

AMARAL, Amadeu. *O dialeto caipira*. São Paulo, 1920.

BAXTER, Alan. A contribuição das comunidades afro-brasileiras isoladas para o debate sobre a criouliização prévia: um exemplo do Estado da Bahia. In: ANDRADE, Ernesto; KIHM, Alain (org.). *Actas do Colóquio sobre crioulos de base lexical portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1992. p. 7-36.

CALLOU, Dinah; AVELAR, Juanito. Sobre TER e HAVER em construções existenciais: variação e mudança no português do Brasil. *Gragoatá* 9, 2000. p. 85-114.

CALLOU, Dinah; ALMEIDA, Erica. Mudanças em curso no português brasileiro: contrastando duas comunidades. Comunicação apresentada no Encontro da Associação portuguesa de linguística. Braga/PT. 2008. A sair em Textos selecionados APL.

CARDOSO, Suzana. O Atlas lingüístico do Brasil: de "nascituro" a "adolescente". In: AGUILERA, Vanderci (org.). *A Geolingüística no Brasil: trilhas seguidas; caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005. p. 1-12.

CHOMSKY, Noam. *Aspects of the theory of syntax*. Cambridge: MIT Press, 1965.

CATALÁN, Diego. El español en Canárias. In: Presente y futuro de la lengua española. *Actas de de la Asamblea de filología del I Congreso de Instituciones Hispánicas I*. Madrid, 1964. p. 239-240.

Dicionário HOUAISS da língua portuguesa. Instituto Antônio Houaiss. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

HARRIS, M. *Town and country in Brazil*. New York: Columbia University Press, 1956.

ISENSEE, Dinah. *O falar de Mato Grosso (Bahia). Fonêmica. Aspectos da morfo-sintaxe e do léxico*. Brasília, UNB/LETRAS. Dissertação de Mestrado, 1964.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Cambridge: University Press, 1966. [Second Edition, 2006].

LABOV, William. *Principles of linguistic change*. Internal factors. Cambridge: Blackwell, 1994.

LOPES, Célia. *Nós e a gente no português falado culto do Brasil*. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras/UFRJ. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa, 1993.

LUCCHESI, Dante. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROSSE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *'Substandard' e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Maim: TFM, 1998. p. 73-99.

MARTINS, Luciene; CALLOU, Dinah. *Variação e mudança na fala culta do Rio de Janeiro e de Salvador: ter e haver em construções existenciais*. CELSUL, Florianópolis, 2002, mimeo.

NASCENTES, A. *O linguajar carioca*. 2 ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.

OLIVEIRA, Josane. *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. Faculdade de Letras/ UFRJ. Tese de Doutorado, 2006.

RONA, José Pedro. *Aspectos metodológicos de la dialectología hispanoamericana*. Montevideo: Universidad de la República, 1958.

ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1982.

WEINREICH, U., LABOV, W.; HERZOG, M. I. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (ed). *Directions for historical linguistics*, Austin: University of Texas Press, 1968. p. 97-195.

Submetido em: 10/03/2009

Aceito em: 18/11/2009

UM PONTO DE INTERSEÇÃO PARA A DIALECTOLOGIA E A LEXICOGRAFIA: A PROPOSIÇÃO DE ELABORAÇÃO DE UM DICIONÁRIO DIALETAL BRASILEIRO COM BASE NOS DADOS DO ALiB¹

A POINT OF INTERSECTION FOR DIALECTOLOGY AND LEXICOGRAPHY: THE PROPOSAL OF DEVELOPMENT OF A BRAZILIAN DIALECTAL DICTIONARY

Américo Venâncio Lopes Machado Filho

Universidade Federal da Bahia

CAPES/Université Paris 13-COFECUB

RESUMO: O presente artigo visa discorrer sobre as bases metodológicas gerais de elaboração do Projeto **Dicionário Dialectal Brasileiro (DDB)**, uma obra de verve coletiva e interinstitucional, que pressupõe a congregação de uma equipe de especialistas, tanto no domínio da dialectologia, quanto no domínio da lexicografia e das ciências da informação.

¹ Trabalho elaborado durante realização de Estágio Pós-Doutoral na *Université Paris XIII*, sob o financiamento do Governo Brasileiro, através de bolsa de estudos de quatro meses concedida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, com base no acordo de cooperação firmado entre esse organismo e o *Comité Français d'Evaluation de la Coopération Universitaire avec le Brésil*, COFECUB, da França.

Palavras-chave: Lexicografia dialetal, Atlas Linguístico do Brasil; Dicionário Dialetoal Brasileiro

ABSTRACT: The present article aims at tracing the general methodologic basis to the Project **Dicionário Dialetoal Brasileiro – DDB** (Brazilian Dialectal Dictionary), a collective and interinstitutional research work that will congregate a team of specialists in the domains of dialectology, lexicography and computer science.

Keywords: Dialectal lexicography; Linguistic Atlas of Brazil; Brazilian Dialectal Dictionary.

Preâmbulo

(...) *un dictionnaire n'est et ne peut être a notre époque une oeuvre individuelle* (CATACH et al., 1971, p. 20).²

Embora tenha razão Piel (1991 [1976], p. 235) ao afirmar que nunca, em uma língua de cultura,

será possível reconstituir todas as fases (...) percorridas [pelo léxico] e destrinçar a contribuição das muitas gerações que nele colaboraram até se constituir o magno edifício que hoje se nos depara nos grandes dicionários modernos,

é certo que a Lexicografia contemporânea tem caminhado no sentido de perscrutar, a passos largos e de forma incontestavelmente sólida, esse movediço alicerce que serve de base às variegadas gramáticas das línguas naturais: o léxico.

Depois de longo tempo do que se poderia chamar de obscuridade científica, passou, nos últimos anos, essa entidade teórica ou, como preferem alguns chamar, nível de análise, a ser considerada pela linguística contemporânea “ao menos para alguns pesquisadores”, como “elemento central da língua” (VILELA, 1979, p. 17), tirando da sintaxe a hegemonia dos estudos linguísticos.

Não obstante esse arrojado ponto de vista em defesa do léxico (sobre o qual não se pretende aqui dar margens a uma discussão que se sabe longa), com o implemento dos estudos linguísticos, que passaram a se concentrar sobretudo em direção aos trabalhos de natureza variacionista “que têm em Weinreich, Labov e Herzog (1968) as bases teórico-filosóficas inaugurais”, os traba-

² Tradução livre: “Um dicionário não é, nem pode ser, na nossa época, uma obra individual”.

lhos de pesquisa de viés lexicográfico no Brasil pouco se têm desenvolvido no sentido de privilegiar a variação, mesmo porque, como bem registra Quemada (apud CATACH et al., 1971, p. 22): *La présentation alphabétique des adresses suppose l'existence préalable d'une orthographe fixée ou d'un système de conventions défini*.³ O que se pode hoje observar em relação ao registro da variação nos dicionários contemporâneos, publicados no Brasil, se refere meramente a marcas de uso, que normalmente refletem uma certa carga de preconceito em face do padrão ortográfico que neutraliza quaisquer outras atualizações linguísticas que se possam insinuar na nomenclatura.

Aliás, têm os dicionários de língua, preferencialmente “porém não exclusivamente”, utilizado textos escritos, na composição dos *corpora*, e como condicionador maior, obviamente, a norma-padrão, excluindo do processo de lematização os elementos que consideram os lexicógrafos como erros ortográficos, posição que não se pode considerar inapropriada na estrita perspectiva metodológica, embora seja em algum grau politicamente incorreta, que se diga, já que veladamente despreza outros usos linguísticos.

Entrementes, a questão do tratamento da variação lexical, no modelo variacional antes definido, tem, porém, cabido mormente à dialectologia no plano horizontal e, nesse âmbito, ao registro cartográfico das realizações “desviantes” ao presumido *standard* linguístico nacional. Mas como assegurar a difusão mais ampla do conhecimento da realidade linguística de uma nação, no que tange aos usos lexicais, de forma a atender, de maneira econômica e com maior amplitude, o acesso aos dados dialetais, por parte de seus supostos principais grupos de interesse ou público-

³ Tradução livre: “A apresentação alfabética das entradas supõe a existência prévia de uma ortografia estável ou de um sistema de convenções definido”.

alvo, isto é, os estudiosos da língua e da cultura e a população em geral?

Segundo Picoche (1973, p. 10-11):

L'intérêt actif des spécialistes de la philologie et de la linguistique pour la dialectologie remonte aux alentours de l'année 1880, en France comme en Allemagne. (...) A partir de ce moment, les grands courants de l'évolution de la science linguistique influencèrent la recherche dialectologique, et, réciproquement, la dialectologie contribua, dans une certaine mesure, à cette évolution.⁴

Esse interesse renovado pela dialectologia tem há muito se espreado para o espectro dos estudos lexicográficos, a ponto de, para Ronco (2004, p. 441-442),

les grands atlas linguistique nationaux de la première génération ont désormais perdu terrain par rapport à cette heureuse synthèse méthodologique qu'est le 'dictionnaire-atlas', c'est-à-dire un dictionnaire possédant certaines caractéristiques propres aux atlas ou, plus exactement, un atlas qui conserve certaines caractéristiques formelles d'un dictionnaire.⁵

⁴ Tradução livre: “O interesse ativo de especialistas da filologia e da linguística pela dialectologia remonta aos anos de 1880, na França e na Alemanha. (...) A partir desse momento, as grandes correntes de evolução da ciência linguística influenciaram a pesquisa dialectológica e, reciprocamente, a dialectologia contribuirá, em certa medida, a essa evolução”.

⁵ Tradução livre: “os grandes atlas linguísticos nacionais da primeira geração têm doravante perdido terreno em relação a essa feliz síntese metodológica que é o ‘dicionário-atlas’, isto é, um dicionário que possui certas características próprias aos atlas, ou mais exatamente, um atlas que conserva características formais de um dicionário”.

Sem concordar com a alegada “perda do terreno” do trabalho dialectológico, pelas óbvias razões de que não se pode imaginar a análise linguística sem o concurso da dialectologia, nem sem o devido registro de suas pesquisas de campo no formato próprio a essa atividade científica, de cariz cartográfico por excelência, vê-se, porém, na atitude de maior aproveitamento da base de dados dos projetos de elaboração de atlas linguísticos, uma oportunidade transdisciplinar de bom termo, nomeadamente para o avanço da lexicografia moderna.

Embora não seja a lexicografia dialetal uma atividade cuja especialidade já se registre em dicionários de linguística, sequer mesmo nos gerais de língua, já conta com uma larga produção, bastante considerável em alguns países, sobretudo na Europa, em que muitos dialetos correm o risco de desaparecer com as pressões econômico-sociais do mundo moderno. Sobre isso e em defesa da construção de dicionários dialetais, dizem Barbatto e Varvaro (2004, p. 431), em relação ao cenário na Itália:

The more a dialect loses ground to Italian, until it is reduced to a second language, the more the dictionary becomes a necessary instrument, to learn it or at last to keep it alive.⁶

Bastante clara, para as populações europeias enquanto elemento de identificação social, a noção de dialeto não parece ser, entretanto, muito transparente no Brasil para as suas populações, podendo confundir-se às vezes com a noção de desvio e erro ou com o conceito intuitivo que tem o falante sobre norma linguísti-

⁶ Tradução livre: “Quanto mais um dialeto perca terreno para o italiano, até que seja reduzido a uma L2, quanto mais o dicionário se torna um instrumento necessário, para se aprender sobre sua realidade, ou pelo menos para o conservar vivo.”

ca. Isso talvez se deva ao fato de algumas características normais terem se difundido verticalmente nos diversos dialetos nacionais de forma quase uniforme, notadamente algumas marcas mais estigmatizadas socialmente, sobretudo nas populações de baixo letramento formal, fazendo com que o sentido de unidade linguística se tenha em algum grau se obliterado. Não obstante, para Cardoso (2008, p. 13), o Brasil,

na sua ampla extensão territorial — país-continente —, apresenta-se como uma terra de grandes contrastes, marcada pela heterogeneidade cultural, social e econômica que se vai refletir, também, na língua portuguesa, hoje majoritariamente falada. A diversidade da língua está, pois, vinculada à diversidade cultural tomada nos seus mais diferenciados aspectos.

E é à busca dessa realidade que se desenvolve hoje no Brasil, coordenado por um comitê nacional que integra diversas instituições de ensino superior, o Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (ALiB) que tem a sua sede na Universidade Federal da Bahia, sob a presidência e direção executiva das professoras/pesquisadoras Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso e Jacyra Andrade Mota, respectivamente, e com a participação das universidades federais do Ceará, da Paraíba, do Pará, de Juiz de Fora, de Ouro Preto, de Mato Grosso do Sul, de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e da Universidade Estadual de Londrina. Colaboram, ainda, com o Projeto diversas outras instituições de ensino, públicas e privadas.

O projeto prevê a aplicação dos inquéritos em duzentos e cinquenta pontos do Brasil, estando já concluídos 81.2% das localidades previstas⁷. Os questionários utilizados são: a) Questionário Fo-

⁷ Os dados atualizados podem ser encontrados em <http://www.alib.ufba.br/index.asp>.

nético-Fonológico (QFF), com cento e setenta questões em que se incluem questões para apuração de diferenças prosódicas; (b) Questionário Semântico-Lexical (QSL), com duzentas e duas questões, engloba catorze áreas temáticas ou conceituais; (c) Questionário Morfosintático (QMS), com quarenta e nove questões, busca desvendar fenômenos de variação diatópica nos usos morfosintáticos, como a própria denominação denuncia. O cronograma de execução encontra-se em fase de alimentação do banco de dados informatizado com as informações coletadas dos inquiridos, o que deve possibilitar um vasto registro da variação lexical existente no Brasil.

COMITÉ NACIONAL DO PROJETO ALiB

Atlas Lingüístico do Brasil

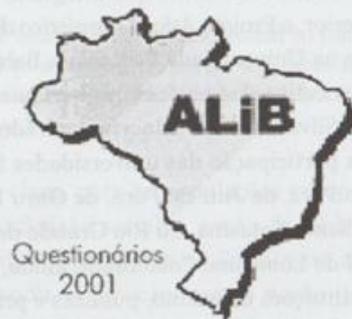


Figura 1: Capa da edição dos questionários utilizados na coleta dos dados (COMITÉ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001)

Note-se, entretanto, que o primeiro atlas linguístico a ser elaborado na história do Brasil, o *Atlas Prévio dos Falares Baía-*

nos, de autoria de Nelson Rossi *et al.*, imprimiu-se em 1963, estreando uma tendência de investigação sobre a língua que iria, em poucos anos, contagiar diversos pesquisadores e grupos do País. Em pouco mais de quatro décadas depois da publicação desse atlas precursor, diversos mestres e doutores foram formados nessa área de investigação em universidades brasileiras, fazendo com que o sonhado *Atlas Lingüístico do Brasil* passasse a ser, hoje, uma realidade em curso.

A ideia do aproveitamento dos dados do Projeto ALiB na perspectiva dos estudos lexicográficos começou sua trajetória com a primeira visita, à Universidade Federal da Bahia, do Diretor do LDI (*Lexique, Dictionnaire, Informatique* CNRS UMR n° 7187), da *Université Paris 13*, Salah Mejri, que imediatamente propôs um acordo de cooperação entre as duas universidades, assim como a participação das equipes do LDI e do ALiB no Programa CAPES/COFECUB.

Com a aprovação pelas instâncias competentes dos dois países de ambas as empresas e dos respectivos projetos que foram submetidos à análise, deu-se continuidade à discussão da melhor utilização desse material, a partir da metodologia adotada no LDI, no que concerne ao tratamento informatizado do léxico. Inicialmente, se cogitou a elaboração de um dicionário especializado, tendo o léxico do futebol como tema. Essa ideia foi, posteriormente, substituída pela da construção de um dicionário dialetal brasileiro, cujas bases de concepção se discutem a seguir.

Bases prévias para a elaboração do *Dicionário Dialectal Brasileiro (DDB)*

Como se sabe,

les dictionnaires ont dû bénéficier, au début du XVI^e siècle, des avantages de l'imprimerie et de ses conséquences économiques, sociales et culturelles. L'avènement de

l'informatique et de ses circonstances socio-économiques et culturels exerce aujourd'hui une action de la même sorte sur le devenir des travaux et des produits lexicographiques (QUEMADA, 1983, p. 102).⁸

Essa nova realidade tem indissociado a construção de dicionários impressos da de dicionários eletrônicos, assim como tem sido implausível se conceber, na atualidade, o tratamento de qualquer base de dados linguísticos de forma meramente mecânica ou manual. Essa posição estabelece logo a princípio a necessidade de projeção de um dicionário que, para além de pressupor um produto a ser impresso, permita a confecção de um instrumento eletrônico que ofereça, aos possíveis interessados por uma obra dessa natureza, outras formas de consulta, a exemplo de pesquisas reversas, que possam, ademais, ser acessadas remotamente, por intermédio da *Internet*, uma das vias de socialização da informação mais importantes do mundo moderno.

Esse condicionamento requer, inicialmente, que os dados que venham a alimentar o banco informatizado do ALiB sejam devidamente sistematizados na perspectiva do aproveitamento das respostas aos inquéritos, para posterior extração automatizada, sem a contaminação com outras informações linguísticas que não aquelas próprias a cada um dos informantes, em relação a cada um dos questionários antes referidos.

Um diagnóstico inicial dos formulários ora utilizados pelo Projeto ALiB para digitação dos resultados dos inquéritos sinalizou

⁸ Tradução livre: "os dicionários se beneficiaram, no início do século XVI, do surgimento da imprensa e de suas consequências econômicas, sociais e culturais. O advento da informática e de suas circunstâncias socioeconômicas e culturais exerce hoje uma ação idêntica sobre os trabalhos e produtos lexicográficos".

para uma alteração na estratégia de registro atual. Contrariamente à digitação sequencial em planilha de texto adotada, em que as intervenções dos inquiridores, assim como as identificações protocolares pertinentes, antecedem cada resposta do informante, poder-se-ia pensar em uma nova estratégia de digitação, em que se utilizasse o padrão XML⁹ como fundamento de todo o processo de registro e codificação. Isso traria imensa vantagem no sentido de aproveitamento da base dicionarística já existente em programas abertos, voltados para o tratamento informatizado de línguas naturais, a exemplo do UNITEX, ou mesmo do CORPINDEX,¹⁰ que objetiva a partir de modificação programática do UNITEX, dotá-lo de ferramentas mais sofisticadas de utilização, possibilitando, inclusive, a geração de relatórios de correspondência lexical com outras línguas que já disponham de trabalho de pesquisa semelhante ao que se propõe aqui.

Ademais, deve-se ter em vista que, os programas informáticos antes sugeridos para serem utilizados na manutenção da base de dados, em sua extração e em seu posterior tratamento, atenciam para a não-desformatação das notações fonéticas, sendo capazes de migrar as fontes IPA, diacríticos e símbolos, para qualquer uma das plataformas finais, seja para editoração do dicionário em papel, seja para o desenvolvimento da plataforma de consulta "online", sem qualquer prejuízo formal.

⁹ O padrão XML, sigla utilizada para *Extensible Markup Language*, é uma metalinguagem de largo uso hoje no mundo informático moderno e objetiva descrever com precisão e economia qualquer tipo de dado, com base em um parâmetro sintático que pode ser ampliado, consoante às necessidades do projeto a que procure servir.

¹⁰ O CORPINDEX se encontra em fase de desenvolvimento no LDI (*Lexique, Dictionnaire, Informatique* CNRS UMR n° 7187), da *Université Paris XIII*, sendo uma criação de um de seus pesquisadores, o Senhor Fabrice Issac.

A concepção macroestrutural do **Dicionário Dialeto Brasileiro (DDB)**, por seu turno, deve se alinhar à de trabalhos precedentes que viram na abordagem onomasiológica uma mais-valia em sua construção. Foi assim que Weijnen (cf. RYS; KEYMEULEN, 2009) procedeu na coordenação da confecção do *Dicionário dos Dialectos Brabanteses (Woordenboek van de Brabantse Dialecten WBD)*¹¹, 1967–2005, do *Dicionário dos Dialectos Luxemburgueses (Woordenboek van de Limburgse Dialecten WLD)*, 1983–2008)¹² e do, ainda em curso, mesmo após seu falecimento, *Dicionário dos Dialectos Flamengos (Woordenboek van de Vlaamse Dialecten WVD)*, 1979–)¹³.

Para Rys e Keymeulen (2009, p. 130-131):

The arrangement of the three dictionaries shows the interest that Weijnen took in dialect geography and etymology. The effect of a thematical arrangement is that geographically differentiated lexemes denoting one concept are pulled together, thus allowing for a word map and for etymological insights since (chronologically) related words appear side by side. A simple glance at a list of Flemish dialect words like *butoor*, *putoor*, *putoor*, *puttaard*, *puttreiger* for the bittern (Dutch 'roerdomp', *Botaurus stellaris*) for instance, immediately brings to light the intermediate phases between the French loan *butoor* (5Fr. *butor* 'bittern') and the folk etymology *puttreiger*, lit. 'frog heron' (WVD III,1:219). In an alphabetically arranged dictionary, etymological relations are more difficult to unco-

¹¹ <https://fuzzy.arts.kuleuven.be/rewo/wbd.htm>

¹² <https://fuzzy.arts.kuleuven.be/rewo/wld.htm>

¹³ <http://www.wvd.ugent.be/>

ver since the different words appear at their alphabetical positions.¹⁴

Considerando a própria organização temática a que se submete o Questionário Semântico-Lexical (QSL) do ALiB, parece que o DDB deva atender às mesmas áreas conceituais pensadas para esse questionário, abaixo reproduzidas, no caso de se detectar um volume de variação que o justifique, ou, já de posse dos resultados dos levantamentos, reduzi-lo a áreas conceituais mais amplas, em que alguns dos temas possam ser conjugados, sobretudo na elaboração dos fascículos impressos, haja vista que para a plataforma informatizada não pareça se justificar tal economia:

1. Acidentes geográficos
2. Fenômenos atmosféricos
3. Astros e tempo
4. Atividades agro-pastoris
5. Fauna
6. Corpo humano
7. Ciclos da vida
8. Convívio e comportamento social

¹⁴ Tradução livre: "A organização dos três dicionários mostra o interesse que Weijnen teve pela geografia dialetal e etimologia. A opção por uma estruturação temática faz com que lexias que denotem o mesmo conceito, mesmo que geograficamente distantes, possam ser arroladas em conjunto, permitindo inferências, quer na perspectiva etimológica (cronológica), quer sua identificação cartográfica. Um breve olhar na lista de palavras do dialeto flamengo como *butoor*, *putoor*, *putoor*, *puttaard*, *puttreiger*, para *bittern* (um tipo de pássaro) (holandês 'roerdomp', *Botaurus stellaris*), imediatamente esclarece as fases intermediárias entre o empréstimo francês *butoor* (5Fr. *butor* 'bittern') e a forma etimológica popular *puttreiger*, lit. 'frog heron' (WVD III,1:219). Em dicionários de estruturação alfabética, as relações etimológicas são menos evidentes, já que as diferentes palavras aparecem em sua estrita posição alfabética.

9. Religião e crenças
10. Jogos e diversões infantis
11. Habitação
12. Alimentação e cozinha
13. Vestuário e acessórios
14. Vida urbana

Como, na construção de dicionários, *aux problèmes de l'ordre alphabétique sont nécessairement liés ceux des variantes graphiques et des renvois* (CATACH et al., 1971, p. 23)¹⁵, o **DDB** deve privilegiar um sistema de remissão bastante eficiente e complexo, capaz de dar conta de todas as co-referências possíveis, incluindo-se aí o sistema de identificação isoglósica da unidade lexical sobre o que adiante se referirá na composição microestrutural a ser sugerida. No caso do **DDB** impresso (já que a programação de um dicionário eletrônico já prevê o que se segue), antecedendo cada um dos fascículos temáticos deve ser gerada uma lista de palavras, em ordem alfabética, grafematicamente apresentadas, com a devida remissão à entrada correspondente, para servir de guia aos consulentes. Note-se que possíveis realizações variacionais do tipo <abroba> ou <abobra>, relacionadas ao padrão *abóbora*, independentemente de não serem ortograficamente reconhecidas, devem ocupar sua posição alfabética nessa lista de palavras.

Convém aqui se fazer um alerta de que, enquanto em um dicionário geral da língua *le serviteur de la tradition*¹⁶ (CATACH et al., 1971, p. 167) por excelência não pareça haver espaço para a inclusão de variantes que fujam ao *status quo* linguístico, pelas também óbvias razões de economia e insuficiência de dados, um

¹⁵ Tradução livre: "aos problemas de ordem alfabética são necessariamente relacionados os das variantes gráficas e das remissões".

¹⁶ Tradução livre: "o servidor da tradição".

dicionário dialetal, ao contrário, deve abarcar toda a instabilidade gráfica que os usos reais da fala possam em si fomentar, mesmo que esses itens não venham a constituir uma cabeça de verbete na nomenclatura principal, senão lemas secundários na sua microestrutura, além de elementos integrantes do índice de palavras, como antes referido. Naturalmente, as unidades lexicais que não correspondam ao padrão ortográfico podem ser apresentadas em itálico ou por qualquer outro indicador estrutural que melhor sinalize essa condição, mesmo porque na perspectiva do programador sempre talvez haja uma melhor opção. O sistema de transcrição grafemática deve, todavia, ser o mesmo que tem sido adotado pela equipe do ALiB até hoje.

Conquanto a dimensão estrutural do **DDB** só possa ser considerada a partir da avaliação efetiva da base de dados, todas as respostas dos informantes aos três questionários, isto é, ao QFF, ao QSL e ao QMS, em todos os 250 pontos que são abrangidos pelo ALiB, devem ser consideradas em sua composição, ganhando-se com isso volume de informação, o que se refletirá naturalmente na riqueza vocabular do dicionário que se objetiva construir. Caberá ao programa informático a ser utilizado realizar as devidas correspondências temáticas e variacionais, a partir da etiquetagem de todo o material, inclusive de possíveis lexias e/ou colocações que possam ser identificadas, assim como a sua localização geográfica e realização fonética de maneira dinâmica. Outra questão macroestrutural a definir será a da adoção do sistema de abreviaturas, que deverá ser unívoco e invariante, em prol do perfeito processamento dos dados.

Quando se sugere o aproveitamento dos dados de todos os questionários, pressupõe-se que, como o foco é o léxico, muitos dados que não estejam presentes no QSL podem ser identificados nas respostas aos outros inquéritos dos outros questionários, nomeadamente os signos lexicais candidatos a lema secundário. Como a frequência não pode ser considerada como critério de le-

matização no caso do **DDB**, senão para dicionários gerais de língua, a quantificação não conta para a composição dos verbetes, isto é, não importa se um item apareça em mais de um questionário, já que a codificação XML dará conta de identificar qualquer redundância que um dado tem por ponto ou por informante. Ademais, quanto ao QFF (Questionário Fonético Fonológico) em especial, este servirá para assegurar o caráter variacional pretendido, garantindo possíveis variantes fonéticas de um item que, porventura, não exiba variação lexical no território nacional.

Enquanto proposta inicial, poder-se-ia pensar em uma microestrutura, isto é,

l'ensemble des informations ordonnées qui suivent l'entrée; cet ensemble a une structure constante qui répond à un programme et à un code d'information applicable à n'importe quelle entrée¹⁷ (REY-DEBOVE, 1971, p. 151),

que obedecesse à seguinte composição, em que os itens e indicadores estruturais fossem contemplados na ordem em que se apresentam. Estes últimos, ou seja, os indicadores, são sugeridos mormente para a versão impressa, ficando a critério do programador a alteração sistemática desses elementos na versão eletrônica do dicionário:

- **Lema principal.** Forma ortográfica canônica do item lexical ou da lexia composta ou complexa, em minúscula e negrito, com recuo à esquerda do restante do corpo do verbo, na edição impressa, e em qualquer outro destaque na versão eletrônica.

¹⁷ Tradução livre: "o conjunto de informações ordenadas, seguintes à entrada; correlacionada a uma estrutura constante que se refira a um programa e a um código de informação a serem aplicados a todas as entradas, indistintamente".

- **Lemas secundários.** Toda variação fônica identificada em relação ao lema principal, em transcrição fonética, sem negrito, antecedida por vírgula, com o número respectivo do ponto em que foi identificada a variante em questão, entre parênteses. A lista de pontos, assim como o mapa geral, integrará, obviamente, o *front matter* do dicionário impresso. No dicionário eletrônico, estabelecimento de *hiperlink* de cada realização fônica, para audição e para a identificação cartográfica da isoglossa, por botões de acesso.
- **Lemas múltiplos.** Em caso de particularidades de flexão ou derivação que porventura provoquem alomorfia lexemática, devem ser registrados na cabeça do verbo. A forma de apresentação no dicionário eletrônico pode ser indicada por botões de acesso, sinalizando femininos, plurais ou superlativos, por exemplo.
- **Classificação gramatical.** No sentido de permitir o "diálogo" futuro do DDB eletrônico com dicionários dialetais de outras línguas naturais, prevê-se a mesma classificação adotada pelos dicionários-de-base dos programas que serão utilizados na sua concepção.
- **Etimologia.** Considerando que *la dialectologie a contribué à faire avancer très efficacement une science essentiellement historique, celle de l'étymologie*,¹⁸ como afirma Picoche (1973, p. 12), e que a informação etimológica se constitui para a lexicografia um dado de extremo interesse, sobretudo em casos de homonímia, deve-se prever seu levantamento em todas as unidades lexicais passíveis de apuramento, apondo-se, inclusive, as discrepâncias detectadas entre os diversos etimólogos con-

¹⁸ Tradução livre: "a dialectologia contribuiu bastante para o desenvolvimento eficaz de uma ciência essencialmente histórica, a etimologia".

sultados. Em caso de impossibilidade de precisão, fazer constar o termo "ignorada", ou similar.

- **Definição.** Como se sabe, *one of the main reason why people consult dictionaries is that they want to get information about meaning*¹⁹ (Moerdijk, 2003, p. 273). Não obstante ser essa máxima muito mais relacionada a dicionários gerais do que propriamente a dicionários dialetais, já que para estes o centro do interesse é a própria identificação da variação espacial, prevê-se a elaboração de definições lexicográficas para todos os itens selecionados, isto é, definições que comportem uma paráfrase sêmica, por assim dizer, de compromisso, em que se explicitem o *genus proximum* e as diferenças específicas da lexia em foco, evitando-se com isso a perpetuação de uma prática condenável, por vezes muito utilizada pela lexicografia contemporânea, que é a da definição sinonímica.
- **Abonação.** Embora nem sempre seja possível apresentar um contexto frasal real que possa abonar cada um dos lemas selecionados, em razão da própria característica dos questionários (que por vezes prevêem como resposta apenas uma lexia que represente um dado conceito que se quer perscrutar), prevê-se no DDB, quando possível, o registro de todas as concordâncias relacionadas ao item, existentes no *corpus*. Em caso de sua ausência, por completa indisponibilidade de registro na resposta ao questionário, repetir o signo lematizado como aparece na base de dados.
- **Remissão.** O sistema de remissão deve dar conta quer dos casos de variação fonética, quer dos casos de variação lexical, assim como de possíveis relações de antonímia e homonímia, aí

¹⁹ Tradução livre: "uma das principais razões por que as pessoas consultam dicionários é em função de desejarem informação sobre o significado".

incluídos os homógrafos e homófonos, obviamente. Estas últimas relações podem ser consultadas no dicionário eletrônico através de botões de acesso. No caso do dicionário impresso, a indicação pode fazer parte da microestrutura final do verbete. Deve-se atentar ainda para o estabelecimento de uma rede remissiva que permita a visualização cartográfica integrada de uma determinada ocorrência lexical, em todos os pontos geográficos em que esta ocorra, gerando-se, aí, as isoglossas correspondentes. No dicionário impresso, essa relação deverá ser feita pela indicação do ponto que é apresentado logo após a variante, entre parênteses. O consulente que deseje conhecer maiores detalhes deverá consultar, naturalmente, o *Atlas Linguístico do Brasil*, em seu formato cartográfico, que, provavelmente, deverá estar disponível por acesso remoto.

- **Marcas de uso.** Após a análise dos dados gerais do ALiB, proceder ao inventário das marcas identificadas, com vistas a seu registro, quer no dicionário eletrônico, quer no impresso.

Conclusão

Pretendeu-se, de forma geral, apresentar as bases preliminares de elaboração do **Dicionário Dialectal Brasileiro (DDB)**, obra de verve coletiva e interinstitucional, que envolverá diversos especialistas, quer na área da dialectologia, quer nas áreas da lexicografia e das ciências da informação, do Brasil e da França.

Sua concepção não está voltada ao tratamento isolado de dialetos brasileiros, mas visa permitir uma visão pandialectal da realidade variacional do léxico no Brasil, com base nos dados do Projeto *Atlas Linguístico do Brasil* (Projeto ALiB).

Considerando que, "sem o conhecimento da história, da cultura e do momento presente, é impossível se pensar na elaboração

de um dicionário”, como bem assinalou, oralmente, Jean Pruvost em uma recente Jornada de Dicionários, na Universidade de Cer-
gy-Pontoise, na França, e que

ce n'est pas à travers un terme seul que l'on pourra donner toute la dimension culturelle dont il est question, mais en utilisant les différents reseaux de nomenclature traversant l'ensemble de l'ouvrage²⁰ (FERRARA, 2009, p.191-192),

o **DDB** objetiva conjugar de forma abrangente língua e cultura, no sentido de permitir o conhecimento maior possível da relação dialetal que se estabelece, através do léxico, nas comunidades que o utilizam.

²⁰ Tradução livre: “não é através de um termo isolado que se poderá dar toda a dimensão cultural da qual faz parte, mas utilizando as diferentes redes de nomenclatura que perpassa o conjunto da obra.”

Referências

BARBATO, Marcello; VARVARO, Alberto. Dialect dictionaries, *International Journal of Lexicography*, v. 17, nº 4, p. 429-439, dec 2004.

CARDOSO, Suzana Alice. *O papel das pesquisas sociolinguísticas e dialetológicas para os estudos do português brasileiro*. Salvador, 23 p. Trabalho não publicado.

CATACH, Nina; GOLFAND, Jeanne; DEVUX, Roger. *Orthographe et lexicographie*. Tome I. Paris: Didier, 1971. 333 p.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALIB. *Atlas Linguístico do Brasil: questionários*. Londrina: Editora UEL, 2001.

FERRARA, Alice. Le 'dictionnaire d'un pays, le pays d'un dictionnaire' un type particulier de dictionnaire lexicoculturel, *ÉLA*, nº 154, p. 191-203, avril-juin 2009.

MOERDIJK, Fons. The codification of semantic information. In: STERKENBURG, Piet van (ed.). *A practical guide to lexicography*. Amsterdam: John Benjamins, 2003. p. 273-293.

PICOICHE, Jacqueline. Les monographies dialectales (domaine gallo-roman), *Langue Française*, v. 18, nº 1, p. 8-41, 1973.

PIEL, Joseph Maria. Origens e estruturação histórica do léxico português. In: CASTRO, Ivo et al. *Curso de história da língua portuguesa: leituras complementares*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991[1976]. p. 233-242.

PRUVOST, Jean. Quelques perspective lexicographiques à mesurer à l'aune lexicoculturelle, *ÉLA*, nº 154, p. 137-153, avril-juin 2009.

QUEMADA, Bernard. Bases de données informatisées et dictionnaires, *Lexique*, nº. 2 p. 101-120, 1983.

REY-DEBOVE, Jacqueline. *Etude linguistique et sémiotique des dictionnaires français contemporains*. La Haye/Paris: Mouton, 1971.

RONCO, Giovanni. Au delà des dictionnaires: les atlas linguistiques. *International Journal of Lexicography*, v. 17, n. 4, p. 441-455, dec. 2004.

ROSSI, Nelson et al. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL, 1963.

RYS, Kathy; KEYMEULEN, Jacques van. Intersystemic correspondence rules and heawords un Dutch Dialect Lexicography. *International Journal of Lexicography*, vol. 22, nº 2, p. 129-150, abril 2009.

VILELA, Mário. *Estruturas léxicas do português*. Coimbra: Almedina, 1979.

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Yakov (Eds.) *Directions for Historical Linguistics: A Symposium*. Austin: University of Texas Press, 1968. p. 95-195.

ESTUDOS DE DIALETOLOGIA EM MINAS GERAIS: BREVE HISTÓRICO

DIALECTOLOGIC STUDIES IN MINAS GERAIS: A BRIEF HISTORY

Ana Paula Rocha

(UFOP/CNPq)

Jânia M. Ramos

(UFMG/CNPq)

RESUMO: Neste texto, serão discutidos dois trabalhos que tratam dos dialetos existentes no estado de Minas Gerais: as pesquisas desenvolvidas na UFJF, na década de 70, que resultaram na confecção e publicação do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, vol. 1, e o Projeto Mineirês, desenvolvido na UFMG, nos anos de 2007 e 2008. Os objetivos deste texto são discutir os resultados a que os dois trabalhos chegaram e apontar inter-relações e desdobramentos, indicando novos tópicos de pesquisa a serem desenvolvidos para que se descrevam os dialetos mineiros, tanto do ponto de vista geolinguístico quanto do ponto de vista sociolinguístico.

Palavras-chave: Dialetos mineiros. Dialectologia. Geolinguística. Sociolinguística.

ABSTRACT: This paper presents a discussion of two works that deal with the dialects spoken in Minas Gerais state. The first is a research carried out by the Federal University of Juiz de Fora (UFJF) in the 70s, which resulted in making and publishing the work called *Esboço de um*

Submetido em: 14/07/2009

Accito em: 18/11/2009

Atlas Lingüístico de Minas Gerais, vol. I (Outline of a Linguistic Atlas of the State of Minas Gerais, volume I). The second is the project called *Projeto Mineirês*, developed by the Federal University of Minas Gerais in 2007 and 2008. The aims of the present text are to discuss the outcomes of those works, and indicate their interrelationships and unfoldings, suggesting new topics for research so that the Minas Gerais dialects are described from both geolinguistic and sociolinguistic points of view.

Keywords: Dialects from Minas Gerais. Dialectology. Geolinguistics. Sociolinguistics

Introdução

Neste texto, trataremos dos estudos dialetológicos realizados em Minas Gerais e enfocaremos dois trabalhos em especial: (i) as pesquisas desenvolvidas na UFJF, na década de 70, que resultaram na confecção e publicação do *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, vol. I (doravante EALMG); (ii) o Projeto Mineirês – desenvolvido na UFMG entre os anos de 2007 a 2008 –, cujos resultados foram apresentados à comunidade acadêmica através de publicações de diversos tipos.

Sabemos haver outros trabalhos e projetos que tratam da Dialetologia em Minas Gerais. O enfoque dado aos dois trabalhos, no entanto, se justifica. A publicação do EALMG pode ser tomada como um marco na história dos estudos dialetológicos sobre a fala mineira e, além disso, faz parte de um momento importante da dialetologia brasileira, no qual se impôs a relevância do trabalho de campo assentado sobre uma metodologia solidamente traçada, o que resultou na publicação de alguns atlas regionais. O Projeto Mineirês, por sua vez, reuniu pesquisadores variacionistas e formalistas, propiciando assim que fossem analisados, mais profundamente do que se pode fazer na descrição de um atlas, aspectos característicos da fala mineira.

Por onde se anda no Brasil, sempre se encontra alguém que queira imitar a fala mineira, inúmeras vezes lembrada – ou caricaturada – em piadas, na literatura e na mídia em geral. O “mineirês” é conhecido de todo o povo brasileiro e é falado ingenua e intuitivamente em um dos maiores e mais povoados estados do Brasil. Mas o mineirês é, por certo, muito mais complexo do que supõe a sabedoria popular.

Nossa intenção é, nas próximas seções, elencar, em linhas gerais (dado o escopo deste texto), os principais pontos da fala mineira revelados pelos trabalhos citados e apontar caminhos a serem seguidos por estudos futuros.

O "Esboço de um Atlas Linguístico de Minas Gerais"

Segundo informações encontradas no volume I do EALMG, o Decreto nº 30.643/52, art. 3º, parágrafo. 3º, previa, entre outros pontos, a elaboração de um Atlas Linguístico do Brasil, o qual, dadas as dificuldades evidentes que seriam encontradas em sua execução, não pôde vir a ser realizado, o que levou o Prof. Antenor Nascentes, então membro da Comissão de Filologia do Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa – instituída pelo mesmo decreto anteriormente mencionado –, a propor a elaboração de atlas regionais a partir dos quais se realizaria, no futuro, o almejado atlas nacional.

Nesse contexto, o Prof. Nelson Rossi, que se tornara docente na Universidade Federal da Bahia, publica, em 1963 – onze anos após a publicação do decreto citado –, o *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Anos depois, um grupo de professores da Universidade Federal de Juiz de Fora toma conhecimento da referida obra e propõe-se a realizar trabalhos semelhantes em Minas Gerais. Tal grupo era constituído pelos Profs. José Ribeiro, Mário Roberto L. Zágari, Antônio Pereira Gaio e José Passini, os quais, coincidentemente, também na década de setenta, cursaram o recém-criado mestrado em Letras na PUC-RJ, onde foram orientados pelo Prof. Jürgen Heye.

O Prof. Heye havia chegado ao Brasil, disseminando aqui a pesquisa em sociolinguística, então em desenvolvimento nos Estados Unidos, sob liderança do linguista William Labov. Sua contribuição foi, portanto, fundamental para que seus orientandos mineiros realizassem trabalhos com o maior rigor metodológico possível.

Naquele momento, os estudos dialetológicos já se encontravam assentados sobre uma metodologia bastante refinada. Já se reconhecia a importância do trabalho de campo, com coletas *in*

loco, e a seleção criteriosa dos informantes entrevistados. No EALMG, há, além dessas marcas, outras que sinalizam que seus autores já haviam tido contato com a Sociolinguística laboviana e já pretendiam vir a incorporá-la ao atlas.

No capítulo I, vê-se o seguinte subtítulo: "Metodologia: o controle das variáveis". O atlas não apresenta análises quantitativas, mas, na seleção dos informantes, mostra um controle rígido sobre os fatores que compõem o perfil dos falantes: controlam-se, entre outros, o sexo, a faixa etária e, inclusive, fatores referentes ao perfil dos pais dos informantes. Ainda no volume I, vê-se, no "Plano da obra", que o volume III do EALMG teria um capítulo intitulado "Sociolinguística", no qual seriam discutidas as possíveis influências da fala de antigos quilombos sobre a fala de negros residentes em Serro, Capela Nova e Soledade e da fala indígena sobre residentes em Machacalis. Ou seja, ainda na década de setenta, a equipe mineira já mostrava conhecer a importância que o contato linguístico assumiria na agenda da Linguística.

Impõe-se destacar as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores no cumprimento da tarefa que, com espírito pioneiro, abraçaram.

O volume I, publicado em 1977, tem sido, desde então, um conjunto de pistas seguidas por vários estudiosos da fala mineira. Tem servido como modelo para os trabalhos dialetológicos realizados no Brasil nas duas últimas décadas. E tem sido também um modelo de espírito de desprendimento que se impõe a qualquer pesquisador seja de que área for. Os volumes II e III do Atlas, entretanto, não chegaram a ser publicados, provavelmente pela desintegração da equipe original – o Prof. José Ribeiro faleceu antes mesmo da publicação do volume I e os Professores Antônio Gaio e José Passini aposentaram-se.

A fala mineira representada no EALMG: convergências e divergências

A confecção dos mapas que compõem o EALMG pautou-se em algumas informações obtidas na aplicação dos questionários. As perguntas referentes ao léxico foram organizadas segundo dois "campos semânticos": *tempo* e *folgedos infantis de rua*. E, com relação às questões fonéticas, o foco recaía sobre as ocorrências de [tʃ], [r] e [ɛ,ɔ], ou seja, a fricção antes de [u], o uso do retroflexo e o abaixamento da pré-tônica.

Para investigar se o informante usava, por exemplo, *garoa*, *neblina* ou *sereno*, o entrevistador perguntava como se chama "uma chuva fininha, contínua, enjoada". Se o informante dissesse *neblina* ou *sereno*, a resposta serviria para a confecção não apenas de um mapa lexical, mas também de um mapa fonético.

Feitos os mapas, observou-se que as respostas, postas na carta, formavam contínuos bem delimitados, ou seja, uma mesma resposta cobria uma determinada região e, quase sempre, concentrava-se nela. Assim, foi possível traçar isoglossas, que são traçados estendidos até linhas virtuais. Cada item lexical ocupa um mapa com traçados de isoglossas, mas vários itens podem servir a um mapa fonético, já que, por exemplo, vários itens podem apresentar abaixamento de pré-tônicas numa determinada região observável nas cartas.

A título de ilustração, têm-se os seguintes exemplos:

- (i) *Neblina* mostra-se, em detrimento a, por exemplo, *garoa*, como a opção lexical de uma faixa que engloba quase todas as zonas do estado, com exceção das que se encontram ao norte e a leste.
- (ii) Já *chuva-de-flor* ocorre, como alternativa a *chuva-de-pedra*, em zonas que se concentram na parte setentrional do estado.

- (iii) O abaixamento da pré-tônica ocorre em zonas concentradas no norte do estado.
- (iv) A fricção de [t] antes de [u] também ocorre nessa última região, mas não nela toda.

As isoglossas fonéticas, em especial, levaram Zágari (1998) a propor a divisão da fala mineira em três: a abaianada, concentrada no norte do estado; a apaulistada, concentrada nos municípios que fazem divisa com São Paulo; a tipicamente mineira, que envolve as demais zonas e não apresenta as marcas das outras duas falas.

Desdobramentos

A observação das isoglossas encontradas no EALMG bem como a proposta posterior de Zágari referente a uma tripartição no estado levam a algumas questões:

- (i) Apenas os traços fonéticos elencados no EALMG seriam suficientes para se manter a referida tripartição?
- (ii) Se a tripartição de Zágari se verifica, pode-se cogitar que tenha relação com a história do povoamento de Minas. Verificar essa relação entre traços fonéticos dos "falares" – expressão tomada a Zágari (1998) – mineiros e a história da ocupação e povoamento do estado é uma tarefa ainda não totalmente cumprida.
- (iii) A tripartição sustenta-se sobre os dados fonéticos, não sobre os lexicais. Ainda assim, seria possível mantê-la? Se se decide não priorizar o componente fonético, então se estará desprezando o componente que, para o falante comum, parece ser o mais perceptível na caracterização de cada região.

- (iv) Ainda que as isoglossas lexicais sejam muito diferentes entre si, não permitindo, como acontece com as fonéticas, traçar isoglossas gerais, o fato é que elas não deixam de ser isoglossas. Em outras palavras, há um contínuo entre as localidades em que uma dada entrada lexical ocorre. A única exceção é *pilão*, que ocorre em regiões descontínuas, que, por sinal, chegam a invadir pequenas porções de cada uma das três regiões principais apontadas por Zágari. É verdade que, em alguns casos, a isoléxica ocupa parte de apenas uma das três regiões principais, mas essa não é a regra – pelo menos no que tange ao EALMG. Tendo em vista as isoglossas lexicais que não coincidem com as fonéticas nem parcialmente, seria possível e necessário criar hipóteses que tentem criar subdivisões dentro das subdivisões já apontadas por Zágari?

Acima foram apontadas questões que podem nortear, à luz do EALMG e de Zágari (1998), novas pesquisas dialetológicas em Minas Gerais. A seguir, a explanação sobre o Projeto Mineirês também trará à tona questões ainda a serem respondidas.

O Projeto Mineirês

Trata-se de um projeto de equipe, intitulado *A CONSTRUÇÃO DE UM DIALETO: o mineirês belo-horizontino*, que reuniu sete pesquisadores doutores¹ e vários auxiliares de pesquisa, com apoio financeiro da FAPEMIG. Iniciado em 2007, teve por objeti-

¹ Jânia Ramos (UFMG/CNPq), Maria do Carmo Viegas (UFMG), Lorenzo Vitral (UFMG/CNPq), Fábio Bonfim Duarte (UFMG), José Olímpio Magalhães (UFMG), Mônica Alkmim (UFOP) e Sueli Maria Coelho (UFOP).

vo identificar e descrever especificidades do dialeto belo-horizontino contemporâneo, tomado como representativo do falar propriamente mineiro. Outro objetivo pretendido foi fornecer explicações de natureza sócio-histórica dos fatos descritos. A inovação desse projeto consistiria em testar a tripartição geolinguística apresentada no EALMG.

Feita a descrição formal dos fatos linguísticos investigados, partiu-se para análises de natureza quantitativa do *corpus* analisado. Para tanto, foram feitas análises com base no tempo aparente, isto é, foram comparados os comportamentos linguísticos de pessoas de diferentes faixas etárias. Além disso, verificou-se em que área geolinguística os fenômenos ocorriam e, se ocorriam, qual era a frequência e probabilidade de ocorrência. Estes recursos permitiram a datação dos fenômenos analisados. Em seguida, buscou-se justificar os índices de frequência, com base em fatores extralinguísticos, historicamente contextualizados.

Fatos linguísticos investigados

Em relação ao conjunto de traços atribuídos ao dialeto mineiro, ou mais exatamente falar mineiro, identificado desde Nascentes (1954), fizemos um levantamento em sites de diferentes tipos. Após uma síntese inicial, chegamos a um total de 35 classes de fenômenos que, posteriormente, foram reduzidas a dez classes, do ponto de vista fonético-fonológico, e duas, do ponto de vista sintático. As doze classes resultantes aparecem abaixo.

- 1) redução de segmentos átonos: e (conectivo) > i - ; que > k - apagamento de segmentos átonos; para > pr - apagamento de segmentos átonos; que > Ø - apagamento de segmentos átonos; não > n - apagamento de segmentos que se tornaram átonos; de > d - apagamento de segmentos átonos;

- 2) apagamento da sílaba átona final: mês (mesmo); ó (olhe); quei (queijo); on (onde); pó (pode); confor (conforme); nigucim (negocinho); piquininim (pequeninho); lugarzim (lugarzinho);
- 3) apagamento da consoante final: guaraná (guaranás); pô (por); fô (for); mai (mas); dimai (demais); rapai (rapaz), redá (arredar); rastá (arrastar); sô (senhor);
- 4) apagamento de segmentos pós-tônicos não finais: oi (olhe); ons (ônibus); es (eles);
- 5) apagamento da vogal átona final: belez (beleza); iss (isso), jud (ajude a); es (esse);
- 6) apagamento de segmentos iniciais átonos: estou > tô; você > cê, oceis; arredar > redá; arrastar > rastá; ajude a > juda;
- 7) apagamento de segmentos pré-tônicos não iniciais: senhor > sô;
- 8) ditongação: mas > mais; nós > nós; bom > bão; rapaz > rapai; vocês > oceis;
- 9) monotongação: eu > ô ; estou>tô; vou>vô; não > num
- 10)alçamento, ou elevação das vogais médias pré-tônicas: negocinho > nigucim; demais > dimais; pequenininho > piquininim.

Conforme assinala Maria do Carmo Viegas, pesquisadora responsável pelo agrupamento acima, excetuando-se a ditongação, todos os demais processos constituem um tipo de redução. As classificações feitas seriam, portanto, generalizantes. A análise de cada caso (apócope, elisão, degeminação, etc.) deve ser feita com base em grande volume de dados.

As duas classes, formadas a partir do ponto de vista sintático, são:

- (1) concordância e
- (2) gramaticalização de advérbios (mesmo>mês; não>num), nomes (Nossa Senhora> Nó); e pronomes (eles>es).

Verificadas ocorrências representativas de cada uma das classes, foi feita a análise quantitativa, nos moldes da teoria da variação. Os *corpora* analisados são formados basicamente por entrevistas sociolinguísticas. O acervo analisado conta com dados de fala de Belo Horizonte, de São João da Ponte, de Arceburgo, de Mariana e de Ouro Preto. As transcrições e entrevistas foram digitalizadas. Além desses *corpora* de uso comum, há os *corpora* coletados pelos mestrados, de uso restrito, dos municípios de Itaúna, Machacalis, Ouro Branco e Piranga.

Os resultados

Faremos nesta seção uma síntese dos resultados obtidos.

Conforme vimos na seção 1.1, um dos processos fonológicos investigados foi o alçamento das vogais médias [e] e [o] em posição pré-tônica. Esse processo foi objeto de estudo no Projeto Mineirês e verificou-se que a variação entre vogais médias baixas e médias altas, em Minas Gerais, é bastante grande. Foram identificados percentuais de harmonia vocálica, redução e abaixamento em Ouro Branco e Piranga, na zona da Mata (DIAS 2008), e Machacalis, no vale do Mucuri (ALMEIDA, 2008). No contexto de vogal alta, a título de exemplificação, tem-se a manutenção da vogal média, na proporção de 83% em Ouro Branco, 68,9% em Piranga e 31,7% em Machacalis (VIEGAS e LEE, 2008). Projetando estes dados sobre o mapeamento feito no EALMG, vemos uma diferença significativa entre o falar abaiado e os demais, o que corrobora os resultados de Nascentes (1953) e os do EALMG.

Outro processo fonológico investigado foi o apagamento de vogal átona em sílaba /iv/ como em amarel ~ amarelu no muni-

cípio de Itaúna que mostrou ser um processo pós-lexical (Viegas e Oliveira, 2008). Sobre o apagamento do /ɪ/ em sílaba átona final no mesmo dialeto, verificou-se que o apagamento é um fenômeno fonético-fonológico que interage com um fenômeno sintático. A fronteira de frase fonológica não desfavorece o apagamento no caso dos pronomes em posição sujeito, pois o apagamento é significativamente maior na fronteira frasal entre sujeito e verbo. Se tais resultados forem confirmados em levantamentos mais amplos, teremos então não mais fronteira de frase fonológica, mas a constituição de um grupo clítico (Viegas e Oliveira, 2007).

O estudo da queda de apagamento de sílaba em contextos envolvendo a preposição *de* em Belo Horizonte, em *corpus* de fala cuidada, gravada no Laboratório de Fonética da UFMG, permitiu "indicar que o padrão é de não apagamento: em 179 ocorrências em que estavam presentes todas as condições segmentais para o apagamento, houve 45 realizações da preposição *de*, 18 apagamentos e 42 usos de recursos para evitar a queda de sílaba" (Barbosa, 2007, p.39). Foi feita uma comparação entre a pronúncia de vogais em diversas regiões do país, acompanhadas de hipóteses de natureza sócio-histórica (VIEGAS, no prelo).

Outros níveis gramaticais também foram contemplados. Apresentou-se uma discussão sobre as hipóteses referentes à origem do uso de 'uai'; além disso documentou-se a ocorrência, no inglês, do item *why*, usado como interjeição (ALBUQUERQUE, no prelo). Foram analisadas as condições sob as quais há queda da última sílaba do verbo *poder* (COELHO, no prelo). Foram também apontados fatores linguísticos e sociais que condicionam a realização do item *não* como *num*, *nu* ou apenas com uma leve nasalização (SOUZA, no prelo). Investigou-se também o modo pelo qual o item *senhor* se realiza nos vocativos e qual seu papel na posição do próprio vocativo na sentença (MOREIRA e ALK-MIM, no prelo). Foi também realizada uma pesquisa sobre os diferentes significados que o item 'trem' codificou em diferentes

momentos de tempo (RAMOS, no prelo). Documentou-se e buscou-se reconstruir a história da construção *ia[m] te matar você* (DUARTE e DINIZ, no prelo). Em relação à prosódia, revelou-se o modo pelo qual o ritmo e outras variáveis acústicas podem interferir na realização sonora das palavras (MAGALHÃES, no prelo). Um ensaio sobre a atitude dos falantes foi elaborado com base em evidências de caráter sócio-histórico (VITRAL, no prelo). Traçou-se também um quadro sócio-demográfico dos primeiros moradores de Belo Horizonte, apontando fatos relevantes para a formação do futuro dialeto local (SOUZA e CHAVES, no prelo).

Desdobramentos

Os resultados do *Projeto Mineirês*, como ficou sendo reconhecido, desdobram-se em outros projetos. Citaremos aqui dois deles. Será feita uma pesquisa diacrônica, que focalizará a presença dos fenômenos documentados na fala atual. Um *corpus* de língua portuguesa escrita e produzida em Minas no século XIX, será constituído. Desse modo, pretende-se dar continuidade à datação e busca de outras informações referentes à implementação das mudanças. Outro projeto vai focalizar a queda de segmento átono inicial, buscando verificar os casos em que este processo leva à estigmatização dialetal.

Conclusões

Os mapas de isoglossas presentes no EALMG, através dos quais Zágari delimita uma área específica para o falar mineiro típico, serviram como ponto de partida para o Mineirês, que, através da seleção de um conjunto de traços linguísticos, busca caracterizar melhor este que seria o falar ou dialeto mineiro.

O Mineirês não apenas faz um levantamento descritivo de traços característicos desse dialeto, mas ainda os analisa à luz de

teorias linguísticas que extrapolam a simples descrição, como as relacionadas à gramaticalização.

Na seção 1.2, viu-se que a delimitação dos dialetos principais existentes em Minas Gerais é mais complexa do que parece. Viu-se também que o EALMG já havia apontado que os estudos sociolinguísticos podem elucidar a relação entre essa delimitação e a sócio-história de cada região investigada. O Projeto Mineirês avança na abordagem sociolinguística, mas mostra também a dificuldade de controle dos dados numa pesquisa com esse viés.

Como se viu, ambos os projetos aqui apresentados em linhas gerais, por um lado, trazem elucidacões sobre os dialetos mineiros e, por outro lado, evidenciam o quanto podem ser proficuas as pesquisas dialetológicas e sociolinguísticas em Minas Gerais.

Referências

- ALBUQUERQUE, I. M. B. L. *Uai: breve história*. In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês e a fala dos belo-horizontinos*. Inédito.
- ALMEIDA, L. *Estudo das vogais na região de Machacalis-MG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais. 282 p.
- BARBOSA, M. D. S. *Um estudo da redução vocabular: apagamento de sílaba em contextos envolvendo a preposição de no português falado em Belo Horizonte*. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Letras) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2007.
- BONFIM, F. M.; DINIZ, C. *Eu te falei para você: redobro de pronomes?* In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês e a fala dos belo-horizontinos*. Inédito.
- COELHO, S. M. *Pode pôr? ou pó pôr? - um estudo de redução fônica*. In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês e a fala dos belo-horizontinos*. Inédito.
- DIAS, M. R. *Estudos das vogais na região de Piranga e Ouro Branco/MG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). Universidade Federal de Minas Gerais. 296 p.
- DUARTE, F. B. e DINIZ, C. R. *Eu te falei para você: redobro de pronomes?* In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês: estudos sobre os falares mineiros*. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (a sair).
- MAGALHÃES, J. O. *A prosódia na prosa do mineiro*. In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês: estudos sobre os falares mineiros*. Vol. 1. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (a sair).
- MOREIRA, J. C.; ALKMIM, M. A. *Senhor e Sô em vocativos*. In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês e a fala dos belo-horizontinos*. Inédito.
- NASCENTES, A. *Bases para a elaboração de atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958.
- RAMOS, J. *Sobre os usos da palavra 'trem'*. In RAMOS, J. (org.) *O Mineirês e a fala dos belo-horizontinos*. Inédito.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E SENSO COMUM: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

LINGUISTIC VARIATION AND COMMON SENSE:
SOME CONSIDERATIONS

Célia Marques Telles

Universidade Federal da Bahia/CNPq

RESUMO: Busca-se compreender o quanto o falante percebe da variação da língua que utiliza. Para tanto, exemplifica-se com os depoimentos de escritores latinos como Cícero e Quintiliano, em suas obras sobre a oratória, e naquele de Santo Agostinho. Ao considerar-se o período da diglossia latim/romance emergente, examinam-se os textos do Concílio de Tours e os Serments de Estrasburgo. Passa-se, então, para o panorama dialetal da Itália no *De vulgari eloquentia* de Dante Alighieri. Completa-se o esboço historiográfico mostrando como no Portugal quinhentista a obra literária de Gil Vicente reconfigura as variantes linguísticas, além dos dados sobre a variação nos textos de D. João de Castro e de Gabriel Soares de Sousa. Finalmente, a partir de dois gramáticos quinhentistas (Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão), verifica-se como na sua obra aparecem os dados que demonstram seu conhecimento da variação linguística do português.

Palavras-chave: Variação linguística. Senso comum. Dante Alighieri. Português quinhentista.

ABSTRACT: We need to understand how much the speaker knows about the variation on his own language. For this, we use examples of Latin writers testimonies, as Cicero and Quintiliano, in their works on oratory, as well that one of Saint Augustine. When we consider the latin/emergent Romance diglossy period, the texts of the *Council of Tours* and the *Strassburg Oaths* are examined. Then, we see the Italian dialectal panorama, as it was described in Dante Alighieri's *De vulgari eloquentia*. This historiographic essay is completed showing as in the 16th century on Portugal, the literary works of Gil Vicente represent the linguistic variations, as well as the variation data in the texts of D. João de Castro and Gabriel Soares de Sousa. At last, from two grammarians of the 16th century (Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão), we observe how in their works the data that demonstrate their knowledge of the Portuguese linguistic variation appear.

Keywords: Linguistic variation. Common sense. Dante Alighieri. Portuguese language in the XVIth century.

Introdução

Como se sabe, o conhecimento que o falante comum tem da variação da língua que utiliza não é um dado novo. A variação interna da língua latina é fato conhecido pelos falantes de latim no século I. a.C., como atesta Cícero, em carta a Peto ou a Ático, citando o *sermo plebeius* ou o *sermo familiaris*:

[...] Quid tibi ego in epistulis videor? Nonne *plebeio sermone* agere tecum? Nec enim sempre eodem modo (*Ep. ad familiaris*, IX, 21)¹.

[...] Nolebam illum nostrum *familiarum sermonem* in alienas manus devenire (*Ad Atticum*, I, 9)².

No séc. IV d.C. Santo Agostinho confirma a situação diglósica dos habitantes do Império Romano:

[...] Melhor est reprehendant nos grammatici quam non intelligant populi (*In Psalm.*, 138, 20)³.

Em artigo que analisa a variação do latim e a formação das línguas românicas, Nilton Vasco da Gama (1995), fundamentado em Quintiliano e em Cícero resume:

Uma primeira série de variantes latinas será aquela de variantes cronológicas, ou melhor, de variantes geracionais, variação que se pode entrever nas observações de Quinti-

¹ Traduzindo: "Que tal te pareço nas cartas? Por ventura falo contigo na língua da plebe (*plebeio sermone*)? Com efeito, nem sempre da mesma maneira".

² Traduzindo: "Não desejo que nossa língua familiar (*familiarum sermonem*) caia em mãos alheias".

³ Traduzindo: "É melhor ser repreendido pelos gramáticos do que não ser compreendido pelo povo".

liano⁴. As variantes latinas que foram levadas pelos conquistadores para as ilhas da Sardenha, Córsega e Sicília, ou para a Península Ibérica, são mais antigas do que aquelas implantadas na Gália ou na Dácia, porém mais recentes do que aquelas transplantadas para o Centro e Sul da Itália. Outra espécie de variante, a que já se pode fazer referência prende-se à variação regional do latim, assim a *variante regional de Roma (sermo urbanus)*, por exemplo, opor-se-á às *variantes regionais da própria Itália, da Sardenha, da Hispânia, da Gália, da África*⁵.

[...] Os próprios autores latinos, como Cícero e Quintiliano, referiam-se a esta variação do sistema linguístico latino, isto é, falavam na existência de *sermones*⁶.

[...] A língua latina culta, a depender das suas funções, poderá deixar transparecer elementos característicos da língua latina espontânea, são os chamados vulgarismos de Plauto, de Cícero, de Petrónio, entre outros. Uma passagem de Quintiliano mostra essa interação⁷, e é o mesmo autor quem fala a propósito da variante linguístico-social mais tensa em outro capítulo do seu trabalho sobre a oratória⁸. Por outro lado, no *Orator*, Cícero refere-se à sua própria atitude de falante ou à de seus contemporâneos⁹.

⁴ Remete para o *De institutione oratoria*: I, 5; I, 6; VIII, 3; IX, 3; IX, 4; X, 2 (QUINTILIEN, 1884).

⁵ Remete, novamente para o *De institutione oratoria*: I, 5; VIII, 2 (QUINTILIEN, 1884).

⁶ Remete, mais uma vez para o *De institutione oratoria*: I, 6; X, 1 (QUINTILIEN, 1884) e para Cícero (1952b): IX, 21.

⁷ Novamente remete para o *De institutione oratoria*: II, 4 (QUINTILIEN, 1884).

⁸ Aqui faz remissão para o *De institutione oratoria*: XII, 10 (QUINTILIEN, 1884).

⁹ Nesse ponto remete para o *Orator*: XLVIII e LI, respectivamente (CICERO, 1952a).

No início do século IX essa ausência de intercompreensão de que falava Santo Agostinho cinco séculos antes é reconhecidamente geral, a ponto de os Concílios (de Arles, de Chalon, de Maguncia, de Reims e de Tours) terem sido convocados para avaliar o estado da igreja à época e estabelecer diretrizes para o futuro estabelecimento de uma comunidade cristã. Desse modo, o Concílio de Tours (em 813) determina que as homilias (pregações) sejam feitas na *rustica romana lingua* (a variante comum aos diferentes habitantes da România) ou na *Thiotisca* (tudesca):

[...] et ut easdem onelias quisque aperte transferre in rusticam Romanam linguam aut Thiotiscam, quo facilius cuncti possint intelligere quae dicuntur (*Canon 17*)¹⁰.

A propósito desse trecho, que é o Cãnone 17 do texto do Concílio de Tours, diz Roger Wright, mostrando a diversidade existente:

Este Canon especifica no solamente el contenido y la finalidad de las homilias principales, sino también el modo en que deben leerse; el predicador debe cambiar a la *rustica Romana lingua* o alemán (*Thiotiscam*), para que los fieles se enteren. En este caso la palabra *Rustica* parece estar en decidida oposición a la latinidad del resto de las ceremonias de la Iglesia. No cabe duda de que esta instrucción estaba dirigida a las mismas personas a las que al mismo tiempo se exhortaba machaconamente para que usaran el nuevo "latín" en otras ocasiones; la novedad de este problema explica el hecho de que ningún otro Concilio de siglos ante-

¹⁰ Traduzindo: "[...] e que cada um procure trasladar amplamente as próprias homilias na língua rústica romana ou na tudesca (*in rusticam Romanam linguam aut Thiotiscam*), para que todos os cidadãos possam compreender o que é dito".

riores / hubiera mencionado nunca este asunto (WRIGHT, 1982, p. 186-187)¹¹.

Em meados do século IX, as variantes linguísticas românicas já são um fato concreto, como o provam os Juramentos de Estrasburgo (*Serments de Strasbourg*, de 842), cujo texto deixa clara a existência das duas línguas em contato (a *rustica romana lingua* e a *thiotisca lingua*), corroborando a situação linguística apontada trinta anos antes:

[...] Cumque Karolus haec eadem uerba romana lingua perorasset, Lodhuuicus, quoniam maior natu erat, prior haec deinde se seruaturum testatus est: "*Pro deo amur et pro christian poblo et nostro commum saluament, d'ist di in auant, in quant Deus sauir et podir me dunat, si saluarai eo cist meon fradre Karlo, et in a(d)judha et in cadhuna cosa, si cum om per dreit son fradra saluar dift, in o quid il mi altresí fazet, et ab Ludher nul plaid nunquam prindrai qui, meon uol, cist meon fradre Karlo in damno sit*".

Quod cum Lodhuuicus explesset, Karolus teudisca lingua sic haec eadem uerba testatus est: "*In Godes, minna ind in thes cristianes folches ind unser bedhero gehaltnissi, fon thesemo dage frammordes, so fram so mir Got gewizci indi mahd furgibit, / so hald ih thesan minan bruodher, soso man mit rehtu sinan bruher scal, in thiù thaz er mig so sama duo, indi mit Ludheren in nohheiniu thing ne gegango, the, minan willon, imo ce scadhen uerdhen*".

¹¹ Traduzindo: "Este Cãnone especifica não apenas o conteúdo e a finalidade das homilias principais, mas também o modo em que se devem ler; o pregador deve trocar para a *rustica Romana lingua* ou para o alemão (*Thiotiscam*), para que os fiéis possam estar inteirados. Neste caso a palavra *Rustica* parece estar em decidida oposição à latinidade do resto das cerimônias da Igreja. Não resta dúvida de que esta instrução estava dirigida, ao mesmo tempo, àquelas pessoas a que se exortava importunadamente para que usassem o novo "latim" em outras ocasiões; a novidade deste problema explica o fato de que nenhum outro Concílio de séculos anteriores / houvesse alguma vez mencionado este assunto".

Sacramentum autem quod utrorumque populus quique propria lingua testatus est, romana lingua sic se habet: "*Si Lodhuuigs sacrament, que son fradre Karlo iurat, conseruat, et Karlus, meos sendra, de suo part non los tanit, si io returnar non l'int pois, ne io ne neuls cui eo returnar int pois, in nulla aiudha contra Lodhuuig nun li iu er*".

Teutisca autem lingua: "*Oba Karl then eid, then er sinemo bruodher Ludhuuige gesuor geleistit, indi Ludhuuig, min herro, then er imo gesuor forbrihchit, ob ih inan es irwenden ne mag, noh ih noh thero nohhein, then ih es irwenden mag, uuidhar Karle imo ce follusti ne uuirdhit*" [...] (TAGLIAVINI, 1969, p. 483-4)¹².

¹² Tradução segundo Augusto Magne (1991, p. 36-39): "[...] Depois de Carlos repetir as mesmas declarações em língua romana, Luís, por ser o mais velho, jurou primeiro manter quanto segue: "Pelo amor de Deus e pela salvação do povo cristão e nossa, de hoje em diante, enquanto Deus me der saber e poder, assim hei de prestar assistência a este meu irmão Carlos com ajuda e em toda coisa, como de direito se deve auxiliar ao próprio irmão, com a condição que ele faça outro-tanto por mim, e não concluirei nunca com Lotário entendimento algum que, quando de mim depender, possa ser prejudicial a este meu irmão Carlos".

Depois de Luís terminar o juramento, Carlos o repetiu como segue em língua tudesca: "Pelo amor de Deus e pela salvação do povo cristão e de nós ambos, deste dia em diante, enquanto Deus me outorgar saber e poder, prestarei auxílio a este meu irmão, como a equidade manda prestar ajuda a irmão, desde que ele faça outro-tanto por mim, e não entrarei com Lotário em acordo algum que, por minha vontade, lhe possa ser nocivo".

O juramento que proferiu cada povo em sua própria língua é, em língua romana, como se segue: "se Luís mantiver o juramento que a seu irmão Carlos jurou, e Carlos, meu senhor, de sua parte, infringir o seu, se eu não o puder dissuadir, ajuda alguma lhe prestarei contra Luís, nem eu, nem ninguém dos que eu posso dissuadir".

E em língua tudesca: "Se Carlos observa o juramento que jurou a seu irmão Luís, e Luís, meu senhor, infringir o seu e eu não conseguir desviá-lo, não lhe prestarei auxílio contra Carlos, nem eu, nem ninguém dos que eu possa desviar" [...].

É mais uma vez a Roger Wright (1982, p. 190-191) que se recorre para explicar o aparecimento dessas línguas usadas no texto dos Serments:

En 842 la gente culta conocía la pronunciación oficial latinizante para la lectura en voz alta. Los hablantes alemanes de aquella época puede muy bien que supieran leer mejor en voz alta en latín que en el francés vernáculo. Es posible que Luis el Germánico no supiera leer en voz alta un juramento con la pronunciación francesa vernácula, si hubiera tenido en su mano una versión con la ortografía tradicional latina. En esta situación, en que era esencial que los hablantes románicos pudieran oír y entender exactamente lo que Luis estaba diciendo en Estrasburgo, es comprensible que Nithard, o alguien de la cancillería de Carlos el Calvo, hubiera decidido intentar escribir lo que Luis iba a decir siguiendo el sistema de equivalencia de letra a sonido que era ya de uso común en el sistema latino reformado, pero haciendo que los sonidos a los que correspondían las grafías fueran los del francés vernáculo en lugar de los del latín reformado. Luis debía de saber leer, porque de otra manera el texto romance no le hubiera servido de más ayuda que cualquier otro. El texto de los juramentos pudo haber bastado para ayudarle a leer de una manera aceptable el francés de la época, / siempre que se limitara a usar los sonidos que ya había aprendido a usar para las grafías (WRIGHT, 1982, p. 190-191)¹³.

¹³ Traduzindo: "Em 842 a gente culta conhecia a pronúncia oficial latinizante para a leitura em voz alta. Os falantes alemães daquela época pode ser que soubessem muito bem ler melhor em voz alta em latim do que no francês vernáculo. É possível que Luis o Germânico não soubesse ler em voz alta um juramento com a pronúncia francesa vernácula, se tivesse tido em sua mão uma versão com a ortografia tradicional latina. Nesta situação, em que era essencial que os falantes románicos pudessem ouvir e entender exatamente o que Luis estava dizendo em Estrasburgo, é compreensível que Nithard, ou alguém da chancelaria de Carlos o Calvo, houvesse decidido tentar escrever o que Luis ia dizer seguindo o sistema de equivalência de letra a som que era

Em seguida, afirma R. Wright, chamando a atenção para o fato de que os juramentos em *rustica romana lingua* foram escritos para um falante germânico que sabia ler em latim:

En otras palabras, mientras que normalmente se cree que los *Juramentos de Estrasburgo* en romance se escribieron para hablantes de francés sin conocimientos de latín, yo propongo que los datos sugieren que fueron escritos para un hablante germánico que habría aprendido a leer en latín, pero que no hablaba bien francés.

[...] Como la forma de expresar estos discursos iniciales no tenía ninguna repercusión legal o de otro tipo, Nithard no vio la necesidad de transcribirlas al pie de la letra en alemán y en romance, y eso en caso de que pudiera hacerlo. Luis habla en alemán, luego Carlos dice *haec eadem verba* en romance, que se refiere al contenido de las palabras más que a las palabras mismas (WRIGHT, 1982, p. 191-192)¹⁴.

já de uso comum no sistema latino reformado, mas fazendo com que os sons a que correspondiam as grafias fossem os do francês vernáculo em lugar dos do latim reformado. Luis devia saber ler, porque de outra maneira o texto romance não lhe teria servido de mais ajuda do que qualquer outro. O texto dos juramentos pôde ter bastado para ajudá-lo a ler de uma maneira aceitável o francês da época, / sempre que se limitasse a usar os sons que já havia aprendido a usar para as grafias".

¹⁴ Traduzindo: "Em outras palavras, enquanto normalmente se acredita que os *Juramentos de Estrasburgo* em romance fossem escritos para falantes de francês sem conhecimentos de latim, eu proponho que os dados sugerem que foram escritos para um falante germânico que teria aprendido a ler em latim, mas que não falava bem francês.

[...] Como a forma de expressar estes discursos iniciais não tinha qualquer repercussão legal ou de outro tipo, Nithard não viu a necessidade de transcrevê-las ao pé da letra em alemão e em romance, e isso no caso de poder fazê-lo. Luis fala em alemão, logo Carlos diz *haec eadem verba* ('as mesmas palavras') em romance, que se refere ao conteúdo das palavras mais do que às próprias palavras".

Somente no século XIV, na Itália, Dante Alighieri, no *De vulgari eloquentia* (ALIGHIERI, 1991; 1985) "ao buscar a *língua perfeita*¹⁵ (ECO, 1993, p. 41-59; 1996, p. 46-62; 2001, p. 55-75)" mostra a origem comum (ainda que de uma perspectiva falsa) dos "vulgares" românicos (Livro I, cap. VIII: ALIGHIERI, 1991, p. 18-21; 1985, p. 16), classificando-os pelo uso da partícula afirmativa: *oc* (que diz ser de "espanhois", em lugar de occitanos), *oïl* (franceses) e *si* (italianos). No capítulo seguinte (Livro I, cap. IX: ALIGHIERI, 1991, p. 20-25; 1985, p. 16-19), exemplifica, a partir das designações para 'amor', com trechos de poemas de Giraut de Bornelh (trovador provençal), do Rei de Navarra (Thibaut IV, conde de Champagne e Rei de Navarra, trovador em língua *d'oïl*¹⁶) e Guido Guinizelli (poeta italiano, para Dante *pai do dolce stil nuovo*):

Sì m sentis fezelz amics,

Per ver encusera amor (Giraut de Bornelh)¹⁷

De fin amor si vient sesen et bonté (Rei de Navarra)¹⁸

Né fe' amor prima che gentil core,

Né gentil <cor> prima che amor, natura (Guido Guinizelli)¹⁹.

Mas é no Cap. IX que Dante Alighieri (1991, p. 20-25) fala

¹⁵ Umberto Eco, no cap. 3, trata da *língua perfeita de Dante* (ECO, 1993, p. 41-59; 1996, p. 46-62; 2001, p. 55-75).

¹⁶ Identificação de Vittorio Coletti (ALIGHIERI, 1991, p. 112, n. 3 ao cap. IX do Livro I).

¹⁷ Traduzindo: "Se me compreendia fiel amigo / verdadeiramente eu acusei amor".

¹⁸ Traduzindo: "De *fin'amor* advém sensatez e bondade".

¹⁹ Traduzindo: "Nem o amor antecede o coração gentil, / nem o (coração) gentil o amor, natureza".

dos vulgares italianos, separando-os entre variedades situadas à "direita" ou à "esquerda" no território italiano dividido pelos Apeninos:

Quare autem tripharie principalius variatum sit, investigemus; et quare quelibet istarum variationum in se ipsa variatur, puta dextre Ytalie locutio ab ea que est sinistre (nam aliter Paduani et aliter Pisani locuntur); et quare vicini habitantes adhuc discrepant in loquendo, ut Mediolanenses et Veronenses, Romani et Florentini, nec non convenientes in eodem genere gentis, ut Neapolitani et Caetani, Ravennates et Faverini, et, quod mirabilius est, sub eadem civilitate morantes, ut Bononienses Burgi Sancti Felicis et Bononienses Strate Maioris. Hee omnes differentie atque sermonum varietates qui accidant, una eademque ratione patebit (ALIGHIERI, 1991, p. 22)²⁰.

As razões dessa variação, segundo Dante Alighieri, partem de o homem (não da língua de Deus) ser instável e muito variável, e, por isso, como tudo que é próprio ao homem (uso e costumes) a língua varia no tempo e no espaço. Lembra que se os antigos habitantes de Pavia chegassem àquela época à sua cidade eles falari-

²⁰ Traduzindo: "Vejamos agora porque essa língua mostra principalmente a variação em três falares e porque cada um deles varia de per si, como, por exemplo, o falar da Itália que se situa à direita varia em relação àquele situado à esquerda; com efeito, os Paduanos falam de uma maneira e os Pisanos de outra; porque os que são vizinhos falam diferentemente, como os Milanenses dos Veroneses, os Romanos dos Florentinos, e mesmo aqueles que pertencem a uma mesma etnia, como os Napolitanos diferem dos de Gaeta, os habitantes de Ravena dos de Faenza; e, o que é ainda mais admirável, os habitantes de uma mesma cidade podem falar diferentemente entre si, como os Bolonheses do Burgo de São Félix e os Bolonheses da Rua Grande. Porque todas essas diferenças e variações de línguas é o que pode ser explicado por uma única e mesma razão".

am uma língua diferente ou pelo menos oposta àquela usada pelos habitantes de hoje (ALIGHIERI, 1991, p. 22).

É, entretanto, no Cap. X que Dante Alighieri enumera as variedades dos vulgares italianos (ALIGHIERI, 1991, p. 26-29), mostrando, claramente, o que o senso comum permitia fosse observado:

Nos vero iudicium relinquentes in hoc et tractarum nostrum ad vulgare latium retrahentes, et receptas in se variationes dicere nec non illas invicem comparare conemur. Dicimus ergo primo Latium bipartitum esse in dextrum et sinistrum²¹. Si quis autem querat de linea dividente, breviter respondemus esse iugum Apenini, quod, ceu fistule culmen hinc inde ad diversa stillicida grundat aquas, ad alterna hinc inde litora per ymbria longa distillat, ut Lucanus in secundo describit; dextrum quoque latus Tyrenum mare grundatorium habet, levum vero in Adriaticum cadit. Et dextri regiones sunt Apulia²², sed non tota, Roma, Duca-

²¹ Aqui, Vittorio Coletti esclarece em nota: "*Dextrum et sinistrum*: destra e sinistra della carta geografica, che qui Dante disegna, sono capovolte rispetto ai nostri usi: la sua mappa gli si presentava infatti rovesciata e l'Italia era tracciata con le Alpi in basso e la Calabria in alto" (ALIGHIERI, 1991, n. 6, p. 115). Traduzindo: "*Dextrum et sinistrum*: direita e esquerda da carta geográfica, que Dante desenha aqui, estão invertidas em relação ao nosso uso: o seu mapa se lhe apresentava, de fato, revirado e a Itália estava traçada com os Alpes embaixo e a Calábria no alto".

²² Vittorio Coletti esclarece em nota que a região difere da Apúlia atual: "*Apulia*: grosso modo 'il territorio del regno angioino dell'Italia meridionale' (Mengaldo), quindi una regione assai più estesa dell'odierna Puglia; e perciò *non tota* dell'Italia destra" (ALIGHIERI, 1991, n. 8, p. 115). Traduzindo: "*Apulia*: grosso modo 'o território do reino angevino da Itália meridional' (Mengaldo), portanto uma região muito mais extendida do que a moderna Apúlia; e por isso *non tota* da Itália destra".

tus²³, Tuscia e Ianuensis Marchia; sinistri autem pars Apulie, Marchia Anconitana, Romandiola, Lombardia²⁴, Marchia Trivisana cum Venetiis. Forum Iuli vero et Ystria non nisi leve Ytalie esse possunt; nec insule Tyreni maris. Videlicet Sicilia et Sardinia, non nisi dextre Ytalie sunt, vel ad dextram Ytali- am sociande. In utroque quidem duorum laterum, et hiis que secuntur ad ea, lingue hominum variantur: ut lingua Siculo- rum cum Apulis²⁵, Apulorum cum Romanis, Romanorum cum Spolentanis, horum cum Tuscis, Tuscorum cum Ianuensibus, Ianuensium cum Sardis; nec non Calabrorum²⁶ cum Anconitanis, horum / cum Romandiolis, Romandiolorum cum Lombardis, Lombardorum cum Trivisanis et Venetis, horum cum Aquilegiensibus²⁷, et istorum cum Ystrianis. De quo Latino- rum neminem nobiscum dissentire putamus.

Quare adminus xiiii vulgaribus sola videtur Ytalia variari.

²³ Explica Vittorio Coletti, em nota, trata-se do Ducado de Espolécio, i.e., Spoleto, na Umbria. (ALIGHIERI, 1991, n. 9, p. 115).

²⁴ Em nota acrescenta Vittorio Coletti: "*Lombardia*: nel Medioevo il territorio della Lombardia era più vasto di quello odierno e comprendeva perlomeno anche buona parte dell'Emilia. Per Dante sono lombarde, infatti, Ferrara, Piacenza, Modena, Reggio, Parma" (ALIGHIERI, 1991, n. 10, p. 115). Traduzindo: "*Lombardia*: na Idade Média o território da Lombardia era mais vasto do que aquele moderno e compreendia, pelo menos, também boa parte da Emilia. Para Dante são lombardas, de fato, Ferrara, Piacenza, Modena, Reggio, Parma".

²⁵ A nota 11 traz um esclarecimento de Vittorio Coletti de que se trata dos habitantes da Apúlia ocidental (ALIGHIERI, 1991, n. 11, p. 115).

²⁶ Esclarece Vittorio Coletti: "*Calabrorum*: sono gli apuli d'oriente; i 'Calabri rapuere', di cui parla l'epitaffio di Virgilio morto a Brindisi, cioè i nostri pugliesi" (ALIGHIERI, 1991, n. 12, p. 115). Traduzindo: "*Calabrorum*: são os habitantes da Apúlia Oriental; os 'Calabri rapuere', de que fala o epitáfio de Virgílio, morto em Brindisi, isto é, os nossos apulenses".

²⁷ Vittorio Coletti explica em nota: "*Aquilegiensibus*: sono i friulani, nominati da Aquileia" (ALIGHIERI, 1991, n. 13, p. 115). Traduzindo: "*Aquilegiensibus*: são os friulanos, denominados a partir de Aquileia".

Que adhuc omnia vulgaria in sese variantur, ut puta in Tuscia Senenses et Aretini, in Lombardia Ferrarenses et Placentini; nec non in eadem civitate aliqualem variationem perpendimus, ut superius in capitulo immediato posuimus. Quapropter, si primas et secundarias et subsecundarias vulgarias Ytalie variationes calculare velimus, et in hoc minimo mundi angulo non solum ad millenam loquele variationem venire contigerit, sed etiam ad magis ultra (ALIGHIERI, 1991, p. 26-28)²⁸.

Nessa discussão de como era vista a variação na Idade Média, a propósito da situação do francês, Serge Lusignan, em *Parler vul-*

²⁸ Traduzindo: "Deixando de lado, nesse ponto, nosso julgamento e retomando o curso do nosso tratado sobre o vulgar italiano, esforçemo-nos em enumerar as variações que ele sofreu e as comparemos entre si. De início dizemos que a Itália divide-se em duas partes, uma à nossa direita e outra à esquerda. E se nos perguntamos qual é a linha divisória respondemos rapidamente que é a cadeia dos Apeninos que, como um telhado separa as águas de chuva de uma parte e de outra das goteiras diferentes, por longos canais drena as duas águas para as duas margens opostas, como Lucano o descreveu no seu segundo livro: o lado direito tem por goteira o mar Tirreno, e o lado esquerdo, o Adriático. Pertencem ao lado direito as regiões da Apúlia, mas não todas, Roma, o ducado de Espolécio, a Toscana e a Marca Genovesa; ao lado esquerdo pertencem a Apúlia, a Marca Anconitana, a Romanha, a Lombardia e a Marca Trevisana com Veneza. O Friul e a Ístria só podem ser ligadas ao lado esquerdo da Itália; e as ilhas do mar Tirreno, a saber, a Sicília e a Sardenha, devem estar ligadas à Itália da direita. Ora, de cada lado e nas regiões que lhes estão ligadas, são diversas as línguas dos homens: a língua dos sicilianos é diferente daquela dos habitantes da Apúlia e esta da dos Romanos e a dos Romanos daquela dos habitantes de Espolécio, e esta da dos Toscanos, e esta da dos Genoveses, e a dos Genoveses daquela dos Sardos; da mesma forma a língua dos Calabreses [os habitantes da Apúlia] difere daquela dos de Ancona e esta da dos habitantes da Romanha e a desses daquela dos Lombardos e a dos Lombardos daquela dos Trevisanos e dos Vênetos e esta da dos habitantes do Friul e, enfim, esta da dos habitantes da Ístria. A esse propósito, nenhum italiano, creio, discordará de mim".

gurement (LUSIGNAN, 1986), fala em existir nos autores do séc. XIII uma certa reflexão sobre as causas das variações das línguas:

On retrouve aussi chez les auteurs du XIII^e siècle une certaine réflexion sur les causes des variations des langues et sur la dynamique de leurs rapports. Au-delà du mythe de Babel, qui apporte une explication globale de la diversité des langues, quelques penseurs recourent à des principes de philosophie naturelle pour expliquer la variabilité plus immédiate des langues européennes. Bacon pour le français, Dante pour l'italien, accordent une grande importance à la géographie comme facteur de la diversité dialectale. Humbert de Romans, pour sa part, insiste sur l'altération possible du français lorsqu'un locuteur est soumis trop longtemps à l'ambiance d'une autre langue, ce qui dénote une première prise de conscience de l'importance du rôle de la collectivité dans la stabilisation d'une langue. Enfin, Gilles de Rome et Roger Bacon apportent des témoignages concordants lorsqu'ils affirment, l'un qu'une langue n'est parfaitement maîtrisée que lorsqu'elle est apprise en bas âge, l'autre que passé trente ans on peut au mieux apprendre une langue jusqu'au seuil qui précède le degré de compétence propre à la langue maternelle (LUSIGNAN, 1986, p. 80)²⁹.

²⁹ Traduzindo: "Encontramos nos autores do séc. XIII uma certa reflexão sobre as causas das variações das línguas e sobre a dinâmica de suas relações. Além do mito de Babel, que traz uma explicação global sobre a diversidade das línguas, alguns pensadores recorrem a princípios de filosofia natural para explicar a variabilidade mais imediata das línguas europeias. Bacon para o francês, Dante para o italiano, dão uma grande importância à geografia como fator da diversidade dialetal. Humbert de Romans, de sua parte, insiste na alteração possível do francês quando um locutor está submetido muito tempo à ambiência de uma outra língua, o que denota uma primeira tomada de consciência sobre a importância do papel da coletividade na estabilização de uma língua. Enfim, Gilles de Rome e Roger Bacon trazem testemunhos concordantes quando afirmam, um que uma língua só é perfeitamente dominada quando é aprendida com pouca idade, outro que passados trinta anos pode-se quando muito aprender uma língua até o limite que precede o grau de competência próprio à língua materna".

No entanto, nenhum deles pode igualar-se a Dante Alighieri, como constata Eugenio Coseriu e Reinhard Meisterfeld, no terceiro capítulo da *Geschichte der romanischen Sprachwissenschaft* (COSERIU; MEISTERFELD, 2003), quando falam da posição ocupada por Dante Alighieri, quanto à compreensão da situação linguística da Itália (COSERIU; MEISTERFELD, 2003, p. 117-148). Segundo eles Dante Alighieri teria sido o primeiro dialetólogo italiano, estudos que somente viriam a ser cientificamente desenvolvidos no séc. XIX, com Graziadio Isaia Ascoli (COSERIU; MEISTERFELD, 2003, p. 133):

Was Dante su den *italienischen Dialekten* sagt, ist für diese frühe Zeit durchaus ungewöhnlich, und man geht sicher nicht zu weit, wenn man ihn den ersten italienischen Dialektologen nennt. Auch wenn er von den Mundarten meist abwertend und nur in Hinsicht auf ihre (in der Regel verneinte) Eignung als Literatursprache handelt, ist seine Leistung doch bemerkenswert, besonders wenn man sich klar macht, dass er für Jahrhunderte eigentlich der einzige blieb, der sich überhaupt (zumindest in dieser Ausführlichkeit) mit den italienischen Dialekten beschäftigt hat, nämlich solange, bis Graziadio Isaia Ascoli im 19. Jahrhundert die wissenschaftliche Dialektologie des Italienischen begründete (COSERIU; MEISTERFELD, 2003, p. 133)³⁰.

³⁰ Traduzindo: "O que Dante disse sobre os *dialetos italianos* é completamente extraordinário para esse tempo passado, e não se está exagerando quando se afirma ser ele o primeiro dialetólogo italiano. Além disso, quando ele trata dos dialetos mais desvalorizados apenas na visão da sua aptidão como língua literária (de regra negada), o seu trabalho é sempre notável, particularmente quando se esclarece que, por séculos, foi praticamente o único, que, em geral, se ocupou dos dialetos italianos (pelo menos com essa minuciosidade), muito tempo mesmo, até que Graziadio Isaia Ascoli, no século XIX, tenha fundado a Dialektologia científica do italiano". Para a compreensão do valor da obra de Dante Alighieri, é muito interessante o trabalho de Ileana Pagani sobre a teoria linguística de Dante (PAGANI, 1982).

Após essas considerações iniciais, passa-se, então, a observar como a variação linguística é compreendida no séc. XVI em Portugal.

Senso comum e variação linguística no Portugal quinhentista

O conhecimento da variação linguística no Portugal quinhentista não é um caso isolado. Autores como Gil Vicente, D. João de Castro e Gabriel Soares de Souza registram segundo a sua experiência e os gramáticos Fernão de Oliveira, e Duarte Nunes de Leão documentam ou fazem referência a essa variação.

Na sua *História da língua portuguesa*, Serafim da Silva Neto assinala que na estrutura linguístico-social de Lisboa encontram-se em contato e interação, além dos lisboetas da nobreza e da classe média, três tipos bem caracterizados: vilões, ratinhos e negros (SILVA NETO, 1970, p. 453). Os *vilões* são identificados por Serafim da Silva Neto aos camponeses que habitavam os arredores da cidade, vindo à cidade para negociar os produtos agrícolas. Segundo ele são, em parte, descendentes dos mudéjares; são os *saloios* ou *çaloios* 'habitante do campo' (SILVA NETO, 1970, p. 453). Quanto aos *ratinhos*, abundantes em Lisboa no século XVI, representavam os provincianos emigrados para a cidade, principalmente os beirões e gente do norte, e desempenhavam os mais baixos misteres da vida cidadina, "o que fazia com que as suas características étnicas e lingüísticas se tornassem o alvo das ironias populares". Finalmente, os negros, de que, diz Silva Neto: "Os comediógrafos procuraram desde logo imitar-lhes a linguagem tósca e rude, que movia ao riso" (SILVA NETO, 1970, p. 453-454). Mais adiante acrescenta: "De certo não conseguiram oferecer-nos um primor de observação filológica. Entretanto contém alguma verdade, porque muitas alterações fonéticas que neles encontramos se verificam também nos falares crioulos" (SILVA NETO, 1970, p. 454).

São esses tipos que aparecem reconfigurados na obra de Gil Vicente. Paul Teyssier, em *A língua de Gil Vicente*, a partir das características das falas transplantadas para a obra literária vicentina, descreve o que seriam a linguagem rústica, aquela das “comadres”, a dos judeus, a de mouros, a de negros e a de ciganos (TEYSSIER, p. 89-347).

O que é a *linguagem rústica*? Paul Teyssier afirma que Gil Vicente nacionaliza o gênero pastoril, criando o que Teyssier chama linguagem rústica (TEYSSIER, 2005, p. 89). Escreve, então Paul Teyssier:

É, com efeito, nos autos vicentinos que o estilo rústico aparece pela primeira vez na literatura portuguesa, e tudo nos leva a crer que Gil Vicente seja o seu fundador. Usa como modelo a linguagem do povo do seu tempo (TEYSSIER, 2005, p. 89).

Essa linguagem rústica (TEYSSIER, 2005, p. 89-213) vai aparecer na boca dos parvos, dos camponeses realistas e ridículos e os pastores de fantasia, como indica Paul Teyssier (2005, p. 90-92). O parvo, diz Paul Teyssier, parece ser uma personagem popular, caracterizando-se por ser um imbecil, um simplório, sendo geralmente jovem e “encarregado de transmitir mensagens” (TEYSSIER, 2005, p. 91). Os camponeses realistas “são pintados ao natural, com traços carregados e cores vivas”. Entre eles estão os tipos reais do povo português do campo: lavradores, vilões, pastores, ratinhos e almoceves (TEYSSIER, 2005, p. 91). Na maioria das vezes são personagens “cômicos e mesmo francamente burlescos” que figuram entre as criações mais expressivas de Gil Vicente (TEYSSIER, 2005, p. 91). O último desses tipos, os pastores de fantasia vêm descritos por Paul Teyssier:

São personagens de comédia, meio reais, meio poéticos, que lembram os heróis de Encina ou dos primeiros autos saiaqueses de Gil Vicente. Evidentemente, é porque são mais

artificiais que os anteriores e porque se seguem aos pastores castelhanos que estes pastores de fantasia foram as últimas personagens rústicas portuguesas a serem criadas. [...] (TEYSSIER, 2005, p. 91).

Somente em algumas comédias aparecem mais de um desses tipos: parvos e pastores de fantasia, na *Comédia de Rubena* (de 1521), na *Tragicomédia da Serra da Estrela* (1727) e no *Auto da Festa* (s.d.); camponeses realistas e pastores de fantasia, no *Auto da Feira* (1526?, 1527? ou 1528?); parvos e pastores de fantasia no *Auto da Fama* (s.d.). Em todos os outros casos há apenas um dos tipos (TEYSSIER, p. 90-91). O Quadro 1 mostra o aparecimento desses tipos nas comédias vicentinas.

Comédias	Tipos		
	Parvos	Camponeses realistas	Pastores de fantasia
	8	10	6

Quadro 1 – Distribuição dos tipos rústicos nas comédias vicentinas

Paul Teyssier ressalta o fato de que esta linguagem rústica pode ser mais ou menos acentuada, mas os elementos que a constituem são sempre os mesmos, podendo variar de intensidade, mas não quanto à natureza (TEYSSIER, 2005, p. 91-92).

O segundo tipo é o das *comadres* (TEYSSIER, 2005, p. 215-234), “galeria de mulheres do povo que apresentam um conjunto de traços comuns e um certo ar de família” (TEYSSIER, 2001, p. 215). Falam português com uma curiosa particularidade: o emprego das formas arcaicas da segunda pessoa do plural com *d* (TEYSSIER, 2005, p. 215-234). Entre elas se acham, as velhas (mãe rabugenta, esposa desabrida, velha vaidosa que se julga moça), as alcoviteiras, as regateiras (vendedeiras, peixeiras, mulheres de praça), as matronas, as parteiras, as camareiras, as bêbedas, as feiticeiras, as curandeiras e as moças do campo (TEYSSIER, 2005, p. 228).

Seguem-se os *judeus* (TEYSSIER, 2005, p. 235-268), um elemento importante da população portuguesa, ao lado dos cristãos-novos, na época de Gil Vicente (TEYSSIER, 2005, p. 235). Paul Teyssier chama a atenção para a figuração do judeu em Gil Vicente:

[...] Gil Vicente retrata o Judeu como era visto pelo povo cristão da Idade Média: é um ser abjecto e repugnante, e sobretudo é um réprobo que não pertence à comunidade daqueles a quem se põe o problema do céu e do inferno. Assim, se explica que não seja sequer recebido na barca do Diabo. O Judeu representa o último grau na escala dos condenados, muito atrás dos pecadores ordinários, uma vez que nem sequer é digno de viajar na sua companhia (TEYSSIER, 2005, p. 243).

Paul Teyssier chama a atenção para o fato de existirem semelhanças entre a língua rústica e a fala dos judeus (TEYSSIER, 2005, p. 254-256), ressaltando:

Os judeus levavam uma existência tão isolada, no coração das cidades, como os camponeses na distante província. Mantinham na sua linguagem, tal como estes últimos, qualquer coisa de arcaico, desusado, antiquado, e eram, também como eles, ao mesmo tempo, pitorescos e vulgares (TEYSSIER, 2005, p. 256).

Finalmente, os *mouros*, os *negros* e os *ciganos* (TEYSSIER, 2005, p. 269-317), de quem diz Paul Teyssier:

Com os Mouros, os Negros e os Ciganos, pelo contrário, encontramos-nos perante uma "algaravia", uma maneira errada de manejar o português e o castelhano. Há no entanto muitas observações a fazer quanto ao modo como estas personagens maltratam a língua (TEYSSIER, 2005, p. 269).

Na linguagem dos mouros (TEYSSIER, 2005, p. 269-275) podem ser encontradas várias particularidades que serão observa-

das na língua de preto: morfologia e sintaxe rudimentares, emprego generalizado do infinitivo. Mas é o *xexeo* o traço fonético mais característico (TEYSSIER, 2005, p. 271). Essa fala de mouros tem ligação com a *lingua franca* mediterrânea³¹, isto é, uma linguagem simplificada há muito tempo usada no Mediterrâneo (TEYSSIER, 2005, p. 273).

A personagem do negro, anterior mesmo a Gil Vicente, é um dos tipos favoritos do antigo teatro popular (TEYSSIER, 2005, p. 276). Lembra Paul Teyssier que a língua de preto (TEYSSIER, p. 275-305), em Gil Vicente, procura reproduzir, ou pelo menos evocar, o falar dos escravos negros que se encontravam em Portugal, no seu tempo, momento da constituição do *pidgin* de onde saíram os crioulos (TEYSSIER, 2005, p. 301). A propósito da língua de preto e de sua relação com os crioulos, lembra Paul Teyssier:

Não se resiste à tentação de procurar, nos textos de Gil Vicente agora estudados, indicações sobre a formação dos crioulos portugueses. Alguns especialistas dos crioulos

³¹ Paul Teyssier define a *lingua franca*: "Este falar simplificado não era uma 'língua natural', no sentido em que não era a língua materna de ninguém. Os que a utilizavam tinham, além dela, as suas próprias línguas. A língua franca servia no mundo mediterrâneo como uma língua segunda de recurso para as relações que os cristãos mantinham com os muçulmanos, e também para as relações que eles tinham com outros cristãos cujas línguas maternas eram muito diferentes da sua. A morfologia e a sintaxe eram muito simplificadas: limitavam-se as variações de género e de número, e a flexão verbal reduzia-se ao infinitivo. O vocabulário era românico no essencial, mas variava de acordo com as regiões: muito italiano a leste, um pouco de provençal no centro, muito espanhol e português a ocidente. Por cima, uma pitada de arabismos: palavras muito simples que serviam para todos os usos, do tipo 'bom' e 'mau', ou termos religiosos (*Alá, Maomé*). A fonética é livre: o princípio é o de não fazer qualquer esforço: cada um fala com a fonética da sua própria língua" (TEYSSIER, 2005, p. 274).

estudaram já essa hipótese. Esta investigação deve rodear-se de mil precauções: com efeito, estes textos não são dados recolhidos no seguimento de inquéritos lingüísticos, mas apenas fantasias imaginadas por um poeta. Constituem, no entanto, um precioso testemunho da maneira como no Portugal daquele tempo se ouviam aqueles falares.

E continua:

Em primeiro lugar, dever-se-á notar que a língua de preto vicentina não comporta qualquer palavra ou forma de origem africana. Na base do vocabulário dos negros vicentinos encontra-se apenas o português autêntico. Em contrapartida, verifica-se um traço característico dos *pidgins* donde saíram os crioulos: a simplificação morfológica e sintáctica que estilhaçou as estruturas do português. Foi sobre esse campo destroçado que se construíram as estruturas novas dos crioulos. Mas é sobretudo do ponto de vista fonético que a língua de preto pode ser comparada, por um lado, aos crioulos portugueses, e, por outro, as formas populares do português do Brasil (TEYSSIER, 2005, p. 301).

A linguagem peculiar dos ciganos (TEYSSIER, 2005, p. 306-317), afirma Paul Teyssier, suscita um dos mais delicados problemas do seu estudo (TEYSSIER, p. 306), pois na época de Gil Vicente os ciganos portugueses, chegados recentemente da Espanha, falavam espanhol pronunciado de um modo peculiar (TEYSSIER, 2005, p. 307, 309), sem os traços da morfologia e da sintaxe rudimentar observados na língua de preto (TEYSSIER, 2005, p. 309).

Ao concluir o capítulo sobre as falas dos mouros, dos negros e dos ciganos, Paul Teyssier afirma:

Os Mouros, os Negros e os Ciganos são portanto tipos populares que Gil Vicente não inventou. As particularidades de língua que lhes atribui estão atestadas antes dele para os Mouros e para os Negros, e, se no caso dos Ciganos ne-

nhum texto pré-vicentino chegou até nós, é claro que Gil Vicente / não criou sozinho este tipo. A sua originalidade, nestas três categorias de personagens, reside na precisão, na fidelidade, quase diria, no rigor com que copiou os seus modos de falar. Gil Vicente tinha um sentido agudo da matéria lingüística, e, apesar da transmissão tardia e muitas vezes errônea do seu texto, essa qualidade é-nos sempre perceptível. É por isso que as algarvias da Moura Taís, dos Negros e dos Ciganos, ao mesmo tempo que se revelam pitorescas e de um cômico burlesco, não deixam nunca de ser autênticas (TEYSSIER, 2005, p. 317).

Gil Vicente, como vimos pela análise de P Teyssier, traça um quadro das variações portuguesas, que opõe a língua literária padrão da sua época às principais variantes percebidas pelo homem comum. D. João de Castro, quarto Vice-Rei da Índia (BARRETO, 1994, p. 222b-223b), no *Prólogo do Roteiro de Lisboa a Goa* (CASTRO, 1968 [1538]), ao desculpar-se ao rei de Portugal, afirma que não escreverá na língua dos homens da corte, mas naquela dos mareantes de Leça e Matosinhos:

[...] Verdadeiramente S.^{ra}, que muytas vezes me enuergo-nho comigo quando cuido da grandeza de seu estado e no baixo seruiço que lhe apresento com esta obra; a qual não digo eu ser capaz de se por em suas altas e reaes mãos, mas em outras algumas de marinheiros rusticos, como não somente carece e he falta de feitos heroycos e hé falta de materias nobres e illustres, mas ainda de vocabulos conhecidos e termos husados antre cortesãos e gente polida; porque já maes se faz festa doutra cousa que de nomes de ventos e de fortunas e mudanças do mar, de alterações do ar, de aparencias do ceo, de caminhos e rodeos que faz a não, de aves marinhas e pouco nobres, e isto ainda com ordem assaz comprida e embaraçada.

E pois os que escreuerão da imagem do mundo e historia de Cosmographia, tratando de gentes, terras, mares, montes, rios, promontorios e cidades, espantados de se verem

entrar em materia tão ardua e difficultosa, chamão muitas vezes as musas em seu fauor, e não acabão de se desculpar, dizendo não auer nesta materia eloquência nem graça alguma, com quanta maes rezão posso eu tomar todas estas saluas, mayormente sendo notorio que não escreuo este liuro pera se ler a damas e a galantes, e se aproueitarem delle nas cortes e paços reaes, mas os de Leça e Matosinhos [...] (CASTRO, 1968 [1538], p. 122).

O texto traz uma nota marginal, ao falar de Leça e Matosinhos: "Lugares onde viuem mareantes" (CASTRO, 1968 [1538], p. 122). Ver-se-á, mais adiante, que Fernão de Oliveira, no capítulo XXXII da sua *Gramática da linguagem portuguesa* (OLIVEIRA, 2000 [1536]) fala nos "entendidos na arte de marear" (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 122).

Serafim da Silva Neto (1970, p. 489) ressalta que Gabriel Soares de Souza, no seu *Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil* (SOUSA, 1974), em dois capítulos (Cap. XXXIX) e no *Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos, de sua fertilidade e das notáveis partes que tem* (Cap. CLXXVIII), ao falar da diferença entre os tupinaês e os tupinambás e entre estes e os tupiniquins, compara-a com a diferença notada entre os moradores de Lisboa e da Beira ou de Entre-Douro-e-Minho.

Gabriel Soares de Sousa, lisboeta, homem nobre, senhor de Engenho no Brasil, na segunda metade do século XVI, escreve:

[...] Este gentio e os tupinaês descendem todos de um tronco, e não se têm por contrários verdadeiros, ainda que muitas vezes tivessem diferenças e guerras, os quais tupinaês lhe ficavam / nas cabeceiras pela banda do sertão, com quem a maior parte dos tupiniquins agora estão misturados. Este gentio é da mesma cor baça e estatura que o outro gentio, o qual tem a linguagem. Vida e costumes e gentilidades dos tupinambás, ainda que são seus con-

trários, em cujo título se declarará mui particularmente tudo o que se pode alcançar. E ainda que são contrários os tupiniquins dos tupinambás, não há entre eles na língua e costumes mais diferença, da que têm os moradores de Lisboa dos da Beira; mas este gentio é mais doméstico, e verdadeiro que todo outro da costa deste Estado (SOUSA, 1974, p. 36, col. a-b).

Tupinaês é uma gente do Brasil semelhante no parecer, vida e costumes dos tupinambás, e na linguagem não têm mais diferença uns dos outros, do que têm os moradores de Lisboa dos de Entre Douro e Minho; mas a dos tupinambás é mais polida [...] (SOUSA, 1974, p. 187, col. a).

Os depoimentos dos gramáticos portugueses quinhentistas corroboram, ainda que de maneira superficial, o conhecimento da variação, sem considerar o problema da defesa da língua, exposta no *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, de João de Barros (1959 [1540]), ou no *Dialogo em defesa da lingua Portuguesa, sobre a qual tem disputa hum Portugues com hum Castelhana*, de Pero de Magalhães de Gândavo (1969 [1574]).

No seu artigo sobre a gramática de Fernão de Oliveira, E. Coseriu (2000), que considera Oliveira um funcionalista e o primeiro foneticista da língua portuguesa, afirma:

Já na prática descritiva de Oliveira e na sua motivação, transparece, pois, uma concepção linguística notavelmente independente e coerente. Mas pronuncia-se também expressamente sobre os diversos problemas da teoria linguística geral e da teoria das línguas, e sempre com pontos de vista interessantes e, com frequência, muito originais. As suas teses teóricas mais importantes dizem respeito: a) à natureza da linguagem e das línguas; b) à mudança linguística; c) à variedade da língua histórica (COSERIU, 2000, p. 56).

Fernão de Oliveira (2000 [1536], aqui e ali, na sua *Gramática da linguagem portuguesa*, descreve a variação linguística en-

contrada no Portugal do seu tempo. No Capítulo V [*Dos principios desta arte.*], cita a diferença da língua falada na África, em Guiné, no Brasil e na Índia:

[...] E contudo apliquemos nosso trabalho à nossa lingua e gente e ficará com maior eternidade a memoria delle; e não trabalhemos em lingua estrangeira, mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes. E sempre seremos dellas louvados e amados, porque a semelhança é causa do amor e mais em as linguas. E ao contrario vemos em Africa, Guiné, Brasil e India não amarem muito os portugueses que antr'elles nace[m] só polla diferença da lingua; e os de lá nacidos querem bem aos seus portugueses e chamam-lhes seus porque falam assim como elles.

Agora já pois notemos o falar dos nossos homens e dahi ajuntaremos preceitos pera aprenderem os que vierem e também os ausentes (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 89).

Mais adiante, no Capítulo XXXII [*Das dições alheas.*], explica a variação de fala observada a partir de diferentes linguagens técnicas:

[...] tornemos a falar das dições alheas, as quaes também com algum trato vêm ter a nós, como de Guiné e da Índia onde tratamos e com arte, não somente quando a arte vem novamente à terra como veio a da impressão, mas também nas artes já usadas quando de novo usam algum costume: os alfaiates em vestidos e os sapateiros em calçado e os armeiros em armas de novas feições e assi os outros, porque os homens falam do que fazem; e portanto os aldeãos não sabem das falas da corte e os sapateiros não são entendidos na arte do marear, nem os lavradores d'Antre-Douraminho entendem as novas vozes que est'ano vieram de Tunes com suas gorras (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 122).

No Capítulo XXXVIII [*Das dições usadas.*], F. Oliveira, ainda tratando das "dições" ('palavras'), explica:

As dições usadas são estas que nos servem a cada porta (como dizem), estas, digo, que todos falam e entendem, as quaes são proprias do nosso tempo e terra. E quem não usa dellas é desentoadado, fora do tom e musica dos nossos homens d'agora. Alghūas destas ficaram já de muito tempo há, tanto que lhe não sabemos seu principio particular. Mas em geral sabemos que é destas que aqui se chamam usadas, e não embargando sua anteguidade duram ainda, como são muitas, quase as mais das dições: alghūas destas foram novas mais pouco há; mas por serem mui frequentadas não fazemos já nenhũa diferença dellas e essoutras.

E porém de todas ellas ou são geraes a todos, como *Deos*, *pão*, *vinho*, *ceo* e *terra*, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz antre officios e pratos, como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm hūas falas e os d'Alentejo outras. E os homens da Estremadura são diferentes dos d'Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos, assi também as terras criam diversas condições e conceitos. E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são o peso e as do manco mais leves (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 131).

Ainda nesse mesmo capítulo fala dos "melhores da língua":

E para que possamos fugir destas e doutras culpas em qualquer lingua e muito mais na nossa saibamos que a primeira e principal virtude da lingua é ser clara e que a possam todos entender. E pera ser bem entendida há de ser a mais acostumada antre os milhores della; e os milhores da lingua são os que mais leram e viram e viveram, continoando mais antre primores sisudos e assentados e não amigos de muita mudança (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 123).

Serafim da Silva Neto, após ter citado parte dessas mesmas passagens de F. de Oliveira resume, claramente, a visão deste so-

bre a variação da língua portuguesa no século XVI:

- 1 – a língua comum: que todos falam e entendem, própria do nosso tempo e terra;
- 2 – a língua padrão: a dos cortesãos, a dos “melhores”, aqueles que mais estudaram e ocupam a classe social mais bem dotada;
- 3 – as línguas especiais;
- 4 – as falas regionais: o beirão, o alentejano, o extremenho, o interamense... (SILVA NETO, 1970, p. 491)

No início do século XVII, Duarte Nunes de Leão, na *Dedicação da Origem da Língua Portuguesa* (LEÃO, 1983 [1604], p. 193), falando da língua dos “melhores” e daquela dos plebeus, escreve:

Como a maior demonstração que os homens de si dão e de seu entendimento são as palavras por que exprimem seus conceitos e uas vidraças por quase³² [sic] transluzem e vêem seus ânimos, procuraram sempre os príncipes que a vantagem que no estudo e na grandeza levavam aos homens baixos e plebeus se enxergasse nas polícia e estilo de seu falar, porque, tão indecente é sair da boca de um homem de alto lugar e nobre criação ùa palavra rústica e mal composta, como de ùa bainha de ouro ou rico esmalte arrancar ùa espada ferrugenta (LEÃO, 1983 [1604], p. 193).

Na sequência, fala da qualidade e permanência da escrita frente à fugacidade da fala:

E, por que não causam menor fealdade os erros que se cometem escrevendo corruptamente que os que se cometem falando, mas muito mais (porque a escritura fica sempre

³² Trata-se, provavelmente, de um engano de revisão, por *quas*. O texto da edição de 1864 da *Origem, e orthographia da lingua portugueza* traz na *Dedicação da Origem*: “[...] & huas vidraças, per que se trasluzem & veem seus animos [...]” (LEÃO, 1864, [p. vii]).

viva e manifesta e as palavras passam como coisa momentânea e que não permanece) [...] (LEÃO, 1983 [1604], p. 193).

No Capítulo XXV, tratando da inovação das palavras, ainda nessa direção, adverte:

É também necessária a cópia de palavras para delas fazerem escolha os que falam ou escrevem de cousas graves, como o são os historiadores, que não devem servir-se de palavras comuns aos baixos e mecânicos, senão congruentes à matéria que tratam e às pessoas a que falam ou escrevem, porque hão-de respeitar o capto da gente mais nobre e de maior entendimento, que tem diferentes termos de falar. Cá, assim como os músicos, no que cantam ou tigem, se acomodam com a qualidade e capacidade dos ouvintes, porque um homem plebeu ou rústico mais se contentará de ouvir ùa chacota ou cantiga vilanesca que ùa canção de artificiosa postura e de toada mui lamentável, assim os que escrevem ou falam se devem acomodar aos maiores e mais nobres e à sua maneira de falar (LEÃO, 1983 [1604], p. 318).

De Gil Vicente a Duarte Nunes de Leão encontram-se enumeradas diversas variações da língua portuguesa quinhentista, além da variante padrão (a dos “melhores”, a dos historiadores) e a oposição entre língua escrita e língua falada. Citam-se:

- a língua dos “rústicos”, dos parvos (os camponeses vizinhos da cidade – os lavradores, os vilões, os pastores, os ratinhos e os almocreves);
- a língua dos provincianos (os beirões e a gente do Norte de Portugal, como Leça e Matosinhos);
- a língua das “comadres” (as velhas, as alcoviteiras, as regateiras – as vendedeiras, as peixeiras, as mulheres de praça; as matronas, as parteiras, as camareiras, as bêbadas, as feiteceiras, as curandeiras, as moças do campo).

D. João de Castro e Gabriel Soares de Souza deixam claro o

paralelo existente entre a linguagem da “corte e paços reais” e a dos provincianos, em especial os do Norte de Portugal.

Fernão de Oliveira acrescenta a essas variedades urbanas e rurais as línguas especiais (a dos alfaiates, a dos sapateiros, a dos armeiros, a dos mareantes) e, além disso, adverte para as variantes regionais do português transplantado para a África, para a Guiné, para o Brasil e para a Índia. Duarte Nunes de Leão, por sua vez, ressalta a oposição entre língua escrita (que permanece) e língua falada (mutável).

Considerações finais

Para compreender como o falante percebeu a variação linguística do seu tempo, foram mostradas as experiências de Cícero, de Quintiliano e de Santo Agostinho, no que tange ao latim.

Para o período de emergência das línguas românicas procurou-se ressaltar a importância do conhecimento entre o abismo que existia entre a língua latina reformada (a da escrita formal) e as línguas faladas pelo povo, a partir dos textos do Cântico 17 do *Concílio de Tours* e dos *Juramentos de Estrasburgo*.

No século XIII, centrou-se a argumentação na obra de Dante Alighieri, que, segundo E. Coseriu e R. Meisterfeld, pode ser considerado o primeiro dialetólogo italiano.

Finalmente, para o Portugal quinhentista, foram mostradas as variações da língua portuguesa, a partir dos personagens da comédia vicentina e dos depoimentos de D. João de Castro e de Gabriel Soares de Souza. Ao lado disso, foi enfocada, na obra dos gramáticos portugueses quinhentistas (Fernão de Oliveira e Duarte Nunes de Leão), a compreensão das variantes sociais (urbana e rústica), das variantes regionais (beirões) e das linguagens especiais (artesãos e mareantes).

Acredita-se ter podido demonstrar que, ao longo do tempo, a existência da variação é uma constante entre aqueles que usam a língua e que estes, além de a perceberem, conseguem, de algum modo, descrevê-la.

Referências

- ALIGHIERI, Dante. 1991. *De vulgari eloquentia*. Trad. de Vittorio Coletti. Milano: Garzanti. Introd. e notas de Vittorio Coletti.
- [ALIGHIERI], Dante. 1985. *De l'éloquence vulgaire*. Trad. du latin par Frédéric Magne. [s.l.p.]: La Délirante.
- BARRETO, Luís Felipe. 1994. D. João de Castro. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho. p. 222b-223b. Coord. de Francisco Contento Domingues.
- BARROS, João de. 1959 [1540]. *Diálogo em louvor da nossa linguagem: leitura crítica dell'edizione del 1540 con una introduzione su "La questione della lingua in Portogallo"* a cura de Luciana Stegnano Picchio. Modena: Società Tipografica Modenese. p. 69-107.
- CASTRO, João de, D. 1968 [1538]. Roteiro de Lisboa a Goa. In: OBRAS COMPLETAS DE D. JOÃO DE CASTRO. Coimbra: Academia Internacional da Cultura Portuguesa. v. 1, p. 115-296. Edição crítica por Armando Cortesão e Luís de Albuquerque.
- CICERO. 1952a. Orator. In: CICERO. *Brutus. Orator*. Tradução H. M. Hubbell. Cambridge: Harvard Univ. Press.
- CICERO. 1952b. *The letters to his friends*. Tradução W. Glynn Williams. Cambridge: Harvard Univ. Press. v. 2.
- COSERIU, Eugenio. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. Tradução Maria Christina da Motta Maia. In: OLIVEIRA, Fernão de. 2000 [1536]. *Gramática da linguagem portuguesa (1536)*. Ed. crítica, semidipomática e anastática por Amadeu Torres e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. p. 29-60.
- COSERIU, Eugenio; MEISTERFELD, Reinhard. Die Anfänge in Italien: Dante. In: COSERIU, Eugenio; MEISTERFELD, Reinhard (org.). 2003. *Geschichte der romanischen Sprachwissenschaft*: 1. von den Anfän-

- gen bis 1492. Tübingen: Gunter Narr. p. 117-148.
- ECO, Umberto. 1993. *La ricerca della lingua perfetta nella cultura europea*. Roma; Bari: Laterza.
- ECO, Umberto. 1996. *A procura da língua perfeita*. Tradução Miguel Serras Pereira. Lisboa: Presença.
- ECO, Umberto. 2001. *A busca da língua perfeita na cultura europeia*. Tradução Antonio Angonese, rev. téc. de Maria Helena Ribeiro da Cunha. Bauru (SP): EDUSC.
- GAMA, Nilton Vasco da. 1995. A variação do latim e a formação das línguas românicas. *Quinto Império: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa*, Salvador, n. 5, 2. sem., p. 39-51.
- GANDAVO, Pêro de Magalhães de. 1969 [1574]. Dialogo em defesaõ da lingua Portuguesa, sobre a qual tem disputa hum Portugues com hum Castelhana, onde por se tratar desta maneira vsa cada hum de sua linguagem na maneira seguinte. In: NAGEL, Rolf. Die Orthographieregeln des Pêro de Magalhães de Gândavo. In: FLASCHE, Hans (edit.). *Aufsätze zur portugiesischen Kulturgeschichte*. Münster: Aschen dorffsche Verlagsbuchhandlung. v. 9, p. 121-135.
- LEÃO, Duarte Nunes de. 1983 [1604]. Origem da língua portuguesa. In: LEÃO, Duarte Nunes de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. p. 189-329. Introd., notas e leitura de Maria Leonor Carvalhão Buescu.
- LEÃO, Duarte Nunes do. 1864. *Origem e Orthographia da lingoa portu-gueza*: obra util e necessaria, assim para bem escrever a lingua Portu-gueza, como a Latina, e quaesquer outras que da Latina tem origem, com hum tractado dos pontos das clausulas. Nova ed. corr. e emen. conforme a de 1781. Lisboa: Typographia do Panorama.
- LUSIGNAN, Serge. 1986. *Parler vulgairement: les intellectuels et la lan-gue française aux XII^e et XIV^e siècles*. Paris: J. Vrin; Québec: Presses de l'Univ. de Montréal.
- MAGNE, Augusto. 1991. *O mais antigo documento da língua francesa*: ensaio sobre a parte francesa dos Juramentos de 842. Petrópolis (RJ): Vozes.
- OLIVEIRA, Fernão de. 2000 [1536]. *Gramática da linguagem portu-guesa (1536)*. Ed. crítica, semidiplomática e anastática por Amadeu Tor-res e Carlos Assunção. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Estu-do introdutório de Eugénio Coseriu.
- PAGANI, Ileana. 1982. *La teoria linguistica di Dante. De vulgari elo-quentia: discussioni, scelte, proposte*. Napoli: Liguori.
- QUINTILIEN. 1884. De l'institution oratoire. In: NISARD, M. *Quintilien et Pline le Jeune; oeuvres complètes avec la traduction en français*. Paris: J. J. Dubochet.
- SILVA NETO, Serafim da. 1970. *História da língua portuguesa*. 2. ed. aum. Rio de Janeiro: Livros de Portugal. Índice remissivo de Raimun-do Barbadinho Neto.
- SOUSA, Gabriel Soares de. 1974. Roteiro geral com largas informações de toda a costa do Brasil. In: SOUSA, Gabriel Soares de. *Notícia do Brasil. Comentários e notas fr Varhagen, Pirakjá da Silva e Edelweiss*. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais". (Brasiliensia Documenta, 7).
- TAGLIAVINI, Carlo. 1982. *Le Origini delle lingue neolatine; introduzi-one alla filologia romanza*. 6. ed. int. riel. ed aggior. Bologna: Pàtron.
- TEYSSIER, Paul. 2005. *A língua de Gil Vicente*. Tradução Telmo Verde-lho et al. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda. Introd. Ivo Cas-tro.
- WRIGHT, Roger. *Latín tardío y romanmce temprano: en España y la Francia carolingia*. Vers. esp. Rosa Lalor. Madrid: Gredos.

Submetido em: 11.05.2010

Acceto em: 20.06.2010

ATLAS LINGUÍSTICO DE SERGIPE HISTÓRIA, METODOLOGIA E ABORDAGEM DIALECTOMÉTRICA

LINGUISTIC ATLAS OF SERGIPE: HISTORY,
METHODOLOGY AND DIALECTOMETRIC
APPROACH

João Saramago

Centro de Linguística da Universidade de Lisboa

Suzana Alice Marcelino Cardoso

(Universidade Federal da Bahia/CNPq)

RESUMO: Este texto focaliza o *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS* (FERREIRA et al., 1987), e o *Atlas Linguístico de Sergipe-II – ALS-II* (CARDOSO, 2005) que recobrem o Estado de Sergipe, do ponto de vista geolinguístico, e trazem resultados do conjunto de dados documentados entre 1966/1967. Apresenta-se um breve perfil histórico da região a que se reportam esses atlas e a descrição pormenorizada da metodologia seguida na sua elaboração, a que se segue a análise dialectométrica possibilitada pelos resultados alcançados.

Palavras-Chave: Geolinguística. Dialectometria. Português do Brasil.

ABSTRACT: This text focus on the Atlas Linguístico de Sergipe – ALS (FERREIRA et al., 1987), and the Atlas Linguístico de Sergipe-II (ALS (CARDOSO, 2005), which cover the state of Sergipe from a geolinguistic viewpoint and present results based on the data recorded between 1966 and 1967. A brief history of the region in question is presented, as well as a detailed description of the methodology used and a dialectometric analysis made possible by the results achieved.

Keywords: Geolinguistics. Dialectometry. Brazilian Portuguese

O Estado de Sergipe está recoberto, do ponto de vista geolinguístico, por dois atlas que, publicados em momentos distintos, trazem resultados do conjunto de dados documentados entre 1966/1967. O primeiro deles, o *Atlas Linguístico de Sergipe – ALS* (FERREIRA et al., 1987), denominado neste trabalho *ALS-I*, e o segundo, o *Atlas Linguístico de Sergipe-II – ALS-II* (CARDOSO, 2005), concebidos como atlas regionais que recobrem esse Estado, dão continuidade à descrição dialetal do Brasil, iniciada com o *Atlas Prévio dos Falares Baianos – APFB* (ROSSI et al., 1963), e se propõem focalizar mais um espaço da denominada por Nascen-tes (1953), na sua divisão dialetal do Brasil, “área dos falares baianos”. Neste artigo, apresentam-se estes atlas, fornecendo-se um breve perfil histórico da região a que se reportam e a descrição pormenorizada da metodologia seguida na sua elaboração, a que se segue a análise dialectométrica possibilitada pelos resultados alcançados.

O Estado de Sergipe

Situado entre o Rio Real e o Rio São Francisco, Sergipe era parte integrante da Capitania de Francisco Pereira Coutinho. Por morte deste e pela impossibilidade de o seu sucessor – o seu filho Manoel Pereira Coutinho – manter o domínio da terra em virtude da “insuficiência de recursos, além de causas de ordem geral” (FREIRE, 1998, p. 274), foi cedida a posse à coroa, o que explica a denominação que passou a ter – Sergipe d’El-Rei.

A conquista de Sergipe vem assegurar a continuidade territorial, estabelecendo a ligação entre Bahia – centro do governo colonial – e Recife, únicos pontos, no século XVI, de povoamento no Norte/Nordeste, e, como afirma Freire (1998, p. 274):

A conquista de Sergipe representa pois um papel importante na civilização do norte e através de seu território

devia abrir-se, como abriu-se, a primeira estrada que comunicaria Bahia e Recife, aproximando, assim, estes dois centros de povoamento, por aquela estrada que se abriu.

Efetuada a conquista, Christóvão de Barros fundou um arraial a que deu o nome de Cidade de São Christóvão, "em honra do santo de seu nome" (FREIRE, 1998, p. 280), junto à foz do Rio Cotinguiba (antigamente Rio Sergipe) e, criada uma nova circunscrição política e administrativa, sob a jurisdição da Bahia, vem a se tornar dela o seu primeiro Capitão-mór.

O processo de colonização e povoamento da região se inicia pelas áreas dos rios Piauí e Real a que se segue, com início em 1598, a do Vaza Barris. Começada poucos anos depois da colonização do Vaza Barris, deu-se a expansão através dos rios Cotinguiba e Sergipe e seus respectivos afluentes. A expansão atinge a área de Simão Dias, já em 1607, e em toda essa zona desenvolve-se a criação de gado.

De 1606 em diante tem início a expansão pelas regiões mais ao Norte, desenvolvendo-se pelas margens do Rio São Francisco. A invasão holandesa, durante esse século, interfere no processo de colonização da área, o qual volta a ser impulsionado a partir de 1655 (FREIRE, 1998, p. 294).

Do ponto de vista da sua organização administrativa, até o fim do século XVII estava a capitania dividida em 5 distritos: Rio Real, Lagarto, Itabaiana, Cotinguiba e Japarutuba. Com o curso do tempo, esses distritos foram sofrendo novas divisões e se estabelecendo novos limites.

Freire apresenta (1998, p. 363), no momento de lançamento de sua obra, começos do século XX (1906), a seguinte "situação actual da divisão judiciária, civil e administrativa":

O Estado divide-se em 12 comarcas: Aracajú, Larangeiras, Estancia, Capella, Gararú, Itabaiana, Propriá, Maroim, Villa Nova, Lagarto, Riachuelo e Rio Real.

Tem 33 municípios (...), 12 cidades, 26 villas e 33 paróchias

Sergipe conta atualmente com 75 municípios o que revela um crescimento de 20,9% em relação à situação na década de 60, época de realização dos inquéritos linguísticos para o atlas de Sergipe, quando existiam 62 municípios.

Do ponto de vista da constituição demográfica, ao lado do elemento português e da passagem de franceses e holandeses, convém assinalar as populações indígenas, cuja distribuição vem registrada por Capistrano de Abreu (1963) em quadro apenso à página 192, assim identificadas com as respectivas áreas de localização: *Quiriris* (Lagarto), *Periás* (Pambu), *Urumas* (Vila Nova Real d'El-Rei), *Caxago* (Vila Nova Real d'El-Rei) e *Boimé* (Abadia).

Viveu Sergipe vinculado à Bahia, até o século XIX quando, por Decreto de 8 de julho de 1820, é elevado à categoria de Província, totalmente independente do governo da Bahia, e, como afirma Freire (1998, p. 321):

O decreto rompia de todo os laços de dependencia em que Sergipe tinha vivido até então em relação a Bahia, e uma nova vida administrativa e economica ia prender a actividade dos seus filhos, isemptos da tutela, sob que tinham vivido.

O Estado de Sergipe, pela sua localização e pelas relações administrativas que manteve, por longo período, com a Bahia, representa o caminho da integração Bahia-Pernambuco/Recife o que poderá ter repercussão na formação linguística da área.

A metodologia do ALS

Para entender a escolha, de início se põe uma questão: Por que a opção pela realização de um atlas linguístico de Sergipe?

Em "Nota Preliminar" que se encontra no *Atlas Lingüístico de Sergipe* (1987, p. s/n), ALS-I, lê-se:

A decisão de estender nossas atividades a Sergipe e não a outra área geográfica, tanto quanto a de nos circunscrevermos a Sergipe, não nos parece exigir qualquer justificativa científica: continuamos convencidos do caráter essencialmente contextual não apenas da geografia lingüística *stricto sensu* mas da própria dialectologia *lato sensu*.

Sergipe se apresentava, naquele então, como uma área possível de ser recoberta por uma investigação sistemática e de natureza geolinguística, com uma rede de pontos muito mais adensada do que a da Bahia e se constituía, segundo a divisão de Nascentes (1953), numa das partes integrantes do que ele classifica e define como “falar baiano”, o que iria ampliar o conhecimento empírico desse área linguística, permitindo, assim, um melhor entendimento do que afirmara o próprio Nascentes.

Mas lê-se, ainda na mesma página referida, uma outra razão:

Podemos limitar-nos, por ora, a dizer que, sem ser a única, nossa razão mais ponderável nesse caso foi a viabilidade: apesar das dificuldades que nunca faltam a trabalhos desta natureza, Sergipe se apresentava a nossos objetivos como de alto interesse e conveniência, sem nenhuma contra-indicação visível.

E aqui vale a indicação do dado histórico relativo à facilitação do trabalho em Sergipe: lá se encontra um ramo muito extenso – o lado materno – da família de uma das pesquisadoras – Carlota Ferreira –, pessoas que abriram literalmente as portas para acolher os pesquisadores, mas, também, abriram portas virtuais que permitiram o apoio do Estado e, especificamente, da Secretaria de Educação, para a realização do trabalho de campo, e, posteriormente, para a própria publicação do primeiro volume.

De ordem acadêmico-científica, destaca-se o interesse que se tinha – e por certo se tem – de examinar, com base em dados

coletados *in loco* a realidade de uma área mais ampla do país e, nesse caso, tomando-se por base a divisão de Nascentes (1953), examiná-la na perspectiva da realidade areal, tantos anos depois.

Sergipe caminhou não tão célere como desejavam os pesquisadores responsáveis: são as “dificuldades” que sempre se apresentam e de cuja dimensão/duração nunca se tem previsão. Os inquéritos definitivos foram feitos entre 1966 e 1967, precedidos de inquéritos experimentais que se realizaram nos anos anteriores, mas a publicação só pôde viabilizar-se em 1987, nada obstante os originais encontrarem-se preparados desde 1973.

Atendo-se o *ALS-I*, a, apenas, uma parte dos materiais coletados, aquela correspondente ao que se registra no *APFB*, permaneceu à espera de exploração um vasto rol de dados linguísticos que vieram a constituir o *Atlas Lingüístico de Sergipe-II (ALS-II)*, publicado por Cardoso, em 2005. Esse segundo atlas do Estado de Sergipe, centrado na área semântica *HOMEM*, caracteriza-se pelo aspecto bidimensional que se imprime aos dados cartografados. Aliada à variável diatópica, aparece nas cartas linguísticas, de forma sistemática, a informação em gráficos referente ao gênero. Traz o *ALS-II* uma inovação em relação aos atlas nacionais publicados: um conjunto de comentários às cartas e um índice onomasiológico das formas documentadas, a que se acrescenta um glossário semasiológico.

A rede de pontos

A seleção da rede de pontos para Sergipe partiu do princípio adotado para o *APFB*: o estudo sistemático e detalhado de cada um dos municípios que integram o Estado. Da análise de tais informações, conjugada ao exame de dados considerados relevantes – antiguidade da localidade, grau de isolamento, formação histórica, características culturais, posição no contexto dos municípios do Estado e referências de ordem linguística, entre outros – che-

gou-se à definição de uma rede de pontos constituída de 15 localidades. Esta rede apresenta-se muito mais densa do que a estabelecida para a Bahia. Se, na Bahia, para uma área de 561.026 km², foram estabelecidos 50 pontos, para Sergipe, numa área de 21.944 km² foram fixados 15 pontos.

Os quinze pontos recobrem diferentes microrregiões homogêneas, configurando-se a seguinte distribuição:

Quadro 1 - Rede de pontos: distribuição regional

Microrregião homogênea	Ponto n°	Nome da localidade
Litoral Sul Sergipano	51	Santa Luzia
	53	Estância
	55	São Cristóvão
	56	Itaporanga d'Ajuda
Sertão do Rio Real	52	Tomar do Geru
Agreste de Lagarto	54	Pedrinhas
	58	Simão Dias
Cotinguiba	57	Laranjeiras
	59	Divina Pastora
Nossa Senhora das Dores	60	Ribeirópolis
Propriá	61	Brejo Grande
	62	Propriá
Sertão Sergipano do São Francisco	63	Nossa Senhora da Glória
	64	Gararu
	65	Currálinho

Todas essas localidades, à exceção do ponto 65, eram, à época da documentação, sede de município. Currálinho, único distrito representado, pertencia ao Município de Poço Redondo, localizando-se às margens do Rio São Francisco.

O principal meio de comunicação, responsável pela interligação entre as localidades, era o rodoviário. Dentre todas há, po-

rém, de destacar-se a dificuldade de acesso a Currálinho, provido – convém que se repita, àquela época – apenas de uma estrada de natureza carroçável, permitindo trânsito de jipe ou caminhonete do tipo rural. Aos pontos situados à margem do rio São Francisco – Brejo Grande (61), Propriá (62), Gararu (64) e Currálinho (65) – se acrescenta a comunicação fluvial, feita por barcos de maior ou menor velocidade, bastante utilizada pela população dessa área ribeirinha.

O questionário

Os questionários aplicados em Sergipe têm por base os questionários do *APFB* e refletem dois tipos de enfoque.

Primeiramente, um questionário geral, abrangente, com cerca de 3700 perguntas distribuídas por quatro grandes áreas – Terra, Vegetais, Homem e Animais –, que procura abarcar o universo de possibilidades de identificação de elementos do mundo biossocial em que se situam os habitantes da área. Organizado a partir do seu similar, aplicado na Bahia, contempla questões gerais e universais, incorpora tudo o que foi estabelecido para a Bahia e introduz subáreas semânticas que visam a atender às peculiaridades culturais de Sergipe. Esse questionário foi aplicado, com a participação de estudantes de graduação, em quatro localidades – Estância, Santa Luzia, Itaporanga e Laranjeiras. Analisados os resultados dessa aplicação, foram selecionados itens considerados relevantes e com eles composto um questionário mais reduzido que viria a ser aplicado, no momento da recolha definitiva dos dados. Esse questionário, no entanto, incorporou integralmente todas as questões constantes do questionário aplicado nos 50 pontos da Bahia.

Assim configurado, foi aplicado, em caráter experimental, em todos os pontos da rede, motivando novos ajustes que defini-

ram, por fim, a versão final que vem a ser aplicada nos anos de 1966 e 1967.

Esse questionário, na sua versão final, contém 687 perguntas, numeradas de 1 a 674, às quais se acrescentam 13 outras que receberam um índice A, assim identificadas em virtude de a sua introdução ter-se dado quando as demais já se encontravam devidamente numeradas. Contempla quatro grandes áreas semânticas: TERRA — perguntas 1 a 62; VEGETAIS — perguntas 63 a 143; HOMEM — perguntas 144 a 381 — e ANIMAIS — perguntas 382 a 674. Traz, em relação à Bahia, uma inovação metodológica: cada item se faz acompanhar de um breve texto em que se formula a pergunta referente ao que se quer investigar. Tal procedimento tinha como objetivo assegurar a homogeneidade na forma de inquirição, eliminando, assim, possíveis ruídos na comunicação decorrentes de maneiras divergentes de perguntar-se por um mesmo objeto ou situação. Obviamente, se aquela maneira de perguntar não lograsse êxito, ficava o inquiridor não só inteiramente à vontade, mas de certo modo obrigado a fazer uma nova formulação ou formulações substitutivas.

Como sucedeu com o questionário do APFB, algumas perguntas estão contempladas com o que se convencionou chamar "forma disponível", ou seja, contêm, sotoposto à formulação do item a indicação de forma(s) que surgiram como resposta no momento da aplicação do questionário amplo experimental e que comparecem para serem submetidas ao denominado teste de identificação. Tais formas, não tendo ocorrido espontaneamente no curso do inquérito, deveriam ser diretamente apresentadas aos informantes, após concluída a entrevista, indagando-se-lhes se as conheciam e solicitando-lhes comentários explicativos sobre cada uma delas.

A aplicação do questionário definitivo foi integralmente gravada em fitas de rolo, em aparelhos portáteis com autonomia de

corrente, com velocidade 1 7/8, e, posteriormente, copiadas em fitas cassete, que se encontram disponíveis para consulta no Arquivo Sonoro do Setor de Dialectologia do Instituto de Letras da UFBA.

Os informantes

A escolha de informantes pautou-se pelo que a tradição geolinguística estabelece como fundamental: pessoas de pouca ou nula escolaridade, com pouco ou nenhum hábito de deslocamento, filhos e moradores da região pesquisada, com pais da mesma localidade, preferentemente de mais idade e com aparelho fonador sem defeitos visíveis.

Do ponto de vista da faixa etária, nada obstante a inexistência de um princípio que estabelecesse faixas ou agrupamentos por idade, observa-se que podem ser reunidos em três grandes grupos: o primeiro, com informantes dos 30 aos 39 anos — 11 informantes; o segundo, dos 40 aos 48 anos — 13 informantes; e o terceiro a partir dos 50 anos — 6 informantes.

A esses princípios, que presidiram a escolha de informantes, acrescenta-se a deliberação de inquirir-se, em cada ponto da rede, sistematicamente, uma mulher e um homem que, na cartografia dos dados do ALS-I, estão identificados, respectivamente, pelos índices A e B¹, o que concede a esse atlas a primazia de tratar, no Brasil, de modo sistemático e explicitado nos cartogramas, uma variável social. Tal procedimento, que se reflete no controle da variável gênero, tem colocado esse atlas entre os primeiros atlas pluridimensionais da América Latina (THUN, 2000).

¹ No ALS-II, a indicação se faz com a utilização de símbolos pertinentes a cada um dos gêneros: círculo para as mulheres, quadrado para os homens.

Os inquiridores

Os inquiridores, pesquisadores do grupo de Dialetoologia da UFBA — Carlota Ferreira, Jacyra Mota, Nadja Andrade, Nelson Rossi e Suzana Cardoso —, participaram de todas as fases do projeto e têm, dessa forma, um conhecimento aprofundado do questionário a aplicar-se.

Trabalharam aos pares, responsabilizando-se, sistematicamente, por um dos informantes em cada uma das localidades. Um princípio, muitas vezes e em outras experiências seguido, o de inquiridor e informante serem do mesmo sexo, não pôde, no entanto, ser observado uma vez que o grupo de inquiridores se constituía de um homem e quatro mulheres.

Transcrição dos dados

O sistema de transcrição fonética utilizado foi o mesmo seguido pelo APFB. Adotou-se o sistema Lacerda-Hammarström (1952), acrescido de sinais propostos por Hammarström (1953), mas não se escapou da introdução de novos sinais para cuja utilização se encontra um breve comentário no item “Transcrição fonética”, introdutório às Cartas (*ALS-I*, página s/n), que, a seguir, se transcreve:

Faltam-nos elementos para concluir com segurança em que casos a necessidade de introduzir ainda uma vez novos sinais decorreu de inovações metodológicas — por exemplo a transcrição indireta — ou de peculiaridades da nova área investigada.

No que concerne à transcrição grafemática, utilizada nas notas às cartas, está pautada na ortografia oficial, observando-se, no entanto, a preservação de traços dialetais no que se refere: (i) à grafia dos segmentos *né* (“não é”), *tá*, *tava* (“está”, “estava”), *pra* (“para”); (ii) à omissão de /s/ quando marca morfológica ou inserido em morfemas gramaticais; (iii) às marcas morfosintáticas em geral; (iv) às pausas impressas à frase.

As cartas linguísticas

As cartas linguísticas contemplam informações semântico-lexicais e fonético-fonológicas a que se acrescem outras de caráter geral constantes das notas que reproduzem a fala de informantes, comentários dos documentadores ou resultados da interpretação no momento de transcrição e exegese dos materiais. Os mapas em que se assentam as informações contêm dados referentes à distribuição geográfica dos pontos, e à indicação dos informantes, assinalados pelos índices (A) ou (B), no *ALS-I*, e por símbolo diferentes, no *ALS-II*, que correspondem, respectivamente, às informações de gênero feminino e masculino.

Os dados vêm dispostos no reto e verso de cada folha. No reto, a carta geográfica com informações semântico-lexicais e/ou fonéticas, com controle de variáveis diatópicas e diagenéricas. No verso, as notas, referentes a cada ponto/informante.

Em função da estreita relação entre o APFB e o ALS, não só pela metodologia aplicada, mas por se constituírem em trabalho de investigação de uma mesma equipe, foram aproveitados, no *ALS-I*, dados do APFB, não cartografados em virtude de dúvidas que os materiais de campo apresentavam. A recolha da documentação, em Sergipe, possibilitou dirimirem-se essas dificuldades, permitindo, assim, que se fizessem cartas Bahia-Sergipe, contendo dados das duas regiões, resgatando-se, desse modo, informações mantidas sob reserva, na Bahia, e com resultados ainda não divulgados.

Assim, o total de 167 cartas do *ALS-I* se apresenta com a seguinte distribuição:

- Cartas introdutórias: 11, numeradas de I a XI
- Cartas semântico-lexicais e fonéticas de Sergipe: 156, numeradas de 1 a 156

Entre as que constituem este último grupo, figuram nove Cartas-resumo Sergipe e dez Cartas Bahia-Sergipe.

O *ALS-II* contém um conjunto de 108 cartas, das quais três são introdutórias e as demais semântico-lexicais.

Os dois atlas dedicados a Sergipe fornecem, dessa forma, um conjunto de 261 cartas linguísticas a que se somam 14 cartas que contêm informações de natureza histórico-geográfica.

Abordagem dialectométrica

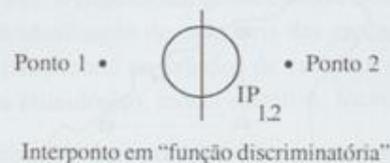
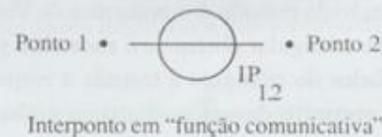
De seguida, proceder-se-á a uma abordagem, numa perspectiva lexical, de 100 mapas linguísticos, constantes nos dois volumes do Atlas Linguístico do Sergipe, baseada no método dialectométrico preconizado por Hans Goebel.

O método dialectométrico

Antes de se passar à visualização e análise dos resultados obtidos, far-se-á a uma sucinta apresentação do método e da terminologia adotados para este estudo e que são os que Hans Goebel apresenta em dois dos seus artigos (GOEBL 1981 e 1983).

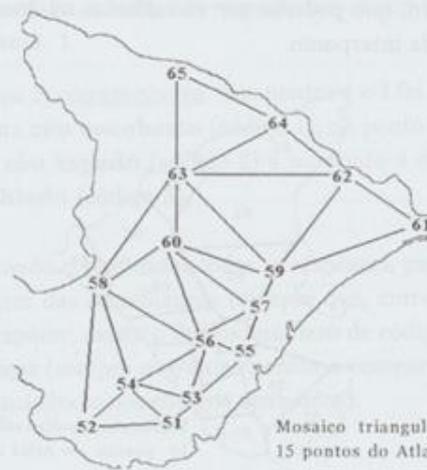
Como o que vai ser estudado é a relação linguística, no que respeita ao léxico, entre pontos da rede de um atlas, a primeira noção a ser abordada é a de **interponto (IP)**.

Como interponto, deve entender-se o ponto médio do segmento que une cada par de pontos. Cada interponto tem duas funções: uma, quando se aborda o grau de semelhança (**função comunicativa**); outra, quando se aborda o grau de diferença (**função discriminatória**) entre dois pontos.



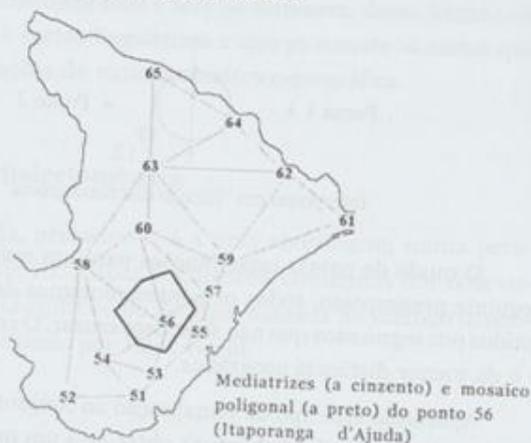
O modo de passar estas funções para um mapa obedece ao seguinte pressuposto: todos os pontos contíguos de um atlas são unidos por segmentos que não se podem cruzar. O critério de união é o da menor distância geográfica.

Aplicando este tipo de visualização ao conjunto das localidades da rede de um atlas (**objetos**), obter-se-á um **mosaico triangular** onde serão marcadas as funções comunicativas.

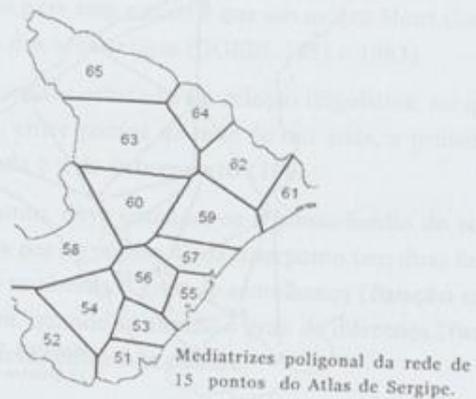


Mosaico triangular da rede de 15 pontos do Atlas do Sergipe

Da aplicação do método dos polígonos de Voronoi / Thiessen sobre o mosaico triangular obtém-se o **mosaico poligonal**: para cada um dos lados do triângulo é traçada a respectiva mediatriz. Os pontos de encontro dessas mediatrizes serão os ângulos dos polígonos que constituirão esse mosaico.



Deste modo, obtém-se os suportes (mosaicos triangular e poligonal) em que poderão ser visualizadas as duas funções inerentes a cada interponto.



A etapa seguinte prende-se com a **análise taxonômica** (classificação) dos dados linguísticos que servirão de base à análise dialectométrica:

1. escolha do *corpus* a estudar, ou seja, a seleção dos mapas de um atlas linguístico (atributos);
2. definição dos critérios em que se baseará o estabelecimento da individualização de cada uma das unidades classificatórias (respostas) no interior de cada um dos atributos: critério etimológico, morfo-sintático, fonético...;
3. determinação das variantes existentes através do critério escolhido.

EXEMPLO:

Critério de classificação para definir as unidades classificatórias para um atlas com 4 pontos (objetos) e dois mapas (atributos): o etimológico

- a) Mapa 1: sol. A resposta em todos os pontos da rede foi **sol**. Assim, o código da resposta nos quatro pontos será o mesmo: 1.

Mapa 2: céu encoberto. Nos pontos 1 e 3 foi obtida a resposta **céu encoberto** (código 1); no ponto 2, a resposta foi **céu tapado** (código 2) e no ponto 4 obteve-se **céu nublado** (código 3).

- b) Estando classificadas todas as respostas, passa-se à contagem das semelhanças (sempre que, entre os pontos a comparar, exista o mesmo número de código) e de diferenças (sempre que entre pontos a comparar não exista coincidência nos códigos atribuídos).

As semelhanças são designadas por **co-identidades (COI)** e as diferenças por **co-diferenças (COD)**.

A partir das COI será possível determinar qual o índice de semelhança existente entre dois pontos. Este índice designa-se por **índice relativo de identidade (IRI)**. O IRI pode definir-se como a razão, em percentagem, entre o somatório das COI, por um lado, e o somatório das COI mais o somatório das COD, por outro.

Transpondo os resultados atrás referidos para uma matriz de dados o resultado é o seguinte:

Atributos (mapas de atlas)	2	1	2	1	3
	1	1	1	1	1
		1	2	3	4
	Objetos (pontos da rede)				

Matriz de dados

Pela matriz verifica-se que os valores percentuais das COI, ou seja os IRI, entre os diferentes pontos, através da aplicação da fórmula atrás referida, é o seguinte:

$$\text{IRI}_{1,2} = 100 \cdot \frac{1}{1+1} = 50\%$$

$$\text{IRI}_{1,3} = 100 \cdot \frac{2}{2+0} = 100\%$$

$$\text{IRI}_{1,4} = 100 \cdot \frac{1}{1+1} = 50\%$$

Com estes valores torna-se possível construir uma matriz simétrica:

Objetos (pontos da rede)	4	50	50	50	100
	3	100	50	100	50
	2	50	100	50	50
	1	100	50	100	50
		1	2	3	4
	Objetos (pontos da rede)				

Matriz simétrica dos IRI

Ao índice que dá conta das diferenças, Goebel designa-o por **índice relativo de distância (IRD)**. Como ele é complementar do IRI correspondente, temos que:

$$\text{IRI}_{1,2} + \text{IRD}_{2,1} = 100$$

De acordo com a formulação atrás apresentada temos que os valores de IRD são os seguintes:

$$\text{IRI}_{1,2} = 50 \text{ logo } \text{IRD}_{2,1} = 50$$

$$\text{IRI}_{1,3} = 100, \text{ logo } \text{IRD}_{3,1} = 0$$

$$\text{IRI}_{1,4} = 50, \text{ logo } \text{IRD}_{4,1} = 50$$

$$\text{IRI}_{2,3} = 50, \text{ logo } \text{IRD}_{3,2} = 50$$

$$\text{IRI}_{2,4} = 50, \text{ logo } \text{IRD}_{4,2} = 50$$

$$\text{IRI}_{3,4} = 50, \text{ logo } \text{IRD}_{4,3} = 50$$

Do mesmo modo que se fez para os IRI, torna-se possível construir a matriz simétrica para os IRD:

Objetos (pontos da rede)	4	50	50	50	0
	3	0	50	0	50
	2	50	0	50	50
	1	0	50	0	50
		1	2	3	4
Objetos (pontos da rede)					

Matriz simétrica dos IRD

Depois desta série de operações, que se aplicarão à totalidade dos materiais estudados, restará proceder à visualização dos valores obtidos.

Como facilmente se depreenderá, torna-se praticamente impossível atribuir um símbolo diferente a cada um dos valores de IRI ou IRD. Deste modo torna-se necessário agrupá-los.

Depois de várias tentativas, Goebel adoptou, para os IRD, o que ele designou por **algoritmo de intervalação MIN MW MAX** de 12 intervalos, que consta do seguinte:

- Determinação da média aritmética da totalidade dos valores de IRD.
- Divisão por 6 da diferença entre a média aritmética e o valor de IRD mais baixo.
- Divisão por 6 da diferença entre o valor mais elevado de IRD e a média aritmética.

O resultado encontrado em b) determina qual o valor de variação para cada um dos intervalos em que serão reunidos os IRD cujos valores se situem abaixo da média aritmética. O resultado encontrado em c) determinará, por sua vez, qual o valor da variação para cada um dos seis intervalos em que serão reunidos os IRD cujos valores se situem acima da média aritmética.

É a partir deste escalonamento em 12 grupos ou categorias que os IRD serão visualizados no respectivo mapa de mosaico

poligonal: cada segmento receberá o tipo de visualização que foi escolhido para o grupo em cujos valores ele se encontra incluído.

Para os IRI, Goebel aplicou um outro algoritmo: o da **intervalação MED** (mediana) igualmente de 12 intervalos. O procedimento para se chegar ao agrupamento em 12 intervalos é o seguinte:

- escalonamento da totalidade dos valores dos IRI por ordem crescente;
- escolha da mediana: valor do interponto que tenha a anteceder-lo e a precedê-lo aproximadamente o mesmo número de interpontos, isto é, com valores inferiores ou superiores a ele;
- formação de seis grupos, aproximadamente com o mesmo número de interpontos cujos valores se situem abaixo do valor da mediana e outros seis grupos, igualmente com o mesmo número aproximado de interpontos cujos valores se situem acima do valor da mediana.

Essa mediana ocupará a posição que corresponde à da média aritmética para os IRD e será o valor máximo do 6º intervalo.

O processo de visualização é idêntico ao que foi descrito para os IRD, só que o suporte será o mapa do mosaico triangular.

Critério para o estabelecimento das diferenças lexicais nos atlas linguísticos de Sergipe. Matriz de dados²

O único critério subjacente ao estabelecimento dos tipos lexicais para cada um dos conceitos foi o do étimo das formas.

² A matriz de dados foi construída com a participação dos alunos de um curso avançado da Universidade Estadual de Londrina. Foram analisados 100 mapas linguísticos que cartografavam conceitos que apresentavam variação lexical. Foram aproveitadas sobretudo as respostas do informante masculino. Só nos casos em que não existia resposta desse informante é que foi aproveitada a resposta do informante feminino. No caso de haver mais do que uma resposta, aproveitou-se apenas a primeira.

Aplicando este critério, foi obtida uma matriz de dados que servirá de base para as análises que se seguem.

Índice Relativo de Distância (IRD)

O estabelecimento do número de diferenças existentes entre duas localidades seguiu o seguinte sistema binário:

- quando, para cada conceito, se encontram dois números de código diferentes (o que corresponde a dois étimos diferentes), marca-se 1;
- quando, para cada conceito, se encontra o mesmo código, marca-se 0;

Depois de estabelecido o número de diferenças entre cada par de localidades a comparar, passa-se ao cálculo do valor do respectivo IRD para cada interponto. Este valor é a percentagem do número de diferenças sobre o número total das perguntas analisadas.

Cartografagem dos IRD

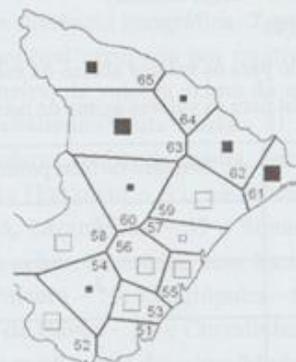
O procedimento, de acordo com o que no início foi explicitado, é o seguinte:

- cálculo da média aritmética do conjunto dos valores de IRD;
- cálculo da diferença entre a média aritmética e o valor do IRD mais baixo;
- cálculo da diferença entre o IRD de valor mais elevado e a média aritmética;
- divisão por 3 de cada um dos valores encontrados para as diferenças.³

³ Como se pretende analisar o léxico numa perspectiva da sua variação espacial e, a partir daí, tentar delimitar áreas de maior ou menor variação, optou-se por um algoritmo de seis intervalos em vez do de doze, uma vez que, da sua aplicação, se teria uma visão mais compartimentada dessa mesma variação.

Relação interpontual de IRD de Santa Luzia (51) com as restantes localidades

IRD mínimo: 30 (57 – Laranjeiras)		
IRD máximo: 48,48 (61 – Brejo Grande)		
Média aritmética: 42,59		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 4,19		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 1,96		
Intervalo	Número de interpostos	Símbolo
30 – 34,19	1	□
> 34,19 – 38,39		□
> 38,39 – 42,59	6	□
> 42,59 – 44,56	3	■
> 44,56 – 46,52	2	■
> 46,52 – 48,48	2	■



Apesar de Santa Luzia ter o mesmo número de valores interpontuais abaixo e acima da média (7), relativamente aos restantes pontos, deve ser realçado o fato de que com aqueles que mantém uma relação interpontual abaixo da média (branco) cinco dos pontos apresentam valores próximos (quadrado branco grande) dos

valores do quarto escalão (quadrado preto pequeno) o que deixa entrever uma certa diferenciação lexical relativamente aos restantes pontos, excepção feita ao ponto 57.

Outro aspecto, digno de realce, é que pode verificar-se uma relação direta entre distância geográfica e diferenciação lexical: os pontos mais próximos são aqueles com quem Santa Luzia apresenta uma relação lexical mais próxima (cor branca - exceto o ponto 54 - Pedrinhas). Igualmente de realçar o fato de ser com o ponto 57 (Laranjeiras) que Santa Luzia possui o seu valor mais baixo de IRD.

Relação interpontual de IRD de Tomar do Geru (52) com as restantes localidades

IRD mínimo: 34,34 (57 - Laranjeiras)

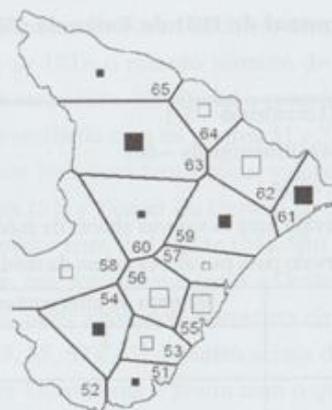
IRD máximo: 46,94 (61 - Brejo Grande)

Média aritmética: 40,93

Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 2

Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,19

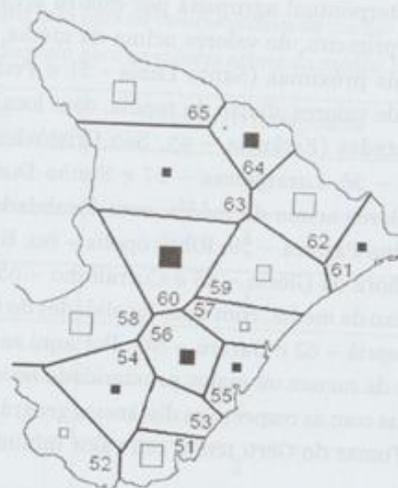
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
34,34 - 36,54	1	□
> 36,54 - 38,73	3	□
> 38,73 - 40,93	3	□
> 40,93 - 42,93	3	■
> 42,93 - 44,94	2	■
> 44,94 - 46,94	2	■



À semelhança de Santa Luzia, Tomar do Geru apresenta um número idêntico de valores de IRD, quer acima da média, quer abaixo. Só que a respectiva distribuição espacial se revela bem mais diferente do que a encontrada para Santa Luzia. Na realidade, enquanto Santa Luzia possui uma escala de valores que podem ser relacionados com a distância geográfica, Tomar do Geru possui uma relação interpontual agrupada por quatro áreas geográficas distintas: uma primeira, de valores acima da média, com as duas localidades mais próximas (Santa Luzia - 51 e Pedrinhas - 54); uma segunda, de valores abaixo da média, com localidades medianamente afastadas (Estância - 53, São Cristóvão - 55, Itaporanga d'Ajuda - 56, Laranjeiras - 57 e Simão Dias - 58); uma terceira, de valores acima da média, com localidades já bastante afastadas (Divina Pastora - 59, Ribeirópolis - 60, Brejo Grande - 61, Nossa Senhora da Glória - 63 e Curalinho - 65); uma quarta, de valores abaixo da média, com duas localidades do extremo Norte do Estado (Propriá - 62 e Gararu - 64). Por aqui se pode verificar que os valores de menor ou maior proximidade lexical não podem ser relacionadas com as respectivas distâncias geográficas. Tal como Santa Luzia, Tomar do Geru tem o seu valor mínimo de IRD com Laranjeiras.

Relação interpontual de IRD de Estância (53) com as restantes localidades

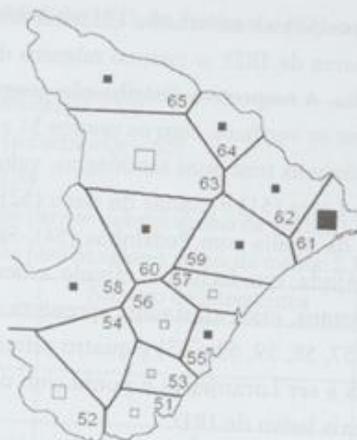
IRD mínimo: 37 (Laranjeiras – 57)		
IRD máximo: 49,49 (Ribeirópolis – 60)		
Média aritmética: 42,34		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 1,78		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,38		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
37 – 38,78	2	□
> 38,78 – 40,56	1	□
> 40,56 – 42,34	4	□
> 42,34 – 44,72	4	■
> 44,72 – 47,1	2	■
> 47,1 – 49,49	1	■



Tal como os pontos anteriores, Estância denota a mesma tendência dos valores de IRD: o mesmo número de valores acima e abaixo da média. A respectiva distribuição geográfica é um pouco diferente da que se verificou com os pontos 51 e 52; com as localidades mais próximas tem duas tendências: valores abaixo da média com Santa Luzia (51) e Tomar do Geru (52), que estão a Sul e valores acima da média com Pedrinhas (54), São Cristóvão (55) e Itaporanga d'Ajuda, que fecham o círculo a Oeste e a Norte. Com os restantes pontos, mais afastados, apresenta cinco valores abaixo da média (57, 58, 59, 62 e 65) e quatro acima da média (60, 61, 63 e 64). Volta a ser Laranjeiras o ponto com o qual Estância tem o seu valor mais baixo de IRD.

Relação interpontual de IRD de Pedrinhas (54) com as restantes localidades

IRD mínimo: 40,82 (56 - Itaporanga d'Ajuda)		
IRD máximo: 57,14 (61 - Brejo Grande)		
Média aritmética: 46,02		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 1,73		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,7		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
40,82 – 42,55	4	□
> 42,55 – 44,28	1	□
> 44,28 – 46,02	1	□
> 46,02 – 49,72	7	■
> 49,72 – 53,43	0	■
> 53,43- 57,14	1	■

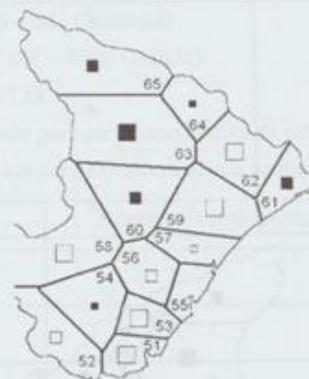


Pedrinhas é o primeiro ponto que apresenta um maior número de valores acima da média do que abaixo (oito acima e seis abaixo). Apesar deste fato, não poderá afirmar-se que este ponto possui uma clara individualização lexical relativamente aos pontos cujos valores de IRD se situam acima da média. Na realidade, apenas com o ponto 61 (Brejo Grande) é que se verifica uma clara diferenciação lexical (quadrado preto maior); com os restantes pontos, essa diferenciação situa-se no escalão logo acima da média (quadrado preto mais pequeno). As maiores semelhanças (quadrado branco médio e mais pequeno) ocorrem com as localidades confinantes que lhe ficam a Sul (Tomar do Geru - 52) e a Este (Santa Luzia - 51, Estância - 53 e Itaporanga D'Ajuda - 56). A estes, há que acrescentar o ponto 57 (Laranjeiras - quadrado branco mais pequeno) e, ainda o ponto 63 (Nossa Senhora da Glória - quadrado branco maior) se bem que já mais afastado geográfica e lexicalmente. É com o ponto 56 (Itaporanga d'Ajuda) que Pedrinhas tem uma maior afinidade lexical (IRD mais baixo).

Relação interpontual de IRD de São Cristóvão (55) com as restantes localidades

IRD mínimo: 29
 IRD máximo: 60,22
 Média aritmética: 44,96
 Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 5,32
 Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 5,08

Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
29 - 34,32	1	□
> 34,32 - 39,64	2	□
> 39,64 - 44,96	5	□
> 44,96 - 50,05	2	■
> 50,05 - 55,14	3	■
> 55,14 - 60,22	1	■

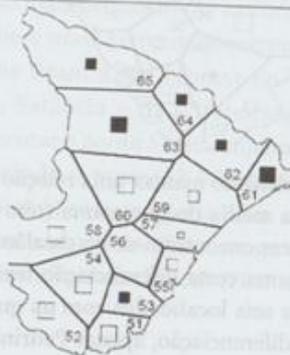


Apesar de São Cristóvão manter uma relação interpontual com mais valores abaixo da média do que acima (oito abaixo e seis acima), cinco desses valores encontram-se no escalão da média aritmética, o que denota já uma certa diferenciação lexical entre eles e o ponto em análise. Das seis localidades com as quais São Cristóvão apresenta uma maior diferenciação, apenas Pedrinhas (54) é que fica

geograficamente mais próxima. As restantes já se encontram bem mais afastadas, formando, quatro delas, uma área mais homogênea (60, 63 – o ponto mais diferenciado – 64 e 65). Isolado, fica o ponto 61 (Brejo Grande) que, em relação aos pontos até agora analisados, tem apresentado sempre valores acima da média. É, mais uma vez, Laranjeiras o ponto com o qual existe o valor de IRD mais baixo.

Relação interpontual de IRD de Itaporanga d'Ajuda (56) com as restantes localidades

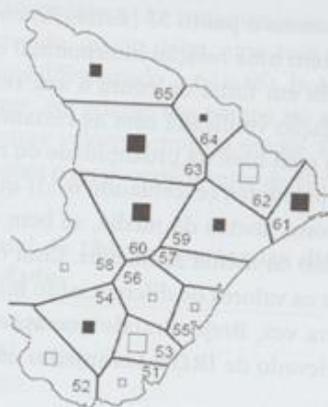
IRD mínimo: 30 (57 – Laranjeiras)		
IRD máximo: 51,52 (61 – Brejo Grande)		
Média aritmética: 42,05		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 4,01		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,15		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
30 – 34,02	1	□
> 34,02 – 38,03	2	□
> 38,03 – 42,05	5	□
> 42,05 – 45,21	4	■
> 45,21 – 48,36		■
> 48,36 – 51,52	2	■



Se ressalvamos o ponto 53 (Estância) com o qual Itaporanga d'Ajuda mantém uma relação interpontual cujo valor é bastante elevado, tendo em linha de conta a sua relativa proximidade geográfica, a relação verificada com as restantes localidades pode ser interpretada com base na proximidade ou no afastamento geográficos: todos os pontos (excetuando o 53) que ficam à sua volta apresentam valores abaixo da média, se bem que quatro deles se situem no escalão da média aritmética. Com os pontos mais afastados apresenta os valores de diferenciação mais elevados. De salientar, mais uma vez, Brejo Grande que apresenta o valor interpontual mais elevado de IRD e Laranjeiras com o valor mais baixo.

Relação interpontual de IRD de Laranjeiras (57) com as restantes localidades

IRD mínimo: 29 (55 – São Cristóvão)		
IRD máximo: 47,47 (61 – Brejo Grande)		
Média aritmética: 37,89		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 2,96		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,19		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
29 – 31,97	4	□
> 31,97 – 34,93	1	□
> 34,93 – 37,89	2	□
> 37,89 – 41,08	1	■
> 41,08 – 44,28	3	■
> 44,28 – 47,47	3	■



Não fosse o caso de Pedrinhas (54) e de Propriá (62), poder-se-ia afirmar que Laranjeiras apresentava valores abaixo da média com os pontos que lhe ficavam a Sul e valores acima da média com os pontos a Norte. De qualquer modo, pode afirmar-se que se trata de uma relação generalizada e maioritária. De entre os três pontos, com os quais Laranjeiras apresenta os maiores valores de diferenciação lexical, volta a ser Brejo Grande o que mais se diferencia. De salientar, também, a existência de quatro pontos com os valores mais baixos de IRD (quadrado branco pequeno) o que denota uma certa identificação lexical com eles.

□	31 - 34,93
□	> 34,93 - 38,87
□	> 38,87 - 42,8
■	> 42,8 - 46,04
■	> 46,04 - 48,29
■	> 48,29 - 52,53

Relação interpontual de IRD de Simão Dias (58) com as restantes localidades

IRD mínimo: 31 (57 - Laranjeiras)

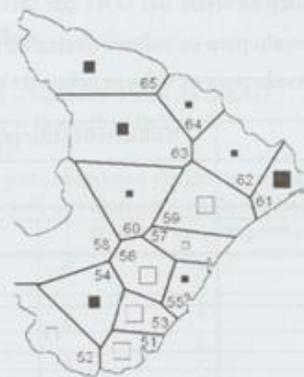
IRD máximo: 52,53 (61 - Brejo Grande)

Média aritmética: 42,8

Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 3,93

Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,24

Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
31 - 34,93	1	□
> 34,93 - 38,87	1	□
> 38,87 - 42,8	4	□
> 42,8 - 46,04	4	■
> 46,04 - 48,29	3	■
> 48,29 - 52,53	1	■



Simão Dias é uma das localidades que apresenta um número superior de valores interpontuais acima da média (oito acima e seis abaixo). Excetuando os pontos 54 (Pedrinhas) e 60 (Ribeirão-

polis) – localidades mais próximas – os restantes valores situados acima da média ocorrem com as localidades geograficamente mais afastadas. De qualquer modo, é digno de realce o fato de, nos seis valores abaixo da média, quatro deles se situarem no escalão da média aritmética, um no escalão médio e apenas outro no escalão mínimo (aquele com que ocorrem mais semelhanças lexicais, sendo, de novo, Laranjeiras esse ponto). Por tudo isto, pode dizer-se que Simão Dias, eventualmente pela sua situação geográfica lateral, apresenta valores que, em grande medida, apontam para uma certa individualização lexical relativamente à maioria das restantes localidades.

Relação interpontual de IRD de Divina Pastora (59) com as restantes localidades

IRD mínimo: 33 (57 – Laranjeiras)

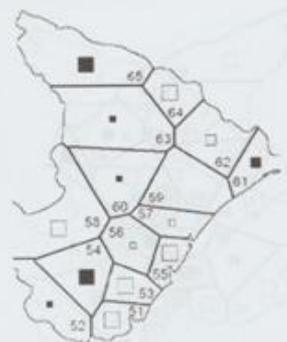
IRD máximo: 49,49 (54 – Pedrinhas)

Média aritmética: 41,33

Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 2,78

Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,72

Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
33 – 35,77	2	□
> 35,77 – 38,55	1	□
>38,55 – 41,33	5	□
> 41,33 – 44,05	3	■
> 44,05 – 46,77	1	■
> 46,77 – 49,49	2	■



Um pouco à semelhança do que se verificou com Simão Dias, Divina Pastora, apesar de possuir um número superior de valores interpontuais abaixo da média (8), apresenta igualmente um número bastante significativo desses valores no escalão da média (5). Outro aspecto significativo: dos cinco pontos com os quais mantém relação interpontual direta (57, 60, 61, 62 e 63), três deles apresentam valores acima da média (cor preta). O valor mais baixo de IRD ocorre com Itaporanga d'Ajuda (56).

Relação interpontual de IRD de Ribeirópolis (60) com as restantes localidades

IRD mínimo: 36,96 (63 – Nossa Senhora da Glória)

IRD máximo: 52,04 (61 – Brejo Grande)

Média aritmética: 45,29

Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 2,78

Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,25

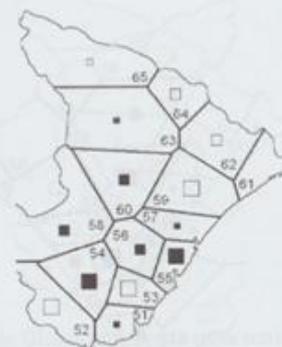
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
36,96 – 39,74	1	□
> 39,74 – 42,52	1	□
> 42,52 – 45,29	6	□
> 45,29 – 47,54	1	■
> 47,54 – 49,79	3	■
> 49,79 – 52,04	2	■



Ribeirópolis repete, aproximadamente, a tendência de Divina Pastora: maior número de valores abaixo da média (8) com uma clara maioria a situar-se no escalão da média (6). Tal fato denota uma certa diferenciação lexical relativamente a praticamente todos os pontos, exceção feita para os pontos 63 e 56 que são os mais próximos numa perspectiva linguística e geográfica. É com Nossa Senhora da Glória (63) que Ribeirópolis possui o seu IRD mais baixo.

Relação interpontual de IRD de Brejo Grande (61) com as restantes localidades

IRD mínimo: 33,67 (65 – Curralinho)		
IRD máximo: 57,14 (54 – Pedrinhas)		
Média aritmética: 47,29		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 4,54		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,28		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
33,67 – 38,21	1	□
> 38,21 – 42,75	2	□
> 42,75 – 47,29	3	□
> 47,29 – 50,58	3	■
> 50,28 – 53,85	3	■
> 53,85 – 57,14	2	■



No conjunto dos pontos até agora analisados, a grande maioria apresentava o seu valor máximo de IRD com Brejo Grande. Esta oposição mais marcante é visível na relação entre Brejo Grande e as restantes localidades: um maior número de pontos acima da média (dois quadrados pretos de tamanho maior, três de tamanho médio e outros três de tamanho menor). Acrescentando, a estes, os três quadrados grandes brancos (valores do escalão da média), ficam apenas três pontos com os quais Brejo Grande apresenta uma maior semelhança lexical, sendo com Curralinho o seu IRD mais baixo.

Relação interpontual de IRD de Propriá (62) com as restantes localidades

IRD mínimo: 27,84		
IRD máximo: 48,45		
Média aritmética: 41,54		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 4,57		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,30		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
27,84 – 32,41	1	□
> 32,41 – 36,98	2	□
> 36,98 – 41,54	4	□
> 41,54 – 43,85	1	■
> 43,85 – 46,15	3	■
> 46,15 – 48,45	3	■



Analisando os resultados no seu todo, pode afirmar-se que Propriá é bastante individualizado, numa perspectiva lexical: dos sete quadrados pretos correspondentes aos valores acima da média, três pertencem ao escalão maior, três ao médio e apenas um ao escalão mínimo. Se a estes valores se acrescentarem os das quatro localidades incluídas no escalão da média (quadrado branco grande), essa diferenciação ainda fica mais marcada. A sua maior semelhança lexical (IRD mais baixo) é com Gararu (64).

Relação interpontual de IRD de Nossa Senhora da Glória (63) com as restantes localidades

IRD mínimo: 36,96 (60 – Ribeirópolis)		
IRD máximo: 60,22 (55 – São Cristóvão)		
Média aritmética: 45,14		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 2,73		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 5,03		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
36,96 – 39,68	3	□
> 39,68 – 42,41	1	□
> 42,41 – 45,14	3	□
> 45,14 – 50,17	6	■
> 50,17 – 56,20		■
> 56,20 – 60,22	1	■



Nossa Senhora da Glória apresenta uma maior semelhança lexical com os cinco pontos geograficamente mais próximos e, também, com outros dois mais afastados (53 e 54). Relativamente aos valores acima da média, este ponto apenas apresenta uma diferenciação lexical mais marcada com São Cristóvão (55). Os restantes valores situam-se no escalão mínimo desses valores (quadrado preto pequeno). Este fato atesta uma oposição lexical não muito forte relativamente a 13 dos pontos, sendo de salientar a maior semelhança com três dos pontos que lhe ficam contíguos – 60 (valor mais baixo de IRD), 64 e 65.

Relação interpontual de IRD de Gararu (64) com as restantes localidades

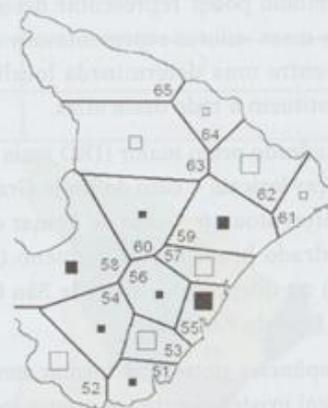
IRD mínimo: 28,13 (62 – Propriá)		
IRD máximo: 48,45 (56 – Itaporanga d'Ajuda)		
Média aritmética: 41,34		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 4,40		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 2,37		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
28,13 – 32,53	1	□
> 32,53 – 36,93	1	□
> 36,93 – 41,34	5	□
> 41,34 – 43,71	1	■
> 43,71 – 46,08	4	■
> 46,08 – 48,45	2	■



À exceção do ponto 52 – Tomar do Geru, com quem Gararu apresenta uma relação interpontual abaixo da média, pode dizer-se que os restantes valores têm uma relação direta com a distância geográfica: os pontos mais próximos, com menos diferenças linguísticas (cor branca) e os mais afastados, com uma maior diferença (cor preta). Analisando essas diferenças, verifica-se, por outro lado, que Gararu, numa perspectiva lexical, é relativamente individualizado, já que apresenta uma relação mais próxima com Propriá (62) – valor mais baixo de IRD – e Curalinho (65). Com os restantes pontos, essa relação já é mais diferenciada: quadrado branco grande (57, 59, 61 e 63); quadrado preto pequeno (60); quadrado preto médio (51, 53, 55 e 58) e quadrado preto grande (54 e 56).

Relação interpontual de IRD de Curalinho (65) com as restantes localidades

IRD mínimo: 34,02 (61 – Brejo Grande)		
IRD máximo: 55,10 (55 – São Cristóvão)		
Média aritmética: 43,61		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 3,20		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 3,83		
Intervalo	Número de interpontos	Símbolo
34,02 – 37,22	2	□
> 37,22 – 40,42	1	□
> 40,42 – 43,61	4	□
> 43,61 – 47,44	4	■
> 47,44 – 51,27	2	■
> 51,27 – 55,10	1	■



Curalinho apresenta, nas suas relações interpontuais, um número de valores idêntico quer abaixo quer acima da média (7). Nos valores acima da média, é de destacar a sua oposição relativamente a São Cristóvão (55) – quadrado preto maior. Nos valores abaixo da média, ressalta a sua relação com quatro pontos cujos valores se situam no escalão da média – quadrado grande branco,

sendo três deles com pontos que lhe ficam geograficamente bastante afastados (52, 53 e 57). Com Gararu (64) e Brejo Grande (61) – IRD mais baixo – Curralinho tem as suas maiores afinidades lexicais.

Análise linguística

Os comentários feitos para a relação interpontual de IRD entre cada um dos pontos da rede do Atlas Linguístico do Sergipe e os quatorze restantes basearam-se nos dados iconográficos que visualizavam essa relação. O princípio que determinou a atribuição de cada um dos símbolos que representava a relação interpontual dos respectivos IRD baseou-se no número de diferenças lexicais que existiam entre cada par de pontos em análise. Daí o fato de um mesmo símbolo poder representar desiguais números de diferenças, já que esses valores representavam apenas a variação lexical existente entre uma determinada localidade e as outras quatorze que constituem a rede deste atlas.

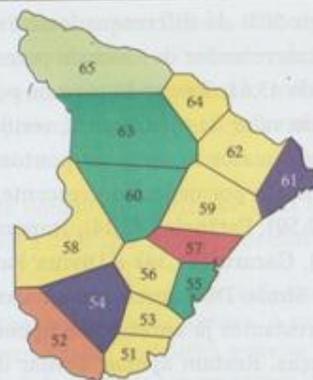
Assim, o quadrado preto maior (IRD mais alto) tanto representou 56 diferenças lexicais – caso de Brejo Grande ou de Laranjeiras – como representou 46 – caso de Tomar do Geru. Do mesmo modo, o quadrado branco mais pequeno (IRD mais baixo) tanto representou 29 diferenças – caso de São Cristóvão – como representou 37 – caso de Estância.

Estas discrepâncias permitem formar uma ideia quanto à diferenciação lexical existente entre as quinze localidades estudadas no Estado do Sergipe.

A fim de se poder formar um juízo mais preciso quanto a essa diferenciação e respectiva distribuição espacial, far-se-á uma análise quantitativa, para os valores das médias aritméticas encontradas para cada um dos quinze conjuntos de IRD, idêntica à que foi realizada para cada um dos pontos. Só que, desta vez, não

serão atribuídos símbolos mas cores que preencherão cada um dos polígonos.⁴

Média aritmética mínima: 37,89 (57 – Laranjeiras)		
Média aritmética máxima: 47,29 (61 – Brejo Grande)		
Média das médias aritmética: 43		
Tamanho do intervalo para os valores abaixo da média: 1,7		
Tamanho do intervalo para os valores acima da média: 1,43		
Intervalo	Número pontos	Símbolo
37,89 – 39,59	1	
> 39,59 – 41,29	1	
> 41,29 – 43	7	
> 43 – 44,43	1	
> 44,43 – 45,86	3	
> 45,86 – 47,28	2	



⁴ Para se ter uma visão mais abrangente, os valores abaixo da média (maior semelhança linguística) serão visualizados com cores quentes e os acima da média, com cores frias (maior diferença linguística).

A visualização das médias aritméticas permite ter uma visão de conjunto da diversidade lexical existente no Sergipe, aqui representada pelos quinze pontos da rede deste atlas linguístico.

Começando pelos pontos que mais se individualizam numa perspectiva lexical, constata-se que Pedrinhas e Brejo Grande são aqueles que mais se destacam (cor azul) de entre os restantes. Na realidade, estas duas localidades chegaram a apresentar mais de 50% de diferenças lexicais em relação a alguns dos outros pontos. Os valores das suas médias foram respectivamente 46,02 e 47,29. Seguem-se-lhes São Cristóvão, Ribeirópolis e Nossa Senhora da Glória (verde escuro) que, apesar de não atingirem os valores obtidos para os dois primeiros, atingiram valores que os colocam no patamar imediatamente inferior. Todos eles apresentam casos de mais de 50% de diferenças, mas apresentam mais casos de menores diferenças do que os dois primeiros. As suas médias são, por ordem decrescente, 45,29 (Ribeirópolis), 45,14 (Nossa Senhora da Glória) e 44,96 (São Cristóvão). No último patamar acima da média das médias, está Curralinho (verde claro) que, igualmente, chegou a atingir 50% de diferenças lexicais com outros pontos, mas tem um número maior de casos de percentagens mais baixas. A sua média é de 43,61. Passando para os pontos cujas médias se situam abaixo do valor da média geral, verifica-se que neste escalão se encontra o maior número de pontos: sete (cor amarela). São eles, igualmente por ordem decrescente, Simão Dias (42,80), Santa Luzia (42,59), Estância (42,34), Itaporanga d'Ajuda (42,05), Propriá (41,54), Gararu (41,34) e Divina Pastora (41,33). Destes pontos, apenas Simão Dias apresenta um caso de mais de 50% de diferenças. Os restantes já apresentam apenas valores abaixo dos 50% de diferenças. Restam apenas Tomar do Geru (cor laranja) cujas diferenças se situam entre 34 e 46 e Laranjeiras (cor vermelha) com diferenças situadas entre 29 e 47. As suas médias respectivas são 40,93 e 37,89.

Transpondo estes valores e respectivas cores para uma

perspectiva de geografia física pode dizer-se que existem duas "altas montanhas" isoladas e dominantes: Brejo Grande e Pedrinhas; três outras "montanhas médio-altas": Ribeirópolis, Nossa Senhora da Glória e Itaporanga d'Ajuda; uma "montanha média": Curralinho; sete "montes de alguma envergadura": Simão Dias, Santa Luzia, Estância, Itaporanga d'Ajuda, Propriá, Gararu e Divina Pastora; um "monte normal": Tomar do Geru e uma "colina": Laranjeiras".

Numa perspectiva linguística, pode afirmar-se que Laranjeiras é, entre as restantes localidades, a localidade "média" por excelência já que é aquela que menos se diferencia de todas as outras. Segue-se-lhe, na mesma perspectiva, Tomar do Geru. Depois, há um número elevado de localidades que atestam, de certo modo, uma coesão linguística relevante que cobre quase um terço do Sergipe: Simão Dias, Santa Luzia, Estância, Itaporanga d'Ajuda, Propriá, Gararu e Divina Pastora. A marca de individualização linguística é-nos dada, em diferentes graus, pelas restantes seis: Brejo Grande, Curralinho, Nossa Senhora da Glória, Ribeirópolis e São Cristóvão.

Quando se trata de analisar o léxico de uma comunidade linguística, há que ter em linha de contra fatores extra-linguísticos aos quais esse léxico se encontra ligado, nomeadamente aspectos culturais e históricos e, também, a "vida de relação" que as localidades estabelecem entre si. Só analisando todos estes fatores em conjunto é que se poderá ter uma percepção mais exata deste aspecto linguístico.

Em forma de conclusão, refira-se aqui o que Jean Séguy (1973) afirmou acerca da dupla função dos dialetos (traduzimos):

a função dos dialetos é dupla e cada uma das sub-funções é contraditória em relação à outra. A primeira é de assegurar a comunicação linguística entre os grupos humanos. A segunda é de permitir a esses grupos de se diferenciarem.

É nesta perspectiva que os resultados obtidos podem e devem ser analisados e interpretados.

Referências

- ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800) & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1963.
- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. *Atlas Lingüístico de Sergipe – II*. Salvador: EDUFBA, 2005.
- FERREIRA, Carlota; FREITAS, Judith; MOTA, Jacyra; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: Universidade Federal da Bahia; Fundação Estadual de Cultura de Sergipe, 1987.
- FREIRE, Felisbello. *História territorial do Brasil. Bahia. Sergipe. Espírito Santo*. V. 1. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo; Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998.
- GOEBL, Hans. Eléments d'analyse dialectométrique (avec application à l'AIS". *Revue de Linguistique Romane*. Tome XLIV, Strasbourg, p. 349-420, 1981.
- GOEBL, Hans. Parquet polygonal et treillis triangulaire: les deux versants de la dialectométrie interponctuelle. *Revue de Linguistique Romane*, Tome XLVII, Strasbourg, p. 353-412, 1983.
- HAMMARSTRÖM, Göran. *Étude de phonétique auditive sur les parlars de l'Algarve*. Upsala: [s.n.], 1953.
- LACERDA, Armando de; HAMMARSTRÖM, Göran. Transcrição fonética do português normal. *Revista do Laboratório de Fonética Experimental da Universidade de Coimbra*, Coimbra, n. 1, p. 119-135, 1952.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.
- ROSSI, Nelson, FERREIRA, Carlota, ISENSEE Dinah. *Atlas Prévio dos*

Falares Baianos. Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura - Instituto Nacional do Livro, 1963.

SÉGUY, Jean. La fonction minimale du dialecte. In : *Les dialectes romans de France à la lumière des atlas régionaux*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 27-28.

THUN, Harald. Introduction à la table ronde. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET DE PHILOGIE ROMANES, 22, 1998, Bruxelas. *Actes...*, v. 3. *Vivacité et diversité de la variation linguistique*. Tübingen: Niemeyer, 2000. p. 407-409.

Submetido em: 10/03/2009

Aceito em: 18/11/2009

UMA PERSPECTIVA GEO-SOCIOLINGUÍSTICA PARA A ANÁLISE DO STATUS DA VARIÁVEL <S> EM CONTEXTO PÓS-VOCÁLICO NO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ.

A GEOLINGUISTIC PERSPECTIVE FOR THE ANALYSIS OF THE STATUS OF THE VARIABLE <S> IN A POSTVO-CALIC CONTEXT IN THE NORTHEAST OF PARÁ.

Abdelhak Razky

Universidade Federal do Pará

RESUMO: O presente trabalho analisa a variação do /s/ posvocálico no Nordeste do Estado do Pará. Os resultados, aqui apresentados, demonstram que o Estado do Pará, apesar de ter uma tendência à palatalização do /s/, sobretudo nas regiões Noroeste, Norte e Nordeste, alguns espaços geográficos do próprio Nordeste do Estado (como é o caso de Bragança) apresentam favorecimento das variantes alveolares ([s] e [z]), levando-se em conta as frequências absolutas, e uma variação equilibrada entre alveolares e palatais ([ʃ] e [ʒ]), e levando-se em conta uma análise probabilística por grupos de fatores. Também, neste trabalho, reavaliamos o objeto linguístico em função do seu caráter espacial e social. Acreditamos, hoje, pelos resultados contundentes da geografia linguística multidimensional, que é possível ampliar os resultados de alguns trabalhos sociolinguísticos quando estes se preocupam com apenas um espaço geográfico. Ao mesmo tempo, acreditamos ser preciso limitar o poder do conceito de isoglossas da geolinguística tradicional (a geolinguística monodimensional), pois esta se baseava em metodologias que levavam em conta apenas um ou dois informantes por localidade, não permitindo, assim, a observação da variação na

dimensão social. O presente trabalho é fruto da experiência de aplicação de uma metodologia, adotada no projeto Atlas Geo-sociolinguístico do Pará (ALiPA), que procura dar conta da variação nas dimensões geográfica e social, por esta razão denominada de metodologia geolinguística.

Palavras-chave: sociolinguística, variação fonética, geografia linguística

ABSTRACT: This paper analyzes the variation of the postvocalic phoneme /s/ in the northern state of Pará. The results presented here show that though the State of Pará indicates a tendency to palatalize the /s/ phoneme particularly in the north-west, north and north-east, some geographic regions of North-east of the state of Pará, like Bragança-PA, favor the alveolar variants ([s] e [z]), if we take into account the absolute frequencies, and a balance between these alveolars and the palatal variations ([ʃ] e [ç]), if we take into account the analysis of variable rules per factor groups. Also, this work proposes to re-evaluate the object language according to both its spatial and social character. We believe today that through the remarkable results of the multidimensional geolinguistics, we can expand the scope of some sociolinguistic studies when they are dedicated only to a single geographical area. At the same time, we must be able to restrict the concept of isogloss of the traditional geolinguistics (unidimensional geolinguistics) because it is based on methods that take into account only one or two informants per location, thus not allowing the observation of social changes. This article is the result of an experimental application of the methodology adopted in the Geo-sociolinguistics Atlas of Pará project (ALiPA), which aims to reflect changes in both geographical and social dimensions, that we can call geo-sociolinguistic method.

Keywords: Sociolinguistics, Geolinguistics, Phonetic variation.

Introdução

Os resultados de trabalhos apresentados pelos integrantes do projeto Atlas Geo-sociolinguístico do Pará, por meio das pesquisas sociolinguísticas urbanas, Carvalho (2000), Razky e Carvalho (2002), comprovaram que os paraenses da capital têm, a exemplo do dialeto carioca¹, uma pronúncia predominantemente palatal para o /s/ pós-vocálico. O perigo, aqui, é cair na armadilha do adjetivo "paraense" e dizer que os paraenses palatalizam o /s/ pós-vocálico. Porém, é fato que existe, na realidade, uma considerável flutuação em relação à pronúncia do /s/ pós-vocálico no Estado do Pará, como confirma a carta lingüística "Giz", no texto aqui apresentado. A investigação dos aspectos estruturais e sociais não tem demonstrado grandes diferenças no comportamento do fenômeno, mas o aspecto espacial é responsável pela relativa inversão dos resultados, se compararmos as duas cidades, Belém e Bragança, que ficam a cerca de 250 km uma da outra, no Nordeste do Estado.

Neste trabalho, documentamos as diferentes realizações do /s/ pós-vocálico no português falado no Município de Bragança e Belém, capital do Estado. Foram registradas seis variantes fonéticas: as fricativas alveolares [s]/[z], as fricativas palatais [ʃ]/[ç], a aspirada [h] (fricativa glotal) e o zero fonético [∅] (apagamento do /s/ pós-vocálico). Todavia, neste trabalho, a análise será focada nas variantes alveolares e palatais, haja vista serem estas as variantes responsáveis por flutuações geográficas atestadas em todos os atlas linguísticos publicados no Brasil.

O objetivo final é verificar o quanto é importante prestar atenção ao fator espacial, para evitar generalizações a partir de um estudo sociolinguístico isolado ou geolinguístico monodimensio-

¹ NASCENTES (apud CARDOSO, 1996).

nal. Uma perspectiva geo-sociolinguística é necessária para compreender os limites de cada uma das duas disciplinas: a Sociolinguística cuja maior parte dos trabalhos no Brasil se detém na dimensão social e local; e a Geolinguística, que se ocupa com o aspecto espacial com uma estratificação social mínima. Iniciaremos o trabalho com os resultados de Bragança e mostraremos, então, por meio de dados estratificados de todo o Estado, que a cidade de Bragança tem um comportamento relativamente diferente, se comparada à capital Belém. Concluiremos com a análise de uma carta fonética (a carta "Giz") sobre o comportamento da variável <s> no Estado, descrita no mapa geolinguístico do Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALiSPA) (RAZKY, 2004).

Metodologia

Os dados analisados, aqui, fazem parte do *corpus* do projeto ALiPA (RAZKY, 1998). O levantamento dos dados foi feito a partir de entrevistas gravadas em fitas cassetes. Cada entrevista tem em média 30 minutos de duração. Utilizamos a metodologia da pesquisa sociolinguística (LABOV, 1976). O tratamento estatístico dos dados baseou-se no pacote VARBRUL² (PINTZUK, 1988).

Amostra e grupos de fatores

Dos 42 informantes que compõem o acervo de Bragança, selecionamos uma amostra de 14 informantes, estratificados socialmente.

² O VARBRUL é um conjunto de programas computacionais que processa análises estatísticas de regras variáveis, mostrando os pesos relativos dos fatores. O programa permite selecionar os fatores mais significativos, facilitando, assim, a interpretação dos dados.

a) Grupos de fatores externos:

- Sexo: 7 homens e 7 mulheres;
- Faixa etária: de 15 a 25 anos, de 26 a 45 anos, de mais de 46 anos;
- Escolaridade: sem escolaridade (SE), ensino fundamental (EF), ensino médio completo (EM);
- Renda: baixa, média.

b) Grupos de fatores internos:

- Tonicidade da sílaba em que ocorre a variante;
- Caráter surdo ou sonoro do segmento posterior;
- Posição da variante na palavra;
- Caráter da variante quanto à natureza morfológica;
- Modo de articulação da vogal precedente;
- Zona de articulação da vogal precedente;
- Classe morfológica em que ocorre a variante;
- Contexto fonológico posterior;
- Modo de articulação do segmento seguinte à variante;
- Zona de articulação do segmento seguinte à variante.

Análise dos resultados em Bragança-PA³

Como já foi dito, seis realizações foram computadas como variantes da variável <s> em contexto pós-vocálico: as fricativas alveolares surda e sonora [s]/[z], as fricativas palatais surda e sonora [ʃ]/[ʒ], a fricativa glotal [h] e o zero fonético [∅]. Foi obtido um total de 3.122 ocorrências da variável /s/ pós-vocálica, distri-

³ Os resultados estatísticos apresentados aqui foram retirados do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), por mim orientado, "Variação linguística no Município de Bragança-PA", de Arlon Martins. Os dados fazem parte do acervo do projeto ALiPA.

buidas da seguinte forma: 1.625 (51%) de ocorrências de fricativas alveolares; 978 (32%) ocorrências de fricativas palatais; 328 (10%) de apagamento; e 191 (6%) ocorrências de fricativa aspirada (cf. Gráfico: 1).

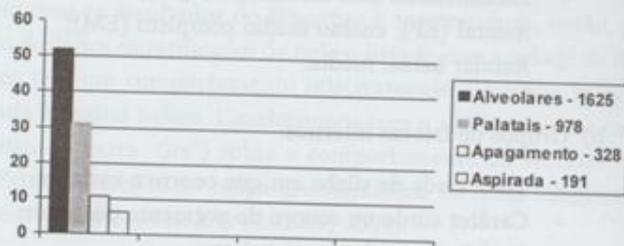


Gráfico 1: Frequência das variantes

Grupos de Fatores Linguísticos

Cada uma das duas variantes foi correlacionada a dez grupos de fatores linguísticos, cujos resultados apresentaremos em seguida, juntamente com uma breve descrição desses resultados. Cada uma das variantes foi analisada separadamente. Porém, para maior facilidade da leitura, os resultados são apresentados em conjunto nas tabelas (de 1 a 14) abaixo.

Grupo de Fatores: Tonicidade da sílaba em que ocorre a variante

TABELA 1 – Tonicidade da sílaba em que ocorre a variante.

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Tônico	455	.49	338	.54
Átono	1.170	.51	640	.48

Pode-se verificar na tabela 1 que os contextos tônicos favorecem as variantes palatais (.54). Por outro lado, este grupo de fatores mostrou-se irrelevante para as variantes alveolares, visto que os pesos relativos dos dois fatores estão quase iguais, ou seja, estão em uma zona neutra.

Grupo de Fatores: Caráter surdo ou sonoro do segmento posterior

O segmento posterior à variante mostrou-se como um dos grupos de fatores mais significativos e determinantes na realização ora de uma, ora de outra variante. Segmentos sonoros favorecem as variantes alveolares, a variante glotal e o zero fonético.

TABELA 2 – Caráter surdo ou sonoro do segmento posterior

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Sonoro	754	.56	246	.38
Surdo	525	.44	672	.62

Nessa tabela se observa que as variantes alveolares são favorecidas (.56) por segmentos sonoros. Duas explicações são possíveis para isso: a assimilação e o fenômeno da ressilabação. As variantes palatais são favorecidas (.62) pelos segmentos surdos.

Grupo de Fatores: Posição da variante na palavra

A posição final da palavra influencia as variantes glotal e zero fonético, e a posição interna favorece as variantes palatais.

TABELA 3 – Posição da variante na palavra

	Alveolares [s] [z]		Palatais [ʃ] [ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Final	1.404	.50	472	.45
Interna	221	.49	506	.65

Este grupo de fatores revelou-se neutro para as variantes alveolares, pois os pesos relativos para a posição final (.50) e posição interna (.49) estão em zona neutra. As variantes palatais (.65) são favorecidas pela posição interna.

Grupo de Fatores: Caráter da variante quanto à natureza morfológica

Este grupo de fatores visou a testar o comportamento do /s/ como morfema (...a[ʃ] coisa ela...) e não-morfema (...tem ve[s] qui..).

TABELA 4 – Caráter da variante quanto à natureza morfológica

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Não-morfema	786	.57	710	.58
Morfema	839	.42	268	.41

As variantes alveolares e palatais são significativamente condicionadas pelo fator "Não-morfema", com peso relativo de .58 para as palatais e de .57 para as alveolares.

Grupo de Fatores: Modo de articulação da vogal precedente

Este grupo de fatores mostrou-se significante para a realização das variantes alveolares.

TABELA 5 – Modo de articulação da vogal precedente

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Alta	965	.55	263	.50
Média	197	.40	543	.50
Baixa	463	.45	172	.50

As variantes alveolares são favorecidas pelas vogais altas (.55), enquanto as variantes palatais apresentam um peso relativo neutro (.50).

Grupo de Fatores: Zona de articulação da vogal precedente

TABELA 6 – Zona de articulação da vogal precedente

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Anterior	687	.52	532	.49
Central	461	.50	169	.50
Posterior	477	.46	277	.51

As variantes alveolares apresentam maior probabilidade de realização quando seguidas de vogais anteriores (.52); probabilidade neutra quando a vogal é central (.50); e são desfavorecidas pelas vogais posteriores (.46). O fator vogal posterior tende, timidamente, a favorecer as palatais (.51), enquanto os fatores vogais anterior e central apresentam um peso relativo neutro (respectivamente .49 e .50).

Grupo de Fatores: Classe morfológica do vocábulo em que ocorre a variante

A classe morfológica foi um dos grupos de fatores considerados mais preponderantes. As variantes alveolares são favorecidas por artigo (.65), preposição (.61), pronome (.61) e adjetivo (.53).

As variantes palatais são favorecidas por preposição (.71), numeral (.67), pronome (.65) e artigo (.59).

TABELA 7 – Classe morfológica do vocábulo em que ocorre a variante

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Substantivo	538	.48	295	.43
Pronome	246	.61	138	.65
Adjetivo	57	.53	38	.38
Verbo	211	.42	273	.45
Advérbio	230	.48	104	.51
Numeral	102	.48	38	.67
Preposição	46	.61	25	.71
Conjunção	89	.46	30	.38
Artigo	106	.65	37	.59

Grupo de Fatores: Contexto fonológico posterior

O contexto fonológico posterior também se mostrou importante. As variantes alveolares são favorecidas quando seguidas por vogais e por pausa. As variantes palatais, por sua vez, são favorecidas pelas consoantes internas, tanto surdas quanto sonoras.

TABELA 8 – Contexto fonológico posterior

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Cons. surda em juntura	391	.40	217	.59
Cons. sonora em juntura	220	.34	197	.67
Cons. surda interna	159	.28	470	.80
Cons. sonora interna	45	.23	24	.75
Vogal em juntura	462	.88	6	.05
Pausa	348	.71	64	.42

Na tabela anterior estão representados, simultaneamente, dois grupos de fatores: contexto seguinte e posição na palavra. Observe que as variantes alveolares são favorecidas quando seguidas por vogais na palavra seguinte (.88) e por pausa (.71). A posição interna é a que mais favorece as variantes palatais (.80) e (.75).

Grupo de Fatores: Modo de articulação do segmento seguinte à variante

Este grupo de fatores se revelou significativo. Constatou-se que as consoantes africadas [tʃ]/[dʒ] (.60) e consoantes oclusivas (.57) favorecem as variantes palatais; e as consoantes constritivas (.69) e laterais (.58) favorecem as variantes alveolares.

TABELA 9 – Modo de articulação do segmento seguinte à variante

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Oclusiva [p,b,t,d,k,g]	527	.50	675	.57
Constritiva [f, v, h, ð]	149	.69	31	.27
Nasal [m, n, ŋ]	116	.42	74	.35
Lateral [l, ʎ, ʎ]	4	.58	9	.29
Africada [tʃ, dʒ]	18	.43	117	.60

Grupo de Fatores: Zona de articulação do segmento seguinte à variante

A forma de articulação do segmento seguinte também foi outra hipótese investigada. Assim, constatou-se que as consoantes alveolares favorecem as variantes palatais (.75); enquanto as consoantes labiodentais (.84), velares (.81), bilabiais (.72), glotais (.70), palatais (.66) e as vogais (.54) favorecem as variantes alveolares.

TABELA 10 – Zona de articulação do segmento seguinte à variante

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Bilabial [p, b, m]	271	.72	101	.27
Alveolar [t, d, n, l]	110	.19	679	.75
Labiodental [f, v]	131	.84	27	.41
Velar [k, g]	285	.81	95	.20
Palatal [ç, ʝ]	13	.66	1	.20
Glotal [h, ɦ]	6	.70	3	.58
Vogal [a, e, i, o, u]	464	.54	8	.29

Os resultados aqui apresentados para as consoantes glotais e palatais não são confiáveis devido à baixa frequência, tanto das consoantes glotais, apenas 9 (nove) ocorrências, quanto das consoantes palatais, apenas 14 (catorze) ocorrências. Precisaríamos de um maior número de dados para confiarmos nestes resultados. Com relação ao favorecimento das variantes palatais diante de consoantes alveolares, isto se deve, sobretudo, à assimilação que ocorre diante de [t, tʃ, d, dʒ].

Grupos de Fatores Sociais

Grupo de Fatores: Sexo

TABELA 11 - Sexo

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Feminino	435	.38	414	.67
Masculino	1190	.56	564	.42

Neste grupo de fatores as variantes alveolares têm maior probabilidade de realização entre as pessoas do sexo masculino (.56); já as variantes palatais são mais relevantes para as pessoas do sexo feminino (.67).

Grupo de Fatores: Faixa etária

TABELA 12 - Faixa etária

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ʒ]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
15 – 25	533	.47	411	.54
26 – 45	795	.54	400	.43
+ de 46	297	.47	167	.31

Podemos observar, na tabela acima, uma diferença entre os jovens até 25 anos, que preferem o uso das palatais (.54), e os falantes de segunda faixa etária, que utilizam mais as alveolares. Percebemos, então, que essa distribuição em tempo aparente indica uma variação estável. Trata-se na verdade de uma concorrência das duas variantes (alveolar e palatal) numa mesma localidade dentro do Estado do Pará, a cerca de 250km de Belém, onde predomina a variante palatal, e perto da fronteira com o Estado do Maranhão, onde predomina a variante alveolar.

É possível que a concorrência entre as duas variantes em Bragança continue presente na comunidade, já que a segunda faixa etária, que é também jovem, se caracteriza pela sua inserção no mercado de trabalho. Esse fator poderia exercer uma influência sobre as crianças e pré-adolescentes, pois muitos falantes dessa segunda faixa etária são, ou serão, pais de família. Nesse sentido, a variante alveolar tenderia a se aproximar mais da pronúncia mais predominante no estado do Maranhão. O outro cenário seria uma mudança em curso a favor da palatal que é predominante na ca-

pital Belém, pois os jovens aqui apresentados podem exercer também uma influência a favor das palatais que são de maior prestígio em Belém.

Grupo de Fatores: Escolaridade

Este grupo de fatores também é composto por três fatores.

TABELA 13 – Escolaridade

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ç]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Sem escolaridade	215	.41	132	.31
Ensino fundamental	619	.49	404	.56
Ensino médio	791	.54	442	.52

Grupo de Fatores: Renda

TABELA 14 - Renda

	Alveolares [s]/[z]		Palatais [ʃ]/[ç]	
	ocor.	P.R.	ocor.	P.R.
Média	718	.54	428	.54
Baixa	907	.47	550	.47

Da mesma forma que a escolaridade, a renda dos bragantinos mostra equilíbrio instável entre as duas variantes, alveolares e palatais, pois aqueles falantes que têm uma renda média favorecem as duas variantes, alveolares (.54) e palatais (.54). Não é possível, no tempo presente, definir quais são as variantes de prestígio.

A distância da variável <S> entre Belém (a capital) e Bragança

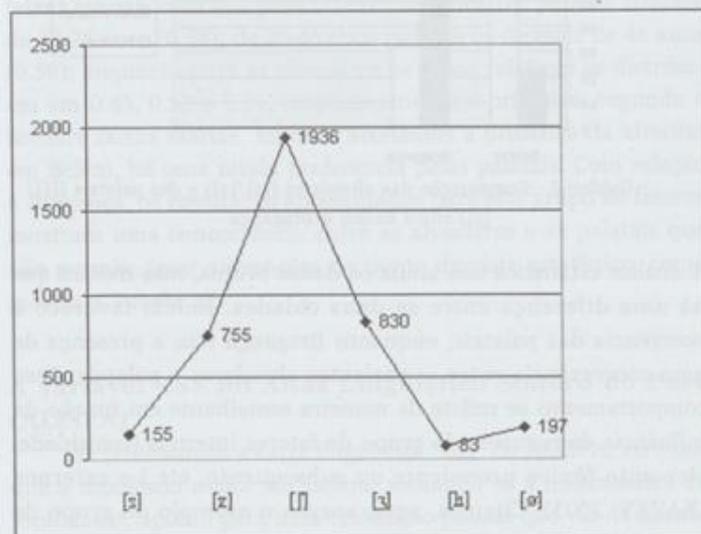


Gráfico 2. Distribuição global da variável <s> em Belém (RAZKY; CARVALHO, 2002, p. 260).

Utilizando a mesma metodologia (RAZKY, 1998) e comparando os dados gerais de Belém com os de Bragança (v. Gráfico 1), verificamos que, apesar de termos uma distância geográfica relativamente próxima entre as duas cidades, a distribuição das variantes aponta para resultados gerais completamente opostos para as palatais e alveolares (Belém com o maior número de ocorrências para as fricativas palatais 1.936 e 830 (49%, 21%) e as fricativas alveolares 755 e 155 (19%, 4%), enquanto Bragança acumula 1.625 (51%) de ocorrências de fricativas alveolares em comparação com as palatais 978 (32%), como ilustra o gráfico na próxima página.

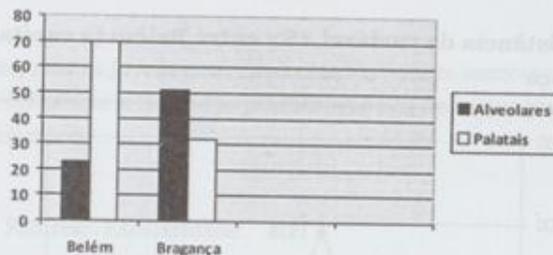


Gráfico 3. Comparação das alveolares ([s]/[z]) e das palatais ([ʃ]/[ç]) entre Belém e Bragança

A análise estatística não anula os dados brutos, mas mostra que há uma diferença entre as duas cidades. Belém favorece a ocorrência das palatais, enquanto Bragança tem a presença de uma concorrência entre as variantes alveolares e palatais. Esse comportamento se reflete de maneira semelhante em função da influência da natureza do grupo de fatores internos (tonicidade, elemento fônico precedente ou subsequente, etc.) e externos (RAZKY, 2003). Citamos, aqui, apenas o exemplo do grupo de fator externo Idade. Em Belém, temos a seguinte configuração:

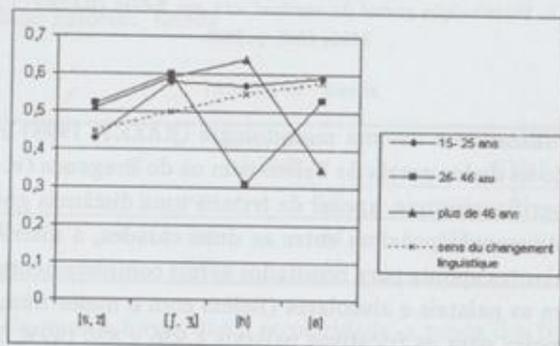


Gráfico 4: Distribuição por idade da variável <s> em Belém (RAZKY; CARVALHO, 2002, p. 267).

Ao observar apenas as variantes alveolares e palatais, podemos verificar que as palatais, em Belém, são favorecidas pelas três

faixas etárias, com um peso relativo significativo para os falantes de 15-25 anos (0.58), de 26-46 anos (0.60) e os de mais de 46 anos (0.59); enquanto para as alveolares os pesos relativos se distribuem em 0.43, 0.52 e 0.51, respectivamente a primeira, segunda e terceira faixas etárias. Embora atestemos a presença da alveolar em Belém, há uma nítida preferência pelas palatais. Com relação à Bragança, os resultados apresentados para este grupo de fatores mostram uma concorrência entre as alveolares e as palatais que não permite fazer afirmações do ponto de vista estatístico, como mostra a Tabela 12.

A variável <S> no Atlas Lingüístico Sonoro do Pará (ALiSPA)

Se observamos a carta linguística "Giz" do ALiSPA, veremos que a tendência maior em Belém, somando os 4 informantes da localidade⁴, aponta para uma realização palatal que vai de acordo com o estudo sociolinguístico de Razky; Carvalho (2002). Em Bragança, a carta linguística mostra a presença da palatal e da alveolar, sem possibilidade de ir além dessa análise, a menos que se observem outras cartas linguísticas, do mesmo fenômeno, em vocábulos diferentes. O estudo aprofundado com uma amostra mais ampla (e quantidade de dados maior), no entanto, confirma a presença das duas variantes, mas aponta para a predominância da variante alveolar na cidade de Bragança, levando-se em conta os resultados absolutos e percentagens, e uma realização instável, favorecendo uma ou outra variante dependendo do fator interno ou externo analisado, como é demonstrado ao longo dos resultados estatísticos apresentados aqui.

Essa constatação não torna a abordagem por amostragem com limitações espaciais melhor do que uma abordagem espacial

⁴ AM (Masculino entre 19-33); BM (Masculino entre 40-70); AF (Feminino entre 19-33); BF (Feminino entre 40-70 anos).

com limitações na amostragem, ou vice versa. O propósito, aqui, é demonstrar o quanto é importante um equilíbrio entre as duas abordagens dentro de uma proposta geo-sociolinguística que se aproxima da geografia linguística multidimensional. Esta é a proposta do atual projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB) que adotou uma amostragem por informantes inédita no campo da geografia linguística moderna, ao considerar, por exemplo, oito informantes para cada capital, com uma estratificação diatópica, dia-geracional, diagenérica e diastrática.

A Figura 3 da carta linguística "Giz" do ALiSPA reforça a importância da dimensão multidimensional ou da de geo-sociolinguística. Não interessa aqui aprofundar a análise para determinar que fator interno é responsável pela ocorrência da alveolar ou palatal, mas a carta demonstra a presença das alveolares e palatais dentro de um espaço comparativo maior, mostrando, assim, a importância da dimensão geográfica e do método geolinguístico, não presente na análise estatística que em grande parte dos trabalhos sociolinguísticos aprofunda a dimensão da análise de diferentes fatores linguísticos e sociais, mas não consegue ampliar o seu horizonte espacial.

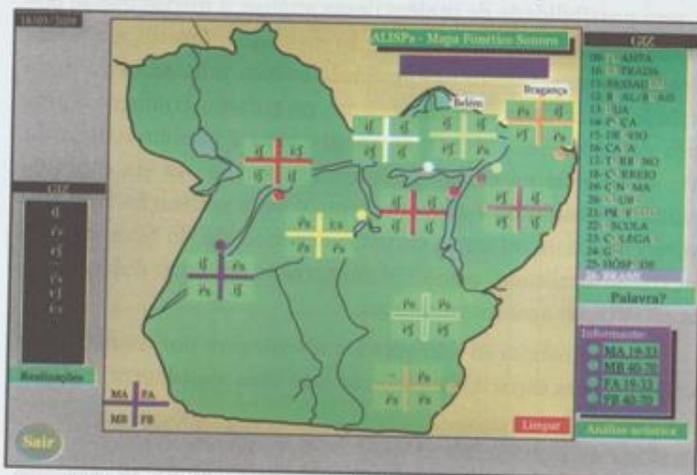


Figura 3: a variável <s> no Atlas Linguístico Sonoro do Pará

Conclusão

Certamente, a presença da alveolar em Bragança pode ser explicada geograficamente pelos contatos que a cidade possui com regiões de pronúncia alveolar, como o Nordeste do Brasil. O falar da capital Belém, no entanto, que é uma localidade tão próxima aponta para a predominância da variante palatal que influencia também a fala bragantina.

Um estudo sociolinguístico tradicional iria focalizar uma ou outra localidade com uma amostra bem balizada, mas iria deixar de mostrar espaços próximos que muitas vezes mostram flutuações interessantes no plano geográfico. Daí a importância de uma integração da dimensão geolinguística dentro de uma abordagem sociolinguística, para fortalecer os dois campos de investigação. Um estudo geo-sociolinguístico a partir, por exemplo, dos dados analisados pela equipe do projeto ALiB-Norte e outras equipes regionais já vem mostrando resultados interessantes, por meio de estudos que contemplam uma análise de fatores linguísticos e sociais, dentro de uma dimensão geográfica maior.

Foi possível, aqui, mostrar o quanto o valor do espaço geográfico é importante para uma discussão da variabilidade e ainda mais importante dentro de um mesmo espaço definido politicamente. Algumas pesquisas, por terem um objetivo espacial limitado a uma localidade, podem induzir uma generalização a outras localidades, tentando criar um dialeto imaginário para um espaço físico maior (sub-região, região, etc.), esquecendo as particularidades de sub-regiões, ou localidades próximas, sejam elas fronteiriças ou não. Outras pesquisas, por terem uma preocupação espacial maior e uma amostragem de participantes (informantes) menor por localidades, podem também deixar de mostrar a riqueza de variação de uma localidade. É nesse sentido que defendemos a integração metodológica da amostragem sociolinguística e da dimensão geográfica real da geolinguística, para um objeto de análise que seria, portanto, geo-sociolinguística.

Referências

- CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. Para uma delimitação das áreas dialetais no Brasil. In: MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera (orgs.). *Atas do 1º Congresso Internacional da Associação Brasileira de Linguística: conferências - mesas-redondas*. Salvador: ABRALIN; FINEP; UFBA, 1996. p. 180-186.
- CARVALHO, Rosana Siqueira. *Variação do /s/ pós-vocálico na fala de Belém*. 2000. 90p. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.
- PINTZUK, Susan. *VARBRUL programs*. University of Michigan, (mimeo). 57 fl. November 1988.
- RAZKY, Abdelhak; CARVALHO Rosana Siqueira. Variation et changement linguistique: Le cas du /s/ post vocalique dans le nord du Brésil. In: GAUTHIER, Robert (org.). *Analyses: Langues Textes et Sociétés*. Toulouse: UTM, 2002. p. 255-271.
- RAZKY, Abdelhak. O atlas Geo-sociolingüístico do Pará: abordagem metodológica. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade. *A geolingüística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: UEL, 1998. p. 155-164.
- RAZKY, Abdelhak. (org.). *Estudos geo-sociolingüísticos no Estado do Pará*. Belém: Gráfica, 2003.
- RAZKY, Abdelhak. *Atlas Lingüístico sonoro do Estado do Pará (ALIS-PA 1.1)*. Belém: Capes/UFPA/UTM, 2004.

Submetido em: 11.05.2009

Accito em: 20.05.2010

O <S> EM CODA SILÁBICA EM CAPITAIS BRASILEIRAS: DADOS DO PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO DO BRASIL (ALiB)

<S> IN SYLLABIC CODA IN BRAZILIAN CAPITAL
CITIES: DATA FROM PROJETO ATLAS LINGÜÍSTICO
DO BRASIL (ALiB)

Jacyra Andrade Mota

Universidade Federal da Bahia /CNPq

Cláudia Santos de Jesus
Grace Kelly Souza Evangelista

Universidade Federal da Bahia¹

RESUMO: Trata-se neste artigo da variação entre as consoantes fricativas coronais, anteriores ou alveolares ([s, z]) e não-anteriores ou palatais ([ʃ, ʒ]), em coda silábica, em vocábulos como *estrada, casca, desvio, rasgar, luz, arroz, três*, a partir da análise de dados do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil (ALiB), em 25 capitais brasileiras. A variação entre as fricativas alveolares e palatais, em coda silábica, tem merecido a atenção de diversos estudiosos, encontrando-se referência já nos primeiros trabalhos sobre diferenças fonéticas entre o português do Brasil e o de Portugal. Na constituição do *corpus*, utilizaram-se as respostas válidas dos informantes ao Questionário Fonético-Fonológico e ao Semântico-Lexical (cf. Aguilera *et al.*). Os informantes estão estratificados quanto ao sexo – masculino e feminino, faixa etária – faixa I (18 a 30

¹ Bolsistas (Iniciação Científica e Apoio Técnico / CNPq, respectivamente). Desenvolveram a pesquisa sobre o <s> em coda silábica em dados do Projeto ALiB sob a orientação de Jacyra Mota.

anos) e faixa II (50 a 65 anos) – e escolaridade – fundamental incompleto e universitário, conforme metodologia do Projeto. Visando a uma análise quantitativa dos dados, fez-se uso do pacote de Programas GOLDVARB 2001 (cf. Guy e Zilles, 2007), versão para Windows do pacote de programas VARBRUL. Com relação à distribuição diatópica das variantes palatais, confirma-se a diversidade das áreas dialetais, algumas mais palatalizantes, outras mais alveolarizantes, ao lado de áreas intermediárias. As variáveis sociais analisadas forneceram pistas para uma análise mais aprofundada das capitais brasileiras, de modo a verificar-se o caráter mais ou menos estigmatizado das variantes palatais, ou a progressão de mudança em direção às alveolares.

Palavras-chave: <S> em coda silábica. Português do Brasil. Atlas Linguístico do Brasil.

ABSTRACT: This article is intended to study the variation between coronal fricative consonants, either front or alveolar ([s, z]) and non-front or palatal ([ʃ, ʒ]), in syllabic coda, in words such as *estrada, casca, desvio, luz, arroz, três*, utilizing data from Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), in 25 Brazilian capital cities. The variation between alveolar and palatal fricatives in syllabic coda has deserved the attention of various scholars, and reference to it has been found in the first works dealing with phonetic differences between the Portuguese from Brazil and Portugal. In the *corpus* valid answers from the Phonetic Phonological and the Semantic Lexical Questionnaires were used (Aguilera *et al*). Informants were separated according to sex – male and female, age – from 18 to 30 and from 50 to 65 – and schooling – incomplete grammar course and college degree, in keeping with the Project methodology. The set of GOLDVARB 2001 Programs (Guy & Zilles, 2007), Windows version of the VARBRUL Programs, were used for the quantitative analysis of data. As for the topic distribution of palatal variants, it was confirmed that there is a diversity of dialectal areas, some more palatalizing, others more alveolar, besides other intermediate areas. The social variables analyzed provided clues for a deeper analysis of Brazilian capitals in order to verify the more or less stigmatized character of palatal variants, or their progressive change into alveolar consonants.

Keywords: <S> in syllabic coda. Brazilian Portuguese. Linguistic Atlas of Brazil.

Introdução

Trata-se neste artigo da variação entre as consoantes fricativas coronais, anteriores ou alveolares ([s, z]) e não-anteriores ou palatais ([ʃ, ʒ]), em coda silábica, em vocábulos como *estrada, casca, desvio, rasgar, luz, arroz, três*, a partir da análise de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), em 25 capitais brasileiras.

A variação entre as fricativas alveolares e palatais, em coda silábica, tem merecido a atenção de diversos estudiosos, encontrando-se referência já nos primeiros trabalhos sobre diferenças fonéticas entre o português do Brasil e o de Portugal, como no trecho da *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, citado por Silva Neto (1986), em que Jerônimo Soares Barbosa assim se expressa: os brasileiros “pronúnciao com Z² o S líquido, quando se acha sem voz diante, ou no meio, ou no fim do vocábulo, dizendo: *Mizterio, Fazto, Livros novoz*, em vez de *Mistério, Fasto, Livros novos*”³.

A respeito da observação do gramático⁴, diz Silva Neto (1986):

Subsiste, porém uma dificuldade: a que região do Brasil se refere Soares Barbosa? Acaso não se referirá a uma das regiões que ainda hoje assim pronunciam? Desde logo, contudo, excluimos o Nordeste, pois ele censura a pronúncia

² A descrição corresponde à pronúncia alveolar ou sibilante. O “S líquido” refere-se à chiante portuguesa.

³ Silva Neto (1986, p. 161) cita a 2ª. edição (1830, p.52) da *Grammatica philosophica da lingua portugueza*.

⁴ Jerônimo Soares Barbosa nasceu em 1737 e morreu em 1816.

brasileira de *prêgar* e *vádio* como *prêgar* e *vádio*. Podemos pensar que nos tempos de Soares Barbosa era geral em todo o Brasil aquela pronúncia: isto é, os cariocas ainda pronunciavam o *s* pré-dorsal em fim de sílaba e em fim de palavra. (p.161).

A realização sonora ou vozeada e surda ou desvozeada é condicionada pelo traço sonoridade do segmento imediatamente seguinte, registrando-se vozeadas diante de consoantes vozeadas, como em *desvio*, *rasgar*, e desvozeadas diante de consoantes desvozeadas, como em *estrada*, *casca*, ou diante de pausa, como em *luz*, *arroz* e *três*.

Do ponto de vista diatópico, as realizações alveolares e palatais subdividem o País em duas grandes áreas dialetais, constituindo, nas palavras de Câmara Jr. (1970, p. 41): "um *shibboleth*⁵ entre o português do Rio de Janeiro e quase todo o resto do Brasil, bem como Portugal, e o português de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul".

O <*s*> em coda silábica realiza-se também como consoante laríngea ou aspirada [h, f], como em *doi[h] pães*, *me[f]mo*, ou, como ocorre com outras consoantes em coda silábica, como zero fonético, como em *as costaØ*, *quatro diaØ*, realizações que não serão aqui analisadas⁶.

⁵ A denominação refere-se à guerra entre galaditas e efraimitas no Rio Jordão, relatada no Antigo Testamento (*Juizes*, 12, 6). Os galaditas utilizavam a palavra *shibboleth* (= espiga de milho) para encontrar e eliminar os efraimitas (que diziam *sibboleth*, com sibilante inicial), infiltrados em suas hostes.

⁶ As realizações laríngeas nas capitais do Nordeste, com base no *corpus* do Projeto Atlas Linguístico do Brasil, estão sendo analisadas pelo mestrando Ronaldo Pelicioli, sob orientação de Jacyra Mota.

Pesquisas anteriores

Com relação ao <*s*> em coda silábica, a variação observada é tão significativa para uma melhor compreensão do português brasileiro que muitos trabalhos têm sido desenvolvidos, a partir de *corpora* diversos, com o objetivo de descrevê-la. Citam-se, aqui, alguns desses, agrupando-os de acordo com a área pesquisada.

De referência à região Norte, Noll (2008), destaca "um chiamento generalizado, na cidade de Belém (...), comparável ao do Rio de Janeiro", observando que esse chiamento continua em Macapá. A variação em Belém é também analisada por Carvalho (2000) e se encontra documentada nos dados do *Atlas Linguístico Sonoro do Pará* (2004).

Sobre Alagoas e Pernambuco, Marroquim, em 1934, na 1ª edição de *A língua do Nordeste*, comenta:

O *s* sibilado que o douto Teodoro Sampaio consigna na pronúncia sulista e que se filia ao do mameluco é desconhecido no nordeste. Aqui temos três sons para o *s*: *s* = *ç* quando inicial de sílaba: *cedo*, *saber*, *situação*, *passo*, *persa*; quando é medial, tem o valor de palatal surda, vale *x*, se está antes de consoante surda: *cexto*, *caxta*, *caxca*, *extar*; e é palatal sonora, vale *j*, quando está antes de consoante sonora: *majmorra*, *mujgo*, *rajgar*, *rujga*, *mejmo*, *dejde*. Final de sílaba vale também *x*: *apoix*, *jamaix*, *extaix*, *péix*, *pexca*.

É essa a pronúncia normal da generalidade do povo. A escola, por vezes, cria focos esparsos de pronúncia particular. (...).

Na cidade alagoana de Pão de Açúcar, à margem do São Francisco, há, bem generalizada, a pronúncia sibilada do *s* e *z* finais: *arroz*, *dois*, *Luis*, *quis*.

O fenômeno, restrito à cidade, denuncia a escola onde o professor impôs a pronúncia estranha (1996, p. 32-33).

A variação no Nordeste foi também tema de comunicações

ao 1º Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em 1937, como se comprova nos trechos a seguir de Gueiros sobre a cidade de Recife e de Seraine sobre o Ceará, respectivamente:

Aqui, no Recife, como nalgumas regiões de Portugal, o *s* final sôa exatamente como *x*, ex.: *fêx*, *trêx*, *nóx*, etc. João de Deus recomenda essa pronúncia em seu "Dicionário Prosódico". E João Ribeiro manda pronunciar do mesmo modo o *s* medial, ex.: *êxte*, *ixto*, *pôxto*, *revixta*, etc. (GUEIROS, 1938, p. 561).

Quanto à pronúncia do *s* no Estado, pode-se afirmar que não existe sibilismo, nem arrastamento no *s* final, como na fala do carioca. Os sons do *s* entre as pessoas cearenses são geralmente os seguintes: *ç*, quando inicial de sílaba. [...] Soa *ç* também, atenuado, quando em, final de sílaba é seguido o *s* de *q*, *p* e *f*. Ex.: *caç-cu* (casco), *péç-ca* (pesca); *cuç-pi* (cuspe); *blaç-fê-mi-a* (blasfêmia), etc. Medial, sôa *x* atenuado, antes de *t*, consoante surda. Ex.: *gox-ta* (gosta); *tux-tão* (tostão); *téx-ta* (testa), etc.

Quando está antes das consoantes *g*, *b*, *v* e *m* equivale a um *z* atenuado. Ex.: *múz-ga* (música); *léz-bi-u* (lesbio), etc. Sôa ainda *j*, atenuado, quando, em final de sílaba, tem diante de si as consoantes *d*, *l* e *n*. Ex.: *dêj-di* (desde); *graj-ná* (grasnar); *tij-ná* (tisnar), etc. (SERAINÉ, 1938, p. 463).

Sobre o Ceará se pronuncia Liberal de Castro, confrontando essa área com a do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, em comunicação ao Primeiro Congresso Brasileiro de Língua Falada no Teatro, em 1957, referindo-se à "pronúncia das *peçoas cultas*" (p. 102):

Permitimo-nos aqui assinalar a maneira curiosa com que os cearenses pronunciam o *s*, cujo som depende da letra a que precede. Assim, soa como *x* antes de *t*: este = *êxte* (à carioca); como *j* antes de *d*, *n* e *l*: asno = *ajno*, desde = *dejde*, desligar = *dejligar* (à carioca); como *z* antes de *b*, *g*, *m*, *r* e *v*: mesmo = *mezmo* (o carioca diz, às vêzes, me-mo

ou mehmo); é absolutamente mudo antes de *c(ç)*: *nascere* = *nacer* (o carioca diz "naicer") e, finalmente e de modo geral, com o som sibilante *ç*, quando o *s* precede às demais letras ou está no fim das palavras (embora sem a ênfase habitual dos belo-horizontinos, por exemplo). (1958, p.107).

Essa variação foi mais recentemente analisada por Pessoa (1986), com *corpus* de falantes de Natal; Mota e Rollemberg (1986, 1994a, 1995 e 2000), com dados extraídos de atlas linguísticos (*Atlas Prévio dos Falares Baianos*, *Atlas Lingüístico de Sergipe*, *Atlas Lingüístico da Paraíba* e *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*); Mota e Rollemberg (1991 e 1994b), Mota, Rollemberg e Oliveira (1998) e Mota (2002) a partir de dados do Projeto NURC/Salvador⁷; Jesus e Mota (2007, 2008 e 2009), Evangelista e Mota (2008 e 2009), com dados do Projeto ALiB; Canovas (1991) e Lucchesi (2009), a partir de dois outros *corpora* constituídos em Salvador; Hora (1998, 1999, 2003); Hora e Pedrosa (2009), em ocorrências extraídas do Projeto Variação Lingüística do Estado da Paraíba (VALPB)⁸; Oliveira (1994) sobre *corpus* de Campina Grande, entre outros.

Com relação ao Sudeste, destacam-se os trabalhos sobre a

⁷ O Projeto de Estudo da Norma Linguística Culta (NURC) desenvolveu-se, na década de 1970, em cinco capitais brasileiras. O *corpus* foi constituído com informantes de nível universitário, dos dois gêneros e de três faixas etárias. Na década de 1990, algumas capitais constituíram um *corpus* de confronto para o estudo da variação em tempo real de curta duração, com regravações dos mesmos informantes anteriormente gravados ou com inclusão de novos informantes com o mesmo perfil.

⁸ Projeto desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba, desde 1993, sob a coordenação de Dermeval da Hora. Objetiva pesquisar a realidade linguística da comunidade de João Pessoa. O *corpus* foi constituído com 60 informantes dos dois gêneros, de três faixas etárias, pertencentes a cinco níveis de escolarização (de nenhum a 11 anos de escolarização).

presença da variante palatal no Rio de Janeiro. Sobre essa área, já observava Nascentes, em "O Linguajar Carioca em 1922", ao tratar da consoante S, no capítulo que dedica à Fonética, reportando-se à *Esquisse d'une dialectologie portugaise* de Leite de Vasconcelos (publicada em Paris, em 1901):

Final, em sílaba átona, cai na classe inculta, sendo transformado numa chiente pela classe culta e pela semiculta, como no sul de Portugal (*Esquisse*, 115). É o chiado carioca, tão característico da pronúncia do Rio de Janeiro. (1953, p. 51-52).

E, mais adiante, a propósito da posição medial:

O s seguido de consoante surda é chiado como o s final: *escama-excama, esfera -exfera, esperança-experança, estado-extado*, o que também se dá no sul de Portugal, no romeno, no rético e no abrucês. (...).

Seguido de consoante sonora soa como a chiente sonora (jê); o que também se dá no sul de Portugal (...): *esbelto-ebelto, desde-dejde, rasgo-rajgo, desvão-dejvão, mesmo-mejmo, losna-lojna, Islândia-Ijlandia, Israel-Ijrael* (1953, p. 58).

Entre os atuais pesquisadores, citam-se, por exemplo: Callou e Marques (1975) e Scherre e Macedo (2000), com análise de dados da capital; Brandão (1997, 2000, 2008, 2009), Grynner e Macedo (2000), Santos (2009) e Aguiar (2010), com a inclusão de áreas do Estado do Rio de Janeiro que se afastam da norma carioca, do ponto de vista das realizações palatais em coda silábica.

Callou, Leite e Moraes (1995, 1996, 1998), Callou e Moraes (1996) e Callou (2009) analisam os dados do Rio de Janeiro e os das outras quatro capitais integrantes do Projeto NURC — Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre —, ressaltando a predominância da variante palatal no Rio de Janeiro e, em menor escala, em

Recife; o "predomínio quase absoluto da realização alveolar" em São Paulo e Porto Alegre; e uma situação intermediária em Salvador "com distribuição homogênea das duas variantes" (1995, p. 112).

Em Minas Gerais, a ausência das variantes palatais é trazida por Teyssier como comprovação de que a posteriorização das consoantes fricativas alveolares, em coda silábica, não teria ocorrido, em Portugal, no século XVI, mas em época posterior. Observa ele:

Mas se esta pronúncia chiente se havia produzido desde o século XVI, compreende-se mal que o português do Brasil, na sua forma mais comum, e particularmente em Minas Gerais, região densamente povoada no século XVIII, não pratique o chiamento e pronuncie os -s e -z implosivos como sibilantes puras. (1982, p.55).

No *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais (EALMG)*, em 425 ocorrências, analisadas por Mota e Rollemberg (1994a e 2000), encontram-se exclusivamente as variantes alveolares, tanto em sílaba medial, quanto em sílaba final diante de pausa.

Um outro fato a ressaltar nos dados do *EALMG* é que a presença de variantes oclusivas palatalizadas ou africadas palatais ([tʃi, dʃi] ou [tʃ, dʃ]) diante de vogal anterior alta não condiciona a realização palatal para a consoante final de sílaba que as antecede. Isso se observa, por exemplo, nas variantes para *estilingue*, frequentes no *EALMG*, emitidas como [istʃilʲɪŋg], [estʃilʲɪŋg], [istʃilʲi], [istʃilʲɪŋg] e para *antes-de-ontem*, cuja parte inicial (*antes-de*) apresenta as variantes [ãʰtʃizdʒi], [õʰtʃizdʒi].

Com relação a Belo Horizonte, no entanto, Cristóforo Silva (1999, p. 58) observa, em casos como os acima citados, comportamento distinto para o <s> em final de sílaba, como se lê no trecho:

Quando o 's' ortográfico que ocorre em posição final de sílaba é seguido de uma das africadas [tʃ, dʃ] — por exem-

plo em palavras como 'castiga, desdisse'— ocorre a palatalização do 's' ortográfico. O 's' ortográfico manifesta-se foneticamente então como [ʃ, ʒ]: [kaʃ'tʃiga] 'castiga' e [dʒiʒ'dʒisi] 'desdisse' (1999, p. 58).

Nas regiões Sudeste e Sul, onde predominam as variantes alveolares, distinguem-se, como área de palatais: uma parte do litoral do Estado de Santa Catarina, destacada por Silva Neto como "inovação, em zona de pré-dorsal" (1986, p. 173), analisada por Furlan (1989), e o porto de Santos. A presença de palatais na fala de florianopolitanos foi analisada por Brescancini (2003), a partir dos dados do Projeto de Variação Linguística Urbana na Região Sul do Brasil (VARSUL)⁹ e por Haupt (2009), em textos lidos por descendentes de açorianos, no distrito de Ribeirão da Ilha.

No Centro-Oeste, encontram-se áreas palatalizantes em Mato Grosso, na Baixada Cuiabana, de acordo com Fernandes (1986) e Santiago-Almeida (2004); e em Mato Grosso do Sul, em localidades como Corumbá, Ladário e fazendas adjacentes, segundo Villa da Silva (2000). Fernandes (1986) e Villa da Silva (2000) observam, ainda, que essas variantes são estigmatizadas nessas áreas, aparecendo as alveolares como variantes de prestígio.

O Projeto ALiB

O Projeto ALiB, iniciado em 1996, desenvolve-se em 17 instituições brasileiras, sob a coordenação de um Comitê Nacional,

⁹ Projeto desenvolvido nos três estados da Região Sul — Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — cujos dados foram aproveitados para inúmeros trabalhos, entre os quais o *Atlas Linguístico da Região Sul do Brasil*, cujos primeiros volumes foram publicados em 2002. Cf. Koch, W.; Klassmann, M.; Altenhofen, C., 2002.

hoje constituído¹⁰ pelos professores Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso, Diretor-Presidente, e Jacyra Andrade Mota, Diretor-Executivo, ambas da Universidade Federal da Bahia; e Abdelhak Razky, Universidade Federal do Pará; Ana Paula Antunes Rocha, Universidade Federal de Ouro Preto; Aparecida Negri Isquierdo, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Cléo Wilson Altenhofen, Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Felício Wessling Margotti, Universidade Federal de Santa Catarina; Maria do Socorro Silva de Aragão, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Ceará; e Vanderci de Andrade Aguilera, Universidade Estadual de Londrina, Diretores Científicos.

Tem como principal objetivo a realização de um atlas linguístico geral do Brasil, no tocante à língua portuguesa, preenchendo uma lacuna nos estudos dialectológicos brasileiros e atendendo ao desejo de pesquisadores que, desde a década de 1950, vêm se manifestando nesse sentido. Considera-se também como objetivo importante a criação de um Banco de Dados e a sua disponibilização não só para análises do português do Brasil por pesquisadores nacionais e estrangeiros, como para subsidiar o ensino/aprendizagem do português, contribuindo para uma maior adequação dos materiais didáticos à realidade linguística brasileira.

Do ponto de vista metodológico, o Projeto ALiB se insere na Geolinguística Pluridimensional Contemporânea que contempla, além da dimensão diatópica, outras dimensões como a diageraci-

¹⁰ Em sua constituição inicial, o Comitê Nacional era formado pelos autores de atlas linguísticos publicados — Suzana Alice Marcelino da Silva Cardoso (Presidente), Jacyra Andrade Mota (Diretor-Executivo), ambas da UFBA; Maria do Socorro Silva de Aragão, UFPb/UFC; Mário Roberto Lobuglio Zágari, UFJF; Vanderci de Andrade Aguilera, UEL,— e de um representante de atlas em andamento, Walter Koch, UFRGS, Diretores Científicos. Walter Koch faleceu em 2008 e Mário Roberto Zágari, em 2010.

onal, a diastrática, a diagenérica e a diafásica. Para dar conta das três primeiras dimensões os informantes se diversificam quanto ao gênero, quanto à faixa etária — faixa I, de 18 a 30 anos, e II, de 50 a 65 anos — e, nas capitais de Estado, também quanto à escolaridade — fundamental, com um máximo de 8 anos de escolaridade, e universitário, com, pelo menos, 15 anos de estudo. Registram-se 8 informantes, nas capitais, e 4, nas demais localidades.

A variação diafásica é depreendida a partir da análise de diferentes tipos de elocução, obtidos com a introdução de questionários especificamente dirigidos aos fatos fonético-fonológicos (QFF), morfossintáticos (QMS) e semântico-lexicais (QSL), ao lado de questões de natureza metalingüística e pragmática, assim como de temas para a obtenção de fala mais espontânea e de texto para leitura.

Entre as 250 localidades que se distribuem, geograficamente, por todo o País, incluem-se todas as capitais, à exceção de Brasília e Palmas (Tocantins), em razão da data de criação dessas cidades, e, conseqüentemente, da impossibilidade de se encontrarem informantes da 2ª. faixa etária cujos pais tenham nascidos na mesma localidade, de acordo com a exigência quanto à naturalidade do informante e de seus pais vigente na metodologia do Projeto ALiB.

Corpus Analisado

O corpus foi constituído a partir de respostas ao Questionário do Atlas Linguístico do Brasil (cf. Aguilera *et al.*, 2001), mais especificamente ao QFF e ao QSL, registradas *in loco*, tendo-se chegado a um total de 14.748 ocorrências, 8.592 em posição medial de vocábulo e 6.156, em posição final diante de pausa.

Quanto ao número de informantes, foram aproveitados

199¹¹ dos 200 previstos (oito em cada uma das 25 capitais de Estado) que constituem a rede de pontos ALiB.

Foram incluídos todos os itens em que se verificou a ocorrência das variantes fricativas alveolares ou palatais para o <s> em coda silábica, desde que constituíssem respostas válidas aos questionários. Os itens repetidos foram considerados, exceto em casos de frequência muito grande, como, por exemplo, a do vocábulo *mesmo*, do qual se transcreveu uma segunda ocorrência apenas quando diferente da primeira.

Desprezaram-se as ocorrências em final de vocábulo diante de consoante, como em *patas dianteiras*, *ônibus de viagem*, pouco representadas, face à estrutura do questionário do ALiB, que prevê, em geral, respostas monovocabulares.

Não se consideraram, também, os casos de ressilabação, quando a consoante, antes de vogal inicial do vocábulo seguinte, deixa de figurar em coda silábica, passando à posição pré-vocálica, com a modificação da estrutura silábica para CV, como em *dez anos*, realizado como [de'zɛnos], [dej'zɛnos] e *as árvores*, emitido como [a'zafvoris], [aj'zafvoris], etc.

Na análise dos dados, consideraram-se, separadamente, os dois contextos: em posição medial, diante de consoante, como em *estrada*, *rasgar*; em posição final de vocábulo, diante de pausa, como em *arroz*, *dez*.

As realizações palatais, especialmente em áreas alveolarizan-

¹¹Deixou de ser aqui considerada uma informante faixa etária II, natural de Porto Velho, pelo fato de ela se afastar, do ponto de vista das realizações palatais, da norma local, possivelmente em virtude de sua história linguística (descendente de família barbadiana, que tinha o inglês como língua materna, tendo aprendido a falar português, aos 5 anos, quando ingressou no sistema escolar). Essa informante deverá ser substituída no corpus do ALiB.

tes, são favorecidas por fatores linguísticos e extralinguísticos, destacando-se, entre os primeiros, o segmento fônico subsequente, e, entre os últimos, a distribuição diatópica — fatores que serão aqui analisados.

Os dados foram transcritos, codificados e submetidos ao programa computacional para análise estatística de dados GOLDVARB 2001, versão para Windows do pacote de programas VARBRUL¹², por bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) e de Apoio Técnico (CNPq) da equipe regional Bahia do Projeto Atlas Linguístico do Brasil¹³.

Variação diatópica a partir dos dados do ALiB

Do ponto de vista diatópico, os dados analisados mostram comportamentos distintos entre as capitais brasileiras, apontando áreas palatalizantes e alveolarizantes, ao lado de áreas intermediárias, com a presença de ambas as variantes, como se expõe a seguir, apresentando, conjuntamente, os dois contextos: posição medial de vocábulo — favorecedora das realizações palatais — e posição final antes de pausa.

Levando em conta as duas posições, as capitais brasileiras podem ser subdivididas em três grupos, a saber:

¹² Programa para análise multivariada de dados linguísticos, introduzido nas pesquisas variacionistas, em 1974, por Cedergren e Sankoff e posteriormente aperfeiçoado por Rousseau e Sankoff. O programa GoldVarb foi criado por Rand e Sankoff, em 1990, para Macintosh, dando, posteriormente, origem ao GoldVarb 2001, desenvolvido na Universidade de York.

¹³ Dados levantados e preliminarmente analisados pelas então bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC-CNPq) Djanice Bessa, Grace Kelly Souza Evangelista e Cláudia Santos de Jesus (depois bolsista de Apoio Técnico-CNPq), sob orientação de Jacyrá Mota.

1. Capitais em que os índices de pesos relativos (e, em geral, também os índices percentuais) referentes às fricativas palatais são mais elevados do que os das alveolares, tanto em posição medial quanto em posição final absoluta, o que as identifica como áreas palatalizantes. Nesse grupo, ocupam as três primeiras posições Rio de Janeiro, Belém e Florianópolis, seguindo-se Macapá, Recife, Manaus, Cuiabá e Salvador, como se observa na Tabela 01, a seguir.

Tabela 01 - Capitais em que predominam as realizações palatais

Localidades	Variantes Palatais					
	Posição medial			Posição final		
	Nº/ total	%	P. R. ¹⁴	Nº/ total	%	P. R.
Rio de Janeiro	298/307	97	0,99	210/224	94	0,99
Belém	256/311	82	0,97	235/285	82	0,96
Florianópolis	292/368	79	0,96	124/203	61	0,91
Macapá	324/429	75	0,95	130/248	52	0,87
Recife	221/316	70	0,93	81/254	32	0,75
Manaus	257/480	53	0,85	71/313	22	0,65
Cuiabá	188/372	50	0,80	61/220	28	0,71
Salvador	148/344	43	0,70	52/241	21	0,64

Significância: posição medial: 0,000; posição final: 0,002.

2. Capitais com baixos índices das variantes palatais nos dois contextos (pesos relativos de 0,53 para baixo), representantes de áreas alveolarizantes. Esse grupo é constituído por São Luís, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Teresina, Campo Grande, Vitória, São Paulo, Belo Horizonte, Goiânia, Curitiba e Porto Alegre, aqui citadas em ordem decrescente segundo os pesos relativos registrados em posição medial. Em algumas dessas (São

¹⁴ P.R. corresponde a peso relativo.

Luis, Campo Grande, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre), não se registram ocorrências em posição final. Cf. Tabela 02, a seguir.

Tabela 02 - Capitais com baixos índices de variantes palatais

Localidades	Variantes Palatais					
	Posição medial			Posição final		
	Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
São Luis	119/387	30	0,53	0/297	-	-
Fortaleza	86/248	34	0,52	1/246	-	0,02
João Pessoa	84/283	29	0,52	9/247	3	0,19
Maceió	116/335	34	0,51	13/202	6	0,30
Teresina	75/307	24	0,37	10/199	5	0,25
Campo Grande	45/403	11	0,07	0/257	-	-
Vitória	26/302	8	0,06	0/263	-	-
São Paulo	34/370	9	0,04	0/289	-	-
Belo Horizonte	27/319	8	0,03	0/190	-	-
Goiânia	36/371	9	0,02	2/246	-	0,05
Curitiba	13/325	4	0,01	0/254	-	-
Porto Alegre	4/368	1	0,00	0/225	-	-

Significância: posição medial: 0,000; posição final: 0,002.

Em Porto Alegre as quatro ocorrências encontram-se no vocábulo *estilingue*, no registro dos informantes masculinos da faixa I (duas vezes no do informante de nível fundamental e duas no de nível universitário).

3. Capitais que se consideram representantes de áreas intermediárias por apresentarem pesos relativos significativos (a partir de 0,55) para as variantes palatais, apenas em posição medial, em geral, nos contextos mais favorecedores (diante de [t, t', tʃ]). Incluem-se aí, em ordem decrescente, considerando os índices encontrados para a posição medial: Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho, Aracaju e Natal, como consta da Tabela 03.

Tabela 03 - Capitais em que as realizações palatais predominam apenas em posição medial

Localidades	Variantes Palatais					
	Posição medial			Posição final		
	Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Boa Vista	161/382	42	0,67	14/261	5	0,26
Rio Branco	125/319	39	0,63	0/272	-	-
Porto Velho	112/311	36	0,57	0/201	-	-
Aracaju	114/324	35	0,57	13/201	6	0,30
Natal	114/311	36	0,55	2/318	-	0,03

Significância: posição medial: 0,000; posição final: 0,002.

Posição medial de vocábulo: contexto subsequente

A posição medial de vocábulo, provavelmente aquela em que se teria iniciado a palatalização, é a que fornece maior número de variantes palatais, observando-se estreita relação entre essas variantes e a presença, no contexto subsequente, de oclusivas dento-alveolares ([t, d]), oclusivas palatalizadas ([tʃ, dʃ]) e africadas palatais ([tʃ, dʃ]).

Nos dados do ALiB considerados sem o cruzamento com o grupo de fatores referentes à diatopia, destaca-se apenas a consoante / t /, realizada como oclusiva dento-alveolar (62% e 0,87 de p.r.) ou como variante palatalizada, oclusiva ou africada, aqui consideradas conjuntamente (89% e 0,99 de p.r.), como se observa na Tabela 04, a seguir.

Tabela 04 - Realizações palatais em posição medial: contexto subsequente

Consoantes	Variantes palatais		
	Nº./Total	%	P. R.
t	1.702/2.733	62	0,87
t', tʃ	469/525	89	0,99
d	17/90	18	0,09
d, dʃ	15/79	18	0,32
k	627/2779	22	0,21
g	75/425	17	0,11
p	195/895	21	0,18
f	28/248	11	0,07
v	37/216	17	0,11
m	74/479	15	0,12
n	32/105	30	0,24
l	1/11	8	0,04
ʒ	0/2	0	-

Significância: 0,000

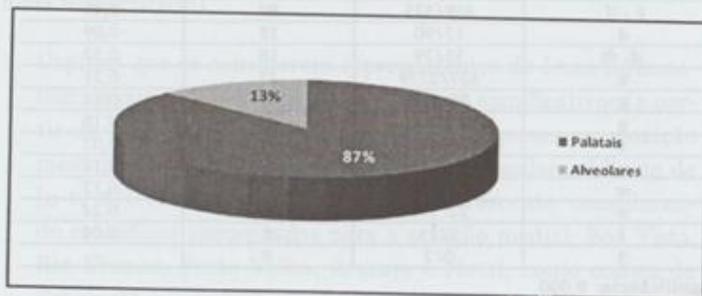
Merecem destaque as realizações palatalizadas desvozeadas [tʃ, tʃ], características, em algumas áreas, do contexto / t + i /, não só pelos altos índices que apresenta, mas também pelo fato de, em áreas alveolarizantes, influenciar fortemente a realização de palatais, como se observa em vocábulos como *prostituta* e *estilingue*, esse último analisado a seguir.

A ausência das consoantes /b, x, p, k s, z, j/ subsequentes ao <s> em coda silábica, na Tabela 02, explica-se pela baixa frequência ou inexistência de contextos desse tipo, no léxico do português.

Ocorrências de *estilingue* no corpus analisado

Como resposta à questão 157 do QSL, assim formulada Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho?, registraram-se, ao lado de outras respostas, como baladeira, setra, badogue, funda, 171 ocorrências do vocábulo *estilingue*, que, com relação ao <s> final de sílaba, apresentam os seguintes índices: 13% de alveolares e 87 % de palatais, como se verifica no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 01 - Realizações alveolares e palatais do <s> em coda silábica em *estilingue*



A maior frequência das realizações palatais em *estilingue* verifica-se não só no total de ocorrências analisadas, mas também no grupo de capitais em que há predominância de alveolares: Campo Grande, Goiânia, São Paulo, Vitória, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre.

Variação social

A partir da análise das variáveis sociais consideradas — faixa etária, escolaridade e gênero — destacam-se aquelas que se revelaram mais representativas, em cada uma das capitais brasileiras, do ponto de vista das variantes palatais, desprezando-se os resultados referentes a índices de ocorrência muito baixos, como os que se encontram em Campo Grande, Goiânia, Vitória, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Variação diatópica e variação diageracional

A partir do cruzamento entre diatopia e faixa etária dos informantes, é possível identificar dois grupos: o primeiro com diferença significativa entre as faixas etárias — com predominância das variantes palatais na faixa 1 ou na faixa 2 — e o segundo sem diferença expressiva ou sem diferença alguma entre as duas faixas.

1. Capitais que apresentam diferença entre as duas faixas etárias:

- a) Registram-se índices de variantes palatais mais altos na faixa I do que na faixa II, em posição medial e final em Belém, Macapá e Recife. Em Salvador, Natal e Aracaju, apenas em posição medial, com índices pouco significativos, nas duas últimas, como se observa na Tabela 05.

Tabela 05 - Variantes palatais: localidades com índices mais elevados na faixa etária I

Localidades	Faixa etária	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Belém	F. I	154/160	96	0,97	110/115	95	0,98
	F. II	102/151	67	0,78	125/170	73	0,91
Macapá	F. I	185/206	89	0,94	92/123	74	0,92
	F. II	139/223	62	0,74	38/125	30	0,63
Recife	F. I	117/164	71	0,81	42/107	39	0,71
	F. II	104/152	68	0,79	39/147	26	0,58
Salvador	F. I	76/154	49	0,63	18/88	20	0,50
	F. II	72/190	37	0,52	34/153	22	0,52
Natal	F. I	57/143	39	0,54	0/134	0	-
	F. II	57/111	33	0,47	2/184	1	0,04
Aracaju	F. I	57/150	38	0,52	3/94	3	0,11
	F. II	57/174	32	0,46	10/107	9	0,28

Significância: 0,000 para os dois contextos.

- b) Registram-se índices de variantes palatais mais altos na faixa II do que na faixa I, tanto em posição medial quanto em posição final, em Florianópolis, Manaus e Cuiabá. Incluem-se, ainda, nesse grupo Boa Vista, Rio Branco, Maceió, São Luís e Teresina, que apresentam reduzido número de ocorrências, principalmente em posição final. Cf. Tabela 06

Tabela 06 - Variantes palatais: localidades com índices mais elevados na faixa etária II

Localidades	Faixa etária	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Florianópolis	F. I	99/155	63	0,75	47/106	44	0,75
	F. II	193/213	90	0,94	77/97	79	0,93
Manaus	F. I	99/206	48	0,62	31/147	21	0,51
	F. II	158/274	57	0,70	40/166	24	0,55
Cuiabá	F. I	84/175	48	0,62	24/116	20	0,50
	F. II	104/197	52	0,66	37/104	35	0,68
Boa Vista	F. I	70/178	39	0,53	1/158	0	0,02
	F. II	91/204	44	0,58	13/103	12	0,36
Rio Branco	F. I	53/147	36	0,50	0/133	0	-
	F. II	71/172	41	0,55	0/139	0	-
Maceió	F. I	54/169	31	0,45	1/112	0	0,03
	F. II	62/166	37	0,51	12/90	13	0,37
São Luís	F. I	43/165	26	0,38	0/152	0	-
	F. II	76/222	34	0,48	0/145	0	-
Teresina	F. I	26/137	18	0,29	0/107	0	-
	F. II	49/170	28	0,41	10/92	10	0,32

Significância: 0,000 para os dois contextos.

2. Capitais com pequena diferença ou sem diferença alguma entre os índices registrados para cada uma das faixas etárias, nos dois contextos.

Destaca-se, nesse grupo, o Rio de Janeiro, que se caracteriza pela presença quase categórica das variantes palatais, em ambas as faixas. Por outro lado, podem-se incluir, também, pela semelhança entre os índices percentuais e de pesos relativos, capitais que apresentam índices muito baixos de variantes palatais, como Porto Velho, Fortaleza e João Pessoa. Cf. Tabela 07.

Tabela 07 - Localidades com índices semelhantes,
nas duas faixas etárias

Localidades	Faixa etária	Variantes Palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P.R.	Nº/ total	%	P. R.
Rio de Janeiro	F. I	166/169	98	0,99	101/104	97	0,99
	F. II	132/138	95	0,97	109/120	90	0,97
Porto Velho	F. I	59/165	35	0,49	0/116	0	-
	F. II	53/146	36	0,50	0/85	0	-
Fortaleza	F. I	42/121	34	0,48	1/116	0	0,03
	F. II	44/127	34	0,48	0/130	0	-
João Pessoa	F. I	44/149	29	0,42	0/94	0	0,52
	F. II	40/134	29	0,43	9/153	5	0,46

Significância: 0,000 para os dois contextos.

A presença de índices de palatais mais elevados na faixa II do que na I, como mostrado na Tabela 06, pode ser interpretada como indicio de mudança em curso, em direção às variantes alveolares, em certas áreas brasileiras, como, por exemplo, Florianópolis e Cuiabá. Em Florianópolis, segundo o testemunho de um dos informantes, há uma preocupação em evitar-se o que se identifica como o *manezês*, como se transcreve adiante, a propósito da variação diastrática; em Cuiabá, já em 1986, Fernandes referia-se a uma redução no índice de ocorrência das palatais, face a "uma crescente padronização veiculada pelos meios de comunicação, norma culta, variante de prestígio, emigração, etc.". (1986, p. 87).

Quanto a Salvador a sua inclusão entre as capitais em que as variantes palatais apresentam índices mais altos na faixa etária I (cf. Tabela 05) pode estar diretamente relacionada ao número e perfil dos informantes do ALiB, considerando-se que, em registros do Projeto NURC/Salvador da década de 1990 (amostra II), Mota (2000) constatou o predomínio das variantes alveolares, em falantes da primeira faixa etária, diferentemente do que observou nos registros da década de 1970 (amostra I) como se expressa no

trecho:

Confrontando as duas amostras, observa-se modificação no comportamento lingüístico dos falantes de Salvador (...): enquanto, na amostra I, encontra-se na faixa I, principalmente entre as informantes femininas, alto índice de variantes palatais, que se vinha interpretando como indicador de mudança em curso, tal não se verifica na amostra II, em que as palatais se documentam com índices baixos em ambos os gêneros, restaurando-se, nesta faixa, o predomínio da variante coronal anterior ou alveolar. (p. 404).

Resultado semelhante foi obtido por Lucchesi (2009), a partir de entrevistas realizadas com falantes não universitários (com apenas 4 anos de escolaridade ou com ensino médio), que integram o *corpus* do Projeto de Estudo do Português Popular de Salvador (PEPP)¹⁵, como se lê no trecho:

Os resultados obtidos nesta análise revelaram que, no universo do chamado português popular ou semiculto de Salvador, estaria ocorrendo uma tendência análoga à observada na norma culta. Os resultados da variável faixa etária tanto para a variante alveolar quanto para a variante palatal apontaram a mesma tendência a uma recuperação da realização alveolar. (p. 103).

Variação diatópica e variação diastrática

O cruzamento entre diatopia e diastratia, aqui observada do ponto de vista do nível de escolaridade, visa à apreensão do grau de prestígio ou desprestígio das variantes palatais.

¹⁵ Projeto iniciado em 1998 e concluído em 2000, sob a coordenação de Norma Lopes (Universidade Estadual da Bahia). O *corpus* é constituído de 48 inquéritos, com informantes dos dois gêneros, de dois níveis de escolaridade e de 4 faixas etárias.

Levando em conta a escolaridade do informante, podem-se encontrar, nos dados analisados, diferentes situações. Em um primeiro grupo, estão as capitais que apresentam diferença significativa entre os informantes dos dois níveis, com índices mais altos no nível fundamental ou no nível universitário, nos dois contextos ou apenas em posição medial, em geral pela ausência de ocorrências em posição final. Em um segundo grupo, encontram-se aquelas em que a diferença entre os dois níveis é inexpressiva ou não há nenhuma diferença entre eles.

1. Capitais com diferença significativa entre os níveis fundamental e universitário:

- a) Com índices mais altos no nível fundamental, em posição medial e final, destacam-se Macapá e Salvador. Com diferença entre os dois níveis apenas em posição medial, em virtude da baixa frequência ou da ausência de variantes palatais, em posição final, encontram-se Rio Branco, Natal e Aracaju, como se observa na Tabela 08.

Tabela 08 - Variantes palatais: localidades com índices mais elevados no nível fundamental

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Macapá	Fundamental	202/228	88	0,93	68/81	83	0,95
	Universitário	122/201	60	0,75	62/167	37	0,68
Salvador	Fundamental	94/158	59	0,74	39/72	54	0,81
	Universitário	54/186	29	0,44	13/169	7	0,23
Rio Branco	Fundamental	71/171	41	0,58	0/125	-	-
	Universitário	54/148	36	0,53	0/147	-	-
Natal	Fundamental	55/135	40	0,57	2/123	1	0,05
	Universitário	59/176	33	0,49	0/195	-	-
Aracaju	Fundamental	60/147	40	0,57	4/62	6	0,20
	Universitário	54/177	30	0,46	9/139	6	0,20

Significância: 0,000 para os dois contextos.

Apesar de não se dispor, ainda, de dados suficientes para relacionar o grau de escolaridade à maior ou menor ocorrência das variantes palatais, em coda silábica, em todas as capitais, verifica-se, a propósito de Salvador, que os dados do ALiB confirmam análises anteriores, tendo em vista que, nas últimas décadas, os falantes soteropolitanos, principalmente os de escolaridade universitária, passaram a atribuir maior prestígio às variantes alveolares, característica do sudeste (exceto Rio de Janeiro) e veiculada pela televisão, reduzindo, assim, na fala, o número de ocorrências das variantes palatais.

- b) Com índices mais altos no nível universitário, indicadores do prestígio das variantes palatais, nos dois contextos, encontram-se Recife, Manaus, Maceió e Teresina; e, somente em posição medial, João Pessoa, pelo registro, em posição final, de apenas sete ocorrências, como se observa na Tabela 09.

Tabela 09 - Variantes palatais: localidades com índices mais elevados no nível universitário

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Recife	Fundamental	104/174	59	0,74	30/118	25	0,55
	Universitário	117/142	82	0,90	51/136	37	0,68
Manaus	Fundamental	92/194	47	0,64	20/134	14	0,39
	Universitário	165/286	57	0,72	51/179	28	0,59
Maceió	Fundamental	46/169	27	0,42	3/76	3	0,13
	Universitário	70/166	42	0,59	10/126	7	0,24
Teresina	Fundamental	28/142	19	0,32	0/73	0	-
	Universitário	47/165	28	0,44	10/126	7	0,24
João Pessoa	Fundamental	33/135	24	0,38	9/128	7	0,21
	Universitário	54/177	34	0,50	0/119	0	-

Significância: 0,000 para os dois contextos.

No grupo das capitais em que se registram diferentes índices para os dois graus de escolaridade encontram-se Florianópolis e Cuiabá por apresentarem comportamentos distintos nos contextos medial e final.

Em Florianópolis, a diferença entre os dois níveis restringe-se à posição medial, verificando-se, em final de vocábulo, os mesmos valores para os pesos relativos (0,85) e percentuais quase iguais (61% e 60%) para o fundamental e o universitário, respectivamente. Nessa capital, onde as realizações palatais são características dos povoadores açorianos e frequentes na fala dos chamados manezi-nhos, pode-se admitir a estigmatização dessas variantes, o que justificaria a sua menor incidência entre os mais escolarizados. O testemunho do informante masculino, de nível universitário, de faixa etária I, analista jurídico (inf. 05), demonstra a preocupação com os traços fônicos estigmatizados, estereótipos na denominação laboviana, ao responder à pergunta: "E tem pessoas aqui em Florianópolis que falam de uma maneira diferente?".

INF.-...o próprio povo daqui tem um... nós né, no qual eu me incluo, é claro, tem um jeito de falar diferente né, costuma falar... chamar de **manezês**. (...) Que quando eu me desconcentro, eu acabo deixando fluir e ele aparece.

INQ.- Conta alguma coisa em **manezês**.

INF.- Em **manezês**... Mas vou acabar é deturpando um pouco, porque eu num... num... não tenho praticado muito. (risos) (...) Mas aqui eu me seguro porque como eu trabalho num meio muito formal, que é a Justiça, então eu tenho que me concentrar aí, e... falar de uma forma mais polida, né, mais formal.

Em Cuiabá, encontram-se, na posição medial, índices mais altos para o nível universitário (56% e 0,71 de p.r.); na final, para o nível fundamental (33% e 0,65 de p.r.). Cf. Tabela 10.

Tabela 10 - Variantes palatais: localidades que apresentam comportamentos distintos nos contextos medial e final

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Florianópolis	Fundamental	150/179	83	0,91	46/75	61	0,85
	Universitário	142/189	75	0,85	78/128	60	0,85
Cuiabá	Fundamental	88/194	45	0,62	36/107	33	0,65
	Universitário	100/178	56	0,71	25/113	22	0,50

Significância: 0,000 para os dois contextos.

2. Capitais sem diferença entre os dois níveis.

Destacam-se, nesse caso, Rio de Janeiro e Belém, capitais em que as variantes palatais representam a norma regional, não sofrendo avaliação positiva ou negativa por parte dos falantes. Incluem-se, ao lado dessas, as capitais em que essas variantes ocorrem, predominantemente, em posição medial, como Boa Vista e Porto Velho, ou aquelas com baixo índice de variantes palatais, como Fortaleza e São Luís. Cf. Tabela 11.

Tabela 11 - Variantes palatais: localidades sem diferença expressiva entre os dois níveis

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Rio de Janeiro	Fundamental	144/145	99	0,99	96/98	97	0,99
	Universitário	154/162	95	0,97	114/126	90	0,97
Belém	Fundamental	120/145	82	0,90	121/136	88	0,96
	Universitário	136/166	81	0,89	114/149	76	0,92
Boa Vista	Fundamental	76/177	42	0,59	13/76	17	0,43
	Universitário	85/205	41	0,58	1/185	-	0,02
Porto Velho	Fundamental	73/206	35	0,52	0/197	-	-
	Universitário	39/105	47	0,53	0/104	-	-
Fortaleza	Fundamental	41/116	35	0,51	1/107	-	0,03
	Universitário	45/132	34	0,50	0/139	-	-
São Luís	Fundamental	45/155	29	0,44	0/137	-	-
	Universitário	74/232	31	0,48	0/160	-	-

Significância: 0,000 para os dois contextos.

Variação diatópica e variação diagenérica

A variação diagenérica tem sido relacionada ao prestígio das variantes, distinguindo-se o gênero feminino, em geral, pela utilização, com mais frequência, de variantes de prestígio ou preconizadas por uma norma considerada padrão, como observa Labov (2001), ao apresentar os princípios que norteariam o papel das mulheres com relação à variação e mudança linguísticas.

No caso do <s> em coda silábica, na medida em que as capitais analisadas diferem quanto à avaliação das variantes, consideradas norma local, por exemplo, no Rio de Janeiro, e evitadas ou restritas aos contextos favorecedores, em outras localidades, verifica-se que a análise dos dados do ALiB revela também diferenças diagenéricas. Enquanto em algumas localidades o comportamento de homens e mulheres apresenta diferença significativa, em outras, a diferença é inexpressiva (considerando, especialmente, os pesos relativos), de modo a possibilitar a consideração de dois grupos, como se expõe a seguir.

1. Capitais em que há diferença entre os dois gêneros, com predominância das palatais na fala dos homens (subgrupo a) ou na fala das mulheres (subgrupo b).

a) Predominância das palatais na fala dos homens.

Destacam-se, nesse grupo, pela maior diferença entre os dois gêneros, Salvador e Cuiabá. Com diferença menor, podem-se incluir Porto Velho, Maceió, João Pessoa e Cuiabá, como se verifica na Tabela 12.

Tabela 12 - Localidades com predominância das palatais nos informantes masculinos

Localidades	Gênero	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Porto Velho	M	68/177	38	0,52	0/134	-	-
	F	44/134	32	0,46	0/72	-	-
Maceió	M	52/137	37	0,51	10/81	12	0,39
	F	64/198	32	0,45	3/121	2	0,10
João Pessoa	M	50/143	34	0,48	8/98	8	0,29
	F	34/140	24	0,36	1/149	0	0,03
Salvador	M	101/189	53	0,66	24/102	23	0,58
	F	47/155	30	0,43	28/143	20	0,53
Cuiabá	M	120/209	57	0,70	37/102	36	0,72
	F	68/163	41	0,55	24/118	20	0,54

Significância: 0,000 para os dois contextos.

b) Predominância das palatais na fala das mulheres.

Incluem-se, nesse grupo: Macapá, Manaus, Belém, Rio Branco e Florianópolis.

Com relação a Florianópolis, os dados do ALiB, apesar de restritos a oito informantes da região urbana, apresentam alguma coincidência com os de Brescancini (2002, citados por Hora e Pedrosa, 2009) quanto à importância da variável gênero e à predominância da palatal nas informantes femininas. Cf. Tabela 13.

Tabela 13 - Localidades com predominância das palatais nas informantes femininas

Localidades	Gênero	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Macapá	M	136/215	63	0,75	39/125	31	0,67
	F	188/214	87	0,92	91/123	73	0,92
Manaus	M	99/260	38	0,20	10/184	5	0,20
	F	158/220	71	0,80	61/129	47	0,80
Belém	M	114/162	70	0,80	115/159	72	0,92
	F	142/149	95	0,97	120/126	95	0,98
Rio Branco	M	53/154	34	0,48	0/132	-	-
	F	72/165	43	0,57	0/153	-	-
Florianópolis	M	146/194	75	0,84	57/108	52	0,83
	F	146/174	83	0,90	67/95	70	0,91

Significância: 0,000 para os dois contextos.

2. Capitais em que a diferença entre os dois gêneros é nula ou pouco significativa:

Nesse grupo, à exceção de Rio de Janeiro, pelas razões já expostas anteriormente, estão algumas das capitais em que predominam as alveolares, como São Luís, Fortaleza, Natal e Aracaju.

Tabela 14 - Localidades sem diferença expressiva entre os dois gêneros

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
São Luís	M	62/203	30	0,43	0/186	-	-
	F	57/184	30	0,44	0/112	-	-
Fortaleza	M	44/119	36	0,50	1/143	0	0,03
	F	42/129	32	0,45	0/130	0	-
Natal	M	68/172	39	0,53	1/140	0	0,03
	F	46/139	33	0,46	1/178	0	0,02
Aracaju	M	49/134	36	0,50	10/86	11	0,37
	F	65/190	34	0,47	3/115	2	0,11
Rio de Janeiro	M	149/150	99	0,99	110/111	99	0,99
	F	149/157	94	0,97	100/113	88	0,97

Significância: 0,000 (final)

Como observado com relação às variáveis sociais já analisadas, em algumas localidades encontram-se resultados diferentes para a posição medial e a final. Estão nesse caso: Recife, Teresina e Boa Vista, nas duas últimas, com resultados em apenas um gênero, em posição final, o masculino em Teresina (10 ocorrências) e o feminino em Boa Vista (6 ocorrências), resultados, provavelmente, relacionados a características idioletais. Cf. Tabela 15.

Tabela 15 - Variantes palatais: localidades que apresentam comportamentos distintos nos contextos medial e final

Localidades	Escolaridade	Variantes palatais					
		Medial			Final		
		Nº/ total	%	P. R.	Nº/ total	%	P. R.
Recife	M	127/188	67	0,78	48/122	39	0,74
	F	94/128	73	0,83	33/132	25	0,60
Teresina	M	32/146	21	0,32	10/93	10	0,35
	F	43/161	26	0,39	0/107	0	-
Boa Vista	M	81/193	41	0,56	0/102	0	-
	F	80/189	42	0,56	14/159	8	0,30

Algumas considerações a partir dos dados do ALiB

Os dados do ALiB referentes às capitais aqui analisados, de modo geral, vêm corroborar resultados anteriores, baseados em outros *corpora*, e algumas diferenças observadas podem estar diretamente relacionadas ao número e perfil dos informantes do ALiB.

Com relação à distribuição diatópica das variantes palatais confirma-se a diversidade das áreas dialetais, algumas mais palatalizantes, outras mais alveolarizantes, ao lado de áreas intermediárias.

As variáveis sociais analisadas fornecem pistas para uma análise mais aprofundada das capitais brasileiras, de modo a veri-

ficar-se o caráter mais ou menos estigmatizado das variantes palatais, ou a progressão de mudança em direção às alveolares.

A importância da consoante seguinte ao <s> em coda silábica, e, especificamente, de um segmento palatal — consoante oclusiva palatalizada ou africada palatal, sobretudo a desvozeada —, destacada por vários pesquisadores, foi também aqui analisada, conforme se verifica na Tabela 04 e nos dados referentes ao vocábulo *estilingue*. Esse contexto, que vem favorecendo as realizações palatais, em áreas alveolarizantes, pode ser trazido como argumento importante para a hipótese do desenvolvimento independente dessas variantes em Portugal e no Brasil, assim como em outras áreas de língua portuguesa.

Vale lembrar, ainda, que alguns resultados se consideram insuficientes para a delimitação das áreas dialetais brasileiras quanto às realizações alveolares ou palatais para o <s> em coda silábica e o término dos inquéritos para a constituição do *corpus* do ALiB pode mostrar diferenças entre as capitais e as demais cidades de cada Estado, complementando o conhecimento do português do Brasil e evidenciando possíveis relações entre as áreas linguísticas e os processos de colonização de cada uma delas.

Referências

- AGUIAR, Bianca Florêncio. *O estudo do -S em coda silábica nas cidades de Niterói, Macaé e Barra Mansa*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- AGUILERA, Vanderci *et al.* *Atlas Lingüístico do Brasil*. Questionários 2001: Londrina: UEL, 2001.
- ARAGÃO, Maria do Socorro; MENEZES, Cleuza. *Atlas Lingüístico da Paraíba*. I-II. Brasília: Universidade Federal da Paraíba: CNPq, 1984.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Aspectos sociolingüísticos de um dialeto rural. In: HORA, Dermeval da (Org.). *Diversidade lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia, 1997. p. 61-69.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Sobre a palatalização num dialeto brasileiro. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGOLOGIE ROMANES, 22., 1998, Bruxelles. *Actes...* Tübingen: Max Niemeyer, v. 3, 2000. p. 79-86.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. Variação em coda silábica na fala popular fluminense. *Revista da ABRALIN*, v.7, n.1, p.177-189, 2008.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. S em coda de sílaba interna à luz da geo e da sociolinguística, *Signum: Estudos da linguagem*, v. 12, n.1, Londrina, Ed. UEL, p.103-122, jul. 2009.
- BRESCANCINI, Cláudia Regina. A representação lexical das fricativas palato-alveolares: uma proposta. *Revista Letras*, Curitiba, Ed. UFPR, n.61, especial, p. 299-310, 2003.
- CALOU, Dinah. Um perfil da fala carioca. In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO Suzana Alice Marcelino. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 129-152.

- CALLOU, Dinah Maria Isensee; MARQUES, Maria Helena Duarte. O -s implosivo na linguagem do Rio de Janeiro. *Littera*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 9-137, 1975.
- CALLOU, Dinah; MORAES, João Antonio de. A norma de pronúncia do S e R pós-vocálicos: Distribuição por áreas regionais. In: CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva (Org). *Diversidade Lingüística e Ensino: Anais do Seminário Nacional Sobre Diversidade Lingüística e Ensino da Língua Materna*. Salvador: EDUFBA, 1996. p. 133-147.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João Antonio de. Variação Dialectal no Português do Brasil: Aspectos fonéticos e morfossintáticos. *Revista Internacional de Língua Portuguesa*, LISBOA, v. 14, p. 106-118, 1995.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João Antonio de. Para uma nova dialectologia: a realização do S e do R pós-vocálicos no português do Brasil. In: DUARTE, Inês; LEIRIA, Isabel (Orgs.). CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE O PORTUGUÊS, 1, 1994, Lisboa. *Actas...* Lisboa: Colibri, v. 3, 1996. p. 405-413.
- CALLOU, Dinah; LEITE, Yonne; MORAES, João Antonio de. (1998). Consonantal weakening process(es) in Brazilian Portuguese. In: PARADIS, Claude et al. (Ed.). *Papers in sociolinguistics*. N.WAVE, 26., 1997, Quebec. Quebec: Nota Bene, 1998. p. 53-62.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1970). *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- CANOVAS, Maria Irene F. *Variação fônica de /S/ pós-vocálico e de /v, z, ʒ/ cabeças de sílaba na fala da cidade de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Federal da Bahia, 1991.
- CARVALHO, Rosana Siqueira de. *Variação do /S/ pós-vocálico na fala de Belém*. 112 f. Dissertação de Mestrado em Lingüística, Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.
- CASTRO, J. Liberal de. Extração da média aritmética da pronúncia nacional. Caracterização da base carioca, como resultado da média. Notas subsidiárias a respeito do linguajar cearense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DA LÍNGUA FALADA NO TEATRO, 1, 1956, Salvador. *Anais...* Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1958. p. 101-110.
- CEDERGREN, Henrietta; SANKOFF, David. Variable rule: performance as a statistical reflections of competence. *Language*, Baltimore, v. 50, n. 2, p. 333-355, 1974.
- CRISTÓFARO SILVA, Thaís. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.
- EVANGELISTA; Grace Kelly Souza; Jacyra Andrade. *O /S/ em coda silábica no Nordeste, a partir dos inquiridos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Comunicação apresentada ao IX Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação (IX SEMPPG) e XXVII Seminário Estudantil de Pesquisa (XXVII SEMEP), 2008.
- EVANGELISTA; Grace Kelly Souza; Jacyra Andrade. *O /S/ em coda silábica, a partir dos inquiridos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. Comunicação apresentada ao X Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação (X SEMPPG) e XXVIII Seminário Estudantil de Pesquisa (XXVIII SEMEP), 2009.
- FERNANDES, Zilda. Aspectos lingüísticos da Cuiabania. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Instituto de Letras, UFBA, 1986. p. 85-87.
- FERREIRA Carlota; MOTA Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Lingüístico de Sergipe*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.
- FURLAN, Oswaldo. *Influência açoriana no português do Brasil em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1989.
- GRYNER, Helena; MACEDO, Alzira T. de. A pronúncia do s pós-vocálico na região de Cordeiro - RJ. In: MOLLIÇA, Maria Cecília; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Análises lingüísticas: a contribuição de Alzira*

- Macedo. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 26-51.
- GUEIROS, Jerônimo. Importância da unidade ortoépica da língua nacional e como assegurá-la em face das dialetações regionais. In: CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1, 1937, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. p. 551-564.
- GUY, Gregory; ZILLES, Ana. *Sociolingüística Quantitativa: Instrumental de Análise*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HAUPT, Carine; BERRI, André. O processo de palatalização na fala de florianopolitanos nativos em corpus de fala espontânea e controlado. *Letrônica*, v.2, n.2, p. 02-21, dez. 2009.
- HORA, Dermeval da. Variação lingüística no Estado da Paraíba: aspectos fonético-fonológicos. In: GROSSE, Sybille; ZIMMERMANN, Klaus (Ed.). *"Substandard" e mudança no português do Brasil*. Frankfurt am Main: TFM, 1998. p. 315-328.
- HORA, Dermeval da. Processo de palatalização das fricativas na língua portuguesa. *Revista do GELNE - Grupo de Estudos Lingüísticos do Nordeste*, Fortaleza: UFC; GELNE, ano 1, n. 2, p. 34-36, 1999.
- HORA, Dermeval da. Fricativas coronais: análise variacionista. In: RONCARATI, Cláudia; ABRAÇADO; Jussara (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. p.69-89.
- HORA, Dermeval da; PEDROSA, Juliene Lopes. Comportamento variável da fricativa coronal pós-vocálica. In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO Suzana Alice Marcelino. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 111-128.
- JESUS, Cláudia Santos de; MOTA, Jacyra Andrade. *O /S/ em coda silábica no Nordeste, a partir dos inquéritos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil* (ALiB). Comunicação ao Seminário Estudantil de Pesquisa em Letras da Universidade Federal da Bahia (SEPESQ) e ao VIII Seminário de Pesquisa de Pós-Graduação (VIII SEMPPG) e XXVI Seminário Estudantil de Pesquisa (XXVI SEMEP) da Universidade Federal da Bahia, 2007.
- JESUS, Cláudia Santos de; MOTA, Jacyra Andrade. *Conservadorismo e mudança: o /S/ em coda silábica no Nordeste, a partir dos inquéritos do Projeto Atlas Lingüístico do Brasil*. In: XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA. Montevideu, *Anais...* V.1. 2008. CD-ROM.
- JESUS, Cláudia Santos de; MOTA, Jacyra Andrade. *O /S/ em coda silábica no Norte: delimitador de áreas dialetais*. In: HORA, Dermeval da. (Org.). In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGÜÍSTICA, *Anais...* V. 2. 2009. João Pessoa: Ideia. p. 3295.
- KOCH, Walter; KLASSMANN, Mário S.; ALTENHOFEN, Cléo V. *Atlas Lingüístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil (ALERS)*, v. 1 - Introdução, v. II - Cartas fonético-fonológicas. Porto Alegre / Florianópolis / Curitiba: UFRGS/ UFSC/UFPR, 2002.
- LABOV, William. *Principles of linguistic change*. v. 2: Social factors. Massachusetts: Blackwell, 2001.
- LUCCHESI, Dante. A realização do /S/ implosivo no português popular de Salvador. In: RIBEIRO, Silvana Soares Costa; COSTA, Sônia Bastos Borba; CARDOSO Suzana Alice Marcelino. (Orgs.). *Dos sons às palavras: nas trilhas da língua portuguesa*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 83-109.
- MARROQUIM, Mário. *A língua do Nordeste*. 3. ed. Curitiba: HD Livros, 1996.
- MOTA, Jacyra Andrade. *O /S/ em coda silábica na norma culta de Salvador*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa, 2002.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Consoantes implosivas no 'falar baiano'. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRA-

- SIL, 1, 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Instituto de Letras, UFBA, 1986. p. 126-137.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Consoantes implosivas na norma culta brasileira. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL, 5, 1990, Recife. *Anais...* Porto Alegre: ANPOLL, 1991. p. 525-531.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Constrictivas implosivas no "falar baiano". In: ENCONTRO NACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 3, 1988, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 1994a. p. 233-241.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Constrictivas implosivas na norma culta brasileira: alveolares ou palatais? In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LINGÜÍSTICA E FILOLOGÍA ROMÁNICAS, 19, 1989, Santiago de Compostela. *Actas...* A Coruña, Espanha, 1994b. p. 671-677.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Constrictivas implosivas em área nordestina. *Estudos Lingüísticos e Literários*, Salvador, Mestrado em Letras, Universidade Federal da Bahia, n. 17, p. 79-86, jul. 1995.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera. Áreas dialetais do 'falar baiano'. In: CONGRÈS INTERNATIONAL DE LINGUISTIQUE ET PHILOGIE ROMANES, 22, 1998, Bruxelles. *Actes...* Tübingen: Max Niemeyer, v. 3, 2000. p. 255-266.
- MOTA, Jacyra; ROLLEMBERG, Vera; OLIVEIRA, Josane. Constrictivas implosivas: o processo de posteriorização na norma culta de Salvador. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL 9, 1990, Campinas. *Atas...* Campinas: UNICAMP, v. 3, 1998. p. 23-29.
- NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. 2. ed. Rio de Janeiro: Simões, 1953.
- NOLL, Volker. *O português brasileiro*. Formação e Contrastes. Tradução do alemão de Mário Eduardo Viaro. São Paulo: Globo, 2008.
- OLIVEIRA, Alzir. Influência dos meios de comunicação sobre o falar nordestino: o processo de palatalização (alguns casos observados em Campina Grande, Paraíba). In: ENCONTRO NACIONAL DE FONÉTICA E FONOLOGIA, 3, 1988, João Pessoa. *Anais...* João Pessoa: UFPB, 1994. p. 113-116.
- PESSOA, Maria Angélica. O -s pós-vocálico na fala de Natal. In: SIMPÓSIO SOBRE A DIVERSIDADE LINGÜÍSTICA NO BRASIL, 1, 1986, Salvador. *Atas...* Salvador: Instituto de Letras, UFBA, 1986. p. 209-216.
- RAZKY, Abdelhak (Org.). *Atlas Lingüístico Sonoro do Pará*. CD Room. Belém: UFPA/ CAPES/UTM, 2004.
- RIBEIRO, José; ZÁGARI, Mario; PASSINI, José; GAIO, Antônio. *Esboço de um Atlas Lingüístico de Minas Gerais*, I. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: Universidade Federal de Juiz de Fora, 1977.
- ROSSI, Nelson; FERREIRA, Carlota; ISENSEE, Dinah. *Atlas prévio dos falares baianos*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.
- SANTIAGO-ALMEIDA, Manoel Mourivaldo. As consoantes do português falado no Vale do Cuiabá. *Signum: Estudos Lingüísticos*, Londrina, n. 7/1, p.149-163, jun. 2004.
- SANTOS, Deisiane Rodrigues dos. *A variação do /S/ pós-vocálico na fala de Petrópolis, Itaperuna e Paraty*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira; MACEDO, Alzira Tavares de. Restrições fonético-fonológicas e lexicais: o -S pós-vocálico no Rio de Janeiro. In: MOLLICA, Maria Cecília; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Análises lingüísticas: a contribuição de Alzira Macedo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. p. 52-64.
- SERAINE, Florival. Contribuições ao estudo da pronúncia cearense. In: CONGRESSO DA LÍNGUA NACIONAL CANTADA, 1, 1937, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Departamento de Cultura, 1938. p. 437-484.
- SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Presença; [Brasília]: INL, 1986.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução de Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1982.

VILLA DA SILVA, Rosângela. Norma e identidade social: o caso da discriminação da variante palatal do /S/ pós-vocálico em Corumbá e Ladário (MS). Comunicação apresentada ao Congresso Internacional 500 Anos da Língua Portuguesa no Brasil, Évora, 2000.

Submetido em: 14/07/2009

Accito em: 18/11/2009

A GEOLINGÜÍSTICA NO RIO DE JANEIRO: As vogais médias pretônicas

GEOLINGUISTICS IN RIO DE JANEIRO:
the middle pretonic vowels

Silvia Figueiredo Brandão
UFRJ/CNPq

RESUMO: Neste texto, após um breve histórico sobre o desenvolvimento da Geolinguística no Rio de Janeiro, apresentam-se os critérios que nortearam a elaboração do MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro (MicroAFERJ) e do Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara (AFEBG). Com base nos resultados neles registrados, descreve-se o comportamento das vogais médias orais em posição pretônica na fala dos 96 informantes representativos dos seus dezesseis pontos de inquérito.

Palavras-chave: Geolinguística; Rio de Janeiro; vogais médias; contexto pretônico.

ABSTRACT: In this text, after a brief history about the development of Geolinguistics in Rio de Janeiro, the criteria that guided the elaboration of the MicroAtlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro and the Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara are presented. Based on the results, the behavior of the oral middle vowels in pre-stressed position is described in the speech of the 96 informants that represent their sixteen points of inquiry.

Keywords: Geolinguistics; Rio de Janeiro; middle vowels; pre-stressed position

Antecedentes

A criação de uma "mentalidade dialetológica" – expressão cunhada por Serafim da Silva Neto na década de cinquenta do século passado e que se tornou lugar comum nas obras de filólogos e dialetólogos brasileiros a partir de então – levou algum tempo a concretizar-se no Rio de Janeiro, a despeito de, na capital do Estado, terem vivido, lecionado e tomado iniciativas nesse sentido, algumas das figuras mais representativas para a disseminação de tal proposta. Esse é o caso de três filólogos que aqui se põem em destaque e que muito se empenharam para o desenvolvimento, em especial, da geolinguística em nosso país.

Serafim da Silva Neto, autor de um *Guia para estudos dialectológicos*, cuja primeira edição é de 1955, fundou, no Museu Nacional do Rio de Janeiro, em 1953, um Centro de Estudos de Dialectologia Brasileira e, em 1955, ministrou, na Faculdade de Filosofia, curso sobre técnicas de monografias dialetais. Celso Cunha, que, juntamente com Silva Neto, apresentou ao 3º Colóquio de Estudos Luso-Brasileiros (Lisboa, 1957) a proposta de elaboração do Atlas Linguístico-etnográfico do Brasil, por regiões, em suas aulas no Programa de Pós-graduação em Letras Vernáculas da UFRJ, começou, nos anos 70, a incentivar os alunos a realizarem estudos dialetais. Antenor Nascentes, por sua vez, apresentou as *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil* (1958, 1961), publicadas pela Casa de Rui Barbosa, cuja Comissão de Filologia definiu, entre seus objetivos, organizar a referida obra.

O Rio de Janeiro, portanto, apesar de se constituir numa das sedes dos debates em torno da Dialectologia e, sobretudo, da Geolinguística, não respondeu de pronto a esses apelos. Só no final da década de setenta, João Antônio de Moraes, hoje voltado para a área de Fonética Acústica, formulou um projeto de atlas linguístico para o Estado, que acabou por não ser desenvolvido por falta de apoio financeiro. O Questionário que serviria de base para as reco-

lhas consistiu, inclusive, no tema da dissertação¹ por ele apresentada, em 1979, à Université de Paris III (Sorbonne Nouvelle) para a obtenção do título de Mestre em Dialectologia, sob a orientação de Marie Rose Simoni-Aurembou.

Foi em meados da década de oitenta que se começou a delinear, oficialmente, o primeiro projeto dessa natureza. Como consequência da experiência adquirida no desenvolvimento de suas teses sobre a fala de comunidades pesqueiras distribuídas pelas regiões Norte, Noroeste e das Baixadas Litorâneas, professores da UFRJ formaram uma equipe², de início coordenada por Celso Cunha, que visava à consecução do Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, projeto de caráter pluridimensional, desativado em 1999, mas que contribuiu de forma relevante para o conhecimento da fala fluminense, conforme demonstra Brandão (2005).

Em 2003, como decorrência do desenvolvimento do Projeto do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), coordenado por Suzana Cardoso, foi criada, ainda na UFRJ, a Coordenadoria Regional desse projeto – o ALiB-Rio – sob a responsabilidade de Cláudia de Souza Cunha, que também tenciona criar um Atlas Linguístico Sonoro do Rio de Janeiro³.

Mas foi a partir de 2004, por iniciativa e sob a orientação de um dos membros da equipe do extinto projeto APERJ, que uma

¹ Projet de Questionnaire pour l'Atlas Linguistique de l'État de Rio de Janeiro. Agradeço a João Antônio de Moraes essas informações.

² A equipe era formada por Sílvia Figueiredo Brandão, Cilene Cunha Pereira, Edila Vianna da Silva, Maria Emilia Barcellos da Silva e Laerte Carpena de Amorim, este último autor de uma tese sobre a linguagem dos salineiros de Cabo Frio.

³ Maiores informes podem ser obtidos em www.lettras.ufrj.br/posverna/projalibrio.htm

mestranda e uma doutoranda da UFRJ se dedicaram à elaboração, respectivamente, do *Atlas Fonético do Entorno da Baía de Guanabara – AFeBG* (Lima: 2006) e do *Microatlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro – MicroAFERJ* (Almeida: 2008), obras divulgadas, respectivamente, em forma de dissertação e tese e que proporcionam uma ampla visão das principais características da fala fluminense.

Dois atlas e uma única concepção metodológica

O AFeBG e o MicroAFERJ foram projetados para serem complementares, o que explica a sua orientação metodológica comum. Inscrevem-se na chamada geolinguística pluridimensional, uma vez que, além do critério diatópico, levaram-se em conta os critérios diagenérico e diageracional na escolha de informantes e na apresentação dos dados. Em cada localidade, selecionaram-se seis informantes, com baixa escolaridade (até a 4ª. série do Ensino Fundamental), distribuídos por sexo e três faixas etárias: 18-35 anos, 36-55 anos; 56 anos em diante.

Utilizaram-se dois tipos de recolha: aplicação de questionário e elocuições livres. O Questionário Fonético compõe-se de 278 perguntas, as três últimas referentes à contagem de um a dez (nº 276), aos dias da semana (nº 277) e aos meses do ano (nº 278), o que gerou um total de 307 itens vocabulares.

Os dados foram transcritos foneticamente, com base no IPA, e cartografados por meio de programa computacional, apresentando cada carta, em seu rodapé, a questão formulada ao informante, procedimento inovador em relação aos atlas brasileiros até então divulgados.

Ambos os estudos dedicaram especial atenção ao S em coda silábica, em virtude de se acreditar ser essa a variável

mais relevante para a determinação de variação diatópica no Estado. Assim, há 58 cartas que o contemplam (31, em coda interna, 27 em coda externa, dentre estas, 10 com valor morfêmico) e, que, no MicroAFERJ, formaram a base para a definição da isófona de S palatalizado⁴.

O AFeBG

O AFeBG constitui-se de quatro pontos de inquérito situados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: (1) Nova Iguaçu, (2) Duque de Caxias, (3) Magé e (4) Itaboraí (cf., abaixo, a carta n^o 232, referente à questão 232, relógio).

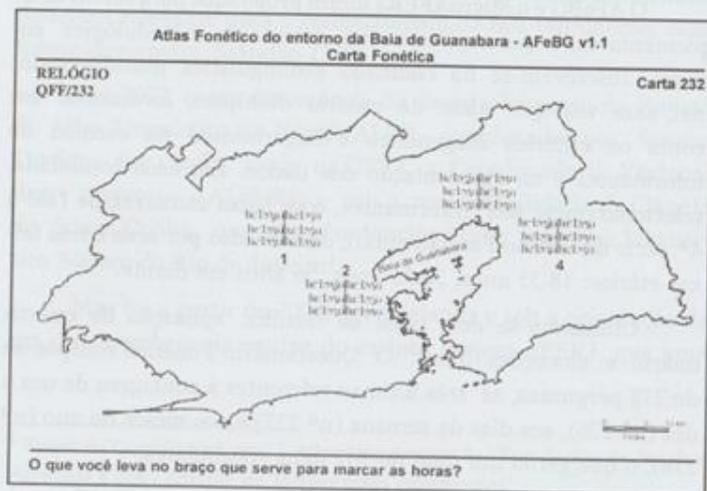


Figura 1: Carta n^o 232, do AFeBG

⁴ No MicroAFERJ, Almeida utilizou-se, para traçar a referida isófona, dos resultados do AFeBG e dos resultados do estudo de RODRIGUES, S. A. *O -S pós-vocálico na fala da Região Norte-Noroeste do Estado do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

O interesse na determinação desses pontos deveu-se ao fato de esses municípios, além de apresentarem diferentes graus de dependência da cidade do Rio de Janeiro, congregarem um contingente populacional considerável, a maior parte dele oriundo do Nordeste do país, o que poderia determinar, pelo contato interdialetoal, a ocorrência de traços linguísticos diferenciados dos que se observam na cidade do Rio de Janeiro.

Nas suas 309 cartas, Lima buscou focalizar as principais variáveis que vêm sendo apontadas, no Português do Brasil, como índices de variação diatópica (casos como o do S e R em coda silábica) e diastrática (rotacismo, permuta de /v/ por /b/, entre outros).

Nos dados registrados, no que toca à distribuição das variantes por faixas etárias e gêneros,

(a) Observou-se, do ponto de vista espacial, com base no estudo de -S em coda silábica, a maior afinidade linguística, de um lado, entre as comunidades de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, de outro, entre as de Magé e Itaboraí. Formulou-se a hipótese de que tal fato se justificaria por diferentes características sócio-político-culturais. Nova Iguaçu é a mais antiga das comunidades que gravitam em torno da cidade do Rio de Janeiro, tendo dado origem ao Município de Duque de Caxias, que fazia parte de seu território. Já Magé e Itaboraí foram povoadas por pessoas advindas dos Municípios do Rio de Janeiro e de Cachoeiras de Macacu que, por sua vez, também foi povoada por indivíduos originados do Município do Rio de Janeiro.

(b) Com base na observação das cartas, formulou-se, ainda, a hipótese de que os falares das comunidades

pesquisadas constituem um *continuum* em relação ao falar carioca. (v.1, p. 72).

Sobre as vogais diz que

predomina a realização como [e] e [o], respectivamente, das vogais anterior e posterior médias, embora se observem casos de alteamento em contextos já observados em estudos de natureza sociolinguística sobre a fala carioca, como aqueles em que a média anterior se encontra seguida de -S em coda (cf, entre outras, as cartas 102 —ESQUECER— e 103 —ESTÁTUA—, nas quais se registram, respectivamente, 15 ocorrências de alteamento em 20 dados e 17, em 21 dados) (v.1, p. 66).

O MicroAFERJ

O MicroAFERJ abrange a fala de 12 municípios: (1) São Francisco de Itabapoana, (2) Porciúncula, (3) Santa Maria Madalena, (4) Cabo Frio, (5) Cantagalo, (6) Cachoeiras de Macacu, (7) Itaguaí, (8) Parati, (9) Valença, (10) Três Rios, (11) Quissamã e (12) Resende. Na escolha das localidades, consideraram-se fatores tanto de caráter geopolítico quanto sócio-histórico. De um lado, representaram-se todas as oito regiões do Estado, abrangendo áreas interioranas e litorâneas, além de zonas fronteiriças com São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo; de outro, privilegiaram-se as comunidades mais antigas em cada região. Como mostra a carta n° 269, referente à questão 268, *verruga*, os pontos de inquérito encontram-se equilibradamente espalhados pelo território fluminense.

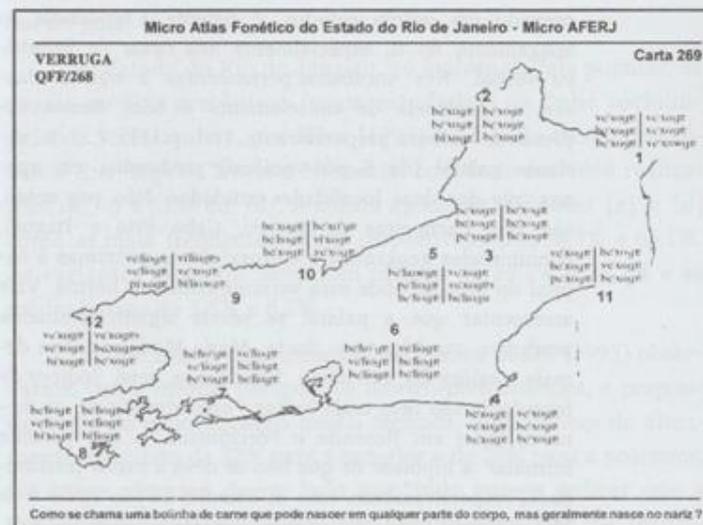


Figura 2: Carta n° 269, do microAFERJ

Dentre os resultados a que chegou, Almeida (2008) diz que, no Atlas, se constatou que

Em coda silábica interna, são encontradas tanto as variantes [+ant] de -R, quanto as [-ant]. A aproximante retroflexa, afora dados esparsos, concentra-se em Resende. Já o tepe, igualmente significativo em Resende, é extensivo às demais localidades — salvo Cabo Frio, Cachoeiras de Macacu, Valença e Três Rios —, notadamente em falantes da faixa 3.

No que tange às variantes [-ant], a posição medial torna mais nítido o quadro já esboçado na análise da posição inicial: nos pontos 2, 3 e 11, os falantes, de um modo geral, preferem as variantes velares. As demais regiões — excluindo-se Resende, que se distingue das demais por conta da preponderância das variantes [+ant] — caracterizam-se pela utilização da aspirada nesse contexto.

Em posição final de vocábulo, como já se tem com-

provado em outros estudos, é patente a tendência ao apagamento do R, especialmente nos casos de infinitivo verbal. Nos vocábulos pertencentes a outras classes, a incidência de cancelamento é bem menos expressiva, embora preponderante. (v.1, p.131). (...) a variante palatal [de S pós-vocálico] predomina em apenas três das doze localidades estudadas. Não por acaso, são elas Cachoeiras de Macacu, Cabo Frio e Itaguaí, comunidades geográfica e culturalmente próximas à capital do Estado, onde essa variante constitui norma. Vale acrescentar que a palatal se revela significativamente produtiva também em Santa Maria Madalena. Nas demais regiões do território fluminense, seus índices de frequência são bem mais baixos, encontrando-se as menores taxas em Resende e Porciúncula, o que permite formular a hipótese de que isso se deva à maior proximidade, respectivamente, com os Estados de São Paulo e de Minas Gerais, onde a variante alveolar predomina. (v.1, p. 134-135).

Afirma, ainda, que “as vogais médias anterior e posterior realizam-se como [e], [ɛ], [i] e [o], [ɔ], [u], respectivamente. O alteamento é bastante difundido em todo o território fluminense, sendo Quissamã a localidade em que ele ocorre com menos intensidade”. (v. 1, p. 132).

Uma análise com base nos registros do AFeBG e do MicroAFERJ: as vogais médias pretônicas

As vogais médias vêm sendo objeto de inúmeros trabalhos no âmbito dos mais diversos falares brasileiros (Bisol: 1981; Viegas: 2001; Oliveira: 2008, entre outros), não só pelo índice de variação que se observa, mas também por ser considerada a variável linguística mais relevante para a definição das duas grandes áreas dialetais brasileiras desde que Nascentes

(1953) nelas se baseou para diferenciar os falares do Norte e do Sul do país⁵.

No Estado do Rio de Janeiro, no âmbito da fala popular, as vogais médias pretônicas foram estudadas, na linha sociolinguística variacionista, por Silva (1995) na fala de treze comunidades das Regiões Norte e Noroeste, com base em 4668 realizações de /e/ e 5139 de /o/. A autora aponta as variantes [e] e [o] como as mais frequentes, com, respectivamente, 56,7% e 65,1%. As variantes altas apresentaram índices de 39,8% e 28,7% e as médio-baixas de 3,5% e 6,2%.

No que toca à fala carioca culta, Callou et alii (1995) observaram, nessa mesma perspectiva teórico-metodológica, a preponderância da concretização média fechada, com índices de alteamento da ordem de 32% para a anterior e de 29% para a posterior. No artigo, afirmam, de um lado, que “tudo parece indicar que a depender da palavra haveria um determinado tipo de realização – algumas palavras propiciando a mudança sonora –, o que viria confirmar investigações recentes que tentam demonstrar que a mudança sonora se difunde através do léxico” (p. 68), e, de outro, que “todo o processo de mudança sonora relativo às pretônicas parece-nos obedecer a duas regras distintas: uma de harmonização vocálica, processo de natureza fonológica, e uma outra regra de assimilação, de natureza fonético-articulatória, determinada pelas consoantes adjacentes” (p. 69).

Assim, neste artigo, apresenta-se uma análise descritiva do comportamento das vogais médias orais em posição pretônica na fala dos 96 informantes representativos dos dezesseis municípios que constituem os pontos de inquérito do AFeBG e do MicroAFERJ.

⁵ Em contexto pretônico.

Expõem-se, em separado, os resultados obtidos em cada atlas, uma vez que o AFeBG diz respeito, mais especificamente, à Região Metropolitana do Rio de Janeiro, enquanto o MicroAFERJ cobre as oito regiões do Estado⁶. Interessa, neste estudo, verificar (a) as variantes de /e/ e /o/ no contexto pretônico e, principalmente, (b) a atuação dos fatores extralinguísticos na implementação do processo de alteamento, tendo em vista que essas variáveis não foram objeto de análise sistemática por parte das autoras desses atlas. Para tanto, levaram-se em conta 36 cartas relativas a /e/ e 38 relativas a /o/. Não se computaram os casos em que (i) a vogal anterior inicia o vocábulo e é seguida de /S/ (ex: escuro), (ii) a vogal anterior ou a posterior constituem hiato (ex: coelho) ou ditongo (ex: queimar, doutor). Também se excluíram da análise as cartas *vermelho*, que só consta do MicroAFERJ, e *redemoinho*, pela diversidade de formas obtidas em ambos os atlas.

Deve-se ressaltar que este trabalho, quanto à constituição da amostra, difere do de Silva (1995) pelo fato de os dados não terem sido eliciados de elocuições livres, mas terem sido obtidos por meio de aplicação de questionário fonético, o que pode determinar uma maior atenção do informante à situação comunicativa.

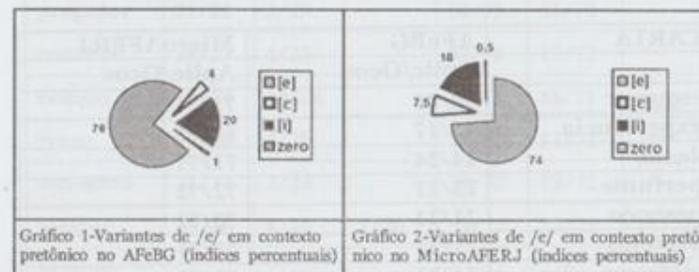
Quadro geral

A média anterior

Nas cartas selecionadas do AFeBG, obtiveram-se 798 dados referentes à média anterior e, no MicroAFERJ, 2.481. Nos grá-

⁶ Embora Itaguaí faça parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, no estudo que constitui o item 3 deste trabalho a localidade será considerada em conjunto com as demais regiões do Estado.

ficos 1 e 2, evidencia-se o comportamento homogêneo das variantes na fala da área metropolitana e na das outras regiões do Estado. A variante [e] predomina sobre as demais com índices superiores a 70%, seguida de [i], que oscila entre 20% e 18%. A variante [ɛ], por sua vez, é menos produtiva na Região Metropolitana (4%), sendo pouco significativo o índice de cancelamento, restrito aos casos em que /e/ inicia o vocábulo (cf. Tabela 3).



A depender do vocábulo, como se depreende das tabelas 1 a 4, podem ocorrer os diferentes padrões apresentados no Quadro 1.

[e]	[e] ~ [ɛ] ~ [i]
[i]	[e] ~ [ɛ] ~ [ø]
[e] ~ [ɛ]	[e] ~ [i] ~ [ø]
[e] ~ [i]	[e] ~ [ø]

Quadro 1 - Padrões de variação de /e/ em contexto pretônico nas cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(a) Casos categóricos de [e] e de [i]

A ocorrência categórica de [i] (71 dados) só se verificou na carta *travessieiro* no MicroAFERJ. No AFeBG, apesar do alto índice de alteamento (92%) da pretônica nesse vocábulo, houve 2 dados em que se registrou a variante [e].

No AFeBG, o número de vocábulos que apresenta, categoricamente, [e] é maior do que no MicroAFERJ. Dos listados na tabela 1, dez apresentam, na sílaba subsequente, também uma vogal média e cinco uma vogal alta, contextos geralmente apontados como propícios à harmonização. É interessante notar que, na palavra *feliz*, em que se esperaria o alteamento, [e] é praticamente categórico, uma vez que no MicroAFERJ (cf. tabela 2), só há uma ocorrência de [ɛ].

CARTA	AFeBG	MicroAFERJ
	Aplíc/Ocos	Aplíc/Ocos
esquecer	20/20	71/71
experiência	17/17	65/65
Jesus	24/24	71/71
perfume	23/23	72/72
pESCOÇO	24/24	72/72
prefeito	23/23	71/71
professor	24/24	72/72
fevereiro	24/24	72/72
fevereiro	24/24	72/72
aniversário	23/23	
cebola	23/23	
cenoura	22/22	
feliz	21/21	
dezembro	24/24	
depois		72/72

Tabela 1 - Casos categóricos de [e] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(b) Padrões: abaixamento e abaixamento/alteamento

Seis vocábulos (em negrito na tabela 2), embora com diferentes índices de frequência nos dois atlas, mostraram-se suscetíveis apenas ao abaixamento, dentre eles destacando-se *relógio*, em

que a média aberta supera a variante [e] na fala das áreas do Estado aqui em destaque. Desse conjunto, também fazem parte *dezembro*, *aniversário* e *feliz*, que, no AFeBG, apresentaram apenas a concretização [e] (cf. Tabela 1).

CARTA	AFeBG			MicroAFERJ		
	[e]	[ɛ]	[i]	[e]	[ɛ]	[i]
	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos
nordestino	17/19	1/19		33/68	35/68	
pregador	21/22	2/19		34/70	36/70	
redondo	19/23	4/23		57/72	15/72	
relógio	10/24	14/24		26/71	45/71	
rezar	16/20	4/20		51/72	21/72	
setembro	22/24	2/24		54/72	18/72	
melhor	15/20	4/20	1/20	38/72	15/72	19/72
intestino				43/67	1/67	23/67
verruca				63/72	1/72	8/72
dezembro				71/72	1/72	
aniversário				67/72	5/72	
feliz				71/72	1/72	

Tabela 2- Padrões de variação : [e] ~ [ɛ] ou [e] ~ [e] ~ [i] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(c) Padrão: alteamento

Na tabela 3, listam-se os vocábulos em que estão em concorrência as variantes [e] e [i]. Observe-se que apenas em *desmaio*, *devagar*, *obediente*, *pequeno*, *tesoura*, *segunda*, o alteamento supera [e] em ambos os atlas. A eles congrega-se *eleição* (cf. tabela

4), cuja pretônica inicial, quando concretizada, só ocorre como [e] ou [i].

CARTA	AFeBG		MicroAFERJ	
	[e]	[i]	[e]	[i]
	Aplie/Ocos	Aplie/Ocos	Aplie/Ocos	Aplie/Ocos
bebida	14/21	7/21	49/71	22/71
desmaio	3/20	17/20	02/70	68/70
devagar	2/18	16/18	15/69	54/69
obediente	15/17	2/17	24/70	46/70
pequeno	7/23	16/23	21/72	51/72
perigoso	16/22	6/22	40/72	32/72
seguro	7/12	5/12	35/65	30/65
tesoura	8/24	16/24	22/71	49/71
segunda	3/24	21/24	13/72	59/72
depois	20/22	2/22		
intestino	7/14	7/14		
travesseiro	2/24	22/24		
verruca	18/24	6/24		
cebola			71/72	1/72
cenoura			70/72	2/72
pergunta			70/71	1/71

Tabela 3 - Variação [e] - [i] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(d) Outros padrões de variação

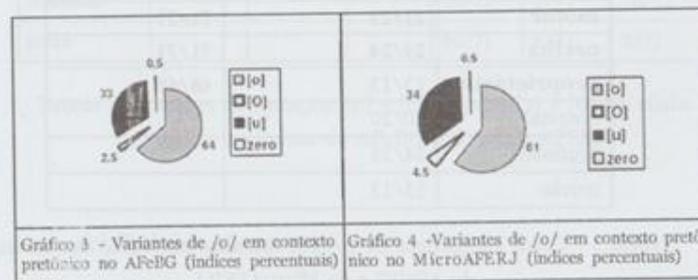
Na tabela 4, reúnem-se os dois vocábulos em que se observou o cancelamento da vogal, o que se justifica pelo fato de ela se encontrar em início de vocábulo e constituir o único segmento da sílaba. Quando concretizada, predomina a variante [e].

CARTA	AFeBG				MicroAFERJ			
	[e]	[ɛ]	[i]	[o]	[e]	[ɛ]	[i]	[o]
	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos
eleição	16/20			4/20	61/70	1/70		8/70
educação	10/23		10/23	3/23	56/72		12/72	4/72

Tabela 4 - Padrões de variação: [e] - [ɛ] - [o] ou [e] - [i] - [o] ou [e] - [o] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

A média posterior

Nas cartas selecionadas do AFeBG obtiveram-se 875 dados e nas do MicroAFERJ, 2823⁷. Nelas, predomina a variante [o], como demonstram os gráficos a seguir, ressaltando-se, mais uma vez, que, também em relação à média posterior, os índices obtidos na Região Metropolitana não diferem dos das demais regiões do Estado.



Não se registrou nenhum caso categórico de alteamento, embora os padrões de variação tenham sido mais numerosos que os registrados para a média anterior.

⁷ Para a elaboração dos gráficos, eliminaram-se as seguintes ocorrências: [a] - 4 no AFeBG e 5 no MicroAFERJ; [i] - 4 no MicroAFERJ.

[o]	[o] ~ [ɔ] ~ [u]
[o] ~ [u]	[o] ~ [u] ~ [ø]
[o] ~ [ɔ]	[o] ~ [ɔ] ~ [a]
[o] ~ [ø]	[o] ~ [ɔ] ~ [u] ~ [i]
[o] ~ [a]	[o] ~ [u] ~ [i] ~ [ø]

Quadro 2 - Padrões de variação de /o/ em contexto pretônico nas cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(a) Casos categóricos de [o]

Somente em três vocábulos, nos dois atlas, a pretônica média posterior foi concretizada categoricamente como [o]. Nos casos em que, no AFeBG, o mesmo acontece, no MicroAFERJ, apesar da variação, também é essa a variante que predomina.

CARTA	AFeBG	MicroAFERJ
	Aplíc/Ocos	Aplíc/Ocos
motor	23/23	71/71
orelha	24/24	71/71
proprietário	13/13	68/68
hospital	20/20	
professor	24/24	
trovão	13/13	

Tabela 5 - Casos categóricos de [o] em contexto pretônico em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(b) Padrões: abaixamento e abaixamento/ alteamento

Comparativamente à média anterior, não só o índice global de abaixamento é menor, mas também não há nenhum caso em que a variante [ɔ] tenha suplantado [o], como demonstra a Tabela 6. Outro aspecto a assinalar é que as ocorrências únicas de [ɔ] em *comendo*, *mordida* e *notícia* foram propiciadas por informan-

tes do sexo feminino: uma da faixa 3, nos dois primeiros vocábulos, outra da faixa 2, no último.

CARTA	AFeBG			MicroAFERJ		
	[o]	[ɔ]	[u]	[o]	[ɔ]	[u]
	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos	Apl/Ocos
coragem	21/23	2/23		57/72	15/72	
nordestino	17/23	6/23		43/67	24/67	
novembro	20/24	4/24		55/71	16/71	
coração	22/24	2/24		60/72	10/72	2/72
inocente	19/20	1/20		59/67	7/67	1/67
noventa	19/22	3/22		35/72	27/72	10/72
sofá	21/23	2/23		48/72	11/72	13/72
botão	21/24	1/24	2/24			
comendo				41/69	1/69	27/69
notícia				44/72	1/72	27/72
mordida				55/72	1/72	16/72
sofás				60/71	8/71	3/71

Tabela 6 - Padrões de variação: [o] ~ [ɔ] ou [o] ~ [ɔ] ~ [u] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(c) Padrão: alteamento

Os vocábulos listados na Tabela 7, em sua grande maioria, apresentam fatores tradicionalmente apontados em análises variacionistas como favorecedores do alteamento de /o/: presença de vogal alta em sílaba subsequente e/ou segmento [-cor] no contexto antecedente. Nas cartas comuns aos dois atlas em que se registra a vogal alta, esta é, na grande maioria dos casos, a variante mais frequente.

CARTA	AFeBG		MicroAFERJ	
	[o]	[u]	[o]	[u]
	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos
assobio	1/23	22/23	7/68	61/68
bonito	2/24	22/24	23/71	48/71
borboleta	20/22	2/22	65/72	7/72
borracha	10/22	12/22	27/64	37/64
chover	5/24	19/24	28/72	44/72
colher	7/23	16/23	37/72	35/72
comadre	4/22	18/22	25/71	46/71
comida	11/24	13/24	27/72	45/72
cortina	10/24	14/24	13/72	59/72
cotovelo	10/21	11/21	19/71	52/71
cotovelo	7/21	14/21	8/69	63/71
cozinha	8/24	16/24	29/72	43/72
dormindo	9/24	15/24	18/72	54/72
dormir	5/16	11/16	16/72	56/72
formiga	10/24	14/24	14/72	58/72
tomate	14/24	10/24	59/72	13/72
domingo	8/24	16/24	9/72	63/72
polícia	7/24	17/24	30/72	42/72
comendo	7/15	8/15		
mordida	18/24	6/24		
notícia	9/22	13/22		
sofás	22/23	1/23		
botão	58/72	14/72		
professor	66/72	6/72		
sobrancelha	63/71	8/71		

Tabela 7 - Variação [o] ~ [u] em sílaba pretônica em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

(c) Outros padrões de variação

Na tabela 8, indicam-se alguns casos especiais, em que, além das variantes [o], [ɔ] e [u], registraram-se casos de cancelamento

([o]brigado → brigado), de assimilação total (ex: h[o]sp[i]tal → h[i]sp[i]tal), de dissimilação (b[o]rb[o]leta → b[a]rb[o]leta), embora em todos os casos a variante [o] seja a mais frequente.

Carta	/o/: Outras variações						Atlas
	[o]	[ɔ]	[u]	[a]	[i]	[e]	
	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	Aplic/Ocos	
borboleta	20/22			2/22			AFeBG
	65/72	2/72		5/72			MicroAFERJ
obediente	16/17			1/17 ⁸			AFeBG
	67/68					1/68	MicroAFERJ
sobrancelha	21/22			1/22			AFeBG
obrigado	20/24					4/24	AFeBG
	64/72	2/72				6/72	MicroAFERJ
hospital	54/69		1/69		3/69	11/69	MicroAFERJ
trovãc	57/71	1/71	12/71		1/71		

Tabela 8 - Diferentes padrões de variação da pretônica /o/ em cartas do AFeBG e do MicroAFERJ

Alteamento: variáveis *faixa etária* e *gênero*

Para observar o processo de alteamento segundo as variáveis *faixa etária* e *gênero*, organizou-se o *corpus* referente a cada atlas com base nos vocábulos que apresentaram (i) sistematicamente apenas as variantes [e]/[i] e [o]/[u] e (ii) as variantes [e] e [o] e pelo menos uma ocorrência de vogal alta (por ex: *in[u]cente*, no MicroAFERJ). Eliminaram-se aqueles em que a realização como média fechada ou como alta se mostrou categórica (por ex: *f[e]liz*, no AFeBG; *trav[i]sseiro*, no MicroAFERJ) e, ainda, aqueles em que a média fechada só varia com a média aberta (ex: *c[o]ragem/c[ɔ]ragem*, em ambos os atlas). Confrontaram-se, por-

⁸ Com ditongação [aw]

tanto, as ocorrências de [i] às de [e] e as de [u] às de [o] quando no padrão de variação ocorriam as duas variantes.

Com tais procedimentos, chegou-se, no que respeita à média anterior, a um total de 410 dados, 301 oriundos do AFeBG e 1109, do MicroAFERJ, conforme se expõe na tabela 9.

AFeBG				MicroAFERJ			
[e]		[i]		[e]		[i]	
Apl.	Perc.	Apl.	Perc.	Apl.	Perc.	Apl.	Perc.
147	49%	154	51%	632	57%	477	43%
301 dados				1109 dados			

Tabela 9

Quanto à média posterior, obtiveram-se 2638 dados, 517 computados do AFeBG e 2121 do MicroAFERJ (cf. Tabela 10).

AFeBG				MicroAFERJ			
[o]		[u]		[o]		[u]	
Apl.	Perc.	Apl.	Perc.	Apl.	Perc.	Apl.	Perc.
225	44%	292	56%	1155	55%	966	45%
517 dados				2121 dados			

Tabela 10

Pelas tabelas 9 e 10, verifica-se como o processo de alteamento atua diferentemente da fala das áreas consideradas nos dois atlas.

Na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (AFeBG), as altas anterior e posterior são mais produtivas do que as médias fechadas (respectivamente, 51% e 56%). Nas demais regiões do Estado (MicroAFERJ), dá-se o inverso: elas são as menos frequentes (respectivamente, 43% e 45%).

A variável sexo

Tanto em relação à vogal anterior quanto à posterior, os informantes do sexo masculino da Região Metropolitana, todos com índices superiores a 50% de uso da variante alta, destacam-se dos demais informantes.

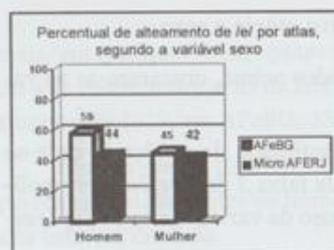


Gráfico 5

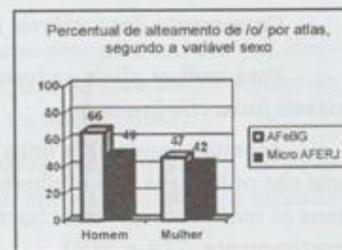


Gráfico 6

A variável faixa etária

O gráfico 7, referente à vogal anterior, demonstra que o uso da variante alta está abaixo da média nas primeira e segunda faixas etárias, com índices bastante próximos, enquanto, na terceira, ela constitui a opção mais frequente, embora, com percentuais também pouco representativos no que toca aos falantes representados no MicroAFERJ.

No que respeita à vogal posterior (gráfico 8), verifica-se um quadro semelhante: os mais jovens empregam a variante alta em menor escala do que os mais velhos, embora os informantes do AFeBG, neste caso, com índices acima de 50%.

São os indivíduos mais velhos da Região Metropolitana os que mais se destacam quanto ao uso da variante alta tanto de /e/ quanto de /o/ (respectivamente, 67% e 65%).

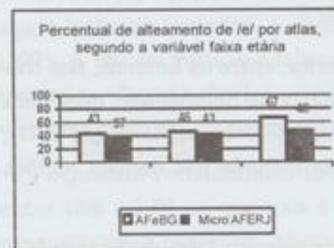


Gráfico 7

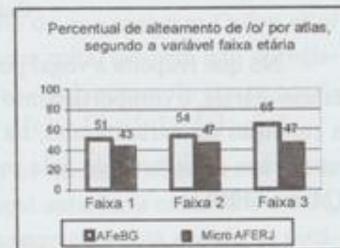


Gráfico 8

Cruzamento das variáveis *faixa etária* e *sexo*

Para melhor aferir os resultados acima, cruzaram-se as variáveis *faixa etária* e *sexo*.

Acompanhando-se a linha pontilhada do gráfico 9, nota-se que são os homens e as mulheres da faixa 3 da Região Metropolitana os indivíduos que mais fazem uso da variante alta de /e/ (respectivamente, 77% e 58%).

Quantos aos informantes do MicroAFERJ (linha contínua), percebe-se a baixa produtividade de [i] na fala de homens e mulheres de todas as idades (só entre os homens da faixa 3 ela atinge 50% de ocorrências), havendo, no âmbito dos dois sexos uma sugestão de regressão da regra (os mais jovens, embora com pequenas diferenças, apresentam índices inferiores aos dos mais velhos).

Nesse quadro, destacam-se as mulheres das faixas 1 e 2 de ambas as áreas, que apresentam desempenho semelhante.

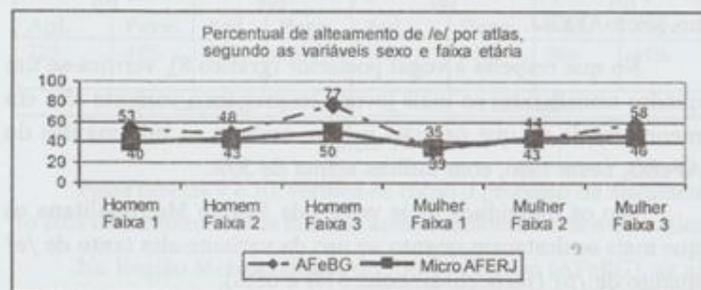


Gráfico 9

No que respeita à vogal posterior, entre os homens, nas três faixas etárias, o comportamento é bastante homogêneo, quer para a retenção da variante alta, na Região Metropolitana (AFeBG), quer para a preferência pela média fechada nas demais regiões (MicroAFERJ).

Já entre as mulheres, só as da terceira faixa da Região Metropolitana apresentam uma leve tendência ao uso de [u]. As de-

mais, em qualquer área, optam claramente pela variante [o], dentre elas destacando-se as da faixa 1, com os mais baixos índices de alteamento (37% no AFeBG, 33% no MicroAFERJ).

Em síntese, o Gráfico 10 sugere que, enquanto a variação parece ser estável entre os homens, entre as mulheres, a variante alta está em declínio.

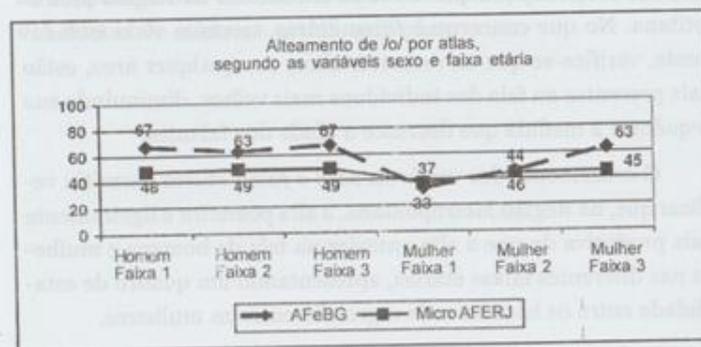


Gráfico 10

Considerações finais

A análise aqui realizada demonstrou, com base nos índices obtidos para as variantes de /e/ e de /o/ em contexto pretônico, que a norma de pronúncia, no Estado do Rio de Janeiro, é, respectivamente, [e] e [o], embora os padrões de alternância registrados sejam bastante variados. A exemplo do que apontam Callou *et al* (1995, p. 68) em relação à fala carioca culta, também não se registraram as alternâncias [e] ~ [i] e [ɔ] ~ [u], apesar de serem possíveis, por exemplo, os padrões [e] ~ [e] ~ [i] e [o] ~ [ɔ] ~ [u].

Quando considerados todos os dados, o alteamento oscila entre 18% e 20% no que toca à vogal anterior e entre 33% e 34%, no que tange à posterior. Ao se levarem em conta apenas os vocábulos que, em cada *corpus*, podem apresentar as variantes média fechada e alta, verifica-se, no que se refere tanto à anterior quanto

à posterior, que, com índices ligeiramente superiores a 50%, se mostra mais frequente, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (AFeBG), a variante alta e, nas demais áreas do Estado, a média fechada.

O controle da variável *sexo* demonstra que os homens tendem mais a implementar o alteamento do que as mulheres, embora os índices mais expressivos se encontrem na Região Metropolitana. No que concerne à *faixa etária*, também vista isoladamente, verifica-se que as variantes altas, em qualquer área, estão mais presentes na fala dos indivíduos mais velhos, diminuindo sua frequência à medida que decresce a idade dos falantes.

O cruzamento das variáveis *sexo* e *faixa etária* permitiu verificar que, na Região Metropolitana, a alta posterior é ligeiramente mais produtiva do que a alta anterior na fala de homens e mulheres nas diferentes faixas etárias, apresentando um quadro de estabilidade entre os homens e de regressão entre as mulheres.

Embora, em seu trabalho sobre a fala carioca culta, realizada na linha variacionista com inquéritos do tipo DID⁹, Callou *et al* (1995, p. 67) afirmem que “as variáveis sociais não se mostraram significativas para os casos de alteamento”, ressaltam que “mesmo assim vale a pena observar que o alteamento é mais frequente na faixa etária três e que os homens alteiam mais do que as mulheres e os locutores da Zona Sul mais que os da Suburbana e os da Zona Norte”, o que se coaduna com os resultados obtidos nesta análise sobre a fala popular.

Na consideração dos resultados aqui expostos, não se deve perder de vista, entre outros aspectos, que os *corpora* que constituem os atlas foram obtidos por meio de aplicação de questionário, o que implica da parte de quem o elaborou uma seleção voca-

⁹ Diálogo entre informante e documentador.

bular que propiciasse o registro de determinados fenômenos, podendo, portanto, a maior ou menor frequência das variantes depender também do recorte utilizado. Por outro lado, neste caso com o respaldo de um total de 96 informantes aleatoriamente selecionados, pode-se dizer que foi possível fornecer uma visão panorâmica do comportamento das médias em contexto pretônico na fala do Estado do Rio de Janeiro, quer pela observação pontual da frequência das variantes em cada vocábulo, quer pelo controle dos fatores de natureza extralingüística.

Referências

- ALMEIDA, Fabiana da Silva Campos. *Micro Atlas Fonético do Estado do Rio de Janeiro: uma contribuição para o conhecimento dos falares fluminenses*. 2 v. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.
- BISOL, Leda. *Harmonização vocálica, uma regra variável*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras da UFRJ, 1981.
- BRANDÃO, Sílvia Figueiredo. *A geolinguística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. A história e as contribuições de um projeto na linha geolinguística. In: AGUILERA, V. (org.) *A geolinguística no Brasil: caminhos e perspectivas*. Londrina: Editora da Universidade Estadual de Londrina, 2005. p. 357-370.
- CALLOU, Dinah et al. Um problema na fonologia do português: variação das vogais pretônicas. In: PEREIRA, Cilene; PEREIRA, P. R. D. *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 59-70.
- CUNHA, Celso; SILVA NETO, Serafim da. *Atlas Linguístico-etnográfico do Brasil*. Separata das *Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros*. Lisboa, 1960. vol. II. p. 405-412.
- LIMA, Luciana Gomes de. *Atlas Fonético do entorno da Baía de Guanabara-AFeBG*. 2006. 2 v. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.
- OLIVEIRA, Marco Antônio de. Variação fonológica: o indivíduo e a comunidade de fala. Comunicação apresentada em mesa redonda no VIII Seminário do Programa de Pós-graduação em Linguística e Língua Portuguesa "Sujeito e Linguagem". Araraquara, UNESP, out 2008. 14 p. digitadas.
- NASCENTES, Antenor. *Bases para a elaboração de um atlas lingüístico do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958 parte 1; 1961, parte 2.
- SILVA, Edila Vianna da. Uma contribuição para o conhecimento do português no Brasil: as pretônicas fluminenses. In: *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 391-397.
- SILVA NETO, Serafim. *Guia para estudos dialectológicos*. 2. ed. melh. e ampl. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.
- VIEGAS, Maria do Carmo. *O alicamento de vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. Tese de Doutorado. Belo Horizonte: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, 2001.

Submetido em: 10/03/2009

Aceito em: 18/11/2009

VOCABULÁRIO DA ÁREA SEMÂNTICA DO CAVALO NA REGIÃO CENTRO-OESTE: UM ESTUDO COM DADOS GEOLINGUÍSTICOS

VOCABULARY OF HORSE SEMANTIC AREA IN BRAZILIAN MIDWEST REGION: A STUDY WITH GEOLINGUISTIC DATA

Aparecida Negri Isquierdo¹
UFMS/CNPq

Marigilda Antônio Cuba²
UNIC

RESUMO: O léxico atualizado por um grupo de falantes evidencia características étnicas, valores, crenças dos habitantes de uma comunidade, além de apontar aspectos econômicos significativos da localidade pesquisada. Nesse contexto, os dados geolinguísticos são reveladores, pois, à medida que documentam a língua em uso num espaço geográfico e numa determinada sincronia, evidenciam traços da norma lexical local. Este texto analisa o vocabulário relativo à área semântica do *cavalos* registrado em dois atlas linguísticos de dois estados da região Centro-Oeste, cuja economia é alicerçada na agropecuária: *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* (ALMS) e *Atlas Linguístico da Me-*

¹ E-mail: anegri.isquierdo@terra.com.br

² E-mail: cubamac@terra.com.br

sorregião Sudeste de Mato Grosso (ALMESEMT). O estudo analisa as variantes mapeadas do ponto de vista diatópico e léxico-semântico, buscando verificar a questão da distribuição espacial do vocabulário registrado, sobretudo, na área de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a questão da manutenção e/ou disseminação de termos relacionados à área semântica do *cavalo*, tomando como parâmetro a história social dessas duas unidades da Federação.

Palavras-chave: atlas linguístico; léxico; cavalo; norma lexical; Centro-Oeste.

ABSTRACT: The lexicon is refurbished by speakers and highlights ethnic characteristics, values and beliefs of community inhabitants, besides to unroll significant economic aspects of the studied area. In this context, Geolinguistic data are revealing, whereas, as they document the used language in a particular geographic area and synchronicity, they show traces of the local lexical standard. This paper analyzes the vocabulary for the semantic area of *cavalo* (horse) registered in linguistic atlas of two states located in Brazilian Midwest region, whose economy is rooted in agriculture: Mato Grosso do Sul Linguistic Atlas (ALMS) and Mato Grosso Southeastern region Linguistic Atlas (ALMESEMT). The study examines the mapped variants in terms of diatopical and lexical-semantic viewpoint, trying to verify the spatial distribution question of the recorded vocabulary, mostly in the border area of both Brazilian states and the persistence and / or the spread of *cavalo* (horse) semantic area related terms, taking as parameters the social history of these two Brazilian states.

Keywords: linguistic atlas; lexicon horse; standard lexical; Midwest Brazilian area.

Introdução

O vocabulário usado pelos habitantes de uma determinada área geográfica reflete o ambiente físico e social em que estão inseridos os falantes. Em razão disso, um estudo sistemático do léxico com base em dados da língua oral, fornecidos por falantes inseridos numa comunidade linguística, evidencia aspectos característicos do grupo e revela nuances da visão de mundo e da realidade sócio-econômico-cultural desse grupo, materializadas por meio das escolhas lexicais realizadas pelos falantes para nomear elementos da realidade circundante. Dentre os vários ramos da Linguística que têm como objeto de estudo a língua na sua modalidade oral, situam-se a Dialectologia e a Geolinguística, que se ocupam preponderantemente do estudo das diferenças regionais da língua. Para tanto, após a documentação *in loco* dos fenômenos linguísticos, os dados são mapeados em cartas linguísticas que são reunidas em forma de atlas, ou seja, uma coleção de cartas linguísticas que representam a distribuição espacial das realizações dos paradigmas linguísticos em estudo.

A pesquisa geolinguística tem, pois, como objetivo, registrar o falar de uma comunidade num recorte sincrônico, por meio de um atlas linguístico, cujos dados podem evidenciar possíveis mudanças em curso na língua. Além disso, intenta registrar os falares regionais com a preocupação de apontar como as influências externas à língua podem modificar e até mesmo interagir com os falares locais. Fornece, ainda, subsídios confiáveis para a descrição e o estabelecimento da norma linguística (ISQUERDO, 2006, p. 114)

Este trabalho centra-se na análise de um recorte de léxico regional usado por habitantes do Brasil Central, com base em dados geolinguísticos. Para tanto, analisa o vocabulário relativo à área semântica do *cavalo* registrado em dois atlas linguísticos de dois Estados da região Centro-Oeste, cuja economia é alicerçada

na agropecuária: *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* – ALMS (2007) e *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso* – ALMESEMT (2009). O estudo analisa as variantes mapeadas dos pontos de vista diatópico e léxico-semântico, buscando verificar a questão da distribuição espacial do vocabulário registrado, sobretudo, na área de fronteira dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e a questão da manutenção e/ou disseminação do uso de termos relacionados à área semântica do *cavalo*, considerando, dentre outros aspectos, a história social dos dois Estados.

O estudo, conseqüentemente, considera aspectos da difusão lexical no âmbito de duas unidades da Federação que, até 1977³, integravam a área do então Estado de Mato Grosso, cujo povoamento teve início no final do século XVIII, como resultado da ação dos bandeirantes paulistas que adentraram o sertão mato-grossense em busca de minas de ouro e de metais preciosos e do aprisionamento de índios. Nesse sentido, o estudo verifica em que proporção a fronteira político-geográfica estabelecida pela lei que oficializou a divisão do território está se refletindo em fronteiras linguísticas, já que, no âmbito do léxico,

Há muitas marcas regionais afastadas entre si, devido, principalmente, às grandes extensões geográficas de nosso território, ao isolamento em que se encontram algumas das regiões no Brasil e, em alguns casos, à influência exercida pela intensificação do processo migratório verificado em nosso país (OLIVEIRA, 2001, p. 109).

³A criação do Estado de Mato Grosso do Sul tornou-se matéria de lei no dia 11 de outubro de 1977, com a assinatura da Lei Complementar n. 31, pelo então Presidente da República Ernesto Geisel, e resultou do desmembramento de área do Estado de Mato Grosso. A instalação do novo Estado aconteceu no dia 1º de janeiro de 1979, quando circulou o primeiro número do Diário Oficial de Mato Grosso do Sul “com a legislação básica do novo Estado” (CAMPESTRINI; GUIMARÃES, 2002, p. 249; 253).

Um olhar para a figura do *cavalo* em diferentes culturas

O cavalo sempre aparece no imaginário dos povos de diferentes espaços e em momentos distintos da história da Humanidade, ora investido de poderes míticos, ora associado à tradição e a hábitos de povos autóctones. Do ponto de vista econômico também representa importante papel como meio de transporte em regiões de colonização recente, sobretudo as ainda desprovidas de estradas.

Originalmente, na memória de todos os povos, uma crença associa o cavalo às trevas do mundo ctônico. Em face disso, do ponto de vista mitológico, o cavalo é interpretado como

filho da noite e do mistério, esse cavalo arquetípico é portador de morte e de vida a um só tempo, ligado ao fogo, destruidor e triunfador, como também à água, nutriente e asfíxiante. A multiplicidade de suas acepções simbólicas decorre dessa significação complexa das grandes figuras lunares em que a imaginação associa, por analogia, a Terra, em seu papel de Mãe, a Lua, seu luminar, as águas e a sexualidade, o sonho e a divinação, o reino vegetal e sua renovação periódica (CHEVALIER; GHEERBRANT, 2008)⁴.

Assim, o *cavalo*, por povoar o imaginário da cultura do Oriente e do Ocidente, desde as épocas mais remotas, tornou-se matéria-prima de vários mitos que foram sendo recriados por diferentes sociedades e culturas. Isso explica o fato de a imagem origi-

⁴Essas interpretações míticas do *cavalo* acabaram por motivar diversas interpretações do mito na esfera da psicanálise, conforme registram Chevalier e Gheerbrant (2008): “os psicanalistas fizeram do cavalo o símbolo do *psiquismo inconsciente* ou da *psique não-humana* (JUNA, 312), arquetipo próximo ao da *Mãe, memória do mundo*, ou então ao do tempo, porquanto está ligado aos *grandes relógios naturais* (DURS, 72), ou ainda, ao da *impetuosidade do desejo* (DIES, 305).

nária "sombria" do mito do cavalo ter cedido lugar a uma imagem "positiva". Assim o *cavalo* eleva-se "até os céus, em plena luz", como registram os mesmos dicionaristas supracitados. Os primeiros cristãos o reproduziam, especialmente em túmulos dos mártires, como símbolo da alegria e da vitória definitiva. Frequentemente associado à profunda mitologia de frequência ctônica, acaba por tornar-se símbolo do sol, assumindo assim uma face urani-ana:

cavalos puxam o cavalo do sol, que também é o carro do Apolo. Assim como Mitras sobe ao céu num cavalo de sol, também Elias eleva-se num carro de fogo, puxado por cavalos, ao céu (2Rs 2, 11s). O cavalo branco do Apocalipse, brilhante e relativo ao sol, torna-se símbolo da majestade; quem o cavalga é o "Fiel e Verdadeiro", Cristo (Ap 6,2; 19,11.15), que acompanha, montado em cavalos brancos, o exército dos céus (HEINZ-MOHOR, 1994).

De forma similar, o cavalo ocupa papel de destaque na cultura de determinadas etnias autóctones, não com valor mítico, mas como símbolo de valentia, destreza, meio de garantia de supremacia tanto sobre outras etnias como sobre os povos colonizadores. É o caso dos povos Guaicuru que habitaram o Pantanal entre os séculos XVII e XIX, época em que ocuparam papel de destaque no processo de defesa do território, impondo-se sobre as demais nações pantaneiras e sobre espanhóis e portugueses, pois eram povos temidos pela força e valentia desde o Chaco. Esse quadro acentuou-se, sobretudo, após terem aprendido a domesticar e a montar o cavalo com maestria, "ganhando uma mobilidade desconhecida por qualquer outro grupo indígena", o que os tornou "praticamente invencíveis" (COSTA, 1999, p. 50). Assim, à medida que esses valentes cavaleiros adquiriram domínio absoluto do território, no período colonial, também renomearam a geografia local:

nas "terras mbaianicas", por exemplo, os rios *Corrientes e Piray* passaram a ser *Apa* e *Aquidabam*; o distrito que cor-

respondia a *Pitun, Piray; Itati* passou a ser *Agaguigo*; o *Monte de San Fernando* ganhou o nome de *Ytapucú-Guazú*; o *rio Guasarapo* tornou-se *Guaché*. No final do século XVIII essa renomeação chegou a atrapalhar e a irritar os demarcadores de limites [...], o que evidencia a real supremacia desses índios sobre o território ocupado (COSTA, 1999, p. 51).

O cavalo, ainda segundo Costa (1999, p. 50-51)⁵, foi introduzido na região do rio da Prata e no Paraguai pelos colonizadores espanhóis que integravam a expedição de Pedro de Mendonza. O cavalo "serviu de arma psicológica durante a primeira conquista", uma vez que "a maioria das nações indígenas, ao verem estes animais sendo montados, assustava-se e, algumas, apavoradas, fugiam ou rendiam-se". Esclarece, ainda, a autora que "o fato de os Mbayá-Guaykurú⁶, assim como outras nações chaquenhas, terem conseguido domesticá-los e usá-los na luta contra os conquistadores, demonstra um processo inverso do que normalmente ocorreu entre indígenas e brancos".

Outro aspecto a ser assinalado diz respeito à importância do cavalo como meio de transporte no Brasil Colônia. Segundo Siqueira (2002, p. 34), ao longo do século XVIII, a necessidade desse transporte foi incentivada pela própria Coroa Portuguesa para abastecer as regiões de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Mercadorias e alimentos eram levados no lombo de cavalos que cortavam várias trilhas capazes de integrar diferentes pontos do território. Assim, o tropeirismo promovia a interligação dos pólos econômi-

⁵ Informação registrada na nota 53.

⁶ O nome dessa nação indígena aparece grafado de diversas formas nas obras que tratam desse assunto. Neste trabalho adotamos a forma "Guaicuru", por ser a mais veiculada na literatura específica sobre essa etnia. Todavia, nas citações, mantivemos a grafia original utilizada pelo autor.

cos antes inexistentes em 1733, com a abertura da estrada da Serra, que ligava o litoral ao planalto por terra, como uma nova atividade. Essa estrada contribuiu para a considerável ampliação do fluxo de cavalos do Sul para o Centro-Oeste, o que motivou o surgimento de povoados a partir dos locais de pouso (acampamento) de tropas e a abertura de novos caminhos pelos tropeiros que espalhavam pelo Centro-Sul a experiência campeira e os hábitos gaúchos. A cultura trazida do Sul passou a ser uma influência complementar às culturas locais de várias regiões do Brasil, incluindo a região Centro-Oeste e o então Estado de Mato Grosso.

Quando não aproveitavam as estradas há muito tempo abertas pelos índios, os tropeiros tinham o trabalho de desbravar a mata virgem para a criação de novas rotas. O ciclo econômico do tropeirismo e o ciclo do gado tiveram importância decisiva no povoamento de novos territórios, contribuindo sobremaneira para expansão da ação colonizadora portuguesa para o interior do Brasil. Conforme Cascudo (2001),

No ciclo do gado, o animal favorito não era o touro, o novilho, o boi ou a vaca, mas o cavalo. Nessa época, cavaleiro era título acima de todos. Ter cavalo e andar a cavalo eram sinônimos de elevação social, refletindo a tradição jurídica das *Ordenações do Reino*. O negrinho do pastoreio é um mito cuja lenda se refere ao ciclo do cavalo no Rio Grande do Sul e quase todos os regionalistas abordaram o tema, de uma maneira ou de outra.

Pelo exposto, podem-se notar alguns aspectos que apontam para a importância do *cavalo* em diferentes culturas: ora atribuem a ele poderes e valores mágico-religiosos e ora enaltecem e valorizam o potencial desse animal como meio de transporte. Os dados analisados neste trabalho evidenciam a produtividade de designações fornecidas pelos informantes dos atlas tomados como fonte para nomear referentes relacionados a esse animal.

A área geográfica pesquisada

Os Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul evidenciam uma pluralidade social, cultural e geofísica similar motivada, dentre outros, por fatores histórico-geográficos, devido ao fato de até 1977 formarem um único território. Todavia, embora cada unidade da Federação tenha seguido seu curso próprio em termos de políticas de povoamento e de projetos econômicos, as três décadas de desmembramento político-geográfico não conseguiram provocar diferenças marcantes em termos socioculturais e linguísticos entre os dois Estados, haja vista que características físico-geográficas, traços linguístico-culturais, características de povoamento, formação étnica da população não se dissipam em tão curto espaço de tempo. Ainda que cada Estado tenha recebido levadas migratórias distintas e traçado suas próprias metas e trilhas na esfera econômica, o linguístico tende a perpetuar marcas de colonização, da economia, dos contatos linguísticos e interétnicos. Nessa perspectiva, os dados geolinguísticos representam uma fonte confiável de tendências linguísticas que, por sua vez, refletem intercâmbios culturais, no caso, evidenciadas pela norma lexical local.

Mato Grosso

Mato Grosso é o terceiro Estado em extensão territorial da Federação brasileira, com área total de 906.807 km², distribuída em 05 mesorregiões que, por sua vez, abrigam 22 microrregiões. O espaço mesorregional Sudeste, analogamente, se divide em quatro microrregiões: Alto Araguaia, Tesouro, Rondonópolis e Primavera do Leste. Esta região, sendo bem articulada com o Nordeste de Mato Grosso do Sul e Sudoeste de Goiás, nas décadas de 40 e 50 foi objeto de projetos de colonização baseados na pequena produção. A partir dos anos 70, entretanto, houve uma modernização de seu processo produtivo e, como decorrência, um esvaziamento

populacional das áreas rurais. Também foi reduzida a importância da garimpagem de diamantes. Passou a ter destaque a produção de grãos, cana-de-açúcar e gado de corte e leite.

Higa e Moreno (2005, p. 21) dividem a ocupação de Mato Grosso em duas fases distintas. A primeira, 1700 a 1750, de características pré-capitalistas, foi centrada no extrativismo mineral e posteriormente vegetal, com o desenvolvimento paralelo da agricultura de subsistência e da pecuária extensiva, e perdurou até a metade do século XX. Já a segunda e atual fase refere-se à inserção de Mato Grosso na economia de mercado, caracterizada pela disseminação dos projetos de colonização e modernização agropecuária, na década de 70 do século XX.

Devido à grande extensão territorial do então Mato Grosso e os intensos movimentos separatistas liderados por habitantes do sul do Estado, em 1977, Ernesto Geisel, na época presidente do Brasil, decretou a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, por meio do desmembramento do território. A criação da nova unidade da Federação foi justificada pela dificuldade de desenvolvimento da região em virtude da grande extensão territorial e da diversidade que caracterizava a área que compreendia o então Estado de Mato Grosso. Assim, ao norte, menos populoso, mais pobre, sustentado ainda pela agropecuária extensiva e às voltas com graves problemas fundiários, ficou Mato Grosso. Ao sul, mais próspero e mais populoso, foi criado o Mato Grosso do Sul (SIQUEIRA, 2002, p. 208).

Assim, com a instalação do novo Estado em 1979, cada "mato grosso" passou a construir sua própria cultura e sua própria história, sem, contudo, quebrar os elos socioculturais que os une.

Mato Grosso do Sul

A história de Mato Grosso do Sul está intrinsecamente ligada à história de Mato Grosso. A área que compreende o novo Estado

constituía a parte meridional do Mato Grosso, do qual foi desmembrado por meio da Lei Complementar n. 31, de 11 de outubro de 1977. Historicamente vinculado à região Centro-Oeste, Mato Grosso do Sul teve na pecuária, na extração vegetal e mineral e na agricultura, as bases de um acelerado desenvolvimento iniciado no século XIX. É o sexto Estado brasileiro em extensão territorial, com uma área de 357.124,962 km², dividida por 04 mesorregiões e 11 microrregiões.

Como já assinalado, a criação do Estado de Mato Grosso do Sul foi motivada em grande parte pela grande extensão territorial abrangida pelo Mato Grosso. Soma-se a isso a divisão natural do espaço geográfico do então Estado pela diversidade geomorfológica e fitogeográfica: a região Norte, próxima ao Amazonas, é formada por florestas, enquanto a região sul reúne campos, cerrados e o Pantanal.

A implantação do novo Estado atraiu novas levas migratórias oriundas de várias regiões/estados do País. Segundo Isquerdo (2003, p.166), a formação do povo sul-mato-grossense

resultou do caldeamento das populações nativas com os diferentes povos que aportaram nesse espaço geográfico, desde o início do processo de colonização e de povoamento da região: imigrantes portugueses, espanhóis, paraguaios, bolivianos, japoneses, árabes e migrantes oriundos de diferentes estados da Federação - gaúchos, mineiros, nordestinos, paulistas.

Essa miscigenação de povos oriundos de diversas regiões brasileiras e de países diversos, sobretudo os vizinhos Paraguai e Bolívia, tem contribuído para a construção da identidade cultural e linguística do sul-mato-grossense, identidade essa buscada por vários setores da sociedade empenhados na definição e descrição dessa tão buscada e propalada identidade:

O debate sobre as representações do "ser" sul-mato-grossense, que se estabeleceu imediatamente após o ato da criação de Mato Grosso do Sul, em 1977, deu início a um longo processo, ao mesmo tempo angustiante e obstinado, de bus-

ca por raízes históricas e culturais, que respondesse ao dilema da singularidade e da autenticidade do novo Estado [...] visava ao mesmo tempo encontrar referências genuínas e construir um núcleo de significados que desse consistência simbólica ao novo contexto cultural que, se a partir daquele momento passava a ganhar forma, mantinha-se vinculado ao antigo conteúdo (BANDUCCI JÚNIOR, 2009, p.107-108).

Nesse contexto de efervescente busca de identidade situam-se também as inquietações sobre a definição da norma linguística dos habitantes dos dois Estados, haja vista que o desmembramento do território inaugurou uma nova fase de desenvolvimento também no Estado de Mato Grosso, com novas levas migratórias que têm sido responsáveis pela configuração de um cenário diferenciado em termos culturais e linguísticos. Nessa seara, os atlas linguísticos podem ser de grande valia. Assim, os atlas já produzidos e em andamento nos dois Estados, como também os dados coletados pelo Projeto ALiB nas localidades da rede de pontos pertencentes a essa duas unidades da Federação, estão fornecendo fotografias da fala dos mato-grossenses e dos sul-mato-grossenses que contribuirão para a descrição e a delimitação da norma linguística característica dessa fatia da população da região Centro-Oeste. Este trabalho foi motivado por essa busca, daí a proposta de análise de dados geolinguísticos documentados por atlas linguísticos produzidos nesses dois Estados.

Os atlas linguísticos consultados

Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul – ALMS (2007)

O *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul* (OLIVEIRA, 2007) foi produzido por uma equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Na sua gênese, o projeto foi concebido e coordenado pela Profa. Albana Xavier Nogueira, mas, com a aposentadoria dessa pesquisadora, a execução da pesquisa e a elaboração final do atlas ficaram sob a coordenação do Prof. Der-

cir Pedro de Oliveira, responsável também pela organização dos dados com vistas à publicação do Atlas⁷. O ALMS possui uma rede de pontos com 32 localidades, distribuídas pelas quatro mesorregiões e onze microrregiões do Estado de Mato Grosso do Sul, incluindo três pontos no pantanal sul-mato-grossense. O instrumento utilizado para a coleta dos dados linguísticos contém dois questionários: o questionário lexical, com 510 perguntas, e o questionário fonético, com 47 perguntas, aos quais se junta um item de narrativa, e foi baseado fundamentalmente no Questionário Linguístico do Projeto ATESP – Atlas Linguístico do Estado de São Paulo –, elaborado pelo Prof. Pedro Caruso (UNESP). O perfil dos informantes contemplou representantes de ambos os sexos, com escolaridade até a quarta série do Ensino Fundamental ou analfabeto que se distribuem em duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 45 a 70 anos –, nascidos e criados na localidade pesquisada. O ALMS contém 57 cartas fonéticas; 153 semântico-lexicais e 07 morfossintáticas.

Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso – ALMESEMT (2009).

O *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso* (CUBA, 2009) reúne 08 localidades na sua rede de pontos, distribuídas pelas 04 microrregiões da mesorregião Sudeste mato-grossense. Como instrumento de coleta dos dados, foi utilizado o Questionário Linguístico do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB), com alguns ajustes, e abriga dois questionários: o questionário fonético-fonológico, com 161 questões, e o questionário semântico-lexical, com 154 perguntas, aos quais se juntam temas para discursos semidirigidos (relato pessoal, comentário sobre televisão, descrição do cotidiano e relato não pessoal), lendas, superstições e

⁷ Cf. Nogueira e Isquierdo (2005, p. 229-250), sobre a gênese e trajetória do projeto que deu origem ao Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul (OLIVEIRA, 2007).

simpatias e perguntas metalinguísticas⁸. Os informantes devem ser nascidos nas localidades pesquisadas ou ali vivido, durante a maior parte da vida, serem de ambos os sexos, com escolaridade até a oitava série do Ensino Fundamental, distribuindo-se em duas faixas etárias – 18 a 30 anos e 45 a 70 anos. O ALMESEMT contém 243 cartas linguísticas – 122 fonéticas e 121 lexicais –, além de 03 cartas introdutórias que fornecem informações sobre a localização de Mato Grosso no Brasil; a distribuição das meso e das microrregiões do Estado e a apresentação da rede de pontos.

Os dados analisados

Um dos muitos produtos de um atlas linguístico, sobretudo os atlas regionais, é o banco de dados coletado, segundo parâmetros metodológicos que permitem a realização de estudos comparativos com outros atlas, o que contribui para a identificação e configuração de fenômenos linguísticos característicos do universo investigado, dentre outros, o dos regionalismos léxicos. Dessa forma, fundamentado nas teorias da Dialetoлогия contemporânea, este estudo examina designações atribuídas a referentes relacionados a *cavalo*, na fala dos habitantes de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, registradas em cartas lexicais do *Atlas Linguístico do Mato Grosso do Sul* – ALMS (OLIVEIRA, 2007) e do *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso* – ALMESEMT (CUBA, 2009)⁹. Os dois atlas estão orientados por aportes teóricos

⁸ Considerando os objetivos do ALMESEMT, o Questionário morfossintático do Projeto ALiB não foi incluído no instrumento de coleta utilizado pela autora da pesquisa.

⁹ Atlas produzido por Marigilda Antonio Cuba, como Dissertação de Mestrado, no Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, orientada pela Profa. Dra. Aparecida Negri Isquierdo.

da Dialetoлогия contemporânea que contempla, além da variável espacial, variáveis sociais como faixa etária, sexo, escolaridade e naturalidade.

Para este artigo, foram selecionadas 03 cartas linguísticas, 01 do ALMESEMT e 02 cartas do ALMS. Os dados lexicais apresentados no Quadro I constituíram, pois, o objeto de estudo.

ATLAS	CARTA	PERGUNTA /QSL	VARIANTES/%	
ALMS	98.a – nambi	98 – Como se chama o cavalo que tem uma orelha caída?	troncho (49,21%) burro (3,91%) cabano (2,34%) mocho (2,34%) nambi (1,56%) banana (0,78%)	gancho (0,78%) manco (0,78%) frouxo (0,78%) baio (0,78%) RNP (35,16%) ¹⁰ RP (1,56%)
ALMS	099.a – Lonanco	99 – Que nome se dá ao cavalo que puxa de uma perna porque tem defeito nos quadris.	manco/cavalo manco/manco da perna/manto (47,66%) rengo (4,69%) coché/cochete/poché (4,69%) aleijado (3,13%) coxo (3,13%) lonanco/lomanco/nomanco 3,12%) concho (2,34%) manquitola (2,34%) manqueba (2,34%)	naco/nato (2,34%) troncho (1,56%) náfilo (0,78%) machucado (0,78%) cavalo descadeirado (0,78%) ringo (0,78%) RNP (16,41%) RP (0,78%)
ALMESEMT	23 – Cavalo que puxa de uma perna	25 – Que nome se dá ao cavalo que puxa de uma perna porque tem defeito nos quadris.	manco (40,63%) aleijado (15,63%) coxo (9,38%) deficiente (6,25%)	manqueba (6,25%) ruim (3,13%) náfico (3,13%) NR (15,63%) ¹¹

Quadro I – Apresentação do corpus analisado.

¹⁰ RNP = "respostas não produtivas"; RP = "resposta prejudicada".

¹¹ NR = "não resposta".

Um olhar para a área semântica do *cavalo* no ALMS e no ALMESEMT

Ao nomear elementos da realidade, o falante utiliza unidades lexicais que refletem a sua visão de mundo, as características étnicas e o ambiente físico e social de sua comunidade, haja vista que

o léxico de uma língua é constituído por um conjunto de vocábulos que representa o patrimônio sociocultural de uma comunidade. Em vista disso, podemos considerar o léxico como testemunha da própria história dessa comunidade, assim como todas as normas sociais que a regem [...] Todo sistema léxico representa o resultado das experiências acumuladas de uma sociedade e de uma cultura através dos tempos (OLIVEIRA, 2001, p.110).

Nesse universo lexical, situa-se a norma regional que caracteriza o uso da língua por um grupo social representativo de uma comunidade linguística. Tendo em vista que o léxico varia de acordo com os usuários da língua e considerando ainda que os *corpora* dos atlas linguísticos possibilitam estudos também no âmbito do léxico, cabe aqui parafrasear Silva Neto (1957, p. 37) e perguntar: *como exprime a língua de um determinado lugar um dado conceito?* Na tentativa de responder a essa pergunta, foram analisadas as variantes mapeadas nas cartas selecionadas do ALMS e do ALMESEMT para este trabalho, com ênfase para as com maior produtividade de ocorrência.

Nos dois atlas consultados há 03 cartas voltadas diretamente para a caracterização do referente *cavalo*: uma do ALMS (98.a) que registra variantes para nomear o *cavalo que possui uma orelha caída* e 02 cartas comuns no ALMS (099.a) e no ALMESEMT (23 – Cavalo que puxa de uma perna), que apresentam variantes para o conceito *cavalo que puxa de uma perna porque tem defeito nos quadris*, conforme dados anteriormente apresentados no Quadro I.

Variantes para nomear o conceito “cavalo que possui uma orelha caída”.

A carta 98.a – *nambi* - do ALMS registrou, como mais produtivas, as seguintes variantes para nomear a espécie de cavalo em destaque: *troncho* (49.21%); *burro* (3.91%); *cabano* (2.34%); *mocho* (2.34%); *nambi* (1.56%). A variante mais produtiva – *troncho* – foi documentada em todas as localidades da rede de pontos do ALMS. Trata-se de um termo geral usado para definir alguma coisa que apresente alguma anormalidade em relação às características normais do referente.

A unidade lexical *troncho*, segundo Machado (1987), deriva do castelhano *troncho* que, por sua vez, provém do latim *truncūlu-*, “pequeno tronco”. Já Moraes Silva (1813)¹² registra duas entradas para *tronco*, uma como um qualificativo na acepção de “que teve algum membro, e está privado delle” e, outra, como substantivo masculino, no sentido de “o membro, ou peça que se cortou”. O dicionário da língua portuguesa contemporânea, organizado por Borba (2004), por seu turno, define *troncho* como: “adj. Privado de um membro ou parte do corpo; mutilado; curvado para um dos lados; torto”. Em termos regionais, Nunes e Nunes (1996), no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, definem *troncho* como “cavalo que tem uma das orelhas defeituosa ou atrofiada. Aplica-se também às pessoas”, enquanto Corrêa (2001), no *Glossário Pantaneiro*, registra a seguinte acepção para *troncho*: “animal que não tem uma das orelhas por um motivo qualquer”. Já a definição apresentada por Ortêncio (1983) amplia o referente nomeado pela unidade lexical *troncho*: “animal sem uma ou as duas orelhas, ou, ainda, com uma delas caída”. Logo, nota-se que

¹² Referimo-nos ao Dicionário de Antonio Moraes Silva (1813). Adotamos essa forma de referência por ser a mais veiculada no meio acadêmico.

o sema "mutilado" mantém-se nas diferentes definições e o uso da variante *troncho*, na aceção registrada pelo ALMS (o cavalo que possui uma orelha caída), disseminou-se por todas as regiões do Mato Grosso do Sul.

Já o uso da variante *burro* para nomear o cavalo com orelhas caídas deve ter decorrido da associação entre os referentes *cavalo* e *jumento* e sido motivado pelo desconhecimento do referente, por parte do informante, já que esse termo designa o "quadrúpede doméstico, de grande porte, pêlo duro e de várias cores, orelhas grandes; asno" (BORBA, 2004). Essa variante foi mencionada por informantes dos municípios de Bela Vista, da Mesorregião Sudoeste, Porto Murtinho e Porto Esperança, da Mesorregião Pantanaís sul-mato-grossenses, e Bataguassu, vinculado à Mesorregião Leste.

Outra variante documentada pelo ALMS, para nomear o referente em questão é *cabano*, termo de origem obscura, segundo Machado (1987), assim definido por Moraes Silva (1813): "adj. *Boi cabano*, que tem os cornos horisontáes, ou voltados para baixo, e não erguidos. § *Cavallo cabano*, que tem as orelhas derrubadas, e não as ergue bem, e pouco tempo as afita". Borba (2004), por seu turno, registra: "diz-se do bovino que tem os chifres voltados para baixo ou do equino de orelhas caídas; voltado para baixo; caído". Já Nunes e Nunes (1996) apresentam a seguinte aceção para o item lexical *cabano* no Rio Grande do Sul: "diz-se do cavalo que tem as orelhas caídas. Diz-se, também, do vacum que tem os cornos virados para baixo, um ou ambos". Essa variante foi recolhida em municípios situados em mesorregiões distintas do Estado: Três Lagoas (Leste), Pedro Gomes e Coxim (Centro-Norte).

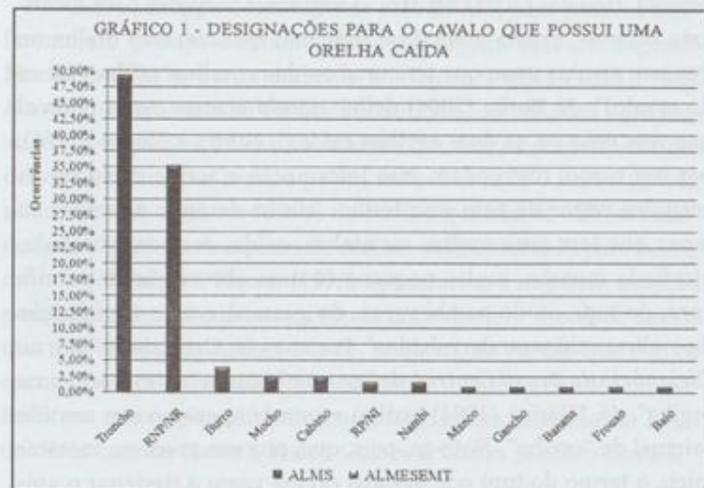
Na sequência em termos de frequência, temos a variante *mocho* que também foi mencionada como resposta para a pergunta que motivou a carta linguística em exame, por informantes de Eldorado, município localizado na fronteira do Estado de Mato

Grosso do Sul com o Paraná. Moraes Silva (1813) assim define esse termo: "adj. Sem cornos, porque se cortaram [...] ou porque naturalmente os não tem". Definição similar é registrada por Borba (2004) – "adj. sem chifres ou de chifres cortados [...] animal sem chifre ou de chifres cortados" – e por Nunes e Nunes (1996), para quem *mocho* designa "normalmente, uma raça de gado bovino, sem chifres ou com chifres atrofiados". Também, nesse caso, o uso da variante *mocho* para designar o tipo de cavalo em foco resulta da associação entre os referentes, muito provável em decorrência de o informante desconhecer o referente, já que a urbanização tem contribuído para o distanciamento do homem cidadão da realidade do mundo rural.

Por fim, temos a variante *nambi*, documentada em Amambai (Sudoeste) e Pantanal dos Paiaguás (Pantanaís sul-mato-grossenses). Houaiss (2001) registra as seguintes aceções para a variante *nambi*: "orelha animal ou humana; que não tem orelha ou que tem apenas uma; que tem uma ou duas orelhas caídas (diz-se do cavalo)". Já Borba (2004) define *nambi* apenas como "animal que tem uma ou as duas orelhas caídas". Nunes e Nunes (1996), por seu turno, referendam essa informação e acrescentam novas aceções regionais para esse termo: "diz-se do animal cavalar ou muar que tem uma orelha, ou ambas, caída, cortada, enrolada, atrofiada murcha, muito pequena (é uma abreviação de *nambi xoré*, do tupi, ou de *nambi yeroá*, do guarani, com a significação de orelhas caídas ou derrubadas". Por sua vez, Ortêncio (1983), no *Dicionário do Brasil Central*, define *nambi* como "animal sem uma orelha". Já Tibiriçá (1984) atribui a *nambi* apenas o seu sentido original de "orelha". Nota-se, pois, que, por um processo metonímico, o termo do tupi que designa orelha passa a designar o animal que apresenta alguma anomalia nas orelhas. A variante *nambi* foi coletada no município de Amambai e no Pantanal Paiaguás, áreas de alta concentração de populações indígenas.

Pelo exposto, foi possível observar que as designações para o

conceito “cavalo de orelhas caídas” apontam para influências do espanhol no vocabulário do homem sul-mato-grossense, o que pode ter sido motivado por dois fatores: i) contato direto do sul-mato-grossense com habitantes do Paraguai e da Bolívia, países que têm o espanhol como língua oficial e, ii) influência do falar dos gaúchos que se fixaram no Estado em decorrência de diferentes correntes migratórias, desde o final do século XIX. É o caso de *troncho*, *rengo*, *lonanco*, dentre outras. Há também casos de variantes em vias de desaparecimento, como ocorre com *cabano* e *nambi*. Além disso, é preciso considerar o alto índice de respostas não produtivas – RNP (35,16%) e/ou de respostas prejudicadas – RP (1,56), na carta em questão, dado que denota a falta de conhecimento de um referente tipicamente rural por habitantes da área urbana. O Gráfico 1 a seguir ilustra o exposto.



Na sequência são analisadas as variantes lexicais mapeadas nas cartas linguísticas do ALMS e do ALMESEMT, relativas ao conceito *cavalo que puxa de uma perna porque tem defeito nos quadris*.

Variantes para nomear o conceito “cavalo que puxa de uma perna porque tem defeito nos quadris”.

No *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*, na carta 99.a, podem ser identificadas como mais produtivas as seguintes unidades léxicas: *manco* e variantes (47,66%); *rengo* (4,69%); *coché* e variantes (4,69%); *aleijado* (3,13%) e *coxo* (3,13%) e *lonanco* e variantes (3,12%). Já o *Atlas Linguístico da Mesorregião Sudeste de Mato Grosso* registra as variantes *manco* (40,63%); *aleijado* (15,63%); *coxo* (9,38%); *deficiente* (6,25%) e *manqueba* (6,25%) como mais produtivas¹³.

Como ilustram os dados, a variante *manco* foi a mais produtiva em ambos os atlas para designar o *cavalo* que manca de uma perna por causa de alguma lesão no quadril. A unidade lexical *manco* na língua comum designa “coxo, capenga, defeituoso, imperfeito, pessoa que tem uma perna ou pé defeituosos; cambaio” (BORBA, 2004). Por extensão, no âmbito do vocabulário em estudo, “diz-se do animal que claudica dos membros anteriores” (NUNES; NUNES, 1996). Esse item lexical foi produtivo em toda a área geográfica coberta pelos dois atlas tomados como parâmetro para este estudo.

Rengo, por seu turno, configurou-se como a segunda variante mais produtiva no ALMS e não foi registrada no ALMESEMT. Esse termo, no sentido coloquial, assume as acepções de “coxo, manco; desarticulado” (BORBA, 2004). Já Nunes e Nunes (1996), no *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*, definem *rengo* na acepção em que foi empregada pelos informantes do ALMS: “diz-se do animal ou de pessoa que manqueja de uma das pernas. Coxo. O mesmo que renqueado”. Essa variante foi documentada em Iguatemi e em Amambai, municípios situados na

¹³ Cf. Quadro I, anteriormente apresentado.

mesorregião Sudeste, e no Pantanal do Nabileque e no município de Aquidauana, pertencentes à mesorregião dos Pantanaís sul-mato-grossenses. Essas localidades situam-se em áreas de fronteira, respectivamente, Paraguai e Bolívia, cuja língua oficial é o espanhol.

Outra designação identificada apenas no Estado de Mato Grosso do Sul foi *coché* e suas variantes. Moraes Silva (1813) registra *coxear*, na acepção de “andar coxo”. Por sua vez, *coxo* é definido pelo mesmo lexicógrafo como “que tem a perna encolhida, e tira por ella quando anda”. Borba (2004), por seu turno, não registra essa variante, apenas *coxear*, na acepção de “capengar; mancar”. Já Houaiss (2001), no verbete *coxé*, registra: “que coxeia; que apresenta uma perna mais curta que a outra”. O significado básico de *coxo* e *coxear* parece esclarecer o uso da variante *coxé* para nomear o referente em pauta. Um dado a ser destacado quanto à distribuição espacial de *coché*¹⁴ e suas variantes é o fato de ter sido produtiva apenas nos Pantanaís do Nabileque e do Paiaguás e em Porto Esperança, um distrito de Corumbá, localizado às margens do rio Paraguai, logo, três localidades fronteiriças com a Bolívia.

Por sua vez, *lonanco* e as variantes *lomanco* e *nomanco* foram documentadas apenas no ALMS e foram mencionadas em Bela Vista e no Pantanal da Nhecolândia, a primeira situada na Mesorregião Sudoeste e, a segunda, nos Pantanaís sul-mato-grossenses, duas localidades situadas na área de fronteira – a primeira com o Paraguai e a segunda com a Bolívia. Todas as formas docu-

¹⁴ Nota-se que a variante “coché” está registrada no ALMS e em outras obras regionais citadas neste estudo com “ch”, enquanto no dicionário de Houaiss (2001) é grafada com “x”. Neste trabalho, mantivemos a grafia original das fontes, ou seja, “coché” para a variante regional documentada no ALMS e “coxé” para a forma dicionarizada.

mentadas, na verdade, são variantes de *lunanco*, do Cast. *lunanco*, segundo Machado (1987). Almoyna (1990), por exemplo, registra *lunanco* como “adj. veter. náfego, que tem um quadril ou uma anca menor que o outro ou a outra (cavalo)”. Nunes e Nunes (1996), por seu turno, definem *lunanco* como “adj. diz-se do cavalo que tem um quarto mais baixo que o outro. Aplica-se também a pessoas”. Já o *Glossário Pantaneiro* de Corrêa (2001) é a única obra lexicográfica consultada para este estudo que registra como entrada a forma *lonanco*, na acepção em que foi utilizada pelos informantes do ALMS: “animal com defeito nos ossos da bacia ou da anca, um lado menor que o outro podendo influir, ou não, ligeiramente no seu modo de andar”. Ferreira (2001) classifica *lunanco* como “brasileirismo do Rio Grande do Sul. Diz-se do animal e, por extensão, da pessoa que tem depressão de uma das ancas, proveniente de lesão, congênita ou acidental, do ângulo externo do ilio” (FERREIRA, 2001).

Náfego nas variantes *náfilo* (ALMS) e *náfico* (ALMESEMT) foi outra designação documentada pelos dois atlas em exame. *Náfego*, segundo Machado (1987), é um adjetivo de origem obscura; variante: *náfico*. A unidade lexical *náfego* é definida por Houaiss (2001) como um adjetivo na acepção de “cavalgadura com um dos quadris menor que o outro; diz-se do animal aleijado que coxeia”, variante *náfico*. Ortêncio (1983), por seu turno, atribui ao termo *náfego* a acepção de “animal seco de um dos quartos”, aplicando-se também ao gado. No Mato Grosso do Sul *náfilo* foi documentada em Bataguassu, na fronteira com o Estado de São Paulo. Já no Mato Grosso, *náfico*, uma variante registrada por Houaiss (2001), foi citada no município de Campo Verde, localizado numa área pioneira em termos de povoamento. O registro dessas variantes de *náfego* nos dois atlas consultados aponta para um processo de desaparecimento dessas variantes na fala do grupo investigada, haja vista a baixa produtividade constatada para essa designação. *Aleijado* é outra variante, no caso, um termo genérico

utilizado pelos informantes de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul para nomear o conceito em questão.

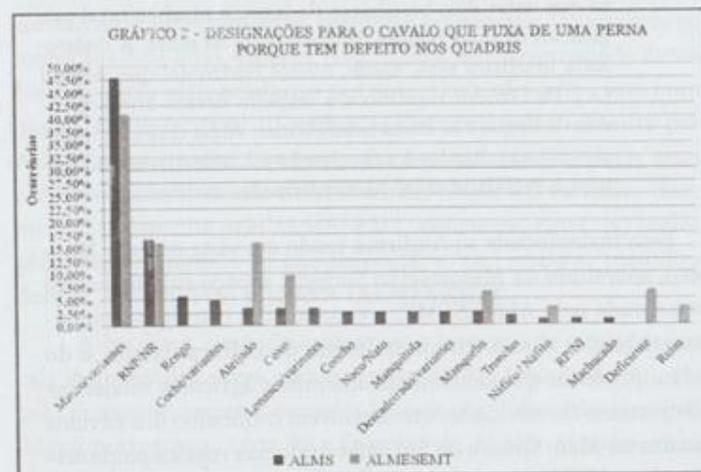
O conjunto dos dados extraídos da carta linguística do ALMS demonstra que as variantes tradicionalmente utilizadas para designar o *cavalo* com as características expressas na pergunta que deu origem à carta 98.a (com orelhas caídas) foram documentadas nas localidades situadas no Pantanal e na fronteira com o Paraguai (*nambi*), assim como na região norte do Mato Grosso do Sul, que também estão próximas ao Pantanal do Paiaguás (*cabano*). O mesmo ocorre com designações registradas na carta 99.a (manco de uma perna) que surgiram nas localidades do pantanal e mencionadas, sobretudo, por informantes jovens masculinos (*coché*) ou em algum pantanal e em localidades de fronteira, predominante na fala dos idosos (*lonanco*, *rengo*). Essas localidades, além de serem marcadas pela posição de fronteira e maior isolamento geográfico, são áreas com maior concentração de pecuária. Além disso, observa-se a influência dos contatos linguísticos (português/espanhol/guarani), característicos dessa região nas variantes apontadas pelos informantes do ALMS.

Já os dados documentados na área coberta pelo ALMESEMT revelam outro quadro. Por tratar-se de uma mesorregião com economia menos voltada para a pecuária, as variantes registradas têm caráter mais genérico, não sendo documentadas nessa região variantes mais específicas, comumente utilizadas no interior do Centro-Oeste e na região Sul do Brasil, para nomear, no caso, o cavalo que manca. Em termos linguísticos, a pesquisa de Cuba (2009, p. 112) concluiu que

os traços da fala dos gaúchos se misturam com os traços dos mineiros, dos baianos, dos paulistas, dos cearenses, dos maranhenses, enfim, seja por maior expressão numérica ou por pertencer a um grupo social privilegiado, ne-

num grupo impôs sua variedade linguística na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso¹⁵.

Além dessas variantes, outras foram documentadas, embora com menor índice de frequência, nos dois atlas consultados: ALMS: *concho*; *manquitola*; *manqueba*; *naco/nado*; *ringo*; *machucado*; *descadeirado*. ALMESEMT: *deficiente*; *manqueba*; *ruim*. Nota-se que essas designações podem ser aproximadas genericamente pelo sema "mutilado", que traduz a percepção do referente descrito na pergunta pelo informante, muitas delas fruto de analogias estabelecidas em virtude do provável desconhecimento do referente pelos habitantes de muitas localidades da rede de pontos dos atlas em exame. O Gráfico 2, a seguir, reúne as variantes mapeadas no ALMS e no ALMESEMT e o respectivo percentual de frequência de cada uma delas.



¹⁵ Os dados do Projeto do Atlas Linguístico do Mato Grosso em execução por pesquisadores da Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso está registrando a realidade linguística de localidades de todas as mesorregiões matogrossense e fornecerá dados que poderão alterar e/ou ratificar as conclusões de Cuba (2009) acerca da norma linguística da Mesorregião Sudeste.

Considerações finais

Os dados compilados e a análise apresentada nos dão suporte para a retomada da pergunta de Serafim da Silva Neto, mencionada na Introdução deste trabalho, numa tentativa de respondê-la: cada grupo codifica o universo a partir de seus sistemas de valores, sua visão de mundo, sua ideologia e suas práticas sociais e culturais. O léxico é um reflexo da inter-relação de todos esses elementos. Nesse sentido, vale retomar a posição de Teyssier (2001, p. 98), de que as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que socioculturais:

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será, assim, menos horizontal que vertical [...]. Os estudos científicos a respeito desses diversos níveis de língua são ainda insuficientes. Além disso, as mudanças rápidas ligadas à urbanização e à industrialização tornam a realidade atual particularmente instável.

Essa instabilidade se confirma tendo em vista que em Mato Grosso, sobretudo na Mesorregião Sudeste, espaço cuja língua foi documentada pelo ALMESEMT, a economia e, conseqüentemente, as atividades rurais, giram em torno da cultura da soja e do algodão, produtos que demandam máquinas agrícolas modernas em detrimento de atividades que envolvem o trabalho dos cavalos utilizados no Mato Grosso do Sul, sobretudo nas regiões pantaneiras, onde na atividade econômica rural predomina a criação de gado, cujo manejo necessita desse tipo de animal. Portanto, é natural que os mato-grossenses da Mesorregião Sudeste desconheçam parte do vocabulário relacionado ao *cavalo*, daí o grande percentual de não-respostas para as questões examinadas. Nessa perspectiva, não é demais lembrar que, no Pantanal,

Por ser o cavalo um meio de transporte essencial e por estar tão integrado à vida dos pantaneiros, o léxico usado para denominar modos de ser, qualidades positivas ou negativas, cor do pêlo, função, assume particularidades expressivas desnecessárias em outras culturas, que não têm o mesmo tipo de convívio com esse animal (NOGUEIRA; ISQUERDO, 2009, p. 103).

Nesse mesmo estudo as autoras citadas também registram uma lista de designações relacionadas à área semântica do *cavalo*, representativas do ambiente pantaneiro, dentre elas, algumas das documentadas pelos atlas linguísticos consultados e focalizadas neste estudo: *cabano, cochê, lonanco, manco, nambi, náfego, rengo...* (p.103)

Comparando-se os dados das cartas comuns entre os atlas consultados, detectam-se as seguintes tendências: i) variantes comuns nos dois atlas, embora com índices de produtividade distintos: *manco* (a mais produtiva nos dois atlas); *aleijado; coxo, manqueba, náfilo/náfico*; ii) variantes documentadas somente pelo ALMS: *rengo, cochê, lonanco, concho, manquitola, naco, troncho, machucado, cavalo descadeirado, ringo*; iii) variantes documentadas somente pelo ALMESEMT: *deficiente, ruim*; iv) índices próximos em termos de não-respostas e/ou respostas prejudicadas: 17,19% (ALMS) e 15,63% (ALMESEMT).

Além disso, o estudo evidenciou a presença de unidades lexicais já apontadas como regionalismos do Rio Grande do Sul, seja pelo dicionário regional consultado, seja por dicionários gerais da língua portuguesa: carta 98.a (nambi) do ALMS: *troncho, cabano, mocho, nambi*; carta 99.a (lonanco) do ALMS/23 – cavalo que puxa de uma perna do ALMESEMT: *manco, rengo, lonanco*.

Outra tendência evidenciada pelo estudo diz respeito ao uso de termos genéricos como *aleijado, ruim, deficiente, machucado, cavalo descadeirado* para nomear o cavalo, prática provavelmente

motivada pela falta de familiaridade com o referente nomeado.

Os atlas consultados ainda evidenciam uma tendência ao desaparecimento de algumas variantes, devido, talvez, ao fato de nomearem referentes muito específicos e circunscritos a uma área específica, no caso, a área semântica do *cavalo*. Essa tendência é ilustrada pelo uso de unidades léxicas como *lonanco*, *nambi*, *cabano*, *náfego*, dentre outras.

Os dados demonstram também a presença de um *continuum* em termos de distribuição espacial de algumas variantes documentadas para nomear o “cavalo que manca em decorrência de um defeito físico no quadril”, dando mostras, pelo menos no recorte lexical estudado, de que a disseminação de uma variante segue uma lógica distinta da adotada para a definição dos limites políticos oficiais. Ilustram esse fenômeno, dentre outras, a variante *manco* – a mais produtiva nos dois atlas.

A proximidade geográfica de Mato Grosso do Sul com países que têm o espanhol como língua oficial, assim como a presença marcante de gaúchos na formação étnica da população sul-mato-grossense, em decorrência de diferentes levadas migratórias que atraíram para a região grande contingente de sul-rio-grandenses, desde o final do século XIX, justificam a presença de variantes normalmente classificadas como regionalismos do Rio Grande do Sul no vocabulário estudado, ratificando o uso dessas variantes, também em duas áreas geográficas do Brasil Central, o que lhes confere a marca de regionalismo, ora mato-grossense e ora sul-mato-grossense, ou de ambos os Estados, constatação que referenda a importância das pesquisas geolinguísticas para a identificação e o registro de regionalismos.

Frente ao exposto ao longo deste trabalho e considerando a produtividade de variantes documentadas pelos dois atlas examinados, para nomear os dois conceitos selecionados para este estudo, nota-se que o vocabulário estudado, além de refletir aspectos

da criatividade lexical dos falantes, da manifestação de marcas de regionalismo e de mudanças em curso no léxico – variantes registradas somente na fala de idosos e/ou citadas apenas por informantes jovens –, testemunha uma realidade socioeconômica muito característica do Centro-Oeste, onde a figura do *cavalo* ainda ocupa papel de destaque, seja como um meio de transporte auxiliar na lida com o gado, seja como elemento de atração em atividades de lazer muito comuns nos dois Estados aqui focalizados, como as festas de rodeio, provas de laço, exposições agropecuárias, para citar algumas.

Ademais, visto que Mato Grosso e Mato Grosso do Sul já foram uma única unidade da Federação, observa-se a manutenção de um repertório lexical que aproxima os dois Estados, fazendo com que marcas comuns de regionalismos sejam identificadas nas cartas linguísticas aqui investigadas. O resultado deste estudo ratifica a necessidade de continuidade de investimento em pesquisas geolinguísticas, de maneira a que novos atlas linguísticos sejam produzidos¹⁶, haja vista que, como argumentou Alvar (1958, p. 85), “as descobertas feitas por um atlas são como brechas na muralha: através das fendas será possível penetrar no ignorado. E será necessário voltar sobre a brecha para ampliá-la e encontrar o fruto perseguido”.

¹⁶Nesse contexto, faz-se mister registrar a necessidade de elaboração do Atlas Linguístico do Estado de Goiás, o que, além de garantir a documentação de uma parcela muito significativa da fala do homem do Brasil Central, fornecerá material para estudos contrastivos entre os falares dos três Estados do Centro-Oeste. É preciso considerar ainda nesse particular o fato de já estar em andamento o projeto do Atlas Linguístico de Mato Grosso e de o Projeto Atlas Linguístico do Brasil já estar recolhendo a fala dos habitantes de 24 localidades do Centro-Oeste – 09 em Goiás, 09 em Mato Grosso e 06 em Mato Grosso do Sul.

Referências

- ALMOYNA, Júlio Martinez. *Dicionário de espanhol-português*. Porto: Porto Editora Ltda, 1990.
- ALVAR, Manuel. Diferencias en el habla de hombres y mujeres. *Revista do Livro*, Rio de Janeiro, n. 121, 1958, p. 85-103.
- BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. Tradição e ideologia: a construção da identidade em Mato Grosso do Sul. In: MENEGAZZO, Maria Adélia; BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro (Orgs.) *Travessias e limites*. Escritos sobre identidade e o regional. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. p. 107-134.
- BORBA, Francisco da Silva (Org.). *Dicionário UNESP do português contemporâneo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.
- CAMPESTRINI, Hildebrando; GUIMARÃES, Acyr Vaz. *História de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2002. p. 249; 253.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 11. ed. São Paulo: Global, 2001.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos* (mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números). Tradução Vera de Costa e Silva et al. 22. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um país inexistente*. O Pantanal entre os séculos XVI e XVIII. São Paulo: Editora Estação Liberdade Ltda.; Kosmos Editora Ltda., 1999.
- CORRÊA, Lucelino Rondon. *Glossário pantaneiro*. Campo Grande – MS: Editora da UNIDERP, 2001.
- CUBA, Marigilda Antônio. *Atlas Linguístico da Mesoregião Sudeste de Mato Grosso*. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, 2009.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- HEINZ-MOHOR, Gerd. *Dicionário dos símbolos*. Imagens e sinais da arte cristã. São Paulo: Paulus, 1994.
- HIGA, Tereza Cristina Souza; MORENO, Gislaene (Orgs.). *Geografia de Mato Grosso: território, sociedade, ambiente*. Cuiabá: Entrelinhas, 2005.
- HOUAISS, Antonio; VILAR, Mário de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Léxico no tempo e no espaço: a questão dos regionalismos. In: MARIN, Jérri Roberto; VASCONCELOS, Claudio Alves de (Orgs.). *História, região e identidades*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2003. p.165-181.
- ISQUERDO, Aparecida Negri. Pontos de inquéritos dos atlas linguísticos no Brasil: tecendo e interligando as redes. *Actas del XIV Congreso Internacional ALFAL*, 17 al 21 de octubre de 2005, Monterrey – México. Publicado em CD ROM, Santiago do Chile, 2006. p. 114.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 4. ed. Vol. I a V. Lisboa: Livros Horizonte, 1987.
- MORAES SILVA, Antonio. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Vol. 1 e 2. Lisboa: Typographia Lacérquina, 1813. Edição brasileira pela Livraria Francisco Alves, 1922.
- NOGUEIRA, Albana Xavier; ISQUERDO, Aparecida Negri. Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul: gênese e trajetória. In: AGUILERA, Vanderci de Andrade (Org.) *A Geolinguística no Brasil: trilhas seguidas, caminhos a percorrer*. Londrina: EDUEL, 2005, p. 229-250.
- _____. Língua e ambiente no contexto pantaneiro: a propósito do vocabulário. In: MENEGAZZO, Maria Adélia; BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro (Orgs.) *Travessias e limites*. Escritos sobre identidade e o regional. Campo Grande: Editora da UFMS, 2009. p. 93-106.

NUNES, Zeno Cardoso; NUNES, Rui Carlos. *Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul*. 7. ed., Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 1996.

OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de. Regionalismos brasileiros: a questão da distribuição geográfica. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (Orgs.) *As ciências do léxico*. Lexicologia, Lexicografia e Terminologia. 2. ed. Campo Grande: Editora da UFMS, 2001. p. 109-115.

OLIVEIRA, Dercir Pedro de (Org.) – *Atlas Linguístico de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2007.

ORTÊNCIO, Waldomiro Bariani. *Dicionário do Brasil Central*. São Paulo: Ática, 1983.

SILVA NETO, Serafim da. *Guia para estudos dialetológicos*. 2. ed. Belém: Conselho Nacional de Pesquisa; Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia, 1957.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da ancestralidade aos dias atuais*. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TIBIRIÇÁ, Luiz Caldas. *Dicionário tupi-português*. São Paulo: Traço Editora, 1984.

Submetido em: 14/07/2009

Aceito em: 18/11/2009

DE ONDE VIERAM E POR ONDE ANDAM
AS NOSSAS LIBÉLULAS E JACINTAS?
um estudo da etimologia popular com base
em dados do Atlas linguístico do Brasil
(ALiB).

WHERE DID THEY COME FROM AND WHERE ARE THE
DRAGONFLIES AND JACINTAS?
a study of folk etymology based on data from the Atlas
linguístico do Brasil (ALiB).

Vanderci de Andrade Aguilera
(UEL/CNPq)

Irrequieta, voando incessantemente, planando, dando rasantes, subindo ou pousando como um helicóptero, a libélula parece ter sempre muita pressa. Toda libélula está sempre vivendo o ponto culminante de sua vida e não tem tempo a perder. (Marcelo Szpilman)

RESUMO: A pluralidade de denominações populares para a *libélula* motivou o presente artigo, cujos objetivos são: (i) discutir as não-respostas e as respostas inadequadas constantes do banco de dados do Projeto Atlas Linguístico do Brasil (ALiB); (ii) apresentar a distribuição diatópica das variantes lexicais registradas; (iii) discutir a distribuição das variantes segundo as variáveis sociais: sexo, faixa etária, nível de escolaridade e ponto linguístico; (iv) verificar a formação das palavras e a lexicalização de cada uma delas. O *corpus* constitui-se das respostas

coletadas pelo Projeto ALiB, junto a 200 informantes, naturais de 25 capitais brasileiras.

Palavras-chave: libélula; variantes lexicais; Projeto Atlas Linguístico do Brasil.

ABSTRACT: The plurality of the popular names for the dragonfly motivated the present article, whose objectives are: (i) discuss the non-response and inadequate responses in the database of the Linguistic Atlas Project of Brazil (ALiB), (ii) show the diatopical lexical variants distribution of trademarks, (iii) discuss the distribution of the variants according to social variables: gender, age, educational level and linguistic point (iv) assess the formation of words and the lexicalization of each one. The corpus consisted of responses collected by the Project ALiB, along the 200 respondents, came from 25 state capital-cities.

Keywords: dragonfly; lexical variants; Brazil's Linguistic Atlas Project.

Apresentação

O questionário elaborado pelo projeto Atlas Linguístico do Brasil – ALiB - (Comitê Nacional: 2001) para aplicação nas pesquisas de campo traz, na seção que trata do campo semântico da fauna, uma pergunta sobre os nomes da libélula, assim formulada: *Questão 85: Como se chama o inseto de corpo comprido e fino, com quatro asas bem transparentes, que voa e bate a parte traseira na água?*

Os primeiros atlas estaduais publicados no Brasil¹, no entanto, deixaram de fora esta questão que tem rendido interessantes respostas, tanto do ponto de vista da manutenção da forma padrão, *libélula*, quanto da criação de outras tantas variantes léxicas, como *lavadeira*, *zigue-zigue*, *helicóptero*, *lava-bunda*. Algumas denominações, no entanto, dizem respeito à extensão de significado de denominações atribuídas a outros insetos com os quais guardam alguma semelhança, como *cigarra*, *besouro* e *mariposa*.

Por outro lado, é uma das questões com o maior número de ausência de respostas na pesquisa do ALiB, pois, dentre os duzentos informantes das capitais, 55 (27%)² declararam não conhecer tal inseto, não saber o nome ou não se lembrar dele.

Uma consulta ao dicionário de Ferreira mostra que, no verbete *libélula*, estão registrados dezessete sinônimos, dentre os quais

¹ Atlas estaduais publicados: *Atlas prévio dos falares baianos* (Rossi: 1963), *Esboço de um atlas de Minas Gerais* (Ribeiro et al: 1977), *Atlas linguístico da Paraíba* (Menezes e Aragão: 1984), *Atlas linguístico de Sergipe* (Ferreira et al.: 1987), *Atlas linguístico do Paraná* (Aguilera: 1994).

² A porcentagem foi calculada sobre 200 informantes e não pelo número de respostas válidas, uma vez que, ao lado da ausência de respostas, muitos informantes apresentaram duas ou mais denominações para o referente.

destacamos: *cavalinho-de-judeu*, *cavalinho-do-diabo*, *jacina*, *jacinta*, *lava-bunda*, *lavadeira*, *libelinha*, *odonata*, *macaquinho-de-bambá* e *zigue-zigue*. A enciclopédia *on-line* Wikipédia, de Portugal, esclarece que no Brasil é conhecida pelos nomes: *papa-fumo*, *helicóptero*, *cavalinho-de-judeu*, *cavalinho-do-diabo*, *corta-água*, *donzelinha*, *jacina*, *jacinta*, *lava-bunda*, *lavadeira*, *odonata*, *macaquinho-de-bambá*, *pito*, *zigue-zigue*.

Motivada pela pluralidade de denominações lexicalizadas e pelo acervo também plural coletado para o ALiB, nas vinte e cinco capitais, com este artigo, pretendemos: (i) discutir as não-respostas e as respostas inadequadas constantes do banco de dados do ALiB; (ii) apresentar a distribuição diatópica das variantes lexicais registradas; (iii) discutir a distribuição das variantes segundo as variáveis sociais: sexo, faixa etária, nível de escolaridade e ponto linguístico; (iv) verificar a formação das palavras e a lexicalização de cada uma delas.

As não-respostas e as respostas inadequadas

Inicialmente, é conveniente lembrar como Ferreira (2004) lexicaliza o nome *libélula*:

[Do fr. *libellule* <lat. cient. *libellula* < lat. cláss. *libella*, 'nível', por alusão ao voo planado deste inseto.] S.f. Zool 1. Gênero de insetos odonatos, de corpo estreito, dotados de dois pares de asas membranosas, transparentes, em geral brilhantemente coloridas, cujas larvas, carnívoras e voracíssimas, se desenvolvem nas águas correntes, nas estagnadas, ou mesmo no interior de bromeliáceas. 2. Qualquer espécie desse gênero. 3. Qualquer espécime desse gênero. (...). [Sin., nesta acepç.: *cambito*, *canzil*, *cavalinho-de-judeu*, *cavalinho-do-diabo*, *cavalo-de-judeu*, *cavalo judeu*, *donzelinha*, *jacina*, *jacinta*, *lava-bunda*, *lavadeira*, *lavandeira*, *libelinha*, *odonata*, *macaquinho-de-bambá*, *pito*, *zigue-zigue*.

Do verbete *odonatos*, também em Ferreira (2004), destacamos:

S.m. pl. Zool. Ordem de animais artrópodes, insetos, pterigotos, predadores, providos de aparelho bucal mastigador; asas membranosas, estreitas com numerosas nervuras, abdome longo, cilíndrico, olhos muito grandes, voo rápido. São hemimetabólicos, depositam ovos em plantas submersas ou na água, onde se criam as formas jovens, do tipo campodeiforme, denominadas *naiades* ou *odonaides*. São as libélulas. (...).

Segundo a Wikipédia, no Brasil existem cerca de 1.200 espécies de um total 5.000 existentes no mundo. Predadora de insectos, inclusive o *Aedes aegypti*, até pequenos peixes. Em um único dia pode consumir outros insectos voadores até 14% do seu próprio peso. (libelinha; <http://pt.wikipedia.org/wiki/Libelinha>)

Para este inseto, na pesquisa de campo do ALiB realizada nas capitais, foram coletadas mais de trinta variantes num total de 127 ocorrências, das quais as mais produtivas foram: *libélula* (24%), *jacinta* (15%), *zigue-zigue* (9%), *helicóptero* (7%), *cigarra* (6%), *lava-bunda* (4%), *lavadeira*, *besouro*, *catirina* e *cavalo-do-cão* (3% cada). Com 2% ou menos, ocorreram *lava-cu*, *cavalo d'água*, *macaquinho/macauicho*, *mané-magro*, *bate-bunda*, *cachimbal*, *assa-peixe*, *gafanhoto*, *louva-deus/lava-deus*, *mariposa* e *olho-de-peixe*. Como *hapax legômena*, obtivemos: *cabra-cega*, *capim-cheiroso*, *lava-zóio*, *mãe-d'água*, *mãe-de-peixe*, *maria d'água*, *matachim*, *mosquito d'água*, *picharinga* e *quebra-luz*.

A ausência de respostas e as respostas inadequadas representam, como relatado acima, 27% do total. Sobre a questão, Ziamandanis (1999, p. 656), tratando de dados geolinguísticos, observara que:

En los atlas lingüísticos del mundo hispanohablante, se recogen dos fenómenos que han recibido poca atención: la falta de respuesta y el desconocimiento. (...) a primera vista, los dos fenómenos parecen tener resultados parecidos. Efectivamente, lo que el investigador recoge en ambos casos es

A figura 2, construída a partir de não-respostas (NS= não sabe, NL= não se lembra; e NC= não conhece o inseto) e de respostas válidas, traz, em valores aproximados, as variantes lexicais e sua produtividade que, passando pelas mais frequentes: *libélula*, *jacinta*, *zigue-zigue*, *helicóptero*, chega às formas únicas, ou *hapax legomena*, reunidas na classe de *outras*.

Da relação de variantes léxicas apresentadas pelos informantes, consideramos inadequadas as respostas: *capim-cheiroso*, *gafanhoto* e *quebra-luz*, porque, além da baixa produtividade (de uma e duas ocorrências), o entrevistador não solicitou ao informante a descrição do inseto, aceitando tacitamente a primeira resposta. O entrevistador, embora orientado, deixa de pedir a descrição para confirmar ou refutar a variante e essa atitude dificultará a inclusão da variante na carta linguística. Nos três exemplos acima, que garantias tem o dialetólogo de que se trata do mesmo referente? Nenhuma dessas variantes está dicionarizada com a acepção correspondente ao conceito de *libélula* e nos parecem, smj, totalmente ilógicas, inaplicáveis à questão 85. Ao contrário, com relação a *cigarra* (11 registros) e a *besouro* (5 registros), os informantes reiteraram assim designar o inseto e essas variantes foram confirmadas pelo entrevistador que é da mesma região linguística dos entrevistados.

A variante *cabra-cega*, por sua vez, que nos pareceu totalmente inadequada, foi registrada junto ao informante 3, de Recife, e consta de Ferreira (2004) como 2. *Bras. PA, certa libélula* e em *Caldas Aulete*, um brasileirismo do Piauí.

A aceitação de uma resposta sem a tentativa de averiguação não permite verificar se se trata de uma forma regional, local, socioletal, idioletal, ou se resulta, apenas, de má compreensão da pergunta. No caso, por exemplo, de *zigue-zigue*, *lava-bunda*, *lavacu*, *jacinta*, *lavadeira*, *lavandeira*, por estarem dicionarizadas com esta acepção, fica óbvia a identificação. *Zigue-zague*, variante fo-

nética de *zigue-zigue*, não está lexicalizada, mas guarda muita semelhança com esta, da qual se distingue foneticamente apenas pela dissimilação vocálica oriunda da associação tanto fonética do vocábulo, como da associação visual com a forma de outro referente – a linha quebrada ou sinuosa que alterna ângulos salientes e reentrantes – que lembra o voo do inseto.

Outro caso de adequação sonora, aproveitamento da sequência final da primeira para a segunda forma, foi a registrada junto ao informante 1 de Goiânia que, em vez de *libélula*, respondeu *rubéola* e não foi contestada pelo entrevistador. A variante *catirina* está lexicalizada apenas como personagem feminina do bumba-meu-boi e no sentido figurado, como alegre, brincalhona, significado que pode ter-se estendido ao inseto em questão. A variante *cachimbai* não está dicionarizada, mas a lexia mais próxima, *cachimbó*, consta de Ferreira na acepção de pássaro que frequenta terreno alagadiço. Neste caso, seria uma extensão do significado do pássaro para o inseto que também prefere lugares alagados?

A distribuição diatópica e diastrática das variantes mais produtivas

Analisadas as respostas, verificamos que, na região Norte, a forma hegemônica é *jacinta* (58%), presente na fala de todos os informantes, independentemente das variáveis sexo, escolaridade ou faixa etária. Na sequência, registramos *libélula* junto a 15% dos informantes, somente nos de nível superior. Com baixa produtividade, registramos: *cavalo-do-cão* (6%), *helicóptero* e *cigarra* (4%); *cavalo-d'água*, *mariposa*, *pichiringa*, *besouro* e *lavadeira* (2% cada).

Na região Nordeste, duas são as formas mais frequentes: *zigue-zigue* (29%) e *libélula* (24%) que se distribuem da mesma forma que as variantes da região Norte: a forma popular entre todos

os informantes e a padrão entre os de nível superior. *Catirina*, junto com as variantes fônicas *patiringa* e *catiringa*, aparece com 9% dos registros; e menos produtivas são: *mané-magro* e *lava-cu*, com 7%; *macaquicho* e *cavalinho* com 5%; *cavalo-do-cão* com 4%, e ocorrências únicas, com 2%: *capim-cheiroso*, *cachimbal*, *cabra-cega* e *gafanhoto*.

Na região Centro-Oeste, 70% dos registros são de variantes populares: *helicóptero* com 21%, *lava-bunda* com 16% e *assa-peixe*, *olho-de-peixe* e *bate-bunda* com 11% cada, sem a interferência das variáveis sociais analisadas. A variante padrão, *libélula*, com 5%, foi registrada apenas na fala de um informante de nível superior. Um informante do nível fundamental registrou *rubéola*, provavelmente variante fonética de *libélula*. Ainda como *hapax legomena*, temos: *mosquito-d'água*, *mãe-de-peixe*, *lava-zóio* e *quebra-luz*.

Na região Sudeste, por sua vez, a variante padrão lidera com 40%, principalmente junto aos mais escolarizados, seguida da variante *lavadeira* com 17%, distribuída pelos dois níveis de escolaridade. Com menos frequência temos *lava-bunda*, *cigarra* e *louva-a-deus*, com 7% cada, e como *hapax legomena*: *mariposa*, *gafanhoto*, *maria-d'água*, *mãe d'água*, *helicóptero* e *matachim*.

Finalmente, na região Sul, o mais alto índice é representado pela forma padrão (35%), registrado somente entre os de nível superior. Seguem-se as formas populares: *cigarra*, com 21%, presente na fala de quase todos os informantes; *helicóptero*, com 18%, principalmente entre os de escolaridade mais alta; *besouro*, com 14%, tanto entre os menos como entre os mais escolarizados; e *lava-bunda*, com 11%, registrada apenas na fala dos informantes de nível fundamental. As variáveis sexo e faixa etária não se mostraram significativas na determinação do uso nem da forma padrão nem de formas populares.

Em síntese, os dados coletados nas 25 capitais apontam para a predominância de formas populares regionais – *jacinta*, *zigue-zigue*, *lava-bunda*, *lavadeira*, *cigarra*, *helicóptero* – em todos os

estratos sociais, mas também para a clara inserção da forma padrão, nos níveis mais altos.

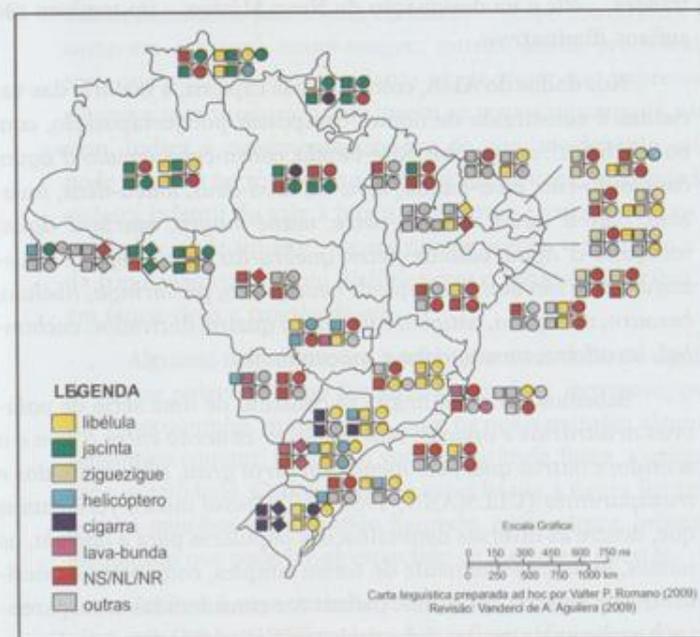


Figura 3: Distribuição diatópica e diastrática das variantes nas capitais

A formação das palavras

A libélula é *libelinha* no português de Portugal, *demoiselle* (senhorita) em francês, *caballo* ou *caballito del diablo*, no Novo México e Colorado, e *dragonfly*, em inglês, isto é, as duas primeiras formas conotam carinho e delicadeza, dados pelo diminutivo, as terceira traduzem uma forma tabuizada com carga semântica disfórica, amenizada em *caballito*, pelo sufixo diminutivo, e a quarta, *dragonfly*, mais agressiva e ameaçadora pela conjunção de um elemento mítico (o dragão) com o ato de voar. Os sufixos *-ula* e *-*

inha das variantes portuguesas indicam o diminutivo, enquanto o primeiro proveio do latim o segundo é formação vernácula. No francês, *-elle* e na designação do Novo México, *-ito* também são sufixos diminutivos.

Nos dados do ALiB, coletados nas capitais, a maioria das variantes é constituída de nomes compostos por justaposição, com ou sem hífen⁴: *assa-peixe*, *bate-bunda*, *cabra-cega*, *cavalo-d'água*, *cavalo-do-cão*, *lava-bunda*, *lava-cu*, *lava-deus*, *louva-deus*, *lava-zóio*, *mãe-d'água*, *mãe-de-peixe*, *mané-magro*, *maria-d'água*, *mosquito-d'água*, *olho-de-peixe*, *quebra-luz*, *zigue-zigue* e *zigue-zague*. Sete são nomes simples⁵: *helicóptero*, *picharinga*, *libélula*, *besouro*, *mariposa*, *catirina* e *jacinta*; e quatro, derivados: *cachimbal*, *lavadeira*, *macaquicho* e *macaquinho*.

Sabemos que toda língua se constitui de uma série de *palavras arbitrarias e opacas, sem qualquer conexão entre o som e o sentido, e outras que, pelo menos em certo grau, são motivadas e transparentes* (ULLMANN, 1964, 169). Desse modo, verificamos que, dentre as diversas denominações populares para a *libélula*, os nomes, independentemente de serem simples, compostos ou derivados, na maioria das vezes, podem ser considerados transparentes e a origem de muitos deles pode ter motivações diversas. Umas, a partir da ação do inseto de bater a parte traseira na água, como *bate-bunda*, *lavadeira*, *lava-bunda*, *lava-cu*, *lava-zóio*⁶, *lava-deus* (forma popular de *louva-deus*); outras, por referência ao mundo

⁴ Seguimos aqui, para o uso do hífen, a ortografia constante de Ferreira 2004, apesar das mudanças do recente Acordo Ortográfico. Para as formas não dicionarizadas usamos o recurso da analogia.

⁵ Aqui o nosso ponto de vista é sincrónico, isto é, não levamos em conta a etimologia das palavras, como em *helicóptero* (*helico* + *ptero*) e *libélula* (*lível* + *ula*).

⁶ Moraes Silva (1813) traz *tira-olhos* com o significado de *libélula*.

hídrico, seu *habitat* para a multiplicação da espécie, e ao qual está continuamente relacionado: *cavalo-d'água*, *mãe-d'água*, *mãe-de-peixe*, *maria-d'água*, *mosquito-d'água*, *olho-de-peixe*, *assa-peixe*; outras suscitadas pela forma do inseto – corpo comprido e fino – como em *cigarra*⁷, *mané-magro*; outras, ainda, procedentes do som que emite, como a variante *zigue-zigue* que expressa com clareza o som produzido pelo inseto ao voar e *zigue-zague*, além do som, indica o movimento sinuoso do voo, movimento este que pode também ter motivado a variante *cabra-cega*, referente à brincadeira infantil de sair à busca das outras crianças com os olhos vendados; e, finalmente, alguns nomes podem ter surgido a partir da conotação eufórica ou disfórica que o falante lhe atribui, como em *louva-deus* e *cavalo-do-cão*.

Algumas denominações, porém, são a extensão do significado de outras palavras, como *besouro*, *louva-deus*, *mariposa*, *quebra-luz*⁸, *macaquinho*, *macaquicho*, com os quais mantêm algum traço semântico comum: o som do voo, a aparência física, a graça, a leveza, a agilidade. *Catirina* parece estar ligada à figura feminina do bumba-meu-boi e, no sentido figurado, como alegre, brincalhona, significado que pode ter-se estendido ao inseto em questão.

Jacinta é uma variante fonética da palavra tupi [*iasina*] *jacina*, que Cunha (1999) registra como *inseto da ordem dos odonatos*; espécie de *libélula*, também conhecida como *lavadeira*.

Outra variante, *cachimbal*⁹, não está dicionarizada e a forma mais próxima é *cachimbó*, significando pássaro que frequenta terreno alagadiço. Neste caso, seria uma extensão do significado do pássaro para o inseto, que também prefere lugares alagados?

⁷ Ferreira (2004), dentre os nomes populares para a *libélula*, registra *pito* que, como brasileirismo, também significa cachimbo, cigarro.

⁸ Ferreira traz *quebra-luz* apenas com o significado de abajur.

⁹ Cachimbal evoca igualmente a forma primitiva cachimbo.

Ou estaria ligada à aparência do inseto, de corpo fino e comprido, lembrando o cigarro, o pito, o cachimbo? Quanto à *picharinga*, o nome mais próximo dicionarizado é *pichilinga* que, segundo Ferreira, é um brasileirismo de Alagoas, significando coisa muito pequena. *Matachim*, registrada apenas na fala do informante idoso de nível superior de Vitória, também não está dicionarizada.

O que dizem os dicionários¹⁰?

Consultados os dicionários Ferreira (2004), Caldas Aulete (1964), Moraes Silva (1813), Koogan; Houaiss (1998) e Cunha (1999; 1994), e verificando que não há concordância entre eles, construímos o Quadro 1 que indica se a variante está dicionarizada com a acepção de *libélula* (D); se está dicionarizada com outro significado (OS), ou se não consta (ND) da obra em questão.

Variante/Dicionário	Ferreira	Moraes Silva	Koogan; Houaiss	Caldas Aulete
assa-peixe ¹¹	OS	ND	OS	OS
bate-bunda	ND	ND	ND	ND
besouro	OS	OS	OS	OS
cabra-cega	D	ND	OS	D
cachimbal	ND	ND	ND	ND
catirina	OS	ND	ND	ND
cavalo d' água ¹²	OS	ND	ND	OS ¹³

¹⁰ A Wikipédia registra outras denominações existentes no Brasil, além das já mencionadas, como: *papa-fumo*, *corta-água*, *donzelinha*. Em Portugal é chamada de *libelinha*.

¹¹ Ferreira e Koogan; Houaiss trazem como brasileirismo, na acepção de planta urticácea.

¹² Ferreira traz *cavalo d' água*, como Bras. Folcl. Ser fabuloso do rio São Francisco e *cavalinho d' água* como Bras. MG a SC, bot. Erva aquática (...)

¹³ Caldas Aulete traz *cavalinho-d' água* como espécie de planta.

Variante/Dicionário	Ferreira	Moraes Silva	Koogan; Houaiss	Caldas Aulete
cavalo-do-cão ¹⁴	OS	ND	ND	OS ¹⁵
cigarra	OS	OS	OS	OS
helicóptero	OS	ND	OS	OS
jacinta ¹⁶	D	ND	D	D
lava-bunda	D	ND	ND	D
lava-cu ¹⁷	OS	OS	ND	ND
lavadeira	D	D	D	D
lava-deus	ND	ND	ND	ND
lava-zóio	ND	ND	ND	ND
louva-deus ¹⁸	OS	OS	OS	OS
macaquicho	ND	ND	ND	ND
macaquinho ¹⁹	D	ND	ND	D
mãe-d' água	OS	OS	OS	OS
mãe-de-peixe	ND	ND	ND	ND
mané-magro ²⁰	OS	ND	ND	OS
maria-d' água	ND	ND	ND	ND
mariposa	OS	OS	OS	OS
matachim	ND	ND	ND	ND
mosquito-d' água	ND	ND	ND	ND
olho-de-peixe ²¹	OS	ND	OS	OS
picharinga	ND	ND	ND	ND
quebra-luz	OS	ND	OS	OS
zigue-zague	OS	ND	OS	OS
zigue-zigue	D	ND	D	D

¹⁴ Ferreira traz *cavalo-do-cão* como Bras. Pop. Indivíduo afoito; e *cavalinho-do-diabo* como Bras. Zool. Libélula.

¹⁵ Caldas Aulete: Bras. insetos pompilídeos que caçam aranhas.

¹⁶ Lexicalizado como *jacina* em Koogan; Houaiss.

¹⁷ Ferreira traz *lava-cu* apenas como Bras. SE Zool. Com o significado de besouro preto, de asas transparentes. Moraes Silva, *Zool.* nome vulgar de aves (...).

¹⁸ Dicionarizado como *Zool. louva-a-deus*.

¹⁹ Dicionarizado em Ferreira e em Moraes e Silva como *Zool. macaquinho-de-bambá*.

²⁰ Em Ferreira e em Caldas Aulete: Bras. Zool. Bicho-pau.

²¹ Em Ferreira e em Caldas Aulete: olho-de-peixe. Min. calcedônia branca.

Quadro 1: Relação das variantes nos dicionários

O Quadro 1 indica que apenas 6 (20%) das denominações populares para a *libélula*, registradas nas capitais, estão lexicalizadas, em Ferreira, com esta acepção; 14 delas (47%) estão dicionarizadas com outras acepções e representam a extensão do significado de outro referente para a *libélula*, seja pela semelhança física ou pela função que cada um exerce na natureza e 9 (30%) não constam de Ferreira. Moraes Silva, como se esperava, só dicionariza a variante *lavadeira*; as demais, portanto, são criações vernáculas.

Nos dicionários, são nomes da área da botânica: *assa-peixe* e *capim-cheiroso*; da zoologia: *besouro*, *cabra-cega*, *cavalinho-do-diabo*, *cachimbó* (cachimbal), *cigarra*, *jacinta*, *lava-bunda*, *lavacu*, *lavadeira*, *louva-a-deus*, *macaquinho-de-bambá*, *mané-magro* e *zigue-zigue*; e do folclore: *cavalo-d'água* e *mãe-d'água*.

Quanto à etimologia das designações coletadas, exceto *jacinta* e *capim* (cheiroso), que provêm do tupi *iasina* e *ca-api*, respectivamente, as demais são de base portuguesa (latina). Ferreira registra *cachimbó* (>cachimbal?) *de origem indígena possivelmente*.

Conclusões

O estudo das variantes populares para a *libélula* demonstrou que:

- (i) é bastante produtiva a criação lexical em torno do nome atribuído a este inseto;
- (ii) a criação lexical baseia-se preferencialmente em nomes compostos que possam diferenciar o referente, ora denominado, dos dois outros nomes que o inspiraram;
- (iii) a maioria dos nomes ainda não está dicionarizada embora seja frequente na fala regional ou local. Das trinta denominações, apenas seis constam de Ferreira e de Caldas Aulete. Ao contrário do que consta de Ferreira,

como sinônimos para *libélula*, não foram registradas na fala dos informantes das vinte e cinco capitais: *cambito*, *canzil*, *cavalinho-de-judeu*, *cavalinho-do-diabo*, *cavalo-de-judeu*, *cavalo-judeu*, *donzelinha*, *jacina*, *lavadeira*, *libelinha*, *odonata* e *pito*;

- (iv) na ausência ou no desconhecimento de um nome científico ou padrão para este inseto, o falante atribui nomes criados sob as mais diversas motivações: aspecto físico, função, associações mentais/analogias com outros semelhantes, o que leva a signos transparentes.

Finalmente, a pergunta do título *De onde vieram e por onde andam as libélulas e jacintas?* pode ser respondida de duas formas; (i) do ponto de vista etimológico, uma veio com o descobridor (exógena), a outra é nativa (endógena): *libélula*, segundo Bloch; Wartburg (1996), datada de 1792, é uma forma emprestada do latim dos naturalistas *libellula* e derivada do latim clássico, *libella* "nível", nome criado por alusão ao voo planado da libélula. Em Dauzat; Dubois; Miterrand (1964), por sua vez, consta como datada de 1803 e provém do latim *libella*, nível, que deu origem a *libellula*, também devido ao voo planado da libélula. Já Corominas (2006) registra que vem do latim científico *libellula*, por sua vez procedente do latim *libra*, 'libra de pezo', 'balança', mas coloca como data inicial 1884. Segundo este lexicógrafo, trata-se do diminutivo de *libella* 'balança' porque se mantém em equilíbrio no ar. *Jacinta*, para Cunha (1999), provém do tupi *iasina*, mas o autor não remete ao significado etimológico, indicando seu registro em 1930 por Gastão Cruls; (ii) do ponto de vista da vitalidade de ambas as variantes, podemos afirmar que, enquanto *libélula* vai ganhando espaço nas regiões sudeste e sul, entre os falantes mais escolarizados, *jacinta*, bem como as demais variantes regionais, *zigue-zigue*, *helicóptero*, *cigarra*, *lava-bunda*, lutam bravamente para garantir seu espaço na fala do português brasileiro.

Referências

- AGUILERA, Vanderci de Andrade; YIDA, Vanessa. Projeto ALiB: uma análise das respostas e das não-respostas de informantes das capitais. *Signum: Estudos da Linguagem*. Vol. 11, n.2, Londrina: Universidade Estadual de Londrina, p. 15-32. 2008.
- BLOCH, Oscar; WARTBURG, Walther Von. *Dictionnaire étymologique de la langue française*. 11ª ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.
- CALDAS AULETE. *Dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa*. Em 5 vols. 2 ed. bras. Rio de Janeiro: Editora Delta, 1964.
- COROMINAS, Joan. *Breve diccionario etimológico de la lengua castellana*. Madrid: Gredos, 3 ed., 13ª reimpres. 2006.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 2ª ed., 6ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Histórico das palavras portuguesas de origem tupi*. 5ª ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos; Brasília: Universidade de Brasília, 1999.
- DAUZAT, Albert; DUBOIS, Jean; MITERRAND, Henri. *Nouveau dictionnaire étymologique et historique*. 4. ed. Paris: Larousse, 1964.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 3ª ed. revista e atualizada. Curitiba: Positivo, 2004.
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- ISQUERDO, Aparecida; OLIVEIRA, Ana Maria (org.). *As Ciências do Léxico*. Mato Grosso do Sul: UFMS, 1998.
- JOTA, Zélio dos Santos. *Dicionário de Linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1976.
- KOOGAN, Abrahão; HOUAISS, Antônio. *Enciclopédia e dicionário ilustrado*. 3 ed. Rio de Janeiro: Seifer, 1998.
- LIBELINHA. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Libelinha>. Acesso em: 08 de novembro de 2009.
- MORAES SILVA, Antonio de. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. 2 tomos, recopilado. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1883.
- SZPILMAN, Marcelo. http://www.institutoaqualung.com.br/info_libelula18.html, acesso 13/08/2009.
- ULLMANN, Stephen. *Semântica: uma introdução à ciência do significado* 4 ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1964.
- <http://wikipedia.org/wiki/libelinha>. Acesso em 08 de novembro de 2009.
- ZIAMANDANIS, Claire. La falta de respuesta y El desconocimiento en Puerto Rico: silenciar también es contestar. In: MORALES, Amparo; CARDONA, Julia; LÓPEZ MORALES, Humberto; FORASTIERI, Eduardo (Eds.). *Estudios de lingüística hispánica*. San Juan, Puerto Rico: Editorial de La Universidad de Puerto Rico, 1999. p.656-661.

Submetido em: 14/07/2009

Acceto em: 18/11/2009

A INDETERMINAÇÃO DO SUJEITO NO DIALETO MINEIRO: UM ESTUDO DOS FALARES DE SÃO JOÃO DA PONTE E DE ARCEBURGO

SUBJECT INDETERMINATION IN THE DIALECT OF
MINAS GERAIS: A STUDY OF THE WAYS OF SPEAKING
IN SÃO JOÃO DA PONTE AND ARCEBURGO

Sueli Maria Coelho

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Gisele Carvalho Araújo Caixeta

Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM)

RESUMO: Verificaram-se as ocorrências de indeterminação do sujeito nos falares dos moradores das cidades mineiras de São João da Ponte e de Arceburgo. Para se identificarem os recursos linguísticos de que esses falantes se valem para assinalar tal função, utilizou-se, na análise, de critério semântico. Observou-se o aparecimento de várias formas inovadoras que estão se sobrepondo às tradicionais.

Palavras-chave: Sujeito Indeterminado. Dialeto mineiro. Variação linguística.

ABSTRACT: Occurrences of undetermined subject have been found in the speech of inhabitants of the cities of São João da Ponte and Arceburgo, Minas Gerais, Brazil. In order to identify the linguistic resources used by those speakers to mark this function, the semantic criterion was used in the analysis. The emergence of innovative forms that are superseding the traditional ones has been observed.

Keywords: Indeterminate subject. *Mineiro* dialect. Linguistic variation.

Considerações iniciais

As gramáticas tradicionais de Língua Portuguesa, de uma forma relativamente homogênea, definem sujeito como sendo o ser sobre o qual se profere uma declaração (cf. Cegalla, 1994; Cunha, 1982). Os autores desses compêndios, ao refinarem o tratamento dado a esse termo, classificam-no, propondo uma categorização em três grupos: (a) *sujeito determinado*, que engloba as subclassificações de simples, composto, oculto (elíptico ou desinencial) e oracional; (b) *sujeito indeterminado* e (c) *sujeito inexistente* (ou oração sem sujeito). No que se refere à classificação do grupo (b), objeto deste estudo, conforme pode ser observado em Bechara (2003), consideram-se construções de sujeito indeterminado aquelas em que não há unidades linguísticas ocupando a função de sujeito, mas em que o conteúdo do predicado refere-se, de maneira imprecisa, a um ser. A mera análise dessa definição já conduz a um problema, dado que ela traz subjacente uma imbricação de critérios: a ausência de marcas linguísticas demarcando a posição do sujeito configura um critério formal de abordagem, enquanto o fato de tais unidades se referirem a um ser, mas de maneira indeterminada, configura o emprego de um critério semântico.

Essa fusão de critérios descritivos acarreta consequências não apenas no plano teórico, mas também no uso efetivo da língua. Segundo revela a análise de um *corpus* piloto, os usuários de nossa língua, mais especificamente os falantes do dialeto mineiro, pautam-se prioritariamente por critérios de natureza semântica quando intencionam construir enunciados cujos sujeitos não são determinados, já que se nota, nesse dialeto, a emergência de formas de indeterminação cujas estruturas transcendem os três recursos tradicionalmente referendados para tal fim. Essa emergência de variantes instaura um processo de variação linguística que parece sinalizar para uma mudança em curso, aspecto que este estudo se propõe a analisar e a discutir.

Cumpramos salientar que tal proposta reveste-se de certa im-

portância, tendo em vista a sua iminente contribuição não apenas para os estudos de dialetologia, mas também para aqueles que se voltam para a dinamicidade linguística, dedicando-se às investigações sociolinguísticas. Agregue-se a isso o fato de as generalizações aqui alcançadas poderem subsidiar um estudo de maior envergadura, que se volva para uma descrição mais ampla da língua portuguesa e não apenas para o falar de determinada região.

A indeterminação do sujeito: acordos e controvérsias

Como já anunciado na seção precedente, sempre que se consultam as gramáticas normativas da Língua Portuguesa acerca das formas de indeterminação do sujeito na referida língua, tem-se a impressão de haver, entre os autores de tais compêndios, um acordo tácito manifesto não apenas na descrição dos contextos de indeterminação, bem como na apresentação dos exemplos, dada a recorrente coincidência entre eles. A maioria dos gramáticos da Língua Portuguesa (cf. Almeida, 1965; Bechara, 1978; Cegalla, 1984; Cunha; Cintra, 1985; Melo, 1968; Rocha, 1962) e também alguns linguistas de renome (cf. Câmara Jr, 1998; Luft, 1981; Kury, 1990, entre outros) concordam que o expediente de que o falante dispõe para indeterminar o sujeito se restringe, basicamente, a três estruturas canônicas, quais sejam:

- (A) verbo na terceira pessoa do plural sem antecedente expresso: Desmarcaram a reunião na última hora;
- (B) verbo não transitivo direto na terceira pessoa do singular acompanhado do pronome SE que, nesse contexto, funciona como índice de indeterminação do sujeito¹:

¹ Câmara Júnior, ao discorrer sobre os lexemas *apassivador* e *passividade*, em seu *Dicionário de Filologia e Gramática* (1970), considera a ocorrência do verbo com o SE um caso de oração sem sujeito, numa construção denominada de passiva impessoal.

Fala-se em corrupção; Precisa-se de funcionários mais honestos; Era-se mais feliz antes da banalização da violência; e

- (C) verbo no infinitivo impessoal: Caminhar traz benefícios à saúde².

Se, como apresentado, existe uma anuência dos autores arrolados quanto às formas tradicionalmente conhecidas de indeterminação do sujeito, há também entre eles algumas divergências, especialmente no tocante à natureza do mecanismo que rege a indeterminação. Enquanto Melo (1968) defende que “o que torna indeterminado o sujeito é a *intenção* ou a *situação* do falante, que não sabe ou não quer individualizar, precisar, apontar o agente, ou autor da ação ou da façanha” (p. 193, grifos do autor), atribuindo, dessa feita, a escolha do mecanismo de indeterminação a um critério semântico-pragmático, Bechara (1999), por seu turno, defende que “sujeito é uma noção gramatical, e não semântica, isto é, uma referência à realidade designada, como ocorre com as noções de *agente* e *paciente*.” (p. 410) Assiste-se, pois, a dois posicionamentos diametralmente opostos para o mesmo fenômeno, aspecto que se estende também a outros estudiosos. O posicionamento de Melo (*op. cit.*) ecoa com a visão de Said Ali (1966), já que ambos incluem “como caso de sujeito indeterminado o que é constituído materialmente por pronomes indefinidos [...], numa aproximação natural entre os conceitos de ‘indeterminado’ e ‘indefinido’, numa análise antes lógica, que sintáti-

² Essa forma de indeterminação, contudo, não é tão difundida pelos gramáticos como as duas primeiras, já que a referência a ela só aparece, normalmente nas gramáticas, quando se trata da concordância do infinitivo.

ca" (KURY, 1990, p. 24), conforme comprovam os exemplos transcritos a seguir:

(1) Alguém está batendo. (SAID ALI, 1966, p. 126)

(2) Passando num meio-dia quente, ao trote penoso do cavalo, a gente pára ali, olha a sombra e o verde como se fosse para um cantinho do céu... (MELO, 1978, p. 122)

Numa visão dos fatos linguísticos que se assemelha antes à de Bechara (*op. cit.*) que à dos autores ora citados, Câmara Júnior (1970) argumenta contrariamente à natureza semântica do critério de indeterminação do sujeito, apoiando-se, para tanto, na distinção entre os termos *indeterminado* e *indefinido*, tomados num sentido bastante próximo tanto por Melo (*op. cit.*), quanto por Said Ali (*op. cit.*). Paraphraseando Câmara Júnior (*op. cit.*), Kury relata que, "na verdade, ao dizermos: 'Alguém bateu à porta.', o sujeito *alguém* é determinado, embora indefinido, apesar de 'nada esclarecer quanto à identidade do agente' – tão determinado e indefinido como o substantivo *desconhecido* nesta oração: 'Um desconhecido bateu à porta.'" (1990, p. 24)

Outro aspecto controverso entre os autores clássicos, especialmente entre os gramáticos tradicionais, diz respeito aos mecanismos linguísticos de que o falante dispõe para assinalar a indeterminação. Se os autores tradicionais restringem tal possibilidade às três formas canônicas já mencionadas, estudiosos há que estendem esse leque de recursos linguísticos, apoiando-se, ao que parece, em critérios semântico-pragmáticos, já que consideram a intenção do falante em se referir de forma genérica a um ser. Alguns pesquisadores contemporâneos coletaram e analisaram dados da língua em uso e identificaram várias formas emergentes de indeterminação, sendo algumas delas até mesmo contrárias à visão tradicional. Visando a verificar a ocorrência das formas *você* e *cê* para indeterminar o sujeito no português brasileiro, Alves (1998)

cotejou várias outras formas linguísticas³ que se prestam a tal função – às quais ele denominou de "novas formas de indeterminação" – e constatou "uma acentuada diminuição da frequência dos recursos de indeterminação apontados pela GT" (p. 51), que estão cedendo, segundo ele, lugar às formas emergentes. Neves (2000), ao estudar o uso dos pronomes no português brasileiro, percebeu que "os pronomes pessoais podem fazer referência genérica" (p. 461), constituindo, dessa forma, também recursos de indeterminação do sujeito e agregando-se, assim, ao rol daqueles já consagrados pela tradição. Nas palavras da autora,

o **pronome VOCÊ**, embora seja forma de pessoa envolvida no discurso (**segunda pessoa**), pode indicar referência genérica. A indeterminação, nesse caso, é muito forte (**VOCÊ** = uma pessoa, seja qual for): *VOCÊ vai lá, fica dois dias fazendo curso, eles te catequizam, fazem VOCÊ comprar uma tonelada de sabão e abrir o seu negócio.* (OMT) Também a forma pronominal **EU** – que, em princípio, é altamente determinada, já que é de primeira pessoa – ocorre em referência genérica. Assim, retomando a construção anterior, pode-se pensar num enunciado em que o falante imagine o que qualquer pessoa pode vir a fazer, ou o que pode acontecer, em um determinado lugar, e construa um enunciado de atribuição genérica colocando-se como sujeito do enunciado: *EU vou lá, fico dois dias fazendo curso, eles ME catequizam, ME fazem comprar uma tonelada de sabão e abrir o meu negócio.* (p. 463-464)

Contrariando os cânones tradicionais, que preconizam que a terceira pessoa do plural serve para indeterminar o sujeito tão so-

³ O autor enumera as seguintes formas, em ordem decrescente de ocorrência: *você/ocê/cê*, a gente, as pessoas, a pessoa, verbo na 3ª pessoa do singular sem a presença de sujeito ou da partícula *SE*, o pessoal, eles, nós e ele. (cf. ALVES, 1998, p. 51)

mente quando não se refere a um antecedente expresso ou quando o pronome *eles* não aparece explicitamente marcado, Neves (2000) afirma que

a forma pronominal mais citada quanto à propriedade de fazer referência genérica é o **pronome de terceira pessoa do plural masculino (eles)**. A indeterminação, porém, é parcial, já que ela só abrange o universo das terceiras pessoas, ficando excluídas as outras duas pessoas do discurso: *Todo mês é a mesma coisa! na hora que eu convenço o pediatra a operar a garota, o cara vai embora... não sei o que ELES fazem com os médicos.* (RE) (p. 464)

Continuando em sua descrição dos usos, a linguista registra uma maior frequência de referência genérica por meio do uso das tradicionais formas de terceira pessoa do plural e de terceira pessoa do singular acompanhada do SE, acrescentando ainda dois usos não referendados pela tradição gramatical: (i) "Menos comum e de registro mais popular é o emprego da **terceira pessoa do singular para indeterminação do sujeito**, como nesta construção: *Lá tira título de eleitor, documento.* (HO)" (p. 464); e

(ii) Também a **primeira pessoa do plural** é usada na **indeterminação do sujeito**. A indeterminação, porém, não é total, já que, na forma **NÓS**, pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante (o **EU**): *NÓS, todos NÓS, o ser humano não suporta o sucesso de outro ser humano, NÓS odiamos o Pelé.* (OMT) (p. 465)

Como demonstrado, vários estudiosos do idioma pátrio, independentemente de se aterem à norma ou ao uso linguístico, travaram debates, empreendendo esforços no sentido de descrever os mecanismos linguísticos a que se recorre quando "não se pode, ou não se deseja, ou não interessa indicar o sujeito de uma oração"

(KURY, 1990, p. 22). Hoje já se aceita como fato, pelo menos entre os linguistas, a existência de outras formas de indeterminação que não apenas aquelas tradicionalmente difundidas. O ponto ainda não acordado na contemporaneidade parece ser a identificação do mecanismo que norteia a seleção que o falante faz da estrutura a ser empregada quando precisa ou quando opta por recorrer à indeterminação: não se chegou ainda a um consenso se tal mecanismo é de natureza gramatical (sintática), como defendem Câmara Júnior (1970) e Bechara (1999), ou semântica, conforme postulam Saíd Ali (1966) e Melo (1968).

Descrição da metodologia adotada

Definido o objeto de estudo deste trabalho, qual seja, a análise dos mecanismos empregados pelo falante para indeterminar o sujeito no dialeto mineiro, percorreram-se dois caminhos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica apoiou-se tanto em autores clássicos, quanto em estudiosos contemporâneos, conforme se constata na breve resenha apresentada na seção anterior.

Já a pesquisa documental sustentou-se na análise de um *corpus* constituído de trinta e oito (38) entrevistas, sendo quatorze (14) delas de falantes da região de Arceburgo e vinte e quatro (24) de falantes de São João da Ponte. Essas entrevistas não foram coletadas pelas pesquisadoras, mas integram o banco de dados do Projeto Mineirês⁴ e todas resultam de um diálogo entre o entrevistador – que se limita a provocar a conversação e a conduzi-la,

⁴ Este projeto é coordenado pela Prof^a Dr^a Jânia Martins Ramos e desenvolvido por uma equipe de pesquisadores do Núcleo de Pesquisa da Variação (NUPEVAR) da Universidade Federal do Estado de Minas Gerais, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

interferindo apenas para alimentá-la – e os entrevistados. Estes possuem idades e níveis socioeconômicos e culturais diversificados, heterogeneidade que se presta a abarcar o maior número possível de variáveis sociolinguísticas.

A escolha das cidades cujos falares compõem o *corpus* deste estudo não foi gratuita, mas motivada por sua localização geográfica, o que agrega ao conjunto das variantes diastrásticas já mencionadas também um fator diatópico. A intenção dessa escolha foi verificar se a emergência de novas formas de indeterminação do sujeito é apenas um fato pontual ou se já está mais espalhada, atingindo todo o estado de Minas Gerais. Assim, optou-se por analisar os falares de moradores das cidades de São João da Ponte e de Arceburgo, localizadas, respectivamente, ao norte e ao sul do estado de Minas Gerais (cf. mapa abaixo). Segundo informações de Antenor Nascentes (1953), disponíveis no sítio www.cin.ufpe.br, Arceburgo pertenceria ao falar sulista e São João da Ponte ao falar baiano. Nesse sentido, o estudo também buscou verificar se existe, de fato, uma divergência entre esses dois falares no tocante ao aspecto aqui estudado.



Figura 1: Localização das cidades de São João da Ponte e Arceburgo

O critério utilizado para se identificarem os mecanismos de indeterminação do sujeito no *corpus* analisado foi semântico, tentando-se, nos contextos de dúvida, uma possível substituição da variante selecionada por uma das formas já consagradas de indeterminação. Identificados os mecanismos, computaram-se as ocorrências e, em seguida, estas foram tabuladas segundo categorias, por meio de uma regra de três simples. A apresentação e a discussão dos resultados constituem o cerne da seção ulterior.

Apresentação e discussão dos dados

Os dados do *corpus*, apesar de comporem uma pequena amostragem do dialeto mineiro, apontam para a possibilidade de um processo de mudança linguística em curso no falar dessa região, já que, consoante os resultados de Alves (1998), nota-se uma expansão das formas inovadoras em detrimento das três formas canônicas. Além da redução das formas canônicas (cf. tabelas 1 e 2), estas, quando empregadas, não apresentaram frequências muito altas, especialmente no *corpus* de São João da Ponte. Nestas amostras de fala, das três formas tradicionais, apenas o emprego da terceira pessoa do plural foi identificado e, ainda assim, com valores percentuais inferiores a 5%. No falar dos mineiros de Arceburgo, registraram-se as três formas canônicas, mas somente o apelo ao verbo na terceira pessoa do plural alcançou um índice mais expressivo (29,7%). A terceira pessoa do singular acompanhada do pronome SE apareceu em quarto lugar na escala de usos (7,3%) e o emprego do verbo no infinitivo exibiu uma ocorrência residual: 1,4%, perdendo apenas para o emprego do pronome nós, que ocorreu somente uma vez em todo o *corpus*. Uma hipótese plausível para a baixa frequência dessa variante é relacioná-la à parcialidade que seu uso impinge à indeterminação por ela expressa. Conforme reflete Neves (2000), ao recorrer ao emprego do pronome de primeira pessoa, o falante, de certa forma, inclui-se

entre os possíveis sujeitos. Isso pode ser um fator interveniente na seleção que o usuário faz do mecanismo empregado, ainda que não tenha consciência disso. Esse baixo índice poderia, num primeiro momento, induzir à conclusão de que o critério que norteia a escolha do falante é, como advogam Said Ali (1966) e Melo (1968), de natureza semântico-pragmática e não formal. Entretanto, essa hipótese, apesar de plausível, deve ser cogitada de forma bastante criteriosa, dado que a expressão *a gente*, concorrente de *nós*, porém de valor mais coloquial, obteve índices relativamente expressivos no *corpus* (9,45% em São João da Ponte e 20,5% em Arceburgo). Não se prestaria ela à mesma parcialidade na indeterminação que o *nós*? A preferência, neste caso, parece provir de um encaixamento e ser determinada por fatores diafásicos – o falante opta pela variante menos formal – e não apenas semânticos, como pode parecer num primeiro momento.

Tabela 1: Variável índice de indeterminação do sujeito no dialeto de São João da Ponte

VARIANTES	OCORRÊNCIA	PORCENTAGEM
Pronome de 3ª pessoa do plural	24	32,43%
Pronome <i>vocês</i>	15	20,27%
3ª pessoa do singular - SE	13	17,56%
<i>A gente</i>	7	9,45%
Pronome <i>ocê</i>	5	6,79%
Verbo na 3ª pessoa do plural	3	4,05%
Palavras/ expressões de sentido indefinido	7	9,45%
	74	100%

Tabela 2: Variável índice de indeterminação do sujeito no dialeto de Arceburgo

VARIANTES	OCORRÊNCIA	PORCENTAGEM
Pronome <i>ocê</i>	67	30,6%
<i>A gente</i>	45	20,5%
Pronome de 3ª pessoa do plural	40	18,2%
Verbo na 3ª pessoa do plural	25	11,5%
3ª pessoa do singular + SE	16	7,3%
3ª pessoa do singular - SE	12	5,5%
Palavras/ expressões de sentido indefinido	10	4,6%
Verbo no infinitivo	3	1,4%
Pronome <i>nós</i>	1	0,4%
	219	100%

Um fator que mais apropriadamente poderia ser evocado em prol da tese da natureza semântica da seleção é o emprego, nos dois falares, de palavras ou expressões de sentido indefinido com função indeterminadora. A despeito de Câmara Júnior (1970) e de Bechara (1999) não reconhecerem nesses usos expedientes de indeterminação, apoiando-se no argumento da distinção semântica entre os lexemas *indefinido* e *indeterminado*, o falante parece não ter consciência de tal especificidade vocabular, empregando, muito à vontade, termos indefinidos para se referir de forma genérica ao sujeito, conforme ilustram os exemplos (3) e (4):

(3) Era só até a quarta série, depois *quem* fazia a quarta série tinha que ir pra Montis Clarus, os *mininus* meu foru os

di seu geraldu foru né todo mundu ia pra Montis Clarus.
(São João da Ponte, grifos nossos)

(4) [...] a genti⁵ vivia soltu, a porta da casa da genti aberta. Sempri jogandu bola na rua, num tinha perigu di sê atropeladu di... *alguém* querê... um assaltu, essi tipu di coisa. (Arceburgo, grifos nossos)

Conforme se nota, ao empregar os pronomes *quem* (cf. 3) e *alguém* (cf. 4), o falante do dialeto mineiro o faz para se referir, de forma indeterminada, a um ser. Não se trata de um sujeito cuja referência pode ser imediatamente alcançada, mas de qualquer pessoa que venha a ocupar o lugar do sujeito: qualquer pessoa que concluísse a quarta série; qualquer pessoa que tivesse a intenção de praticar um assalto. Assiste-se, pois, nesses contextos a uma extensão de usos dos termos destacados, que passam a assumir funções antes não desempenhadas.

No tocante ao emprego de pronomes pessoais para indeterminar o sujeito, embora não seja uma constante nos dois falares analisados, a ocorrência do pronome de terceira pessoa do plural alcançou um índice percentual bastante expressivo (32,43%), superando, no falar de São João da Ponte, todas as demais variantes. Contrariando os cânones tradicionais e endossando os dados obtidos por Neves (2002), ocorrências como as ilustradas em (5) e em (6), a seguir, demonstram o embate entre norma e uso.

(5) A iscola era ondi é a prefeitura. Aí depois *eles* derrubaru. (São João da Ponte, grifos nossos)

(6) A Escola Plural é aquela escola que *eles* aboliu. (Arceburgo, grifos nossos)

⁵ Embora, nesse contexto, a expressão *a gente* também tenha uma função indeterminadora, ela não foi destacada porque não integra o rol dos indefinidos aqui discutidos, tendo sido computada como uma outra variante.

Ao empregar o pronome *eles* para se referir, respectivamente, aos sujeitos dos verbos *derrubar* e *abolir*, o falante não está retomando, conforme preceitua a norma, um ser anteriormente expresso, mas está se referindo, de forma indeterminada, ao ser que realizou as ações mencionadas. Ao que parece, trata-se de uma necessidade de indeterminar por não se conhecer o autor de tais atos.

Em se tratando ainda de pronomes – formas já identificadas por Neves (2000) –, o outrora pronome de tratamento e hoje pronome pessoal *você* – e suas variantes – que, nos dados de Alves (1998), obteve as frequências mais altas, continua sendo muito usado, embora se registre uma diferença entre os dois falares analisados: em São João da Ponte, nota-se uma preferência pelo emprego da forma no plural, enquanto em Arceburgo registrou-se apenas a forma no singular. De todo modo, parece que as formas estão se sedimentando na língua como expressões de referência indeterminada, segundo ilustram estes enunciados:

(7) Qual outra palavra que *vocês* costumam falá que o pessoal num intende, uma coisa assim qui é bem comum que *vocês* falam lá e num falam muito aqui. (São João da Ponte, grifos nossos)

(8) Antes não, a genti tinha mais empenhu, porque a genti sabia qui sí *ocê* bobiasse, *cê* ia repiti. (Arceburgo, grifos nossos)

Em (7), a ocorrência identificada não se dá na fala do entrevistado, mas na do entrevistador, que é um mineiro, mas que não é representante de São João da Ponte. Ela foi também computada porque, ao empregar a forma *vocês*, o interlocutor, embora se dirija ao entrevistado, está também generalizando, já que busca descobrir especificidades da fala de qualquer pessoa que resida no local e não apenas do entrevistado. Esse dado sinaliza para a expansão do fenômeno aqui estudado para outras regiões de Minas Ge-

rais. Também em (8), ao recorrer ao emprego de *ocê* e de *cê*, o entrevistado não se refere a um ser específico, mas o faz de forma generalizada: qualquer um estava sujeito à repetência, caso não cumprisse com suas obrigações.

Finalizando o leque das variantes identificadas no dialeto mineiro para indeterminar o sujeito, registrou-se, no *corpus* analisado, outra forma inovadora. Trata-se do emprego do verbo na terceira pessoa do singular sem o pronome SE, considerado por Neves (2000) como uma forma menos corriqueira e evocativa de uso popular. Essa variante (cf. enunciados (9) e (10)) alcançou índices significativos tanto no falar de São João da Ponte (17,56%), quanto no de Arceburgo (5,5%).

(9) Aqui só tinha uma polícia, mais num tinha postu de saúde, não tinha igreja, depois que *construiu* a igreja, a igreja era lá imbaxu. Não tinha postu di saúde, *tinha qu i* pa Montes Clarus. Tinha farmácia né. Então tudu issu era muito difícil, a gente sofreu dimais né. Agora hoje tá milhó. (São João da Ponte, grifos nossos)

(10) [...] depois que *colocô* o asfalto em Arceburgo, eu achei que valorizô muito a cidade, *fez trevo* ... que sai naquela estrada de Mococa que é asfaltada... (Arceburgo, grifos nossos)

Tanto em (9), quanto em (10), não se indica o sujeito para as ações verbais, deixando vazio o seu espaço. Ora, estando vazio, pode ser ocupado por qualquer pessoa, o que configura também um caso de indeterminação.

Frente à avaliação da linguista ora referenciada no tocante a essa variante indeterminadora, pode-se precisar um traço estilístico distintivo entre os dois falares, já que os 17,56% de ocorrência do verbo na terceira pessoa do singular desacompanhado do pronome SE para indeterminar o sujeito no dialeto de São João da Ponte, em contraposição aos 5,5% de ocorrência registrados no

falar de Arceburgo, evidenciam uma presença maior de traços mais coloquiais no falar do norte que no do sul de Minas.

Por fim, resta ponderar que a análise empreendida, bem como os dados dispostos nas tabelas 1 e 2 atestam a presença, no dialeto mineiro, de um processo de variação linguística no tocante à variável índice de indeterminação do sujeito, uma vez que as formas tradicionais estão sendo preteridas em favor das formas inovadoras. Além disso, apesar de a amostragem ser constituída de falares do norte e do sul do estado, como já mencionado, nota-se uma recorrência nas variantes, o que não confirma, pelo menos no tocante a essa variável, as distinções apresentadas por Nascentes (1953). O que se observa entre elas é apenas uma oscilação de índices percentuais e, ainda assim, pode-se considerar que as diferenças não são muito significativas. Isso mostra que o falante do dialeto mineiro, pautado por critérios semântico-pragmáticos, está reanalisando outras categorias gramaticais e estendendo seus usos para se referir de forma genérica a uma entidade do discurso, o que acaba por encorpar a variável de indeterminação e desencadear um processo de mudança linguística que pode estar filiado a um processo mais amplo, envolvendo a língua como um todo e não apenas o falar de uma determinada região.

Considerações finais

O estudo aqui relatado comprovou, mais uma vez, a dinamicidade da língua, que está aberta a inovações em função das necessidades de seus usuários. Considerando-se que as necessidades impingidas pelo uso são desencadeadoras de variações e, conseqüentemente, de mudanças linguísticas, há de se concordar com Said Ali (1966) e com Melo (1968) quanto à interveniência do fator semântico-pragmático na seleção das formas linguísticas próprias para indeterminar o sujeito. Contudo, não se pode desconsi-

derar a influência de um critério formal – defendido por Câmara Júnior (1970) e Bechara (1999) – já que, em se tratando da presença de um elemento linguístico destinado a indeterminar, este deve congrega determinadas características que o habilite à referência genérica. Vê-se, pois, que não há espaço para posições extremadas, pois tanto o critério formal quanto o semântico-pragmático influenciam o usuário, dado que, na língua, gramática e semântica são faces de uma mesma moeda.

Outro aspecto digno de menção neste espaço concerne à sobreposição, no dialeto mineiro, das formas inovadoras de indeterminação do sujeito em relação às tradicionais. Além disso, há de se registrar a ocorrência de um *continuum* de indeterminação, dado haver algumas formas que são mais indeterminadas que outras, como é o caso dos pronomes *você* e *nós*, por exemplo. Esse maior ou menor grau de indeterminação que a forma assume interfere também na seleção que o falante processa, o que configura, ao lado do maior ou menor grau de formalidade, um critério estilístico.

Por fim, cumpre reafirmar a consciência quanto à limitação da amostragem aqui tomada para análise, o que, de forma alguma, invalida as generalizações alcançadas, até porque se buscaram falares de regiões geograficamente opostas no estado, o que as torna vulneráveis a influências dos falares de outros estados. Essa vulnerabilidade, associada à homogeneidade de formas inovadoras identificadas no dialeto mineiro, bem como aos dados dos demais pesquisadores analisados, pode indicar um processo de mudança mais amplo que envolve toda a sintaxe do português brasileiro, o que abre precedentes para pesquisas futuras.

Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 1965.
- ALVES, Nilton Antônio. *As formas *você* e *cé* e a indeterminação do sujeito no português brasileiro*. 1998. 93 f. Dissertação (mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1998.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 23. ed. São Paulo, 1978.
- BECHARA, Evanildo. *Gramática escolar da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. 28. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *Dicionário de filologia e gramática*. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Ozon, 1970.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 24. ed. São Paulo: Nacional, 1984.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 37. ed. São Paulo: Nacional, 1994.
- CUNHA, Celso Ferreira da. *Gramática da língua portuguesa*. 8. ed. Rio de Janeiro: FENAME, 1982.
- CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1990.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna gramática brasileira*. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 1981.

MELO, Gladstone Chaves de. *Gramática fundamental da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

NASCENTES, Antenor. *O linguajar carioca*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do Português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

ROCHA, Antônio de Abreu. *Nova análise sintática*. Belo Horizonte: Vigília, 1962.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 6. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1966.

Submetido em: 14/07/2009

Accito em: 18/11/2009

NORMAS DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS

(Também disponíveis no site da revista: www.estudos.ufba.br)

Normas de apresentação de trabalhos

- *Estudos Linguísticos e Literários*, periódico publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal da Bahia, aceita originais de artigos e de resenhas na área dos estudos linguísticos, literários e culturais.
- O Conselho Editorial emitirá pareceres a propósito dos trabalhos apresentados, podendo recusá-los.

1. Os artigos deverão ter entre 12 e 25 páginas e as resenhas, entre 4 e 8. Os textos devem ser apresentados em duas cópias impressas (papel A4, 210 x 297mm) em CD ou DVD, digitados no **programa WORD FOR WINDOWS em fonte Times New Roman, espaço simples, corpo 12, com a seguinte formatação:**

- Título e subtítulos em **negrito**;
- Identificação do autor após o título, em **negrito**, à direita, seguido, na linha seguinte, da instituição de origem, por extenso;
- Margens de 3cm;
- Citações recuadas em 2cm, em corpo 10;
- Títulos de obras citadas dentro do texto e destaques em *itálico*;
- Ilustração do fato analisado em **negrito**;
- Uso de numeração progressiva na subdivisão dos capítulos, quando necessário (NBR 6024).

2. Remissões bibliográficas no texto em duas maneiras (de acordo com

a especificação exigida pelo texto), com remissões em nota de rodapé (NBR 10520) ou pelo sistema autor data (NBR 10520).

2.1. Indicação bibliográfica nas notas de rodapé iniciada pelo sobrenome do autor, seguido do nome.

2.2. Referências ao final do texto, seguindo a NBR 6023, com as atualizações necessárias:

- Repetição do nome do autor (não usar traço).

3. Ilustrações em preto e branco, que permitam boa reprodução, identificadas.

4. Resumo em português com palavras chaves, seguido de abstract e keywords. Título também em inglês.

SOLICITAÇÕES:

- Ao remeter o trabalho, (i) indicar o endereço completo, incluindo o endereço eletrônico e (ii) autorizar a divulgação, na revista, do endereço eletrônico, se o desejar.
- Fornecer endereço para contato e remessa de exemplares após a publicação.

INFORMAÇÕES:

- Os colaboradores têm direito a dois exemplares da revista.
- Os trabalhos não aprovados não serão devolvidos.

Assinatura da revista **ESTUDOS LINGÜÍSTICOS E LITERÁRIOS**

Anual: R\$ 40,00

Valores: números anteriores: R\$ 10,00
número atual: R\$ 20,00

Números esgotados: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 21-22, 25-26, 31-32

AQUISIÇÃO

Desejo efetuar assinatura
 compra do(s) número(s) a seguir indicado(s)

Nome: _____

Instituição: _____

Endereço completo: _____

Cidade: _____ Estado: _____

País: _____ CEP: _____

E-Mail: _____ Tel/Fax: () _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Estudos Linguísticos e Literários

Instituto de Letras - Universidade Federal da Bahia

Rua Barão de Jeremoabo, 147

Campus Universitário - Ondina - CEP: 40170-115

Tel.: (71)3283-6781 Fax: (71)3283-6208

E-mail: estudos@ufba.br

ANUNCIOS DE VENTA DE TERRENO EN LA ZONA DE LA SIERRA DE LA NEBLINA

El Sr. JUAN PABLO GARCIA, propietario de los terrenos que se describen a continuación, desea venderlos en las condiciones que se detallan a continuación.

Valores: - terreno: \$10.000.000 - construcción: \$5.000.000

Financiamiento: - \$15.000.000 - \$10.000.000 - \$5.000.000